



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ELIANE DE SOUSA ALMEIDA

**ENTRE TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: a História da Educação
Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação do Maranhão –
IFMA (2008-2017)**

**DOURADOS-MS
2025**

ELIANE DE SOUSA ALMEIDA

**ENTRE TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: A História da Educação
Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação do Maranhão –
IFMA (2008-2017)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/FAED/UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Eurize Caldas Pessanha.

**DOURADOS-MS
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A447e Almeida, Eliane De Sousa

Entre transformações e permanências: a História da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação do Maranhão - IFMA (2008-2017) [recurso eletrônico] / Eliane De Sousa Almeida. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Eurize Caldas Pessanha.

Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Instituições escolares. 2. Educação profissional técnica de nível médio. 3. História. 4. Instituto Federal de Educação do Maranhão. I. Pessanha, Eurize Caldas. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ELIANE DE SOUSA ALMEIDA

**ENTRE TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: A História da Educação
Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação do Maranhão –
IFMA (2008-2017)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/FAED/UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eurize Caldas Pessanha.

DATA DE DEFESA: 21/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Eurize Caldas Pessanha – Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof^a. Dra. Elen de Fátima Lago Barros Costa (Membro externo)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes (Membro externo)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof^a Dra. Alessandra Cristina Furtado (Membro interno)
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof^a Dra. Giselle Cristina Martins Real (Membro interno)
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

**DOURADOS-MS
2025**

À minha família, que me ensinou o valor da perseverança e do amor;

Aos amigos que compartilharam comigo palavras de incentivo e momentos de alegria nos dias e nos processos de aprendizados.

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de uma tese de doutorado é uma realização que transcende o esforço individual. É fruto de uma caminhada coletiva, repleta de apoios, incentivos, orientações e amor, pelos quais sou profundamente grata.

A Deus, pelo dom sublime da vida, pela força diária que me concedeu para chegar até aqui e por todas as bênçãos recebidas, renovando minhas forças e iluminando meu caminho nos momentos mais desafiadores. Minha eterna gratidão.

Aos meus queridos e amados pais, Sobrinho (*in memoriam*) e Angelita, que com amor incondicional e dedicação constante me apoiaram em cada passo, contribuindo para que eu me tornasse a pessoa e profissional que sou hoje. Pai amado e querido, a alegria e orgulho por seus filhos sempre me motivaram. Suas palavras – “Os meus filhos? Todos são bem-posicionados na vida” – ecoam em minha alma como uma lembrança do valor de nossas conquistas e do legado que deixamos. Obrigado, meu pai, por ser minha inspiração eterna.

A Leonardo Almeida, meu filho amado, cuja força, determinação e coragem são uma inspiração constante. Você é o motivo pelo qual nunca desisti, mesmo diante dos maiores desafios.

Às minhas Marias, Beatriz e Alícia: vocês são o sol que ilumina meu caminho, a razão pela qual meus dias são mais alegres e meu ser encontra o melhor de si.

A Ernane e Wilton, por estarem sempre ao meu lado, compartilhando não apenas as conquistas, mas também os momentos de desânimo e vazio intelectual. Suas presenças e apoios foram/são fundamentais nesse processo.

Aos meus irmãos amados e queridos (Edileusa, Erisalda, Editânia, Ernane, Enock e Márcia), nenhuma palavra seria suficiente para expressar a importância de vocês na minha vida e o quanto sou grato por tê-los ao meu lado. Cada um de vocês é um pilar que sustenta minhas forças, um exemplo de amor e união, e uma inspiração constante. Vocês me ensinam, sempre, que família é o nosso porto seguro, o lugar onde sempre podemos encontrar apoio, incentivo e acolhimento, mesmo nas tempestades mais difíceis. Em cada etapa dessa caminhada, senti o amor e a presença de vocês, que sempre me estenderam a mão nos momentos de incertezas e celebraram comigo as conquistas, por menores que fossem.

À minha estimada professora e orientadora, Dr^a. Eurize Caldas Pessanha, pela orientação sábia e generosa. Sua confiança, dedicação, paciência, competência e todas as trocas enriquecedoras durante este percurso foram inestimáveis. Meu mais profundo agradecimento pelo tempo e empenho dedicados a este trabalho. Sua capacidade de despertar minha curiosidade e interesse pelas instituições escolares foi transformadora. Seu apoio, especialmente nos momentos de maior dificuldade, foi essencial para que eu pudesse concluir este trabalho.

Aos professores Elen Castro, Antônio de Pádua, Alessandra Cristina e Giselle Real, registro minha gratidão pelas valiosas contribuições e pelos olhares criteriosos dedicados no momento da qualificação. As reflexões, sugestões e apontamentos realizados foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho, representando não apenas um incentivo ao rigor acadêmico, mas também uma demonstração de compromisso com a formação e desenvolvimento científico.

Aos *campi* que me acolheram para a realização da pesquisa - Caxias, Codó e São Luís (Monte Castelo), por toda solidariedade, paciência e apoio.

Às chefias dos Departamentos de Registro e Controle Acadêmico (DRCAs) fundamentais para minha pesquisa. Em especial, minha gratidão à Josielta, Alankardec, Renata e demais profissionais que, com prontidão e cordialidade, auxiliaram em todas as minhas dúvidas e buscas.

Aos colegas da turma de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, agradeço pela troca de experiências, pelas reflexões compartilhadas e pelo compromisso coletivo na construção de uma educação mais justa e transformadora.

Sou igualmente grata aos colegas do Programa de Cooperação Institucional (PCI) pela força, paciência e companhia nos momentos desafiadores, nos encontros nos corredores do IFMA, nas viagens, as trocas e contribuições, tanto de forma silenciosa quanto verbal, tiveram um impacto profundo na superação de cada obstáculo.

Agradeço, ainda, aos membros do grupo Campo Fecundo (Adilson, Arlene, Ianna e Vanessa), cujas ideias, incentivos, risadas, informações e companheirismo enriqueceram essa jornada de forma inestimável.

À Pâmilla e a Luci Mara, que conheci nessa trajetória acadêmica, por compartilharem sonhos, desafios, aprendizados e conquistas ao longo do caminho. Agradeço a amizade, carinho e força em todos os momentos nesse processo acadêmico.

À querida Ianna Lustosa, minha gratidão! Seu apoio, incentivo e presença ao longo dessa caminhada tornaram os meus dias mais leves. Você esteve ao meu lado não apenas oferecendo palavras de incentivo, mas também estendendo sua mão e o seu coração sempre que precisei.

À amiga Eudi, pela amizade, pelos sorrisos compartilhados e por aqueles momentos em que as lágrimas teimaram em cair, mas nunca sem o conforto de sua presença.

E a todas as pessoas que, de alguma forma, estiveram ao meu lado durante o processo de doutoramento, minha imensa gratidão. Cada gesto, cada palavra de incentivo e cada partilha de alegria ou tristeza contribuíram para que esta trajetória fosse mais amena.

A cada um de vocês, deixo minha mais sincera e profunda gratidão. Este trabalho é, sem dúvida, um reflexo da dedicação, apoio e contribuições de todos que caminharam ao meu lado.

*A escola, enquanto instituição, resulta da interação de
fatores históricos, culturais e sociais que moldam e são
moldados por práticas e tradições locais.*

(Justino Magalhães)

RESUMO

Esta investigação insere-se na linha de pesquisa em História, Memória e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e tem como objeto de pesquisa a história da educação profissional técnica de nível médio, tendo como lócus o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, com o título *Entre transformações e permanências: A História da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA (2008-2017)*. A delimitação temporal estabelecida inicia em 2008, nos termos da Lei n.º 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país, e finaliza em 2017, com a Lei n.º 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017, que estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio e ainda está em discussão. O problema central que norteia esta pesquisa consiste em saber quais foram os fatores políticos, econômicos e históricos que influenciaram a criação dos Institutos Federais no Brasil e, especificamente, no Maranhão. Como questões secundárias, indagamos: Quais critérios orientam/orientaram a escolha dos municípios para a instalação de unidades do IFMA? Quais são os parâmetros determinantes para a escolha e implementação dos cursos técnicos de nível médio no IFMA, considerando as demandas locais e regionais? Como objetivo principal analisar as determinações históricas, políticas e econômicas que contribuíram para a implementação da Instituição no período entre 2009 e 2017, em específico a educação profissional técnica de nível médio, baseada na literatura em dados estatísticos e nos jornais. Os objetivos específicos estão assim delineados: (1) analisar os aspectos do contexto histórico de ampliação e reformulação da Educação Profissional e Tecnológica nos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal do Maranhão; (2) descrever os processos desenvolvidos para e na criação do IFMA, tomando como base a análise de *campi* de diferentes fases de fundação, como os originados a partir da integração de duas escolas técnicas pré-existentes no Estado: o Campus São Luís-Monte Castelo, o Campus Codó e do Campus Caxias; (3) descrever a história de constituição da educação profissional técnica de nível médio do IFMA; e (4) Analisar a que grupos sociais o IFMA pretendia atender e os que realmente atendeu no período entre 2009 e 2017 para compreender a eficácia ou não das políticas públicas educacionais implementadas pela Instituição. Para fundamentar o campo das instituições escolares, foram utilizados os estudos de Justino Magalhães, Paulo Nosela e Ester Buffa, Décio Gatti Júnior e Giseli Cristina do Vale Gatti, Denise Bárbara Catani e Luciano Mendes de Faria Filho, entre outros. As lentes teóricas que subsidiaram a categoria Educação Profissional e Tecnológica foram estabelecidas a partir de Acácia Zeneida Kuenzer, Marise Nogueira Ramos, Gaudêncio Frigotto, Selma de Fátima Vanderley. De natureza histórica, como procedimentos metodológicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Pelos dados já conhecidos, a tese é que o IFMA atendeu aos projetos hegemônicos do capital que precisavam expandir a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil atendendo a necessidade de mão de obra mais qualificada e tecnológica. Nesse contexto, o IFMA se responsabiliza por tal qualificação exigida pelo capital, entretanto, no âmbito da contradição, o IFMA atende as necessidades prementes da população trabalhadora do Estado. O IFMA é uma relevante instituição de Educação Profissional e Tecnológica, com densidade histórica significativa para o Estado do Maranhão, e parcela da sociedade maranhense reconhece traços significativos de sua própria história vinculada à Instituição, responsável pela formação de cidadãos maranhenses e de outros estados e, portanto, vinculada às demandas da formação técnica e profissional, alinhando-se ao contexto de uma política nacional de educação. Aponta-se para a perspectiva de contribuir com a construção de uma historiografia educacional maranhense, especialmente no campo da História das Instituições Educativas no Estado. A pesquisa, nesse sentido, evidenciou o papel estratégico do IFMA na consolidação da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão, destacando sua inserção histórica, social e política. Aponta-se, assim, para a perspectiva de contribuir com a construção de uma historiografia educacional maranhense, especialmente no campo da História das Instituições Educativas no Estado, ao lançar luz sobre os processos, sujeitos e contextos que constituíram essa trajetória institucional ao longo do tempo.

Palavras-chave: Instituições Escolares. Educação Profissional Técnica de Nível Médio. História. Instituto Federal de Educação do Maranhão.

ABSTRACT

This research is part of the research line History, Memory, and Society, within the Graduate Program in Education (PPGEdu) at the Federal University of Grande Dourados (UFGD). It focuses on the history of technical and vocational secondary education, with the Federal Institute of Education, Science and Technology of Maranhão (IFMA) as its locus. The title of the study is *Between Transformations and Continuities: The History of Technical and Vocational Secondary Education at the Federal Institute of Education of Maranhão – IFMA (2008–2017)*. The timeframe begins in 2008, the year of the enactment of Law No. 11.892/2008, on December 29, which established the Federal Institutes of Education, Science and Technology in Brazil, and concludes in 2017, with Law No. 13.415/2017, enacted on February 16, which introduced changes to the structure of upper secondary education and remains under discussion. The central research problem is to understand the political, economic, and historical factors that influenced the creation of the Federal Institutes in Brazil, and specifically in Maranhão. The secondary research questions are: What criteria guided the selection of municipalities for the implementation of IFMA campuses? What are the determining parameters for the selection and implementation of technical secondary courses at IFMA, considering local and regional demands? The main objective is to analyze the historical, political, and economic conditions that contributed to the implementation of the institution during the period from 2009 to 2017, specifically focusing on technical and vocational secondary education, based on literature, statistical data, and newspapers. The specific objectives are as follows: (1) To analyze the historical context of the expansion and reformulation of Technical and Vocational Education at the secondary level within IFMA; (2) To describe the processes involved in the creation of IFMA, based on the analysis of campuses established at different phases, including those originating from the integration of two pre-existing technical schools in the state: São Luís-Monte Castelo Campus, Codó Campus, and Caxias Campus; (3) To reconstruct the history of technical and vocational secondary education at IFMA; and (4) To analyze which social groups IFMA aimed to serve and which it actually served between 2009 and 2017, in order to understand the effectiveness of the educational public policies implemented by the institution. To support the analysis of educational institutions, the study draws on the works of Justino Magalhães, Paolo Nosella, Ester Buffa, Décio Gatti Júnior, Giseli Cristina do Vale Gatti, Denise Bárbara Catani, and Luciano Mendes de Faria Filho, among others. The theoretical framework supporting the concept of Technical and Vocational Education is based on the contributions of Acácia Zeneida Kuenzer, Marise Nogueira Ramos, Gaudêncio Frigotto, and Selma de Fátima Vanderley. Of a historical nature, the methodological procedures included bibliographical and documentary research. Based on the data already gathered, the thesis argues that IFMA responded to the hegemonic projects of capital that required the expansion of Technical and Vocational Education in Brazil to meet the demand for a more technologically qualified workforce. Within this context, IFMA assumed responsibility for providing the qualification demanded by capital; however, amid these contradictions, the institution also addressed urgent needs of the working population in the state. IFMA is a significant institution in the field of Technical and Vocational Education, with a considerable historical presence in the state of Maranhão. A portion of Maranhão's society recognizes important aspects of its own history as being intertwined with the institution, which has contributed to the education of citizens both from Maranhão and other states. Thus, IFMA is aligned with the national education policy framework, especially concerning technical and vocational training. This study aims to contribute to the development of Maranhão's educational historiography, particularly in the field of the History of Educational Institutions in the state. In this sense, the research highlighted IFMA's strategic role in consolidating Technical and Vocational Education in Maranhão, emphasizing its historical, social, and political significance. It therefore points toward contributing to the construction of Maranhão's educational historiography by shedding light on the processes, subjects, and contexts that shaped this institutional trajectory over time.

Keywords: School Institutions; Secondary-Level Technical and Vocational Education; History; Federal Institute of Education of Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Paineis de pesquisa Biblioteca Digital.....	30
Figura 2 – Exemplo de busca na BNDigital: definição das bases da pesquisa	31
Figura 3 – Definição dos descritores na página inicial da Hemeroteca Digital	31
Figura 4 – Mapa físico do Estado do Maranhão.....	50
Figura 5 – Fachada do Palácio dos Leões por diversos ângulos	51
Figura 6 – Frentes de ocupação do Maranhão.....	53
Figura 7 – Aptidão Agrícola das Terras: estado do Maranhão.....	61
Figura 8 – Legenda do Mapa de Aptidão Agrícola das Terras: Estado do Maranhão	62
Figura 9 – Fachada da Escola de Aprendizizes Artífices do Maranhão.....	71
Figura 10 – Localização geográfica das Escolas de Aprendizizes Artífices em 1909	74
Figura 11 – Relatório de matrícula e frequência da 1ª turma de alunos das Escolas de Aprendizizes Artífices no Brasil.....	77
Figura 12 – Linha do tempo da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	94
Figura 13 – Localização dos campi do IFMA em 2024	102
Figura 14 – Presença da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil em números.....	104
Figura 15 – Presença do IFMA no Estado.....	112
Figura 16 – Imagem da tela virtual do Processo Seletivo Unificado de Ingresso de alunos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2009).....	133
Figura 17 – Imagem da tela virtual do Processo Seletivo Unificado de Ingresso de alunos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2017)	134
Figura 18 – Filtros da pesquisa na Hemeroteca Digital (2000-2009).....	145
Figura 19 – Filtros da pesquisa na Hemeroteca Digital (2010-2019).....	145
Figura 20 – Diagrama das “Questões colocadas a um jornal”	148
Figura 21 – Recortes do jornal Diário do Maranhão, de 19 de agosto de 1874	150
Figura 22 – Recortes do jornal Tribuna Liberal, de 22 de fevereiro de 1889	151
Figura 23 – Recortes do jornal Pacotilha, de 11 de julho de 1883.....	153
Figura 24 – Capa do jornal O Estado do Maranhão (1959).....	156
Figura 25 – Capa do jornal O Imparcial (1926)	158
Figura 26 – Página de pesquisa do jornal O Imparcial.....	159
Figura 27 – Sinalização do Acervo e Hemeroteca da Biblioteca Benedito Leite.....	161
Figura 28 – Encadernações do Jornal O Estado do Maranhão, (jan. de 2009 e mar. de 2009)	162
Figura 29 – Matéria do jornal O Estado do Maranhão, de 28 de dezembro de 2008.....	166
Figura 30 – Matéria do Jornal O Imparcial, “Instituto federal do MA terá 18 <i>campi</i> ”, de 30 de dezembro de 2008.....	168
Figura 31 – Manchete de capa do jornal O Estado do Maranhão, “Lula cria 18 <i>campi</i> para ensino superior no MA”, de 30 de dezembro de 2008.....	170
Figura 32 – Reportagem do jornal O Estado do Maranhão, "Maranhão terá 18 <i>campi</i> do novo instituto de educação tecnológica", de 30 de dezembro de 2008	171
Figura 33 – Reportagem do jornal O Imparcial, “Governo lança plano para melhorar rede de ensino”, de 21 de dezembro de 2008.....	172
Figura 34 – Reportagem do jornal O Estado do Maranhão, "Mais de 12 mil participam de seletivo, de 12 de janeiro de 2009	174
Figura 35 – Reportagem do Jornal O Estado do Maranhão, “Educação” trata sobre ofertas de curso de graduação do IFMA, modalidade PARFOR, de 10 de agosto de 2010	175

Figura 36 – Reportagem do jornal O Estado do Maranhão, “IFMA aplica provas de processo seletivo para ingresso no ensino técnico”, de 10 de janeiro de 2011	177
Figura 37 – Reportagem do jornal O Estado do Maranhão, "IFMA abastece o mercado de trabalho do sul do Maranhão", de 30 de janeiro de 2011	178
Figura 38 – DRCA – IFMA Caxias: armazenamento de documentação	188
Figura 39 – DRCA – IFMA Codó: armazenamento de documentação.....	189
Figura 40 – DRCA – São Luís-Monte Castelo: armazenamento de documentação	190
Figura 41 – DRCA – São Luís-Monte Castelo: identificação dos estudantes.....	191
Figura 42 – Diploma emitido em 2012 pelo IFMA Campus Codó	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização do corpus selecionados na BDTD e Plataforma Sucupira (2012-2022)	24
Quadro 2 – Periódicos selecionados no acervo físico da Biblioteca Pública Benedito Leite (2008 a 2017)	33
Quadro 3 – Fontes documentais	35
Quadro 4 – Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil	75
Quadro 5 – Cursos do recorte estudado no Plano de Desenvolvimento Institucional – IFMA (2009-2013): São Luís-Monte Castelo, Caxias, Codó	125
Quadro 6 – Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMA (2014-2018)	128
Quadro 7 – Etapas do Processo Seletivo Unificado para os Cursos de Educação Profissional e Técnica, de Nível Médio do IFMA (2017)	135
Quadro 8 – Registros encontrados na BNDigital	146
Quadro 9 – Principais periódicos em circulação no Maranhão no período entre 2008 e 2017	155
Quadro 10 – Cursos de São Raimundo das Mangabeiras, Plano de Desenvolvimento Institucional – IFMA (2014-2018)	179
Quadro 11 – Cursos de Açailândia e Imperatriz Plano de Desenvolvimento Institucional – IFMA (2014-2018)	180

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de gênero dos alunos do IFMA	198
Gráfico 2 – Alunos por ano de ingresso no IFMA, Campus Caxias	200
Gráfico 3 – Alunos por ano de ingresso no IFMA, Campus Codó	202
Gráfico 4 – Alunos por ano de ingresso Campus São Luís – Monte Castelo.....	203
Gráfico 5 – Cursos ofertados – IFMA Campus Caxias	205
Gráfico 6 – Cursos ofertados – IFMA Campus Codó	207
Gráfico 7 – Cursos ofertados – IFMA, Campus São Luís - Monte Castelo.....	208
Gráfico 8 – Relação de alunos por Etnia	210
Gráfico 9 – Alunos por cota de IFMA, Campus Codó.....	212
Gráfico 10 – Renda per capta familiar do IFMA <i>campi</i> Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo	214
Gráfico 11 - Renda per capta familiar do IFMA Campus Caxias	214
Gráfico 12 – Renda per capta familiar do IFMA Campus Codó.....	215
Gráfico 13 – Renda per capta familiar do IFMA, Campus São Luís-Monte Castelo.....	215
Gráfico 14 – Alunos por Estado de Nascimento	218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs	Arranjos Produtivos Locais
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAE	Coordenação de Assuntos Estudantis
CAPES	Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Casa dos Educandos Artífices do Maranhão
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CERTEC	Centro de Referência Tecnológica
CESC/UEMA	Centro de Estudos Superiores de Caxias, da Universidade Estadual do Maranhão
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DPHAP-MA	Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão
EAA	Escolas de Aprendizizes Artífices
EAA-MA	Escola de Aprendizizes Artífices do Maranhão
EAfs	Escolas Agrícolas Federais
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio
ETF	Escolas Técnicas Federais
HDB	Hemeroteca Digital Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFs	Institutos Federais
IFECT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RFECT	Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Caxias
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNED	Unidade Descentralizadas de Ensino
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 DA PERTINÊNCIA DE CERTOS TRAJETOS	18
1.1 Mapeamento das produções acadêmicas de estudos sobre o campo da Educação Profissional.....	23
1.2 Caminhos da pesquisa para a investigação da História da Educação Profissional...	28
1.3 Tecendo a escrita: organização e estrutura da tese.....	37
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO MARANHÃO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	42
2.1 O campo das instituições de ensino: a escola como lugar de práticas e vivências	43
2.2 Maranhão: teias do tempo na constituição histórica do Estado	48
2.3 O panorama da educação maranhense: dimensões político-educacionais em movimento	63
2.4 Tessituras da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão: entrelaçamentos históricos e dinâmicas políticas e econômicas	70
3 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO: RAÍZES HISTÓRICAS DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO MARANHÃO.....	89
3.1 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).....	90
3.2 A Educação Técnica de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação (ETPNM)	105
3.3 De Escola de Aprendizes Artífices (EAAs) a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)	109
4 O INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: IDENTIDADE E IMPACTOS SOCIAIS.....	118
4.1 Tessituras Institucionais: políticas e estratégias internas do IFMA.....	120
4.2 Pelas páginas de jornais, a educação técnica de nível médio do IFMA (2008-2017)	144
4.3 Vestígios do passado e retratos de uma realidade social: as fichas de matrículas ...	185
5 TECENDO OS NEXOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
REFERÊNCIAS	231
APÊNDICES	242
APÊNDICE A – MODELO DA ORGANIZAÇÃO DA PLANILHA PARA COLETA DE DADOS DOS ESTUDANTES JUNTO AOS DRCAs	243
ANEXOS	244
ANEXO A.....	245
ANEXO B.....	248
ANEXO C.....	251
ANEXO D.....	254
ANEXO E.....	256
ANEXO F	259

Da pertinência de certos trajetos



1

1 DA PERTINÊNCIA DE CERTOS TRAJETOS

[...] Um arquivo ou a descoberta de novos registros que contenham informações sobre determinada instituição trazem sempre a expectativa da descoberta, a possibilidade de novos caminhos e podem até imprimir novos direcionamentos ao trabalho, apontando para novas interpretações. [...] o arquivo é um nicho que contém não apenas registros e informações, mas também possibilita a sensação da descoberta do real (Miguel, 2021, p. 66-67).

Esta Tese, em nível de doutorado, inserida na linha de pesquisa de História, Memória e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), situa-se no âmbito da História da Educação, no campo da História das Instituições Escolares, e se vincula ao projeto de pesquisa “Expansão do ensino secundário no Brasil de 1940 a 1970: uma questão de classe social”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Pessanha, 2021).

A escrita da história da educação nas últimas décadas do século XX apontou para um movimento significativo de olhares direcionados a estudos referentes às instituições escolares, ao indicar para um fecundo campo no qual o pesquisador interessado na temática debruça-se em suas investigações. Essa movimentação teve maior ênfase a partir da década de 1990, com a consolidação dos Programas de Pós-Graduação em Educação, pelo crescimento do número de grupos de pesquisa, eventos e periódicos dedicados ao objeto, ampliação das linhas de investigação, diversificação teórico-metodológica e utilização de variadas fontes, o que representa um aspecto contemporâneo no contexto da História da Educação.

Entre essas linhas, destaca-se a História das Instituições Escolares (Nosella; Buffa, 2013; 2005; Magalhães, 2004; 1999; Catani; Faria Filho, 2002). Muitos desses estudos estão localizados no Sul e Sudeste, regiões na quais tiveram início os primeiros Programas de Pós-Graduações no Brasil na década de 1960. O Parecer nº 977/65, emitido pelo Conselho Federal de Educação (CFE) naquele ano, representa um marco importante para os Programas de Pós-Graduação no contexto educacional brasileiro, assinalando um ponto de inflexão ao aprovar, no final de 1965, a instituição do primeiro programa de mestrado em educação no País. Tal decisão, materializada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), refletiu a maturidade acadêmica alcançada naquele período, bem como sinalizou um avanço significativo no cenário educacional brasileiro.

No âmbito do campo da História da Educação, é observado um aumento expressivo no número de pesquisas direcionadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os

níveis e modalidades de ensino. O campo da história da EPT é marcado por uma complexidade que envolve a articulação entre o mundo do trabalho, as políticas públicas e as demandas sociais. Igualmente, o aumento de pesquisas ocorre nos Programas de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), com a oferta de mestrado profissional em rede nacional, composta por alguns Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (doravante, Institutos Federais), entre eles, o Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Este, por seu turno, oferta o curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade educação a distância, desde o ano de 2018.

Realizar a investigação desse objeto de estudo a partir dos teóricos mencionados se justifica porque suas pesquisas trazem contribuições em três esferas interconectadas: a justificação para a pesquisa em instituições escolares, a abordagem teórico-metodológica empregada e as críticas dirigidas ao burocratismo e a determinadas limitações inerentes às pesquisas acadêmicas.

Ao discutir a importância de investigar instituições escolares, Nosella e Buffa (2005) não apenas questionam a burocracia e as restrições impostas à pesquisa acadêmica, mas também destacam os desafios inerentes a essa ação. Eles enfatizam a viabilidade de produzir relatos substanciais capazes de articular de forma adequada tanto os aspectos gerais quanto particulares. Esta abordagem, segundo os autores, tem o potencial de significativamente melhorar o cenário educacional brasileiro (Nosella; Buffa, 2005). Importa mencionar, além disso, a forma dos esclarecimentos didático-metodológicos que os autores fazem sobre o “como investigar instituições escolares”, destacando a relevância de examinar o objeto de estudo, as fontes utilizadas, os procedimentos adotados e a narrativa sobre instituições escolares.

Nas concepções de Nosella e Buffa (2013), pesquisas voltadas para instituições educativas

[...] representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores [...]. Tais estudos, realizados quase sempre nos Programas de Pós-Graduação em Educação, privilegiam a instituição escolar considerada em sua materialidade e em seus vários aspectos: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles (Nosella Buffa, 2013, p. 19).

De fato, as investigações sobre a escola abordam uma ampla série de aspectos, desde o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e a de sua instalação, até a vida da escola, os alunos, os professores e gestores, funcionários/servidores, assim como os saberes, as normas disciplinares, os eventos, entre outras possibilidades de pesquisas. Essa abrangência permite uma compreensão mais completa relacionadas às instituições escolares. Por outro lado, Nosela e Buffa (2013) afirmam que muitos trabalhos ainda apresentam fragilidades, quer pelo burocratismo acadêmico que privilegia títulos e diplomas, ou por pesquisas menos significativas, com características singulares, laudatórias ou, ainda, por questões teórico-metodológicas, por vezes, vazias de fundamentos. Essas fragilidades, contudo, foram objeto de ressignificação e aprofundamento a partir de estudos realizados desde as décadas iniciais do século XXI.

Nessa direção, a proposta de pesquisar e descrever os processos históricos de uma instituição escolar vai ao encontro do que afirma Magalhães (1999, p. 155): “Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu por acaso, tanto aquilo que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu”. Esta é, pois, a possibilidade de apurar os sentidos e as sensibilidades para que possa ser percebida em tempos e espaços nas quais são produzidas, praticadas e vivenciadas, compreendendo-a como uma instituição complexa, que é influenciada por fatores, internos e externos (políticos, econômicos, sociais, culturais ou mesmo pessoais). Assim, a escola é uma instituição que tem histórias e identidades que lhe são peculiares.

Esta pesquisa tem seu objeto de estudo situado no campo das instituições escolares, com o título *Entre transformações e permanências: a história da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA (2008-2017)*. O recorte histórico inicia em 2008, com a criação dos Institutos Federais, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), e finaliza no ano de 2017, com a instituição da Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), que estabelece mudanças substanciais e, por isso, aponta para a incompatibilidade na estrutura do ensino médio brasileiro, a partir da proposta da educação profissional preconizada nas normativas de criação dos Institutos Federais no País.

A motivação para o presente estudo está intrinsecamente relacionada à experiência profissional da pesquisadora, que atua como professora de História no IFMA desde o ano de 2012, mas iniciou suas atividades laborais no Campus Codó, cuja origem deu-se como Escola Agrotécnica Federal de Codó, pela Lei n.º 8.670, de 30 de junho de 1993, e foi transformada

em Instituto Federal pela Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), recebendo sua atual denominação. Em 2017, a pesquisadora foi aprovada em edital de remoção de professores para o IFMA Campus Caxias, sua cidade natal, onde passou a desenvolver suas atividades profissionais.

O despertar para o ato de pesquisar teve o seu início durante os anos de graduação no curso de licenciatura em História, no Centro de Estudos Superiores de Caxias, pertencente à Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA). Nesse período, o foco de interesse foi direcionado para o patrimônio arquitetônico do centro histórico da cidade de Caxias, reconhecido e protegido pelo tombamento realizado em 1990, pelo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico (DPHAP-MA). Este interesse inicial avançou durante o período de mestrado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, na área de concentração em Cultura, Identidade e Processos Sociais, da Universidade Federal do Maranhão (UFPI), que teve como tema de investigação “O patrimônio edificado do centro histórico de Caxias como lugar de memórias: entre a materialidade e imaterialidade”, com o objetivo de analisar as percepções de determinados grupos sociais de Caxias acerca do patrimônio cultural da cidade. Em um esforço de aprofundamento da pesquisa, após apresentação e defesa da dissertação, foi elaborado e submetido um projeto à Secretaria Municipal de Educação de Caxias (SEMED), com o intuito de propor ações voltadas para a educação patrimonial. O projeto foi aceito, resultando no mapeamento de instituições escolares do município para a implementação das atividades propostas, as quais obtiveram significativa visibilidade junto à comunidade escolar, despertando para a compreensão da importância do patrimônio local como repositório de histórias e memórias e, conseqüentemente, a necessidade de esforços para sua proteção, preservação, revitalização e ressignificação.

Com o ingresso no IFMA em março de 2012, surgiu a oportunidade de continuar as pesquisas, tendo como objeto de estudo as instituições escolares. Destaca-se, entre os projetos realizados, o trabalho intitulado “História e memórias da educação profissional e tecnológica do IFMA Campus Caxias: saberes e práticas”, conduzido entre junho de 2017 e junho de 2018, através da seleção e aprovação do projeto pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Nesse percurso de investigações, emergiu o interesse em prosseguir os estudos no nível de doutorado em Educação. Consolidando-se os aprendizados adquiridos ao longo da trajetória de pesquisa, impulsionados pelo suporte dos docentes do Programa e pelas orientações recebida

da orientadora, foi delineado como objeto de estudo as instituições escolares, particularmente a educação profissional técnica de nível médio do IFMA.

Conhecer essa instituição educativa, com os olhares direcionados à educação profissional técnica de nível médio, permitiu a compreensão das dimensões dadas à modalidade de ensino por meio do entrelaçamento das tessituras da história, das práticas e das vivências de seus sujeitos, percebidas no processo de educação profissional entre os anos 2008 e 2017. No decorrer da pesquisa, houve possibilidades de avanços e recuos no recorte temporal, a fim de melhor compreender o objeto estudado.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, acredita-se contribuir de modo significativo para os estudos em História da Educação no Brasil, especialmente para a História da Educação do Maranhão, por trazer à tona a história e a trajetória desta Instituição no Estado, criada no ano de 2008. No entanto, com a Lei n.º 13.415/2017 (Brasil, 2017), conhecida como Reforma do Ensino Médio, foram feitas alterações significativas no currículo do ensino médio. Os debates e as críticas à lei baseiam-se no entendimento de que ela enfraquece e descaracteriza a identidade e a concepção de ensino médio integrado à educação profissional, conforme previsto na lei de criação dos Institutos Federais (Brasil, 2008), mais especificamente na Seção III – dos objetivos dos Institutos Federais, Art. 7º, Inciso I, que trata do objeto de estudo, o ensino técnico profissional de nível médio, a saber: “ministrar **educação profissional técnica de nível médio**, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (Brasil, 2008, p. 4, grifo nosso).

A partir de leituras e análises de produções acadêmicas (teses, dissertações, artigos, livros) que têm como objeto de estudo as instituições escolares, a educação técnica profissional e o ensino técnico profissional, o estudo volta-se para analisar a constituição dos Institutos Federais no Brasil, com destaque para o IFMA.

Os questionamentos voltam-se para saber quais foram os fatores políticos, econômicos e históricos que influenciaram a criação dos Institutos Federais no Brasil e, especificamente, no Maranhão. Como questões secundárias, indagamos: Quais critérios orientam/orientaram a escolha dos municípios para a instalação de unidades do IFMA? Quais são os parâmetros determinantes para a escolha e implementação dos cursos técnicos de nível médio nessa Instituição, considerando as demandas locais e regionais?

Pelos dados já conhecidos, a tese é que o IFMA atendeu aos projetos hegemônicos do capital que precisavam expandir a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil atendendo a

necessidade de mão de obra mais qualificada e tecnológica. E, nesse contexto, o IFMA se responsabiliza por esta qualificação exigida pelo capital, entretanto, no âmbito da contradição, também, atende as necessidades prementes da população trabalhadora do Estado.

De caráter histórico e documental, o estudo tem por objetivo principal analisar as determinações históricas, políticas e econômicas que contribuíram para a implementação do IFMA no período entre 2008 e 2017, especificamente a educação profissional técnica de nível médio, baseada na literatura em dados estatísticos e nos jornais. Os objetivos específicos estão assim delineados: (1) analisar os aspectos do contexto histórico de ampliação e reformulação da Educação Profissional e Tecnológica nos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal do Maranhão; (2) descrever os processos desenvolvidos *para* e *na* criação do IFMA, tomando como base a análise de *campi* de diferentes fases de fundação, como os originados a partir da integração de duas escolas técnicas pré-existentes no Estado: o Campus São Luís-Monte Castelo (oriundo do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – CEFET-MA), o Campus Codó (originário da Escola Agrotécnica Federal de Codó) e do Campus Caxias (criado na segunda fase de expansão da Rede, em 2011); (3) descrever a história de constituição da educação profissional técnica de nível médio do IFMA; e (4) analisar a que grupos sociais o IFMA pretendia atender e os que realmente atendeu no período entre 2009 e 2017 para compreender a eficácia ou não das políticas públicas educacionais implementadas pela Instituição.

1.1 Mapeamento das produções acadêmicas de estudos sobre o campo da Educação Profissional

Para a investigação, de início foi realizado o levantamento de produções acadêmicas referentes à história das instituições escolares de ensino técnico profissional, utilizando como fontes de pesquisa para a localização de teses e dissertações, o Catálogo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o repositório da Plataforma Sucupira, vinculada à Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período compreendido entre 2012 e 2022, a partir dos seguintes descritores: Instituições Escolares, Ensino Técnico, Ensino Técnico Profissional, Educação Profissional, com a adoção de filtros de refinamentos – uso de “aspas” e do operador booleano AND.

Como passo seguinte ao levantamento, o procedimento adotado foi o da realização de leituras e análises dos trabalhos selecionados, contendo a relação de estudos biográficos,

considerado como fontes de referência, também, para a revisão da literatura, compondo quatro teses e cinco dissertações que, de fato, correspondiam diretamente ao objeto de interesse de estudo, a saber, a história das instituições escolares de educação profissional de nível médio no Brasil.

As pesquisas dialogam com o campo da História da Educação, da educação profissional, do ensino profissional e do ensino técnico. Apresenta-se, no Quadro 1, o ano de defesa do estudo, título do trabalho, autoria, tipo de pesquisa, instituição e região dos estudos biográficos eleitos, tratados como principais referências para a revisão da literatura.

Quadro 1 – Organização do *corpus* selecionados na BDTD e Plataforma Sucupira (2012-2022)

Ano	Título	Autor	Tipo	Instituição	Região
2012	Capitalismo tardio e educação profissional: as escolas profissionais mineiras de Barbacena, Rio Pomba e Uberlândia (1940 – 1970)	Ednaldo Gonçalves Coutinho	Tese	UFSCar	Sudeste
2014	O ensino técnico, a criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e a educação física: capturas neoliberais e formas de resistência	Tatiana Teixeira Silveira	Tese	UFPR	Sudeste
2014	O ensino profissional estadual paulista nos anos de 1940 a 1970: trajetória na cidade de Orlandia	Maria Teresa Garbin Machado	Tese	UNESP	Sudeste

Ano	Título	Autor	Tipo	Instituição	Região
2015	Em nome da ordem e do progresso: a formação profissional no percurso da Escola de Aprendizizes Artífices à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1909-1971)	Francisco Carlos Oliveira de Sousa	Tese	UFRN	Nordeste
2016	A (re) construção histórica da Escola Profissional Washington Luís (1923-1931)	Sâmela Cristinne Furtado de Carvalho Ignácio	Dissertação	UFRJ	Sudeste
2016	Ensino profissionalizante ante feminino em Uberaba: o Centro de Treinamento e Escola Rural de Magistério de Economia Doméstica de Uberaba (1953-1963)	Ana Carolina Riccioppo	Dissertação	UNIUBE	Sudeste
2016	Ensino Médio Integrado na Rede FAETEC: do tecnicismo a uma nova concepção de educação profissional?	Rosane de Abreu Farias	Dissertação	UERJ	Sudeste
2017	Escola Técnica de Comércio União Caixeiral: gênese e dualidade de um processo de criação	Tainá da Silva Bandeira	Dissertação	UFRN	Nordeste

Ano	Título	Autor	Tipo	Instituição	Região
	(1911 a 1937) no município de Mossoró/RN				
2017	O instituto de educação de Presidente Prudente/SP (1953-1975): elementos para a história de uma instituição escolar	Aline de Novaes Conceição	Dissertação	UNESP	Sudeste

Fonte: Elaboração própria (maio/jun., 2023)

A região Sudeste apresenta a maior incidência de investigações relacionadas à temática das instituições escolares e da educação profissional. Essa prevalência está diretamente associada ao pioneirismo da região na oferta de Programas de Pós-Graduação em Educação, especialmente aqueles que possuem linhas de pesquisa voltadas para a História da Educação e suas interfaces com outros campos do conhecimento (Gatti Júnior; Gatti, 2018; Nosella; Buffa, 2013; Catani; Faria Filho, 2002).

Os títulos selecionados para a compreensão e análise do *corpus* deste estudo evidenciam e articulam momentos histórico-espaciais para além dos intramuros das instituições educativas, a partir dos “mergulhos” feitos pelos pesquisadores sobre seus objetos de estudos. O foco principal para leitura e análise das teses e dissertações selecionadas foi o de, sobretudo, conhecer, entre outros aspectos, os caminhos percorridos, as fontes utilizadas, a operação teórico-metodológica adotada, os autores com quem dialogaram, na perspectiva de perceber as singularidades de determinada instituição escolar que, por sua vez, só poderá ser compreendida e explicada quando inserida nos contextos e nas circunstâncias históricas em perspectiva de planos macro ou micro histórico (Monteiro; Brazil, 2019).

As produções acadêmicas selecionadas e analisadas revelaram que Coutinho (2012), Silveira (2014), Farias (2016), Sousa (2015) e Bandeira (2017) adotaram como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o materialismo histórico como método de discussão. Essa corrente teórica permite investigar a relação íntima entre a forma como a sociedade produz sua existência material e a instituição escolar que cria. O materialismo histórico é uma crítica ao capitalismo e aos seus efeitos, que geram as divisões de classes. Assim, nas investigações desses teóricos, identifica-se a relação entre a escola e a sociedade

capitalista. Isso permite analisar a função da educação profissional técnica em permanecer ou transformar as relações sociais e econômicas.

A escolha por metodologias bibliográficas e documentais nos trabalhos analisados foram adaptadas a esta pesquisa, o que permitiu um estudo histórico e documental do IFMA. Desse modo, a crítica às divisões e/ou frações de classes, central no materialismo histórico, possibilitou a investigação de como a educação profissional técnica no Instituto Federal contribui para a inclusão social ou reforça desigualdades, especialmente no contexto do Maranhão, um estado com desafios socioeconômicos significativos. A pesquisa de Silveira (2014), por exemplo, foi inspiração para a análise sobre como a educação profissional no IFMA pode reproduzir saberes tradicionais, além de constituir novos territórios, ou seja, espaços de aprendizado que valorizem a criatividade, a interdisciplinaridade e a inclusão, alinhados às especificidades culturais e econômicas da região.

Os estudos permitiram visualizar dinâmicas ocultas ou marginais dentro do contexto educacional, como práticas pedagógicas inovadoras, resistências a modelos tradicionais e formas alternativas de organização do ensino técnico no IFMA. Isso é essencial para compreender como a educação profissional pode ser transformada a partir de dentro, nas “brechas” das estruturas institucionais.

A presente pesquisa contribui para a ampliação das reflexões acerca da Educação Profissional como um espaço dinâmico de possibilidades, no qual a resistência e a criatividade emergem como elementos essenciais na construção de práticas pedagógicas inovadoras, transformadoras e inclusivas. Essa modalidade educacional não se limita à mera transmissão de conhecimentos técnicos, mas assume um papel fundamental na promoção da emancipação social e no enfrentamento das desigualdades históricas que permeiam o acesso e a permanência dos estudantes no IFMA. Assim, compreende-se que o fortalecimento dessas práticas passa, necessariamente, pelo reconhecimento das diversidades socioculturais, econômicas e regionais, promovendo a construção de um ambiente educacional que dialogue com as reais necessidades da sociedade contemporânea.

A investigação sobre a história da educação profissional de nível médio no IFMA encontra respaldo em abordagens metodológicas que conciliam a pesquisa bibliográfica e documental com a valorização da memória histórica, conforme apontado por Ignácio (2016) e Riccioppo (2016). Essa metodologia contribui para acessar as fontes primárias de informações,

constituídas por narrativas subjetivas e contextualizadas, que enriquecem e complementam os dados.

A combinação das referidas estratégias metodológicas, além de contribuir para a reconstrução de fatos históricos, possibilita a compreensão dos significados atribuídos a esses fatos pelos sujeitos envolvidos. Tal abordagem dialética entre fontes formais e informais amplia a capacidade investigativa, fornecendo subsídios para a análise das transformações institucionais, sociais e pedagógicas que marcaram a trajetória do IFMA na oferta de educação profissional em nível médio.

1.2 Caminhos da pesquisa para a investigação da História da Educação Profissional

Os trabalhos referentes ao objeto deste estudo apontaram para pesquisas com o seguinte percurso metodológico: (1) pesquisa bibliográfica e documental (legislações educacionais, manuais e relatórios, registros escolares, fotografias, jornais); (2) materialismo histórico, como método. O panorama teórico-metodológico apresenta-se como campo privilegiado nas investigações, entre outros aspectos, o que mostra a proficuidade que o pesquisador tem para discutir seus objetos de estudos (Gatti, 2012) e vai ao encontro do que esta pesquisa propõe.

Com o propósito de delinear os instrumentos essenciais para conduzir a pesquisa na área de História da Educação, com foco particular na educação profissional técnica de nível médio no IFMA, a investigação foi inicialmente direcionada para a pesquisa de campo digital, a partir da leitura e análise do referencial teórico que compõe o estudo. A pesquisa de campo digital é uma abordagem que utiliza tecnologias digitais para coletar dados diretamente em um ambiente virtual, e tem se tornado cada vez mais utilizada devido à acessibilidade, ao ampliar o escopo da pesquisa científica em um mundo cada vez mais digitalizado (Recuero, 2009).

A pesquisa no campo digital foi conduzida por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, uma plataforma de acesso aberto que disponibiliza um amplo acervo de periódicos nacionais. O objetivo central da investigação foi examinar a gênese da constituição da Educação Profissional no Estado do Maranhão, a partir da análise de documentos históricos que possibilitam compreender os contextos socioeconômicos e políticos que influenciaram sua formação e desenvolvimento. A Hemeroteca Digital Brasileira, ao reunir uma diversidade de publicações impressas de diferentes períodos, desempenha um papel fundamental na democratização do acesso à informação e na preservação da memória educacional brasileira,

permitindo que pesquisadores revisitem fontes primárias e construam novas interpretações sobre os processos históricos da educação no País.

Embora a pesquisa tenha como recorte temporal o período de 2008 a 2017, justifica-se a pesquisa dos termos em um período anterior, considerando que o passado reflete nos dados atuais. Nessa perspectiva, é importante recorrer às fontes históricas fundamentais para a compreensão do presente. Em termos mais específicos, o passado configura-se como um elemento constituinte essencial para a estruturação da educação profissional no Maranhão, assumindo o papel de sementes fundadoras do cenário atual. Justifica-se, também, pela localização de indícios da criação de instituições escolares direcionadas ao ensino de profissões manuais, primeiro aos povos nativos e depois aos escravizados africanos, desde a ocupação dos franceses, em 1612.

Nessa fase, foram realizadas buscas no repositório da Hemeroteca Digital Brasileira, que proporcionou acesso a um acervo significativo relacionado ao objeto de estudo, com a condução do mapeamento de periódicos que permitiu identificar notícias que abordaram aspectos do ensino técnico e da educação profissional no Estado do Maranhão.

A execução dessa operação historiográfica caracterizou-se como um procedimento desafiador, por demandar um conjunto de competências, conhecimentos e domínio de fontes históricas, haja vista a realização deste processo implicar na habilidade de identificação, coleta, análise e interpretação das fontes. Dessa forma, configura-se um dos trajetos metodológicos empregados nesta pesquisa, inicialmente, com a condução de uma investigação eletrônica fundamentada na Hemeroteca Digital, seguida por um estudo de campo em formato analógico, com base no acervo físico da Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na capital maranhense, São Luís.

Os periódicos oferecem um universo de informações para investigadores, possibilitando a identificação de aspectos pertinentes ao objeto desse estudo, particularmente no âmbito da educação profissional no IFMA. Os documentos (jornais) são instrumentais na análise do cotidiano, da organização das estruturas escolares, dos discursos e dos grupos sociais envolvidos. Segundo Gatti e Gatti Júnior (2018), tais elementos adquirem relevância substancial na pesquisa da História da Educação, uma vez que os registros da imprensa facilitam a aproximação do presente com a realidade de épocas passadas.

Segundo Gatti e Gatti Júnior (2018):

[...] as notícias e demais textos e imagens publicados pela imprensa nas diferentes localidades têm sido uma fonte muito importante no desenvolvimento da pesquisa no campo da História da Educação. Nesse sentido, a imprensa tornou-se um instrumento de referência para a compreensão e para a apreensão de fatos ligados à história educacional, fornecendo indícios que podem contribuir para entendimento das ideias pedagógicas disseminadas em determinado período, mas também para compreender a importância da escola em determinados contextos políticos e sociais (Gatti; Gatti Júnior, 2018, p. 30).

Conforme o objetivo da investigação, analisar os aspectos históricos, políticos e econômicos que contribuíram para a implementação do IFMA, a partir da constituição dessa Instituição, no período entre 2008 e 2017, para a pesquisa no acervo da Hemeroteca Digital, empregou-se como filtros para recuperar os dados os termos "Educação profissional", "Ensino profissional", "Ensino técnico" e "Ensino técnico profissional", com adoção do uso de aspas e dos operadores booleanos AND e OR. Tais descritores foram selecionados com base na literatura especializada, mais especificamente nas obras de Kuenzer (2009; 1991), Frigotto (2018), Ramos (2014), Manfredi (2002), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Brasil, 1996), na Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), entre outros.

No catálogo do acervo da Hemeroteca Digital é possível selecionar a pesquisa por periódico, período e local, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Painel de pesquisa Biblioteca Digital

Fonte: Arquivo da pesquisadora (2024)

Nota: a captura de tela foi realizada no site da Biblioteca Digital no ano de 2024.

Para a realização da pesquisa, foram estabelecidos critérios específicos de busca, abrangendo a definição do local de estudo (Maranhão), a delimitação temporal (todos os

períodos disponíveis no acervo) e a seleção de descritores pertinentes ao objeto de investigação. A definição desses parâmetros teve como objetivo assegurar a abrangência e a relevância dos dados coletados, permitindo uma análise aprofundada e contextualizada da temática em questão. A Figura 2 apresenta detalhadamente os descritores utilizados, bem como a organização dos critérios adotados para a busca das fontes.

Figura 2 – Exemplo de busca na BNDigital: definição das bases da pesquisa

HEMEROTECA DIGITAL

Pesquise no periódico no acervo da Hemeroteca Digital. Aqui você busca por palavras-chave nos conteúdos dos periódicos. Se estiver buscando outro tipo de publicação, encontre no Arquivo Digital.

Local: MA Período: Todos (16)

Período: Todos (206)

Pesquisar (Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde").

"Educação profissional" AND "Ensino profissional"

Pesquisar

ARTIGOS
Veja todos disponíveis

TÍTULOS
Veja todos disponíveis

Fonte: Arquivo da pesquisadora (2024)

Nota: A captura de tela foi realizada no site da Biblioteca Digital no ano de 2024.

Na etapa seguinte, ocorre o direcionamento para a página que reúne os periódicos previamente definidos, conforme ilustrado na Figura 3. A partir dessa seleção, procede-se à escolha do periódico de interesse e à organização do banco de dados, etapa essencial para a realização dos procedimentos de análise e discussão dos resultados.

Figura 3 – Definição dos descritores na página inicial da Hemeroteca Digital

Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
O Imparcial (MA) - 1926 a 1946	34673	1	

Fonte: Arquivo da pesquisadora (2024)

Nota: A captura de tela foi realizada no site da Biblioteca Digital no ano de 2024.

Após buscas iniciais, para essa investigação delimitou-se por período (geral) e local (Maranhão). No Quadro 1 estão apresentados os achados, tendo como padrão de dados o período em décadas. Foi verificado que, entre 1740 e 1849 da publicização de periódicos no site, não há informações referentes ao Estado do Maranhão. Após a utilização dos termos selecionados previamente, conforme mencionado antes, houve a necessidade de incluir na pesquisa o termo genérico “ensino”, analisando as entradas prévias e a grafia utilizada na época, a exemplo da palavra *technico* quando da recuperação dos dados.

Dada a dimensão quantitativa, a operação historiográfica foi realizada a partir dos seguintes procedimentos: local (Maranhão) e períodos (todos). O resultado apresentou 16 períodos, definidos em décadas, e 208 arquivos. Pretendeu-se, com a busca em períodos tão anteriores ao recorte da pesquisa, mostrar a presença da educação profissional e técnica no Maranhão, no período listado nos periódicos. No entanto, não será objeto de análise dos periódicos. Na quarta seção desta tese, serão apresentadas algumas matérias de jornais que abordaram a educação profissional.

O próximo passo da investigação consistiu na realização da pesquisa analógica, entendida como aquela desenvolvida a partir do contato direto com materiais físicos e não digitais – como documentos impressos, jornais e outros registros históricos preservados em acervos. Essa etapa foi fundamental para o aprofundamento do estudo, pois permitiu o acesso a fontes primárias essenciais à compreensão do contexto educacional analisado. Nesse momento, os esforços foram direcionados para uma pesquisa *in loco* no acervo físico da Biblioteca Pública Benedito Leite, situada na Praça do Panteon, no centro histórico de São Luís, Maranhão.

Essa etapa teve como objetivo acessar jornais que, pela sua natureza, não estão disponíveis em formato digital, no período entre 2008 e 2017, mas que trazem informações importantes que contribuem para a análise da trajetória da educação profissional de nível médio no IFMA. A escolha da Biblioteca Pública Benedito Leite se justifica por sua relevância enquanto guardião de uma vasta e diversificada coleção de documentos relacionados à história e cultura do Maranhão.

Durante essa fase, foi adotada uma abordagem sistemática, que incluiu a consulta dos jornais e a interação com os bibliotecários e servidores responsáveis pelo acervo, que desempenharam um papel importante ao orientar a pesquisa e ajudar na localização de materiais específicos, ampliando a eficiência do trabalho.

Ademais, a pesquisa analógica proporcionou um aprofundamento não apenas na recuperação de informações, mas também na percepção sensível do espaço de memória que a Biblioteca Pública Benedito Leite representa. Esse espaço, carregado de significado histórico e cultural, enriqueceu a experiência investigativa, situando o pesquisador em um cenário que dialoga diretamente com a historicidade do objeto de estudo.

Essa etapa reforça a importância do diálogo entre métodos de pesquisa tradicionais e contemporâneos, ao evidenciar que reconstruir a história exige tanto o uso de tecnologias

digitais quanto o compromisso com a preservação e a análise de acervos físicos. A pesquisa analógica não se limita a uma atividade meramente operacional, mas se configura como um processo reflexivo e essencial para a construção de um conhecimento histórico sólido e bem fundamentado.

A ida a campo para a pesquisa analógica na Biblioteca Pública Benedito Leite foi realizada no segundo semestre de 2024, após a qualificação da tese, que ocorreu em junho do mesmo ano. A decisão de adiar esse trabalho de campo até após a qualificação foi motivada pelo desejo de ter um maior respaldo teórico e metodológico para conduzir a pesquisa com mais precisão. Nesse período, foi dada continuidade às buscas no acervo físico da biblioteca, com o objetivo de recuperar dados em periódicos selecionados, focando em matérias relacionadas à educação profissional no Maranhão, com ênfase principal no IFMA.

Na Biblioteca foi possível perceber ainda mais a importância de que o trabalho do historiador em arquivos seja criterioso, minucioso, investigativo e perseverante, pois nem sempre se encontra exatamente o que se deseja no dia e na hora pretendidos. Além disso, as fontes, os “indícios”, dificilmente estão disponíveis e ordenados de acordo com a necessidade do pesquisador.

No Quadro 2, encontra-se listadas as fontes hemerográficas que irão compor a análise da investigação. No contexto deste estudo, o objetivo principal dos referidos documentos é o de analisar matérias relacionadas desde a criação do IFMA e os seus possíveis impactos na educação maranhense, a partir da promulgação da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008). Conforme orientado pelos arquivistas, a pesquisa foi concentrada em dois periódicos, considerados representativos do período e da região em estudo.

Quadro 2 – Periódicos selecionados no acervo físico da Biblioteca Pública Benedito Leite (2008 a 2017)

Periódico	Ano de fundação	Fundadores
O Imparcial	1926	João Pires Ferreira
O Estado do Maranhão	1973 (antes, Jornal do Dia)	José Sarney e Bandeira Tribuzzi

Fonte: Elaboração própria (2024)

A delimitação temporal de 2008 a 2017 foi estrategicamente escolhida por abranger o período de criação, implementação e expansão dos Institutos Federais de Educação no Brasil. Esse recorte permite uma análise aprofundada das narrativas e dos debates que envolveram esse processo no Estado do Maranhão. A escolha de 2017 como marco final possibilita, ainda, a identificação e a compreensão de desdobramentos decorrentes da criação do IFMA, ocorrida

em dezembro de 2008, permitindo uma reflexão mais ampla sobre os impactos e as transformações geradas ao longo desses anos.

Ao focar matérias que abordam diretamente a criação dos Institutos Federais de Educação e seus impactos na educação maranhense, busca-se compreender as percepções, argumentos e discursos presentes na mídia no período delimitado. Isso inclui análises sobre políticas educacionais, expectativas da comunidade acadêmica e sociedade civil, bem como eventuais controvérsias e desafios enfrentados durante esse período de transição e reformulação do sistema educacional no país. O passo seguinte foi a análise dos periódicos selecionados para compor o *corpus* da pesquisa.

Salienta-se que os arquivos, enquanto lugares de memória, representam espaços que abrigam suas coleções, constituindo ambientes ricos em diversas oportunidades e possibilidades para a pesquisa, sempre suscetíveis a interpretações renovadas. De acordo com Duby (1993, p. 21), as fontes representam o material a partir do qual os historiadores se abastecem, realizando seleções, recortes e ajustes para, posteriormente, edificar a construção do projeto que idealizaram provisoriamente. Essa perspectiva é reiterada por Magalhães (2004) que, ao analisar a trajetória das instituições educativas, destaca o vínculo essencial que sustenta as relações entre a história, a memória e os arquivos.

Igualmente, Vidal (2021) levanta um questionamento e, ao mesmo tempo, propõe uma resposta acerca da relevância dos arquivos escolares. A autora problematiza a finalidade da manutenção dos documentos escolares sob uma perspectiva ampliada, que engloba tanto os registros escriturais quanto os não escriturais, destacando sua importância para a compreensão da história e das práticas educacionais.

Qual a finalidade da manutenção dos documentos escolares dentro dessa perspectiva ampliada de registros de práticas escriturais e não escriturais no âmbito dos arquivos escolares? A resposta aqui é dupla. Por um lado, o exercício permite a salvaguarda de vestígios da ação histórica dos sujeitos na ativação das práticas escolares e propicia o entendimento das culturas escolares pretéritas, o que favorece a atividade dos historiadores da educação (Vidal, 2021, p. 113).

Vidal (2021) reforça a importância dos arquivos escolares como repositórios documentais e fontes essenciais para a construção do conhecimento histórico e educacional.

A pesquisa realizada evidencia a significância da recuperação de periódicos para a compreensão da história da educação profissional técnica de nível médio no contexto

maranhense. O resultado do estudo apontou para a necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre o tema, a fim de que os elementos determinantes que influenciaram e influenciam o desenvolvimento da educação profissional técnica de nível médio no Estado sejam melhor compreendidos.

O estudo fundamenta-se em um referencial teórico pertinente ao tema, aliado à análise do corpus documental, ambos considerados fontes essenciais de informação para o desenvolvimento da pesquisa. Para a realização da investigação, foram utilizadas as seguintes fontes: a) *documentais*, abrangendo documentos oficiais, incluindo aqueles produzidos pelo próprio Instituto; b) *fontes hemerográficas*; e c) *fichas de matrícula*.

Ainda no âmbito metodológico, foi construído um banco de dados para a análise dos documentos digitalizados e, para tanto, utilizou-se a plataforma digital de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), que transforma textos de imagens digitais, a exemplo dos periódicos que foram utilizados nessa pesquisa, em caracteres possíveis de serem manipulados em editores de texto.

No tocante aos documentos oficiais, no Quadro 3 estão apresentados alguns documentos que, igualmente, compuseram o *corpus* da pesquisa, recuperados no site do IFMA, disponível em “<https://portal.IFMA.edu.br/>”.

Com o objetivo de analisar quais grupos sociais o IFMA pretendia atender e quais, de fato, foram atendidos no período de 2008 a 2017, foram examinados os registros de matrícula de três *campi* da Instituição, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Fontes documentais

Documento	Ano
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	2009-2013
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	2014-2018
Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	2016
Editais de ingresso de alunos	2009- 2017
Fichas de matrícula do Instituto Federal do Maranhão (Campus: Caxias, Codó e São Luís - Monte Castelo)	2009 e 2017

Fonte: Elaboração própria (2023)

Além das fontes documentais, oficiais e internas da instituição, conforme apresentado no Quadro 4, outros subsidiaram a pesquisa Decretos, Regulamentos e Leis, a exemplo da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), de criação dos Institutos Federais no País. E, mais uma vez, destacamos também as fontes hemerográficas sobre a educação profissional, assim como fontes que abordam sobre a presença da Instituição no Estado, conforme demonstrado no Quadro 2.

O ofício/arte do historiador com as fontes oficiais (leis, decretos, registros históricos, cartas, relatórios, fotografias, entre outras) requer apurado senso crítico e critério de investigação. Essas fontes são importantes para a pesquisa histórica, pois fornecem informações sobre o passado. Contudo, as fontes oficiais não são autoexplicativas, afinal, não falam por si sós e, por isso, precisam e devem ser questionadas, afinal, foram produzidas por sujeitos históricos, que carregam marcas de seus contextos temporais e espaciais, assim como de produção e circulação, por pessoas com interesses e perspectivas específicas, e podem ser tendenciosas e/ou incompletas. Por isso, é preciso observar, interrogar, contextualizar e interpretar, conforme Aguiar (2020), levando em consideração seus limites e possibilidades e, por isso, ressaltamos a necessidade de estabelecer diálogos com esses documentos, examinando as pistas, os detalhes, as minúcias e os indícios, segundo Ginzburg (1989).

É pertinente trazer novamente para a discussão Nosella e Buffa (2013), pois alertam para a necessidade de o pesquisador ter cautela na coleta e seleção das fontes de pesquisa, sobretudo nos atos de coletar e selecioná-las, tanto no campo quanto em ambientes acadêmicos. Os autores defendem uma abordagem metodológica que, ao mesmo tempo em que descreve o particular, não perde de vista o contexto macro, incluindo os aspectos econômico, político, social e cultural. Isso porque a escola é um espaço social complexo, que está conectado a outros contextos e, assim, inserida em uma rede de relações que transcendem seus muros. E afirmam:

Nas histórias de instituições escolares consultadas, a busca por essas ‘novas’ fontes é evidente e sua riqueza tem sido explorada. No entanto, surge a questão: como, sem desprezar as novas abordagens do singular, chegar a uma compreensão racional e universal da realidade? Em outras palavras, é preciso articular o particular com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contraditórios [...] (Nosella; Buffa, 2013, p. 64).

Em outras palavras, ao pesquisador cabe buscar compreender os discursos e narrativas produzidos no contexto histórico-social no qual eles se originam. Para isso, é preciso considerar as condições materiais e simbólicas que possibilitaram a produção dessas fontes, bem como os interesses e perspectivas dos autores.

Ressalta-se a importância de que sejam percebidas as relações entre as instituições escolares e os seus cotidianos, com os contextos nos quais estão inseridas; assim, é possível compreendê-las como lugar de produção de conhecimentos e, portanto, de criação e de invenção (Certeau, 1994) que, por sua vez, poderá dar visibilidade às práticas cotidianas, aos processos educativos realizados e/ou praticados e, assim, enquanto espaço dotado de sentidos e sensibilidades.

Ao vivenciar e/ou investigar instituições escolares direcionadas à educação profissional, é fundamental estar atento aos conteúdos e valores que são transmitidos nesses espaços. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005):

Se a preparação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 43).

A proposta é que os conteúdos abordados no processo/travessia da educação profissional transcendam as exigências imediatas do mundo do trabalho e alinhem-se à preparação integral dos estudantes para as demandas das profissões que escolherem seguir. Essa preparação, evidentemente, não se limita ao domínio técnico ou operacional, mas deve também contemplar a formação ética, moral e cívica, elementos essenciais para o exercício da cidadania.

Uma das primeiras etapas para a execução da pesquisa consistiu na realização do mapeamento da documentação mencionada, com o objetivo de transformá-la em possíveis fontes de informação. Tomando por base essas fontes, a pesquisa é do tipo histórica e documental, que ampliam objetos de pesquisa e possibilidades de análise a partir do entendimento de representação como construções sociais a partir das experiências históricas e, portanto, enquanto práticas discursivas (Chartier, 2001).

Assim, esta pesquisa se insere na construção e contribuição de uma historiografia educacional maranhense, com ênfase no campo da educação profissional. Ademais, contribui para a preservação do patrimônio educativo de uma instituição de significativa relevância para o Maranhão: o IFMA.

1.3 Tecendo a escrita: organização e estrutura da tese

A tese *Entre transformações e permanências: a História da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA (2008-2017)* segue uma estrutura composta por cinco seções. A primeira delas corresponde à Introdução, ou, *Da Pertinência de certos trajetos*, com o objetivo de estabelecer as bases iniciais para a compreensão do trabalho. Nela apresentamos as subseções: *1.1 O mapeamento das produções acadêmicas sobre o campo da Educação Profissional*, em que se explicita as considerações

preliminares acerca do objeto de estudo, delineando-se o contexto e a relevância do tema abordado, a delimitação temática e o recorte temporal; 1.2 *Os caminhos da pesquisa para investigação da História da Educação Profissional*, onde são expostos a justificativa, o problema de investigação que norteia o estudo e a tese, os objetivos almejados com a pesquisa e o percurso metodológico adotado para alcançá-los, elementos essenciais para situar o leitor no âmbito da pesquisa, ao proporcionar-lhe uma visão panorâmica dos elementos fundamentais que serão abordados ao longo da pesquisa; e 1.3 *Tecendo a escrita: organização e estrutura da tese*, referente à organização e estrutura da tese.

A segunda seção, *Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal de Educação no Maranhão: uma contextualização histórica*, está dividida em quatro subseções. Em 2.1 *O campo das instituições de ensino: a escola como lugar de práticas e vivências*, examina-se o contexto das instituições escolares, destacando o papel da escola como espaço de práticas e vivências educacionais. Em 2.2 *Maranhão: teias do tempo na constituição histórica do Estado*, explora-se, sobretudo, as dimensões histórico-geográficas que contribuíram para a formação do estado do Maranhão, elementos construtores da identidade do estado. Já em 2.3 *O panorama da educação maranhense: dimensões político-educacionais em movimento*, em que são analisados os fatores políticos e educacionais que impactaram o desenvolvimento da educação técnica e profissional no Maranhão ao longo de sua história. Na subseção 2.4 *Tessituras da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão: entrelaçamentos históricos e dinâmicas políticas e econômicas*, apresenta-se uma análise que se concentra nos aspectos voltados para as ações políticas, econômicas e educacionais direcionados ao ensino profissional no contexto do estado do Maranhão. Explora-se, de forma articulada, as conexões entre a desenvolvimento histórico da educação profissional, as transformações políticas que delinearam as diretrizes e as dinâmicas econômicas que influenciaram a sua estruturação.

A discussão na seção três, *Instituto Federal de Educação: raízes históricas da expansão da Educação Profissional e Tecnológica do Maranhão*, concentra-se na busca de compreensão da construção histórica dos Institutos Federais. Para atingir esse propósito, a seção está estruturada em três subseções, cada uma dedicada à análise de aspectos específicos relacionados ao desenvolvimento e à implementação dessa instituição no país. Em 3.1 *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT)*, explora-se a origem e a transformação da Rede Federal, o contexto histórico, desde a sua criação até o seu lugar atual no panorama educacional brasileiro. Em 3.2 *O Educação Profissional de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação (EPTNM)*, examina-se mais de perto o ensino técnico

profissional de nível médio oferecido pelos Institutos Federais, destacando o seu papel na formação de profissionais qualificados e na promoção do desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridos. Na última subseção, *3.3 De Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)*, traça-se a trajetória histórica que culminou na criação do IFMA, desde sua origem como Escola de Aprendizes Artífices até a sua transformação/constituição em sua forma atual.

A quarta seção, intitulada *O Instituto Federal do Maranhão e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: identidade e impactos sociais*, apresenta-se o contexto histórico do IFMA no período de 2008 a 2017, abordando as mudanças institucionais, os desafios enfrentados e as políticas educacionais implementadas. A análise fornece um cenário importante para entender as transformações (e permanências) ocorridas na Instituição e os impactos na sociedade maranhense. Em *4.1 Tessituras Institucionais: políticas e estratégias internas do IFMA*, o foco foi direcionado para a análise de documentos internos do IFMA (editais de ingresso de alunos, fichas de matrícula, relatórios e planos estratégicos). Esses documentos constituem-se fontes privilegiadas que ajudaram a compreender as políticas adotadas, as estratégias implementadas e os desafios enfrentados pela instituição no cumprimento de sua missão educacional e social. Em seguida, na subseção *4.2 Pelas páginas de jornais, a educação técnica de nível médio do IFMA (2008-2017)*, realiza-se uma análise detalhada de dois periódicos (*O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*) de circulação no entretempo de 2008 a 2017, para identificar as discussões, os debates, os eventos e questões relevantes que marcaram a trajetória e a proposta educacional do IFMA. A importância desses registros jornalísticos reside na potencialidade de oferecer um panorama das percepções públicas e das narrativas construídas em torno da instituição. Por fim, na subseção *4.3 Vestígios do passado e retratos de uma realidade social: as fichas de matrícula*, realiza-se a identificação e análise dos grupos sociais efetivamente beneficiados pelo IFMA durante o período estudado. Investiga-se as dinâmicas de inclusão e exclusão social, bem como os impactos das políticas institucionais na promoção de educação profissional e tecnológica de equidade e de desenvolvimento regional.

Na quinta e última seção, *Tecendo os nexos: considerações finais*, apresenta-se as conclusões derivadas das análises realizadas ao longo da tese, com reflexões sobre o papel do IFMA como agente de transformação social do Maranhão. Discute-se também as implicações dos achados para futuras pesquisas e políticas educacionais no Estado.

Na sequência, são apresentadas as referências bibliográficas que subsidiaram a pesquisa, os Apêndices, resultantes do trabalho de levantamento de dados, e, por fim, os Anexos, documentos aos quais recorreu-se durante a investigação, considerados essenciais para uma compreensão mais ampla da obra como um todo.

Educação profissional e tecnológica da rede federal de educação no maranhão

uma contextualização histórica



2

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO MARANHÃO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Se a instituição é, por definição, uma unidade de ação, um sistema de práticas, como fazer história das instituições escolares sem considerar as suas práticas? (Saviani, 2021, p. 40).

Com esta provocação, Saviani (2021), na 2ª edição do livro *Instituições escolares: conceito e reconstrução histórica*, organizado por ele e colaboradores, convida o leitor e o pesquisador a pensar a escola como lugar/espço praticado, em que se apresentam e se conformam tessituras diversificadas. As possibilidades de investigá-la são muitas, desde a sua materialidade, na sua visibilidade mais imediata (arquitetura, equipamentos, estrutura organizacional, objetos), à imaterialidade, nas suas tradições, memórias, ações, estatutos, currículo, os agentes que a vivenciam, que (inter)agem em seus cotidianos.

A escola, enquanto lugar, transcende sua definição meramente física, revelando-se como um ambiente concreto, dotado de localização específica, estrutura cuidadosamente planejada e infraestrutura que proporciona o suporte necessário para abrigar diversas atividades escolares (aulas, reuniões, eventos culturais e esportivos), consolidando-a como um epicentro dinâmico de aprendizado e convivência. Enquanto espaço praticado, a escola se configura e reconfigura constantemente, adequadas pelas ações e interações dos indivíduos que a vivenciam. Assim, ela se revela como um microcosmo social, cultural e político, no qual se desdobram complexas teias de relações de poder, conhecimento e subjetividades. No âmbito social, a escola não é apenas um local onde se adquire conhecimento formal; é um palco ativo onde se consolidam vínculos interpessoais. Essas relações sociais não só influenciam o ambiente imediato, mas também contribuem para a formação da identidade dos indivíduos.

Nesta seção, a abordagem e discussão volta-se para a história da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal em um contexto macro e, mais especificamente, no Estado do Maranhão. Apresenta, inicialmente, aspectos inerentes às instituições escolares e, em seguida, direciona o olhar para o contexto histórico da ocupação da região iniciada em 1612 pelos invasores franceses e os desdobramentos deles advindos, com a consequente colonização empreendida pela coroa portuguesa. Discute também as dimensões político-educacionais adotadas nos períodos seguintes pós processo de colonização. Finaliza com dados referentes à história da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Maranhão anterior à criação do IFMA, em dezembro de 2008.

O referencial que subsidiou a análise e discussão da seção constitui-se a partir das fontes. A primeira tem por base as legislações e documentos oficiais relacionados à educação (leis, decretos, regulamentos), fontes hemerográficas a partir das buscas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) e no acervo físico da Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na capital do Estado, São Luís, na perspectiva de ir ao encontro do que Certeau (1982, p. 81) afirma: “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira [...] mudando ao mesmo tempo seu lugar e o seu estatuto”, haja vista passarem por análise que, por vezes, podem trazer novos elementos, antes passados despercebidos por pesquisadores-viajantes-observadores da História.

Com relação às fontes secundárias, o diálogo foi direcionado para: a) o campo das instituições de ensino: a escola como lugar de práticas e vivências, seção na qual o diálogo aconteceu com Magalhães (1999; 2004) e Nosella e Buffa (2005; 2013); b) Maranhão: teias do tempo na constituição histórica do Estado, onde buscou-se dialogar com Lacroix (2002; 1982), Botelho (2007) e Trovão (2008); c) o panorama da educação maranhense: dimensões político-educacionais em movimento, constitui-se em um desdobramento das duas subseções anteriores, e articula as discussões sobre as instituições de ensino, o Maranhão e a história da educação, tendo como interlocutores, em um contexto macro, Kuenzer (2009; 1998; 1991) e Ramos (2014); para a compreensão do contexto do estado do Maranhão, as discussões foram com Castro e Castellanos (2021), Castro (2012), Souza (2018); e d) o ensino da educação profissional e tecnológica no Maranhão, apoiada nas contribuições de Frigotto (2018; 2007), Kuenzer (2017; 2009; 1998), Vanderley (2015), Ramos (2014), Manfredi (2002), Castro e Castellanos (2021), Castro (2012), e legislações sobre a educação profissional e tecnológica.

2.1 O campo das instituições de ensino: a escola como lugar de práticas e vivências

A historiografia apresenta a escola como um espaço complexo e dinâmico, composto por múltiplas dimensões que se configuram em seus contextos internos e externos. Nesse sentido, a escola é um lugar de cultura própria e peculiar, construída a partir das interações sociais e históricas que nela se desenvolvem. Trata-se de um espaço de aprendizagens, formação e socialização, resultante dessas interações ao longo do tempo. Isso é o que afirmam Pessanha e Silva (2006), ao reconhecerem a existência de uma cultura própria da escola, conformada por uma prática social peculiar, considerando que:

A escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações externas a ela e às suas tradições, que se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentado, fracionado ou não (Pessanha; Silva, 2006, p. 113).

As possibilidades de analisar uma instituição educativa, os itinerários, em suas múltiplas particularidades e especificidades, são muitas e diversificadas: da materialidade nela presente (edifício, arquitetura escolar, organização dos espaços, equipamentos, materiais didáticos, etc.) à imaterialidade, expressa na dinamicidade do *continuum*, nas ações, vivências e práticas, assim como nos discursos.

Certamente, conforme Noronha (2021, p. 243), há um movimento importante de pesquisadores interessados em investigar a escola, no intuito de “escrever a história das instituições escolares rompendo com a perspectiva descritiva e com os registros oficiais [...]”. Esse movimento possibilita renovações na área no tocante aos objetos (campos de estudo), fontes, técnicas, métodos, sujeitos (aqui identificados como gestores, docentes, discentes e demais servidores/funcionários – terceirados), e formas de abordagens, o que coloca as instituições educativas no centro do debate historiográfico nas últimas décadas, com vasta produção nacional e internacional.

Segundo Gatti Júnior (2007):

Por princípio não se considera que o historiador produza a ‘História’, mas apenas uma possibilidade interpretativa que, rigorosa, não se toma como a única possibilidade. Esse processo de renovação coaduna-se com a intensificação do esforço do trabalho interdisciplinar, na inovação temática e metodológica e na continuidade do processo de alargamento da noção de fonte histórica (Gatti Júnior, 2007, p. 176).

Gatti Júnior (2007) traz à tona uma concepção contemporânea da historiografia, rompendo com a noção de que o historiador seria um produtor de uma única "História" objetiva e definitiva. Desse modo, o papel do historiador não é o de criar uma versão final do passado, mas de oferecer uma interpretação rigorosa, que se reconhece como uma entre várias outras possíveis. Essa abordagem reflete o caráter plural da historiografia, que, ao contrário de buscar uma verdade absoluta, admite a multiplicidade de perspectivas e a historicidade do próprio ato de interpretar. A ideia de que a História é, antes de tudo, uma construção interpretativa implica uma consciência metodológica que exige do historiador não apenas o rigor nas fontes, mas também uma postura crítica diante de suas próprias abordagens teóricas e conceituais. Nesse

sentido, a renovação proposta pelo autor se dá não apenas no campo temático, mas também no metodológico, ampliando o escopo de fontes e a maneira como estas são interpretadas.

Efetivamente, à medida que os pesquisadores dedicados ao estudo das instituições educativas expandem o escopo e a diversidade de suas investigações, desempenham um papel importante na construção e desenvolvimento contínuo desse campo acadêmico. Essa ampliação de horizontes permite uma compreensão mais abrangente e aprofundada da educação em suas múltiplas facetas, proporcionando, assim, oportunidades substanciais para uma apreensão mais refinada e contextualizada por meio de suas análises e pesquisas. Tal abordagem enriquece a base de conhecimento existente e contribui para o avanço epistemológico do campo da educação, permitindo a exploração eficaz das complexidades inerentes às instituições educativas.

Nosella e Buffa (2013) ressaltam a importância de que seja adotada uma postura reflexiva e crítica ao investigar as instituições educativas, por ser fundamental que o pesquisador esteja atento às relações de poder, às hierarquias institucionais e às representações simbólicas que permeiam o ambiente escolar. Essa análise permite uma compreensão mais profunda das estruturas e dinâmicas que influenciam as práticas educacionais e as experiências dos sujeitos envolvidos.

Os autores destacam, também, a importância de os pesquisadores estarem atentos aos "perigos" envolvidos durante a investigação das instituições escolares, identificando e elencando alguns tipos:

Frequentemente, pesquisadores inexperientes dirigem-se aos arquivos de uma escola, realizam entrevistas, aplicam questionários, recolhem fotos e artigos de jornais da época e, por fim, não sabem o que fazer com esse leque de informações. É a chamada sedução pelas fontes [...]. Outros [...], supervalorizam subjetividades e intencionalidades humanas ao atribuírem o mérito das transformações econômico-sociais a fundadores e à atividade pedagógica da instituição escolar. Há também pesquisadores que utilizam uma 'dialética domesticada' da relação entre escola e sociedade, pois consideram essa relação um jogo entre superestrutura e infraestrutura, cujo resultado, é conhecido de antemão. Finalmente, há pesquisadores extasiados diante de quaisquer expressões culturais [...], atribuem a todas elas idêntico valor histórico, sem destacar o movimento de luta entre hegemonias antagônicas (Nosella; Buffa, 2013, p. 40).

Ao adotar uma abordagem reflexiva e crítica, o pesquisador amplia sua capacidade de interpretar e analisar os contextos educacionais de forma contextualizada e situada. Isso possibilita a identificação de possíveis contradições, desigualdades e resistências presentes nas instituições educativas, bem como o desenvolvimento de propostas e ações transformadoras

voltadas para a promoção da equidade e da justiça social no âmbito da educação, conforme estabelecidas nas legislações, a exemplo da Constituição Federal de 1988.

Referência no campo da História da Educação, o historiador português Justino Magalhães (2004, p. 58) afirma que a pesquisa em história de uma instituição educativa consiste em “compreender e explicar os processos e os ‘compromissos’ sociais como condição de instituinte [...], analisando comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto”. Desse modo, ela deve explicar os intentos públicos, as normas e os compromissos sociais com a realidade a que se destina:

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. A sistematização e a (re)escrita do itinerário histórico de uma instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nessa relação a sua principal base de informação e de orientação (Magalhães, 2004, p. 58).

Em outras palavras, significa compreender a realidade, assim como as subjetividades, os sentidos e as sensibilidades *na* e *da* educação, para que ela possa ser percebida em tempos e espaços em que são produzidas, vivenciadas e sentidas e, desse modo, conceituar instituições educativas como organismos vivos e, por isso, integradas às dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais (Magalhães, 2004).

Desse modo, a escola transcende sua função primordial de oferecer educação formal e assume uma dimensão mais ampla, intrinsecamente ligada às complexas e dinâmicas referências socioculturais e de aglutinação presentes entre os indivíduos que a compõem. Ela se configura não apenas como um espaço físico, mas como o *lócus* de construção, produção e reprodução de culturas e identidades individuais e coletivas onde se delineiam e consolidam características culturais distintas, influenciando o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, além de sua inserção na sociedade em diversos espaços e tempos históricos.

Ao se considerar a educação como produto da práxis escolar, é possível compreender a escola como um espaço dinâmico e multifacetado, construída pelas pessoas *em* e *nas* relações e interações com o outro e, portanto, lugar de produção de conhecimentos, de criação e de (re)invenção, conforme afirma Certeau (1982). Este, por sua vez, potencializa visibilidade às práticas educativas cotidianas, aos processos educativos e curriculares realizados e/ou praticados que se veiculam crenças, normas, condutas, valores e, por isso, espaço enriquecido

de percepções e sensibilidades, repletos de conteúdos e valores àqueles que, especificamente, a vivencia e/ou a investiga.

A reflexão de Certeau (1982) convida os pesquisadores da educação a compreenderem as atividades e interações que ocorrem no dia a dia, nas práticas cotidianas, na organização e no funcionamento das instituições. Assim, as experiências e ações dos indivíduos que nelas atuam, em suas diferentes dimensões, tornam-se centrais para essa compreensão. Nessa perspectiva, o pesquisador é instigado a assumir a postura de um viajante, que explora e investiga os espaços e lugares escolares em suas dinâmicas diversas. O ato de investigar, questionar e mapear configura-se, portanto, como um conjunto de estratégias essenciais para apreender a complexidade das instituições educativas.

Paolo Nosella e Ester Buffa (2013) compreendem a escola como uma instituição educativa historicamente construída, cujo funcionamento se estrutura se dá a partir de elementos normativos, organizacionais e simbólicos. Esses elementos, segundo os autores, conformam uma cultura escolar, entendida como o conjunto de práticas, condutas, valores e saberes que se consolidam no interior das instituições escolares ao longo do tempo. Embora essa cultura apresente características próprias e relativamente estáveis, não está dissociada do contexto histórico mais amplo. Pelo contrário, ela se constitui em constante diálogo com os cenários municipais, estaduais e nacionais, refletindo as transformações da política educacional e os condicionantes sociais de cada época. Desse modo, ao analisar a trajetória de uma instituição como o IFMA, é fundamental considerar essas múltiplas dimensões que influenciam a sua cultura escolar, pois elas ajudam a compreender como determinadas práticas se consolidam, se transformam ou persistem ao longo do tempo.

Nesse sentido, o cotidiano escolar pode ser entendido como o conjunto de operações singulares e integradoras que, muitas vezes, revelam mais sobre uma sociedade ou um indivíduo do que sua própria identidade. Assim, as práticas cotidianas são espaços de liberdade, criatividade e relações, que se constroem nas tramas do dia a dia e se materializam como instrumentos de identidade de determinado grupo social.

Ao discutir práticas pedagógicas, Frigotto e Araújo (2018) defendem que uma didática integradora exige, ainda que de modo não suficiente, uma postura docente também integradora, fundamentada na concepção de práxis. Em suas palavras:

Trata-se, pois, de compreender a ação pedagógica em sua relação com a totalidade das ações humanas que, sempre, tem repercussões éticas e políticas para a vida social, bem como a necessária dependência entre os saberes

específicos e locais ao conjunto de saberes sociais. A ação didática integradora ganha sentido assim enquanto ação ético-política de promoção da integração entre os saberes e práticas locais com as práticas sociais globais bem como quando promove a compreensão dos objetos em sua relação com a totalidade social (Frigotto; Araújo, 2018, p. 256).

Dessa forma, a investigação referente às instituições escolares constitui um campo de estudo amplo e complexo. Este trabalho adota um delineamento voltado ao estudo e análise da educação profissional e tecnológica de nível médio, inserida no contexto da Rede Federal de Educação, com foco específico no IFMA. Para tanto, fundamenta-se em estudos historiográficos sobre a educação profissional, complementados por pesquisas de campo, com fontes documentais físicas e digitais. O estudo prioriza as diversas perspectivas teóricas e metodológicas que têm sido aplicadas na análise desse objeto de pesquisa.

Com o propósito de atender ao delineado pela seção dedicada à história do ensino técnico profissional de nível médio, a discussão direciona-se para a esfera de investigação concernente à constituição histórica do estado e, subsequente a isso, focar no ensino profissional, abordando tanto em uma perspectiva macro contextual quanto, mais especificamente, no contexto do Estado do Maranhão.

2.2 Maranhão: teias do tempo na constituição histórica do Estado

Alguém pergunta: mas o que ‘querem’ dizer? Então se responde: vou contá-los de novo. Se alguém lhe perguntasse qual era o sentido de uma sonata, Beethoven, segundo se conta, a tocava de novo (Certeau, 1994, p. 155).

A epígrafe, extraída da obra de Michel de Certeau (1994), apresenta uma perspectiva fundamental sobre o papel do pesquisador no processo de (re)construção e produção da história. Certeau (1994) compara a abordagem do pesquisador à interpretação de uma sonata por Beethoven. Da mesma forma que alguém pode questionar o significado de uma sonata, os pesquisadores são frequentemente desafiados a explicar e/ou (re)interpretar eventos, fatos e acontecimentos históricos. Nesse contexto, o pesquisador age como um “contador de histórias”, (re)contando eventos passados e dando vida a narrativas já estabelecidas, ao mesmo tempo em que potencializa novos estudos, temas, enfoques, abordagens e metodologias.

Certeau (1994) destaca a relevância da prática historiográfica e da pesquisa ao trazer à tona elementos previamente desconhecidos ou pouco estudados/investigados da história. No contexto deste estudo, que se concentra em uma instituição de ensino, o IFMA, destaca-se a relevância de explorar os processos históricos da educação profissional no Estado do Maranhão.

A relevância da pesquisa histórica, a "contação de histórias", fundamenta-se por ser um meio de compreender os acontecimentos do passado e também explicar, trazer à tona e enriquecer os conhecimentos no presente de forma crítica e reflexiva, ao explorar a compreensão das dinâmicas históricas, socioculturais, políticas e econômicas do Estado do Maranhão e, mais especificamente, da Instituição de ensino investigada.

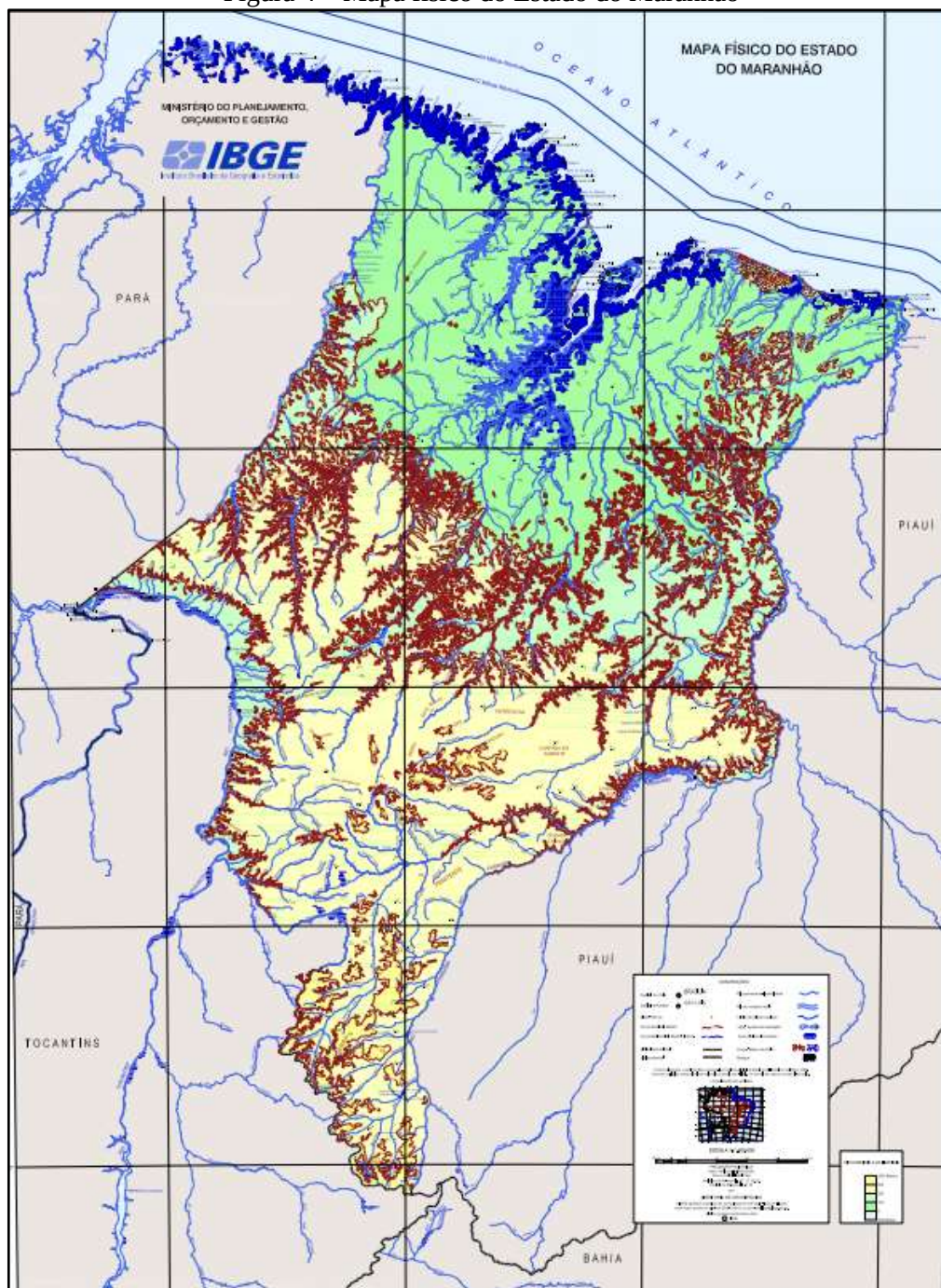
Ainda conforme Certeau (1982, p. 65), “cada sociedade se pensa historicamente com os instrumentos que lhe são próprios”. Afirma, portanto, que a consciência histórica de cada sociedade é acomodada por instrumentos distintos e específicos. Em outras palavras, a compreensão da história é intrinsecamente ligada aos modos particulares de interpretação adotados por cada comunidade. Esses métodos interpretativos são influenciados por um universo diversificado de instrumentos, que podem ser categorizados em dois domínios: os materiais, abrangendo elementos como língua, cultura e instituições; e os imateriais, que englobam valores e crenças. A abordagem de Certeau (1982) enfatiza a singularidade de cada sociedade no modo como concebe e reflete sobre seu próprio desenvolvimento histórico, destacando a relevância tanto dos elementos tangíveis quanto dos aspectos mais sutis e subjetivos na construção dessa consciência temporal.

Direcionando ao *locus* da investigação, o Estado do Maranhão, uma das 27 unidades federativas do Brasil (Figura 4), situa-se na região Nordeste do Brasil, fazendo divisa com os estados do Piauí, Tocantins e Pará, além do Oceano Atlântico. Com uma área territorial de 329.651 km², é o oitavo maior estado brasileiro, com uma população estimada em 6.775,805 pessoas, segundo dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

No contexto histórico do Maranhão, o processo de colonização portuguesa se distingue por ter ocorrido mais de um século depois em relação às demais regiões do País, notadamente quando se toma como marco de referência a iniciativa de ocupação realizada pelo governo português empreendida muito tempo após o registro da posse oficial do litoral no atual Estado da Bahia, ocorrido em 22 de abril de 1500. Antes da efetiva ocupação lusa, os primeiros a se aventurarem na tentativa de povoamento do território maranhense foram os franceses, cuja incursão se materializou com o desembarque de uma expedição “composta por 3 navios com aproximadamente 300 homens” (Trovão, 2008, p. 10) e a celebração da primeira missa em 8 de setembro de 1612, na ilha de Upaon-Açu (Ilha Grande), assim chamada pelos povos nativos,

entre a foz dos rios Anil e Bacanga (Trovão, 2008; Botelho, 2007; Lacroix, 2002). Hoje, o local é denominado São Luís, capital maranhense.

Figura 4 – Mapa físico do Estado do Maranhão



Fonte: IBGE (2011)¹

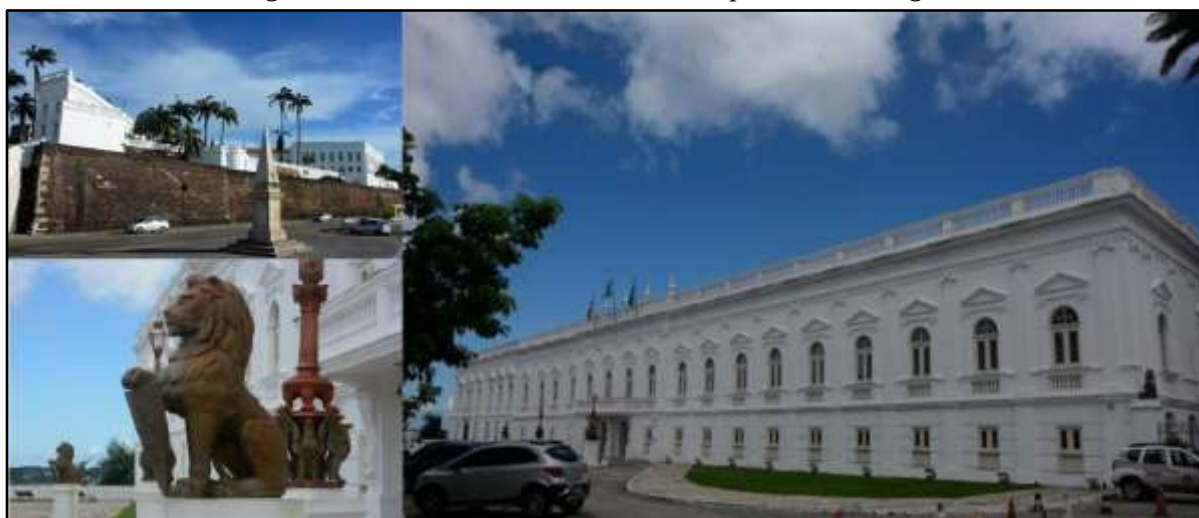
Conforme a produção historiográfica maranhense apresenta, foram os franceses os fundadores do *Fort de Saint Louis du Maragnan*, com o apoio da coroa francesa, que marcou a fundação da cidade. O nome *Fort de Saint Louis* é uma homenagem ao rei francês Luís XIII,

¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 jan. 2025.

em cujo nome Daniel de La Touche, Senhor de *La Ravardière*, François de Rassily e Nicolau Harley aportaram. Eles são considerados os fundadores da França Equinocial², devido ao ato solene de implantação do Forte em 8 de setembro de 1612 (Trovão, 2008; Botelho, 2007; Lacroix, 2002).

A ocupação francesa, de certo modo, deriva da ação do governo português para a região, o que, conforme as palavras de Silva Filho (1998, p. 17), foi relegada a um segundo plano, afirmando que a capitania do Maranhão ficou “no estado de abandono [...] ao longo do século XVI”, ocasionado, entre outros fatores, pelas dificuldades de acesso à região e aos interesses do governo português na região de Pernambuco e Bahia, que concentravam os maiores engenhos de açúcar. Localizado no centro histórico de São Luís, o *Fort de Saint Louis du Maragnan* hoje é denominado Palácio dos Leões³ e abriga a sede do executivo estadual (Figura 5).

Figura 5 – Fachada do Palácio dos Leões por diversos ângulos



Fonte: Reprodução/Isaque Almeida (2020)

Nota: Disponível em: <http://oimparcial.com.br>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Não obstante à ocupação dos franceses tenha ocorrido no início do século XVII, há evidências de que já haviam visitado as “terras do Norte” e estabelecido contatos regulares e amistosos com as populações nativas, inclusive com relações de escambo na exploração do pau-

² Esforços franceses de colonização na América do Sul, em torno da Linha do Equador, que no século XVII denominava-se Linha Equinocial. O empreendimento visava a propagação da fé cristã, a expansão dos domínios da França e os interesses econômicos que tanto buscava os empreendedores dessa empresa.

³ A expressão “dos leões” teve origem em críticas do jornal *O Combate* ao Governador Magalhães de Almeida, fazendo uma analogia entre a voracidade do leão e a voracidade do Governo na arrecadação de impostos.

brasil e das drogas do sertão. Um exemplo é a expedição liderada por Jacques Riffault, em 1594 (Ferro, 2021; Ximendes, 2010; Trovão, 2008; Botelho, 2007).

O período de permanência dos franceses na região, no entanto, foi de conflitos ao se considerar o interesse do Governo português em manter a posse do território, conforme determinava o acordo estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, que dividia o Novo Mundo entre Portugal e Espanha, principais potências da época. Por essa questão, ao longo do século XVI e início do século XVII são verificadas algumas incursões na tentativa de expulsar os invasores franceses. Desse modo, em pouco mais de três anos, em 4 de novembro de 1615, os franceses foram rendidos pelas tropas portuguesas lideradas por Jerônimo de Albuquerque, na Batalha de Guaxenduba⁴ marcando, assim, o fim da presença francesa na região.

Pelo tempo de presença na região (1612-1615), a historiografia revela que do período de ocupação dos fundadores franceses pouco restou; o espaço temporal de ocupação não lhes permitiu a organização e estabelecimento de estruturas político-administrativas e construções arquitetônicas que sobrevivessem após a expulsão, em 1615 (Santos, 2010; Silva, 2008).

O Maranhão, ainda no século XVII, viu-se envolvido em uma outra tentativa de ocupação, agora realizada sob o comando do governo holandês, permanecendo no local no decorrer de 1641 a 1644, sem muito êxito na posse da região. Ocorreram mais duas tentativas de ocupar a região (1624-1625) e, posteriormente, nova investida. Ressalta-se que, nesse período, a coroa holandesa dominava a região açucareira de Pernambuco (1630-1654) e tinha o plano expansionista de ocupar outras áreas do Nordeste brasileiro. Entretanto, essa empreitada também se revelou infrutífera no que refere à efetiva ocupação do território maranhense, sendo vencidos pelas tropas portuguesas e colonos maranhenses em 1644 (Smith, 2010).

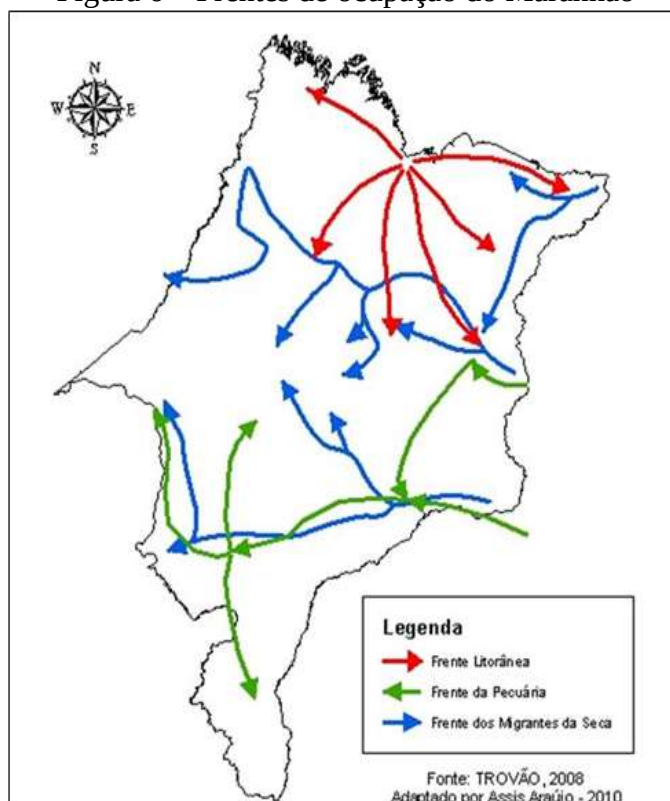
De volta ao início do processo de colonização portuguesa, a partir de meados do século XVII ocorreu o gradual processo de interiorização e a consequente exploração da região pelos colonizadores portugueses. Essa dinâmica foi desdobrada em três distintas frentes ou correntes: a jesuítica, também chamada de litorânea, a pastoril e a nordestina e/ou migrantes da seca (Trovão, 2008; Cabral, 1992).

⁴ Ocorrida em 1615, a Batalha de Guaxenduba marca a expulsão dos franceses de Upaon-Açu (Ilha Grande – São Luís) pelas tropas portuguesas, comandadas por Jerônimo de Albuquerque. A sabedoria popular a chama de “Jornada Milagrosa”, atribuindo à Virgem Maria o sucesso, por Ela ter transformado areia em pólvora para os portugueses (Lacroix, 2002).

A primeira delas, a *jesuítica/litorânea*, sob o controle direto do Governo português, tinha por objetivo a conquista do espaço do litoral maranhense e, para isso, a Igreja Católica teve participação decisiva e efetiva através da catequização das populações nativas, além da exploração das riquezas da terra, a exemplo das drogas do sertão. Essa corrente desempenhou um papel importante no povoamento das regiões dos vales dos rios Itapecuru, Munim, Pindaré e Mearim.

A segunda corrente de expansão e ocupação da região, denominada *pastoril/criadores de gado*, aconteceu a partir da segunda metade do século XVIII, destacando-se pelo caráter privado de conquista. Era composta por criadores de gado, vindos principalmente da região do Nordeste açucareiro, principalmente dos atuais estados de Pernambuco e Bahia, em busca de pastagens férteis e águas abundantes para o rebanho. Esse movimento foi o responsável pela ocupação e domínio da região centro-sul do Estado, que recebeu o nome de pastos bons (Trovão, 2008; Botelho, 2007; Cabral, 1992).

Figura 6 – Frentes de ocupação do Maranhão



Fonte: Trovão (2008, p. 13)

Entre o final do século XIX e início do XX, uma terceira ocupação, denominada corrente dos *retirantes*, ou *nordestina*, despontou ocasionada por uma intensa migração de agricultores vindos dos atuais estados do Ceará e do Piauí. A migração foi motivada por secas atípicas que

assolavam essas regiões. O grupo estabeleceu-se nos vales dos rios Mearim, Itapecuru e Pindaré. Outra parte dos migrantes se instalou nas áreas litorâneas das dunas maranhenses. As frentes de ocupação da região estão ilustradas na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Figura 6.

A despeito do processo de colonização ter sido efetivamente conduzido pelo Governo português, após a expulsão dos franceses, em 1615, o ludovicense⁵ a partir da segunda metade do século XIX passa a reivindicar uma herança cultural francesa. A esse fato, Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2002) chamou de "ideologia da singularidade", pois a elite⁶ maranhense buscava estabelecer uma diferenciação em relação às demais Províncias, inclusive em relação às suas origens, que alegava ser de ascendência francesa:

[...] não foi no momento em que o Maranhão se destacou econômica e culturalmente que despontou a ideia de singularidade da Província. Ela surgiu na fase do marasmo (final do século XIX) [...]. Essa elaboração serviu como um alento, mecanismo esse que minimizou a postura paralisante da decadência, passando-se a viver das lembranças de um glorioso passado [...]. Para acentuar esse suposto atributo, a sociedade aponta a breve e frágil passagem francesa pelas terras maranhenses como o fator diferenciador de uma identidade singular (Lacroix, 2002, pp. 88-89).

Certamente, a elaboração da narrativa de singularidade da então Província do Maranhão, conforme Lacroix (2002), serviu como um mecanismo de conforto psicológico que ajudou a mitigar a crise e estagnação econômica do período⁷, o que levou à elite ludovicense o apego à memórias de um passado considerado “glorioso” quando destaca esse atributo distintivo, ao apontar e enfatizar o período de ocupação francesa nas terras maranhenses, muito embora efêmero, como o fator diferenciador que sustentava a construção de uma identidade singular. Borralho (2009) afirma que a absorção do modelo francês criou o projeto de construção da identidade maranhense. Vale destacar que São Luís é conhecida também como “Athenas

⁵ Herança da presença francesa em São Luís, a palavra deriva do francês Louis, que provém do germânico *Hlodoviko* (Lacroix, 2002).

⁶ O termo “elite” possui múltiplos significados, que variam conforme o contexto em que é empregado. Como apontado por Pessanha e Silva (2018), sua definição depende da abordagem teórica adotada. Neste trabalho, utilizo o termo com base na forma como ele é apresentado nos documentos analisados, considerando seu uso nesses registros.

⁷ A Província do Maranhão, no século XIX, destacou-se por sua estabilidade e crescimento econômico, com produtos sendo exportados para a Europa, principalmente o algodão. Essa expansão foi impulsionada pela Guerra de Secessão dos Estados Unidos, ocorrida entre 1861 e 1865. Com o fim da guerra, o algodão norte-americano reassumiu sua posição de liderança no mercado europeu. Em consequência, o produto maranhense entrou em declínio, com uma diminuição significativa de suas exportações.

Brasileira” (Borralho, 2009, p. 15) pelo conjunto de literatos⁸ maranhenses de renome nacional e internacional.

Por sua vez, a influência da fundação francesa na autoimagem de distinção do maranhense está intrinsecamente ligada à sua interpretação de sua cultura como peculiar, que se destaca pela autopercepção de possuir tal herança. Esta percepção sugere a existência de uma identidade cultural marcada pela sofisticação e elitismo em contraste às demais províncias, construída sobretudo, conforme Borralho (2009, p. 17), pela “aproximação com Portugal [que] proveu uma relação de pertencimento estreito de alguns maranhenses com a metrópole emoldurando um passado de fortes vínculos”.

Os colonos maranhenses estavam, de fato, mais ligados a Portugal do que ao Governo português estabelecido na capital da Colônia, primeiro em Salvador, entre 1549 e 1763 e, em seguida, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763. Nesse contexto, a busca pela reverência de uma herança cultural europeia manifesta-se como um processo de reafirmação identitária, conforme a perspectiva de distinção cultural de Lacroix (2002).

Assim, emergem discussões acerca da construção de uma identidade cultural que representasse o *ser maranhense*, ou seja, a *identidade maranhense*, com base em três pilares centrais de significados culturais, mas alguns pontos podem ser problematizados. Primeiramente, ao destacar a presença de uma “cultura erudita”, referendada pelo título atribuído à São Luís de “Athenas Brasileira”; é possível que seja questionada a ênfase nessa perspectiva eurocêntrica e elitista. Essa visão reforça uma noção de cultura baseada em padrões acadêmicos e intelectuais importados da Europa, o que pode silenciar ou marginalizar outras expressões culturais locais, como as tradições populares e indígenas, igualmente importantes para a formação da identidade maranhense.

Além disso, o foco na arquitetura colonial como patrimônio cultural pode levar à idealização de um passado marcado pela colonização. Embora seja inegável o valor histórico desse patrimônio, problematiza-se o modo como ele é apresentado como símbolo de identidade, sem considerar as vozes e memórias daqueles que sofreram as consequências desse processo colonizador.

⁸ Francisco Sotero dos Reis, Manuel Odorico Mendes, Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Ferreira Gullar, entre outros.

Por fim, a menção à fundação da capital por franceses também pode ser vista como uma narrativa que privilegia os colonizadores, ignorando a longa história de resistência e resiliência dos povos originários, além da herança africana na formação cultural do Maranhão. Destarte, a construção da identidade maranhense pode ser analisada de maneira mais crítica ao questionar quais vozes e histórias estão sendo valorizadas e quais estão sendo silenciadas nesse processo de representação cultural (Ferreira, 2018; Santos, 2015; Silva, 2010; Lacroix, 2002).

Conforme argumenta Lacroix (2002), a valorização da história e cultura do Maranhão manifesta-se como uma expressão significativa de diferenciação identitária e estima pelo legado cultural do Estado. Essa perspectiva encontra uma conexão marcante com o corpus intelectual do século XIX, que conferiu à capital maranhense o título de “Athenas Brasileira”, em reconhecimento à efervescência literária e artística promovida por intelectuais da época, como poetas, jornalistas e historiadores (Borrvalho, 2009).

Um exemplo dessa produção cultural é o poeta maranhense Gonçalves Dias, destacado representante do romantismo brasileiro. Em suas obras, Dias enaltece o Maranhão e sua cidade natal, Caxias, utilizando a literatura como um meio de reafirmação de pertencimento e identidade regional. Seus poemas, carregados de um profundo sentimento de patriotismo e nacionalismo, além de uma marcante saudade e nostalgia, refletem os valores e ideais da época. O poema “Canção do Exílio”, escrito em julho de 1843, simboliza não apenas o vínculo emocional com sua terra natal, mas também a universalização desses sentimentos em uma época de construção das identidades nacionais.

Estudiosos contemporâneos, como Alves (2017) e Machado (2005), têm analisado as continuidades desses significados associados às identidades locais. A rica produção literária e intelectual maranhense continua a ser objeto de estudo, revelando-se em textos e discursos que reforçam a singularidade cultural do Estado. Esse legado literário do século XIX, além de ter consolidado o Maranhão como um centro de produção intelectual, influenciou o imaginário cultural e político em torno das identidades locais, reafirmando a sua importância na formação da história cultural brasileira.

A continuidade desses valores e símbolos, expressos e articulados através do trabalho de Gonçalves Dias e outros pensadores maranhenses, evidencia como a literatura ultrapassa suas circunstâncias históricas para se tornar um instrumento de preservação e ressignificação das identidades regionais, oferecendo às gerações atuais uma janela para compreender e valorizar o passado.

Para Lacroix (2002), enquanto manifestação de diferenciação e estima pela história e cultura do Estado, é possível encontrar uma interseção significativa com o *corpus* intelectual do século XIX, que conferiu à capital maranhense o título de “Athenas Brasileira” (Borralho, 2009). Tal designação foi proveniente de intelectuais (poetas, jornalistas, historiadores) da época. A exemplo, é citado como representante do romantismo brasileiro o poeta maranhense Gonçalves Dias, que canta e declama em suas obras o Maranhão e a sua cidade natal, Caxias, o que viabiliza a análise das continuidades dos significados associados às identidades locais por parte de estudiosos contemporâneos, em que expressa sentimentos patriotismo e nacionalismo, de saudade, nostalgia. Estas continuidades emergem de forma proeminente em textos e discursos que enfatizam a prolífica produção literária e intelectual do Maranhão (Alves, 2017; Machado, 2005), expressa no poema *Canção do Exílio*, escrito em julho de 1843.

Canção do Exílio

(Gonçalves Dias, 1843)

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

A ideia de singularidade na colonização do Maranhão se reflete na organização político-administrativa imposta pelos portugueses após a retomada da Grande Ilha (Upaon-Açu) em 1615. Relatórios, cartas e outros documentos históricos evidenciam que foram eles os responsáveis por consolidar o domínio na capitania, estabelecendo diretrizes sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, primeiro governador, e Diogo de Campos, que detinha amplos poderes. Além de comandar as forças armadas, distribuir sesmarias e nomear administradores, essa estrutura colonial também se destacou pela criação de escolas e cursos voltados ao ensino de ofícios manuais, preparando trabalhadores para atender às demandas da capitania. Dessa forma, a singularidade portuguesa se manifestou não apenas na imposição de um governo centralizado, mas também na difusão de um modelo educacional prático, alinhado aos interesses da metrópole e essencial para a consolidação do domínio colonial (Botelho, 2007).

No contexto da constituição do Estado, merece destaque a economia do Maranhão que entre os séculos XVII e XVIII baseava-se na produção e comercialização de produtos agrícolas, como tabaco, algodão, pimenta e madeira. O século XIX, historicamente, mostra um período de grande importância para o Maranhão, especialmente no contexto econômico. Durante essa

época, a região experimentou um período de prosperidade econômica, impulsionado principalmente pela produção de algodão e arroz. Essas atividades agrícolas foram fundamentais para a economia maranhense, fornecendo produtos tanto para o mercado interno, atendendo às demandas da própria região e de outras partes do Brasil, quanto para o mercado externo, incluindo o mercado europeu⁹.

A produção de algodão, em particular, desempenhou um papel significativo na economia maranhense durante o século XIX, pois a região era uma das principais produtoras desse produto no País. Essa produção estava diretamente ligada ao sistema escravista, uma vez que a mão de obra escrava era amplamente utilizada nas plantações de algodão.

Conforme Borralho (2019), o florescimento econômico do Maranhão no século XIX exerceu uma influência profunda sobre a estrutura social da época, promovendo a consolidação de uma elite aristocrática que buscava reforçar e perpetuar seu poder político, econômico e cultural. Esse processo foi marcado, em grande medida, pelo investimento estratégico na educação formal de seus filhos, frequentemente realizada em centros intelectuais da Europa, como forma de assegurar a continuidade de sua posição de privilégio social.

Beneficiada pelos recursos advindos de atividades econômicas como o comércio de algodão e outros produtos agrícolas, essa elite utilizou a educação como uma ferramenta de distinção social. Ao enviar seus descendentes para instituições europeias renomadas, consolidava não apenas o acesso a conhecimentos considerados avançados para a época, mas também a incorporação de valores e práticas culturais que reforçavam sua identidade aristocrática e seu capital simbólico. Tal estratégia permitia ampliar suas redes de influência e criar vínculos com outros polos de poder, tanto no Brasil quanto no exterior, assegurando, assim, a hegemonia desse grupo social no cenário local (Borralho, 2009).

Esse movimento, além de contribuir para a manutenção das hierarquias sociais, refletia o desejo dessa elite de associar-se aos ideais de modernidade e progresso que marcavam o contexto europeu do período. Esse desejo reforçava o contraste entre as aspirações elitistas e as condições de vida das classes populares locais, criando uma dicotomia que desenhava cultural e política maranhense. Assim, tal elite passou a assumir um papel central na importação de

⁹ Conforme menciona Borralho (2009), a produção algodoeira, em particular, teve um aumento importante em meados do século XIX motivada pela Guerra de Secessão que ocorreu no período entre 1861 e 1865, nos Estados Unidos da América, e atendeu à demanda por matéria-prima para a indústria têxtil inglesa.

valores e modelos culturais, redefinindo as interações sociais e as concepções de modernidade no estado (Borralho, 2009; Carvalho, 1987).

O investimento educacional da aristocracia maranhense do século XIX acabou por reforçar as desigualdades estruturais da sociedade e desempenhar um papel central na construção de uma identidade elitista que atravessou gerações e influenciou o panorama cultural e educacional do estado até os dias atuais, demonstrando como a interseção entre educação, economia e poder modela os processos históricos de maneira duradoura (Azevedo, 2017; Borralho, 2009; Fernandes, 2008).

Igualmente, é dessa época a construção de um conjunto urbanístico de caráter civil que compõe o centro histórico da capital maranhense e diversas outras cidades do estado, com destaque para as cidades de Alcântara, Carolina, Caxias e Viana, para citar alguns centros históricos já tombados pelo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir da década de 1980. No caso do centro histórico de São Luís, o conjunto se constitui em um dos mais representativos exemplares do traçado urbano e da tipologia arquitetônica produzidos pela colonização portuguesa, que a fez ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Mundial¹⁰, em dezembro de 1997 (Azevedo, 2017; Martins, 2000).

A economia do Maranhão contemporâneo apresenta uma riqueza de atividades que configuram o cenário em que se destacam, sobretudo, o extrativismo, a pecuária, a agricultura, a metalurgia, o agronegócio (soja) e o turismo (Corrêa, 2017; Castro, 2016; Dourado; Boclin, 2008).

Os setores comerciais e de serviços desempenham, também, um papel significativo no panorama econômico do Estado. Essas características econômicas apontam para um potencial de crescimento, o que, por sua vez, abre portas para iniciativas do governo voltadas a educação com a oferta de cursos técnicos profissionalizantes, assim como educação profissional e tecnológica, para atender à crescente demanda por mão de obra qualificada nos diversos setores econômicos. O IFMA, nesse sentido, possui um papel fundamental ao estruturar sua oferta de cursos alinhada às necessidades do mercado local, possibilitando que a formação profissional

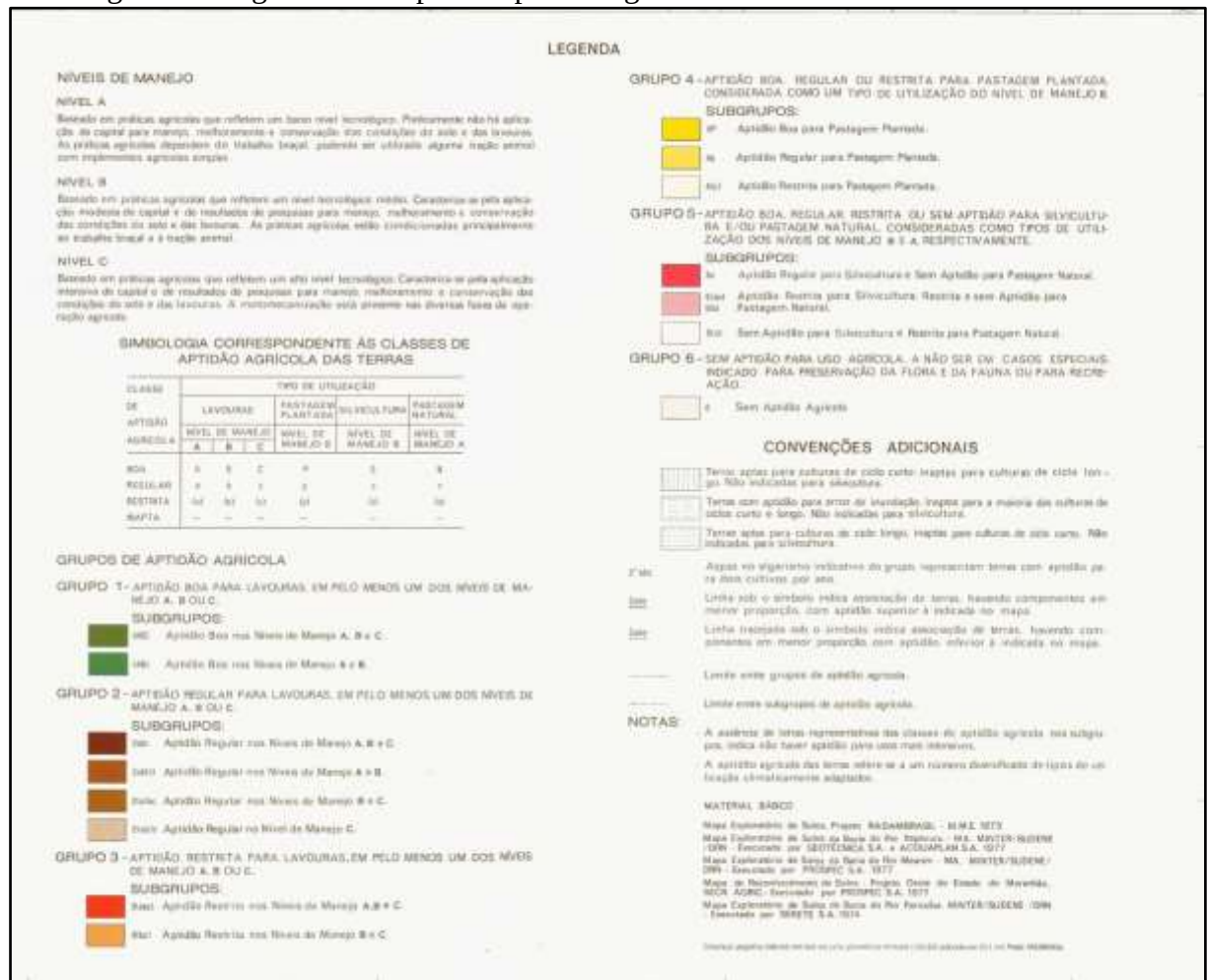
¹⁰ Para além dos discursos de elogios ao Centro Histórico de São Luís, restaurado e revitalizado pelo governo do estado, logo nas primeiras décadas do século XXI, é verificado um acelerado processo de degradação, o que coloca em risco o seu patrimônio cultural, inclusive com debates relacionados a perda do título de patrimônio mundial com discussões por parte da sociedade, em diversos meios de comunicação, a exemplo do Jornal o Imparcial.

contribua diretamente para o desenvolvimento socioeconômico da região. A diversificação das áreas de ensino técnico reflete a capacidade da instituição de adaptar-se às transformações do setor produtivo, promovendo qualificações voltadas para as especificidades do extrativismo, da agroindústria e das novas tecnologias aplicadas ao campo e à indústria.

Nesse contexto, a implementação de cursos técnicos voltados para a gestão ambiental e o manejo sustentável tem sido uma resposta educacional à necessidade de equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental. Esses cursos são estratégicos para a adequação da atividade econômica às exigências de certificações ambientais e normativas internacionais, ampliando as oportunidades de inserção de profissionais no mercado de trabalho e fortalecendo a responsabilidade socioambiental na região.

Dados do IBGE, divulgados em 2011, evidenciam uma crescente pressão exercida pelas novas fronteiras agrícolas no Estado, refletindo dinâmicas econômicas e territoriais que resultam na expansão de áreas cultivadas e na reorganização espacial da produção agropecuária. Esse fenômeno reforça o papel estratégico do setor agrícola na economia local, bem como aponta para desafios relacionados à sustentabilidade ambiental, uso do solo e impacto sobre comunidades tradicionais, conforme visualiza-se na Figura 7, referente ao mapa do Maranhão disponibilizado pelo IBGE, no ano de 1978, intitulado “Aptidão Agrícola das Terras: Estado do Maranhão”.

Figura 8 – Legenda do Mapa de Aptidão Agrícola das Terras: Estado do Maranhão



Fonte: IBGE (1978)¹²

Assim, conforme dados de 2011, a pressão antrópica sobre o cerrado maranhense, evidenciada pela ocupação de quase 25% de sua área por atividades agropecuárias, como plantações de soja, revela uma dinâmica socioeconômica que impacta diretamente o campo educacional, especialmente no âmbito da educação profissional no Estado do Maranhão.

As distintas formas de ocupação de uma determinada região embasam, entre outros aspectos, a implementação de políticas públicas educacionais que visem não apenas a universalização do acesso, mas também a oferta de uma educação contextualizada e alinhada às características específicas dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Essa proposta já era apresentada no Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as EAAs:

¹² Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

Art. 2º. Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um officio, havendo para isso até o número de cinco officinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais (Brasil, 1909, p. 1)¹³.

Desse modo, importa direcionar o olhar para a ação, ou ações, dos governantes do Maranhão, voltadas para a instrução pública relacionadas à dinâmica econômico-social e política da época (Martins, 2014), e considerar os fortes vínculos entre a educação e os contextos políticos, econômicos e sociais, com investimentos de recursos primeiro na capitania, em seguida na província, depois Estado, para a organização de formação técnica e qualificação profissional para impulsionar e desenvolver a economia local/regional.

Martins (2014) salienta que as políticas públicas de educação adotadas pelas autoridades governamentais na região em questão não podem ser compreendidas isoladamente. Elas são intrínsecas a um contexto mais amplo de desenvolvimento econômico e social, e são formuladas de acordo com as necessidades e desafios específicos enfrentados pela sociedade. Nesse sentido, a educação se torna um instrumento estratégico para impulsionar o desenvolvimento da economia, ao capacitar mão de obra e promover inovações tecnológicas, a fim de tornar a região mais competitiva às mudanças no panorama econômico.

2.3 O panorama da educação maranhense: dimensões político-educacionais em movimento

A educação no contexto brasileiro é ordenada por um conjunto de princípios, leis, decretos, regulamentos, planos nacionais e diretrizes relevantes no campo educacional, tais como, atualmente, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse cenário, a educação é não apenas reconhecida como um direito fundamental, mas, também, considerado inalienável, de responsabilidade do Estado, o qual deve garantir a oferta pública de qualidade.

A educação, como direito fundamental concernente à cidadania, é responsabilidade do Estado, que deve assegurar oferta pública com qualidade. Embora se reconheçam os limites do Estado na sociedade capitalista, e o papel neles exercido pela sociedade civil através da participação dos diferentes sujeitos sociais interessados na formação para e no trabalho, é competência do

¹³ Manteve-se a grafia da época.

Estado a articulação do processo de discussão e formulação das políticas públicas de educação para os que vivem do trabalho, na perspectiva de sua emancipação, integrada a um projeto de fortalecimento nacional (Kuenzer; Grabowski, 2006, p. 314).

De acordo com as pesquisas de Castellanos (2023), no século XIX, as instituições escolares começaram a ser compreendidas como um instrumento de formação social, cultural e política da sociedade. Esse período testemunhou a criação de escolas dedicadas à instrução primária e elementar, cujo principal objetivo era difundir os conhecimentos fundamentais e necessários para a construção da identidade da nação brasileira, bem como para a disseminação dos princípios iluministas que visavam ao avanço civilizatório da época.

Conforme Faria Filho (2000), quando analisa a instrução primária e elementar,

Essa forma de referir-se à escola que se queria generalizar para todo o povo, ou, conforme dizia-se em Minas Gerais, para as ‘classes inferiores da sociedade’ que possibilita perceber, por um lado, que se queria generalizar os rudimentos do saber, **ler, escrever e contar**, não se imaginando, por outro lado, uma relação muito estreita dessa escola com outros níveis de instrução: o secundário e o superior. Nessa perspectiva, pode-se afirmar, como muitos faziam à época, que, para a elite brasileira, a escola para os pobres, mesmo em se tratando de brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras (Faria Filho, 2000, p. 136, grifos do autor).

Ao retroceder no tempo, chega-se ao período conhecido como Colonial, que se estende do século XVI até as duas primeiras décadas do século XIX (1500-1822), uma fase de mais de 300 anos em que a economia brasileira esteve predominantemente baseada na produção açucareira, realizada nos engenhos com o uso da mão de obra escravizada. Esse cenário evoluiu para o ciclo da mineração, marcado especialmente no século XVIII, conhecido como o “século do ouro” brasileiro. Nesse contexto, coexistiam, de um lado, trabalhadores submetidos à condição servil e, de outro, uma classe composta por indivíduos com habilidades especializadas. Práticas informais de formação para o trabalho também eram comuns, conforme delineado por Manfredi (2002). Os povos originários e os escravizados africanos aparecem como os primeiros a serem direcionados para a aprendizagem de habilidades e ocupações, ao passo que a elite desfrutava de oportunidades educacionais propedêuticas com foco acadêmico, voltadas para a preparação de estudos mais avançados no continente europeu.

Segundo Lacroix (1982), a instrução nos primeiros tempos no Maranhão, assim como nas demais regiões, era atribuição dos padres inacianos:

[...] Com sua rigorosa disciplina e espírito autoritário, preparam seus discípulos à constante atitude dependente ante a dominação espiritual e intelectual dos mestres. Manfredo Berger apontou como conseqüências importantes do ensino jesuítico ‘a monocultura intelectual, subordinação, alienação, inteligência passiva e bacharelismo, produto típico de uma escola de conteúdo clássico e humanístico’. Apontou também, como conseqüência do ensino daqueles educadores, a atitude do Estado em considerar a iniciativa privada como solução, uma vez que não pode assumir sozinho o compromisso de educar (Lacroix, 1982, p. 74).

Desse modo, a educação foi realizada em uma estrutura social com relações definidas, sendo um dos instrumentos que reproduziram tais relações. A dinâmica econômica descrita persistiu no período denominado de Brasil Império (1822-1889), à medida que atividades produtivas como a mineração, a cafeicultura e a cultura do algodão ganharam destaques. Em particular, nessa época o Maranhão testemunhou o surgimento das primeiras fábricas têxteis, principalmente nas décadas de 1880 e 1890, refletindo os efeitos do “ensaio” de industrialização que acontecia sobretudo na região sudeste. Essa nova ordem demandava um sistema educacional voltado para a formação profissional e, portanto, para a criação de escolas de ofícios.

Assim, o processo educacional no Brasil se desenvolveu por muito tempo em articulação com o mundo do trabalho, conforme afirma Kuenzer (1991):

Desde o momento que surge, a educação diretamente articulada ao trabalho se estrutura como um sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular marcado por finalidade bem específica: a preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional. Sem condições de acesso ao sistema regular de ensino, esses futuros trabalhadores seriam a clientela, por excelência, de cursos de qualificação profissional de duração e intensidade variáveis, que vão desde os cursos de aprendizagem aos cursos técnicos. Dessa forma, são criados pelo governo federal, em 1909, os primeiros cursos profissionais, com o nascimento de 19 escolas de aprendizes artífices, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Kuenzer, 1991, p. 6).

A abordagem e análise de uma educação voltada para o mundo do trabalho desempenhou um papel importante na formação de uma força de trabalho técnica buscando a qualificação da mão de obra e objetivando contribuir *para e no* atendimento, sobretudo a partir do final do século XIX e início do XX, às demandas da incipiente indústria e a melhorar as perspectivas de emprego para a classe trabalhadora.

As questões relacionadas com a desigualdade e a segregação educacional são evidenciadas, porquanto se ressalta a existência de dois sistemas educacionais distintos: o

sistema regular de ensino para a elite e o sistema de formação profissional voltado para as populações vulnerabilizadas social e economicamente. Portanto, Kuenzer (1991) convida à reflexão e à análise sobre a educação voltada para o mundo do trabalho e, consequentemente, as suas implicações sociais e econômicas. Embora essa abordagem desenvolva habilidades necessárias, ela também contribui para a reprodução das desigualdades sociais.

Kuenzer (1991) destaca o desenvolvimento e o propósito da educação direcionado ao mundo do trabalho, que se organizou como um sistema independente e paralelo ao sistema de ensino regular. Ela revela como essa forma de educação surgiu com o objetivo específico de “preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixos e médio da hierarquia ocupacional” (Kuenzer, 1991, p. 6) para desempenhar funções técnicas nas camadas inferiores e intermediárias da hierarquia ocupacional do sistema produtivo, configurando-se em oferecer formação profissional para a “proteção social”. Essa abordagem educacional se destaca pela ênfase na qualificação de trabalhadores que, de outra forma, não teriam acesso à educação propedêutica.

A afirmação de Kuenzer (1991) sobre o desenvolvimento de um sistema educacional paralelo, voltado especificamente para a preparação da classe trabalhadora para ocupar posições técnicas no sistema produtivo, revela uma crítica contundente às dinâmicas de exclusão e à segmentação da educação profissional no Brasil. Ela aponta para uma realidade em que a educação profissional foi estruturada não para promover a emancipação e o avanço social, mas como um mecanismo de manutenção da ordem social e econômica, garantindo a disponibilidade de mão de obra qualificada para as funções técnicas menos valorizadas.

Além disso, essa segmentação educacional reflete e perpetua a divisão social do trabalho, onde as elites têm acesso a uma educação mais completa e abrangente, enquanto a classe trabalhadora é direcionada para cursos de formação rápida e especializada. Isso cria um ciclo de reprodução das desigualdades sociais, uma vez que os indivíduos das classes mais baixas são preparados apenas para certos tipos de trabalho, mantendo a distância entre os diferentes grupos sociais.

Kuenzer (1991) afirma, igualmente, que a criação dos primeiros cursos profissionalizantes no início do século XX, mais precisamente no ano de 1909, por meio do Decreto n.º 7.566/1909, que instituiu as Escolas de Aprendizizes Artífices (EAAs) subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, oferecia “oportunidades” de capacitação

para aqueles que, devido às suas condições socioeconômicas desfavoráveis, não tinham acesso à educação convencional/propedêutica.

O referido Decreto n.º 7.566/1909 foi promulgado em meio ao contexto de crescente industrialização do País. Seu objetivo principal era impulsionar o desenvolvimento industrial nacional, reconhecendo a necessidade de mão de obra qualificada. Essas escolas tinham como propósito oferecer um ensino profissional primário e gratuito, abrangendo não apenas uma formação básica em letras e desenho, mas também proporcionando aprendizado em diversos ofícios. Para serem admitidos, os candidatos deveriam cumprir requisitos como ter no mínimo 12 anos de idade e não possuir renda familiar acima de um determinado limite. Essa iniciativa refletiu o esforço do Governo em preparar a população para as demandas da era industrial emergente nos anos iniciais do século XX.

Desde então, medidas foram (e têm sido) implementadas visando facilitar a profissionalização necessária para atender às demandas do mercado econômico e produtivo, durante o processo de estabelecimento e organização do aparelho estatal, por intermédio da criação de instituições de ensino públicas e privadas, com a finalidade de preparar indivíduos para atender às necessidades do processo de crescimento do País.

Certamente, os campos político e econômico estão intrinsecamente vinculados ao contexto educacional, configurando uma relação complexa que, ao longo da história, conforma não apenas a estrutura, mas também os objetivos e as práticas das instituições educacionais, haja vista que, historicamente, as transformações nesses campos repercutem diretamente nas reformas e nas prioridades direcionadas para a educação.

Importa mencionar, conforme argumenta Lícia da Hora (2013), na análise feita sobre a expansão da educação profissional no Maranhão, extensiva a outras unidades da federação, que a educação, em suas diversas modalidades, é permeada por interesses e disputas que refletem os diferentes projetos de sociedade, sendo fundamental compreender como as dinâmicas de poder político e econômico influenciam as políticas educacionais.

Exemplo recente é o caso da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), que será detalhada mais adiante, sobre a qual:

[...] houve posições contrárias de alguns CEFETs, haja vista as aspirações dos dirigentes desses Centros. Podemos perceber no art. 1º da Lei n.º 11.892 que a comunidade acadêmica e as demais instâncias da sociedade civil tiveram conhecimento das transformações dos CEFETs para uma nova arquitetura, não para debater, propor ou questionar, mas apenas para dar ciência e cumprir formalidades relativas à institucionalidade do ato (Hora, 2013, p. 104).

Por sua vez, ao longo da trajetória histórica, a Educação Profissional tem sido associada ao processo de treinamento, inicialmente concebido para atender aos estratos sociais denominados "desvalidos", ou seja, aos grupos socioeconômicos considerados em situação de vulnerabilidade social e econômica (Castellanos, 2019; Kuenzer, 1991). Nesse contexto, surgiram instituições de ensino voltadas para a formação de mão de obra destinadas a suprir as demandas do mercado de trabalho, de um lado, e instituições de ensino propedêutico, destinadas a fornecer uma base educacional sólida para aqueles que buscam uma educação mais avançada (Vanderley, 2015).

A associação da Educação Profissional aos “desvalidos” está, em parte, relacionada ao papel historicamente atribuído a essa modalidade de ensino na redução das disparidades socioeconômicas, ao oferecer oportunidades de inserção no mercado de trabalho e a aquisição de habilidades práticas. Porém, essa concepção reflete a dualidade educacional, caracterizada por uma escola dual que, tradicionalmente, destina a formação técnica à população da classe trabalhadora, enquanto a educação propedêutica é direcionada às elites. Esse modelo levanta importantes questões sobre equidade educacional e destaca a necessidade de repensar a Educação Profissional para que atenda às demandas mais amplas da economia e da sociedade contemporânea.

Por dualidade educacional, Silva, N. (2019) esclarece que ela é fruto de um projeto educativo distinto para diferentes grupos sociais, frequentemente divididos entre uma educação voltada para a classe dirigente (elites) e outra destinada à classe trabalhadora:

A escola dos filhos dos pobres ou a escola para os filhos dos outros, reforçavam e delimitavam a dualidade de formação destinada aos diferentes grupos sociais, num país onde, historicamente, o interesse das elites voltava-se para a formação de uma cultura clássica propedêutica (Silva, N., 2019, p. 25, grifo da autora).

A dualidade educacional, é uma expressão das divisões de classe e da reprodução das desigualdades sociais, conforme afirma Kuenzer (1991), ao defender a necessidade de superar essa fragmentação através de uma educação que integre a formação crítica e intelectual com a preparação técnica e profissional, permitindo a todos os indivíduos uma formação ampla e emancipatória.

Atualmente, a EPT encontra respaldo normativo no Artigo 39 da LDBEN, inscrita na Lei n.º 9.394/1996 (Brasil, 1996). O artigo mencionado teve a redação alterada pela Lei n.º

11.741, de 16 de julho de 2008 (Brasil, 2008), objetivando redefinir, formalizar e harmonizar as iniciativas relacionadas à educação profissional técnica de nível médio, à educação de jovens e adultos, bem como à educação profissional e tecnológica, consolidando assim uma abordagem integrada dessas modalidades de ensino nos seguintes termos (Brasil, 1996):

Art. 39º. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

1º - Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – De formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – De educação profissional técnica de nível médio;

III – De educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

(Brasil, 1996, p. 18, grifo nosso)

Conforme expresso na citação, o artigo 39 destaca a educação profissional e tecnológica e os objetivos da educação nacional ao enfatizar a integração da modalidade de ensino com diferentes níveis e tipos de educação, bem como as dimensões do trabalho, ciência e tecnologia. O destaque dado ao artigo refere-se ao foco desta pesquisa de estudo, a educação profissional técnica de nível médio, com vistas à formação de pessoas com conhecimentos técnicos e práticos em diversas áreas do conhecimento. Portanto, a LDBEN/1996 reconhece a importância da EPT como parte integral do sistema educacional brasileiro e destaca o seu papel fundamental no desenvolvimento da educação, do mundo do trabalho e da tecnologia no país.

No âmbito da educação profissional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2019-2023) do IFMA delinea a política de ensino da instituição. Esta política encontra-se integrada no contexto social, político, econômico e cultural da sociedade brasileira, notadamente maranhense, de maneira dinâmica e alinhada às demandas sociais e do mercado de trabalho, em conformidade com a perspectiva da sustentabilidade. E se propõe a formar pessoas capazes de:

Analisar e transformar criticamente a realidade. Tal processo se concretiza por ações e atitudes construídas coletivamente que possuem um sólido aporte teórico metodológico que considera as múltiplas determinações da realidade, para formação humanística, transitando da esfera dos saberes e técnicas para as ciências, tecnologias e culturas, fomentadas, também, pelas ações de internacionalização (PDI-IFMA, 2019-2023, p. 42).

De fato, a proposta apresentada se configura como uma alternativa inovadora e eficaz para a formação de profissionais qualificados e comprometidos em subsidiar a economia do país. Hoje, reflete uma abordagem educacional abrangente que integra elementos colaborativos,

teóricos e práticos, com ênfase na compreensão e transformação ativa da realidade dos arranjos produtivos socioculturais locais, em consonância com os objetivos da educação profissional em um contexto local, regional e nacional.

2.4 Tessituras da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão: entrelaçamentos históricos e dinâmicas políticas e econômicas

A educação profissional e tecnológica não pode ser entendida fora das determinações históricas, sociais e econômicas em que se insere. Ela é, ao mesmo tempo, produto e produtora das relações de produção e de poder, assumindo formas e finalidades que se coadunam com os interesses dominantes em diferentes momentos históricos (Frigotto, 1998, p. 33).

A Figura 9 mostra a fachada da Escola de Aprendizizes Artífices (EAAs) do Maranhão, instalada no mesmo prédio onde funcionou a Casa dos Educandos Artífices (CEA), criada por meio da Lei Provincial n.º 105, de 23 de agosto de 1841, uma instituição educativa de relevância histórica para o estado, localizada em São Luís, no bairro Diamante. Segundo Castro (2023), essa instituição de ensino foi extinta pela Junta do Governo Provisório Republicano instalada no Estado do Maranhão, no dia 13 de dezembro de 1889, com o argumento de que “não estava mais atendendo aos benefícios públicos e, também, que a mesma não agradava aos cofres do estado, sem apresentar qualquer utilidade e proveito público” (Castro, 2023, p. 93).

A fotografia apresentada, nitidamente posada, revela uma intenção deliberada de registrar e eternizar um momento histórico significativo: a criação da Escola de Aprendizizes Artífices do Maranhão, em 1910. No contexto do início do século XX, o ato de posar para uma fotografia era um gesto altamente simbólico, carregado de formalidade e solenidade, que reforçava a relevância do evento retratado. Nesse caso, o registro representa a fundação de uma instituição educacional voltada para o ensino profissional, com o objetivo de projetar a imagem de progresso e modernidade no âmbito educacional e social.

Figura 9 – Fachada da Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão



Fonte: Instituto Federal do Maranhão (2023)

A composição da imagem, cuidadosamente elaborada, reflete uma preocupação em construir uma narrativa visual que simbolizasse o prestígio e a seriedade da escola recém-estabelecida. A escolha do cenário – um edifício de arquitetura marcante, representando o contexto urbano e institucional – e a organização das pessoas em formação destacam a ordem, disciplina e coletividade, valores intimamente associados à proposta educacional da época. As vestimentas uniformizadas dos indivíduos reforçam a ideia de padronização e pertencimento a uma estrutura formal, ao mesmo tempo em que projetam a imagem de uma instituição que seguia padrões organizados e modernos.

Além disso, a natureza posada da fotografia permite identificar elementos simbólicos que dialogam com as intenções políticas e culturais do período. Esse tipo de registro era utilizado não apenas como um meio de documentação histórica, mas também como um instrumento de propaganda, capaz de transmitir ao público uma imagem de avanço social e inclusão, ainda que, em muitos casos, limitada às classes populares urbanas masculinas. A fotografia, assim, apresenta-se como um recurso visual que reforça as dinâmicas de poder e as narrativas de progresso associadas à educação profissional no Brasil republicano.

Com a extinção da Casa dos Educandos Artífices (CEA) transcorridas duas décadas, o edifício passou a acolher a EAA-MA. Conforme anteriormente delineado, as EAAs, em âmbito nacional, foram instituídas por intermédio do Decreto n.º 7.566/1909 (Brasil, 1909). No contexto maranhense, a referida instituição educacional foi solenemente inaugurada em 16 de janeiro de 1910. Atualmente, o local é sede da Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Maranhão.

O início das atividades letivas da EAA-MA foi amplamente divulgado em jornais, a exemplo do Diário do Maranhão. No dia 15 de janeiro do mesmo ano, noticiava que “mais de 30 alunos estavam matriculados na Escola até este dia e que o ‘director’ da escola resolveu prorrogar, até 31 do mez corrente, o praso para as matrículas” (Diário do Maranhão, 15/01/1910).

Embora o ano de 1910 assinale oficialmente a inauguração da Escola de Aprendizes Artífices no Estado, a historiografia mostra o Maranhão oitocentista já com ações direcionadas à criação de instituições de ensino técnico-profissional. No século XIX a província alcançou níveis consideráveis de desenvolvimento econômico com a rizicultura, a cultura algodoeira e a consequente instalação de fábricas têxteis. Havia, portanto, a necessidade de atender às demandas dos arranjos produtivos da região, que abastecia o mercado interno e externo.

No contexto histórico brasileiro, as primeiras instituições de ensino profissional surgiram durante a Primeira República (1889-1930), notadamente em 1906, sob o governo de Nilo Procópio Peçanha, então Presidente¹⁴ do Rio de Janeiro entre dezembro de 1903 e novembro de 1906. Antes mesmo de assumir a presidência, Nilo Peçanha, enquanto congressista, advogava pela reformulação do ensino primário, preconizando uma abordagem menos teórica e mais orientada para a prática (Rodrigues, 2019).

Desse modo, direcionou sua atenção para as escolas profissionais agrícolas, visando a formação de uma população voltada para o exercício de atividades laborais. Conforme Fonseca, C. (1986, p. 160), Nilo Peçanha criou os primeiros “institutos de ensino técnico e profissional para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”.

¹⁴ O nome dado ao cargo de administrador das unidades da organização política do país sofreu alterações. Com a constituição de 1824 o cargo se chamava Presidente da Província, nomenclatura que foi alterada com a Proclamação da República em 1889 para Presidente de Estado. De 1930 a 1946, chamava-se Interventor Federal e de 1947 aos dias atuais Governador de Estado.

Essa iniciativa representa um marco histórico na configuração da educação profissional no Brasil, alinhando-se à visão do período em questão.

Esse marco na educação brasileira foi formalizado por meio do Decreto n.º 987, datado de 11 de setembro de 1906, com a criação de cinco escolas profissionais nesta unidade federativa: Campos¹⁵, atual Campos dos Goytacazes, Petrópolis e Niterói, com concentração no ensino de ofícios manufatureiros, preparando os alunos para atuarem em atividades industriais e de manufatura, e Paraíba do Sul e Resende, dedicando-se ao ensino agrícola. A criação das escolas profissionalizantes desempenhou papéis específicos na formação profissional e na promoção de habilidades técnicas (Coutinho, 2012; Kuenzer, 1991), representando um esforço do governo estadual para atender às necessidades de formação profissional da época e estabeleceu as bases para o subsequente desenvolvimento do sistema de educação técnica e profissional no Brasil.

De todo modo, o marco inicial da criação de um sistema federal de educação profissional no Brasil como política pública, descentralizada e de abrangência nacional, é datado no ano de 1909, com a promulgação do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro, por Nilo Peçanha, quando assumiu a presidência na qualidade de vice-presidente, em 1909, em decorrência do falecimento do então presidente Afonso Pena. Um de seus primeiros atos foi a criação de EAAs por meio de uma parceria entre o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e o governo federal, e tinham como objetivo formar mão de obra qualificada para o setor industrial e para o comércio.

As escolas de formação profissional foram implantadas em 19 estados do País, conforme ilustrado na Figura 10, como parte de uma iniciativa estratégica para atender às demandas de qualificação profissional em um período de crescente industrialização. Essas instituições ofereciam cursos de mecânica, marcenaria, eletricidade, carpintaria e tecelagem, áreas estratégicas para o desenvolvimento de uma mão de obra especializada. Ao direcionar a formação para setores-chave da economia, essas escolas desempenharam um papel central no fortalecimento das indústrias emergentes, ao mesmo tempo em que ampliavam as oportunidades de inserção no mercado de trabalho para a classe trabalhadora do limiar do século XX.

Na Figura 10, apresenta-se a distribuição geográfica dos estados que receberam as EAAs a partir de 1º de janeiro de 1910, em cumprimento ao Decreto n.º 7.566/1909, o qual

¹⁵ Cidade natal e reduto político do Presidente da Província.

preconizava a criação de uma instituição de ensino voltada para a formação profissional em cada capital do país. Contudo, destaca-se uma exceção em relação ao estado do Rio Grande do Sul e à cidade do Rio de Janeiro, que já dispunham de escolas profissionalizantes em operação naquele período, evidenciando a preexistência de iniciativas locais voltadas à qualificação técnica. O mapeamento revela a expansão nacional de uma política pública educacional voltada à capacitação da mão de obra, marcando o início de um processo sistemático de organização da educação profissional no Brasil.

Figura 10 – Localização geográfica das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909



Fonte: Ministério da Educação (2020)¹⁶

Após a promulgação do decreto em 1909, entre os meses de janeiro e outubro do ano seguinte, foram iniciadas as inaugurações das EAAs em 19, dos 20 Estados federados¹⁷, conforme apresenta o Quadro 4.

¹⁶ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 02 nov. 2023.

¹⁷ O Rio Grande do Sul não foi contemplado com a criação de Escola de Aprendizes Artífices pelo fato de, no estado, funcionar o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre, conforme previa o Decreto 7.763, de 23 de dezembro de 1909 (Cunha, 2000).

Quadro 4 – Escolas de Aprendizizes Artífices no Brasil

INSTITUIÇÃO NOS ESTADOS	DATA DE INAUGURAÇÃO
Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí	01/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífices de Goiás	01/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso	01/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífices do Rio Grande do Norte	03/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba	06/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífices do Maranhão	16/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná	16/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífices de Alagoas	21/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífices de Campos	23/01/1910
Escola de Aprendizizes Artífices do Pernambuco	16/02/1910
Escola de Aprendizizes Artífices do Espírito Santo	24/02/1910
Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo	24/02/1910
Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe	01/05/1910
Escola de Aprendizizes Artífices do Ceará	24/05/1910
Escola de Aprendizizes Artífices da Bahia	02/06/1910
Escola de Aprendizizes Artífices do Pará	01/08/1910
Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina	01/09/1910
Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais	08/09/1910
Escola de Aprendizizes Artífices do Amazonas	01/10/1910

Fonte: Adaptado de Franco (1984, grifo nosso)

Conforme se denota do Quadro 4, o ensino técnico-profissional no Maranhão teve início com a instalação da Escola de Aprendizizes Artífices na capital, São Luís, no dia 16 de janeiro de 1910 e, assim como em um contexto macro, vinculado a um discurso inclusivo e assistencialista, em uma perspectiva alternativa ao problema da ociosidade das classes “desfavorecidas da fortuna”, expressão contida no Decreto nº 7.566/1909 (Brasil, 1909, p. 1), a quem, para as elites, faltava um ofício para ter acesso ao emprego e renda.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906: Considerando: que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletarias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lueta pela existencia: que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica (Brasil, 1909, p. 1).

Fonseca (1986, p. 171) ressalta o caráter assistencialista presente no documento, ao destacar a postura do Governo que, de forma persistente ao longo dos séculos, direcionava a

educação profissional para os estratos mais desfavorecidos da sociedade: pobres, desvalidos, desamparados, órfãos, miseráveis, expostos, abandonados, cegos e surdos, e “as condições de matrícula continuavam a incluir a condição de serem preferidos os desfavorecidos da fortuna. Por muitos anos, ainda, o ensino profissional carregaria aquela cruz [...]”.

No preâmbulo do Decreto n.º 7.566/1909, o Presidente determinou: “cree nas capitales dos Estados da Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito” (Brasil, 1909, p. 1), destacando, inicialmente, o objetivo de formar operários e contra-mestres qualificados para o desenvolvimento industrial do País, que abrangesse tanto uma formação básica em letras e desenho, quanto um aprendizado de ofícios.

No que tange ao mencionado decreto, o artigo 1º, parágrafo único, estabeleceu que as instituições de ensino deveriam ser instaladas em edifícios pertencentes à União ou cedidos pelos governos locais. Este dispositivo refletia a proposta do Governo Federal em assegurar o acesso gratuito à instrução profissional para jovens pertencentes às camadas populares, conforme expresso no texto normativo, Art. 1º, parágrafo único: “estas escolas serão installadas em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim” (Brasil, 1909, p. 1).

A EAA-MA, oficialmente inaugurada em 16 de janeiro de 1910, foi criada em conformidade com o Decreto n.º 7.566/1909 (Brasil, 1909), que instituiu uma rede de escolas voltadas à formação técnico-profissional em diversas capitais brasileiras. Sua instalação ocorreu na antiga Casa de Educandos Artífices, localizada no centro histórico de São Luís, um local carregado de simbolismo histórico e cultural.

A fundação da EAA deve ser compreendida dentro do contexto das primeiras décadas da República brasileira, período em que o Governo buscava promover iniciativas que alinhassem a educação às demandas do mercado de trabalho e ao projeto de modernização do país. A escolha do prédio da Casa de Educandos Artífices para sediar a Instituição não foi casual, afinal, o local já possuía um histórico ligado à educação e à formação de jovens desfavorecidos, o que ressoava com os objetivos das EAAs, voltadas para atender as classes populares, especialmente órfãos e filhos de famílias pobres (Brasil, 1909).

De acordo com o Decreto fundador, essas escolas tinham como finalidade formar operários qualificados e disciplinados, que atendessem às crescentes demandas do setor produtivo e industrial, ainda incipiente em várias regiões do país. A iniciativa, no entanto, não visava apenas o desenvolvimento econômico. Ela também representava um esforço do governo

republicano em consolidar um modelo de cidadania baseado no trabalho, buscando integrar setores marginalizados da sociedade ao novo projeto republicano.

A localização no centro histórico de São Luís reforça a conexão da Instituição com o dinamismo urbano da época, além de simbolizar o desejo de projetar o Maranhão como parte integrante desse movimento nacional de modernização. No entanto, é importante destacar que, apesar do discurso oficial que enaltecia a democratização do ensino técnico, as EAAs possuíam um viés restritivo: o acesso era limitado às classes populares urbanas masculinas, excluindo, na prática, mulheres e habitantes das zonas rurais, que constituíam a maior parte da população do Estado.

Figura 11 – Relatório de matrícula e frequência da 1ª turma de alunos das Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil

ESTADOS	Data da instalação	Matrícula	Frequência média	Coefficiente da frequência
Amazonas.....	1 de Outubro de 1910.....	70	40	57.1 %
Pará.....	1 " Agosto " "	95	74	77.8 %
Maranhão.....	16 " Janeiro " "	104	67	64.4 %
Piauí.....	1 " " " "	83	46	55.4 %
Ceará.....	24 " Maio " "	82	72	87.8 %
Rio Grande do Norte.....	1 " Janeiro " "	83	58	69.8 %
Parahyba.....	5 " " " "	134	102	76.1 %
Pernambuco.....	16 " Fevereiro " "	125	75	60.0 %
Alagoas.....	21 " Janeiro " "	151	94	62.2 %
Sergipe.....	1 " Maio " 1911.....	120	75	62.5 %
Bahia.....	2 " Junho " 1910.....	68	52	76.4 %
Espirito Santo.....	24 " Fevereiro " "	166	98	57.2 %
Rio de Janeiro.....	23 " Janeiro " "	273	182	66.6 %
S. Paulo.....	24 " Junho " "	120	105	87.5 %
Paraná.....	16 " Janeiro " "	293	191	65.1 %
Santa Catharina.....	1 " Setembro " "	130	98	75.3 %
Minas Geraes.....	3 " " " "	60	52	86.6 %
Goyaz.....	1 " Janeiro " "	68	49	72.0 %
Matto Grosso.....	" " " " "	84	58	69.0 %

Fonte: Fonseca (1986, p. 167)

Dessa forma, a fundação da EAA-MA em 1910 não foi apenas um marco educacional, mas também um reflexo das dinâmicas políticas, econômicas e sociais que delineavam o Brasil no início do século XX. Ela simbolizava, ao mesmo tempo, os avanços e as limitações do projeto republicano de inclusão social por meio da educação profissional. O edifício que abrigou a Escola, inserido no contexto histórico de São Luís, permanece como um espaço de memória que conecta o passado às discussões contemporâneas sobre o papel da educação no desenvolvimento social e econômico.

A Figura 11 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta o relatório referente ao número de alunos matriculados e a frequência da primeira turma, em cada estado da federação.

O relatório mostra o Maranhão com 104 alunos matriculados, com frequência média de 67 estudantes. Ao analisar o documento, é possível destacar aspectos da política pública voltada para a educação profissional no início do século XX no Brasil. Em primeiro lugar, o Decreto evidencia o direcionamento do governo federal para o desenvolvimento industrial do país. Em segundo lugar, por meio do decreto, é possível verificar que, não obstante à qualificação de mão de obra, havia o interesse em um controle social de um segmento específico da sociedade: “os filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social, pessoas potencialmente mais sensíveis à aquisição de vícios e hábitos ‘nocivos’ à sociedade e à construção da nação” (IFECT, 2010, p. 10).

A citação apresentada no texto revela elementos para a compreensão das políticas públicas de educação profissional implementadas no início do século XX no Brasil, especialmente no contexto da criação das EAAs. O relatório, ao registrar que o Maranhão contava com 104 alunos matriculados e uma frequência média de 67 estudantes, apresenta dados que ilustram não apenas o alcance inicial limitado dessa instituição, mas também as prioridades e os desafios enfrentados na consolidação da educação técnico-profissional como ferramenta de desenvolvimento social e econômico.

Ao analisar o decreto, dois aspectos centrais são revelados. Em primeiro lugar, destaca-se o esforço do governo federal em vincular a educação profissional às demandas do desenvolvimento industrial emergente no país. Esse direcionamento reflete o alinhamento com os ideais republicanos de progresso e modernidade, que buscavam fomentar a formação de uma mão de obra qualificada capaz de sustentar o avanço econômico e industrial do Brasil, ainda incipiente em várias regiões, incluindo o Maranhão. Essa iniciativa estava diretamente

conectada a uma visão instrumental da educação, entendida como mecanismo de preparação técnica para o trabalho e como elemento propulsor da produtividade nacional.

Em segundo lugar, a citação sublinha uma dimensão menos evidente, mas igualmente importante: o controle social exercido por meio das políticas educacionais. Ao selecionar como público-alvo os “filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social” (IFECT, 2010, p. 10), o governo não apenas oferecia oportunidades de inclusão social, mas também operava dentro de um paradigma de vigilância e moralização. Essa estratégia estava alicerçada na concepção de que esses jovens, pertencentes às camadas populares, representavam um risco potencial à ordem social, caso não fossem integrados ao projeto de construção da nação por meio do trabalho disciplinado. Assim, o ensino profissional não visava apenas atender à demanda econômica por trabalhadores qualificados, mas também atuava como um instrumento de conformação dos indivíduos às normas e valores sociais considerados desejáveis pela elite dirigente.

O discurso presente no decreto, ao referir-se à suposta "sensibilidade" desses jovens à aquisição de “vícios e hábitos nocivos”, evidencia os estigmas sociais atribuídos às classes populares e a lógica paternalista que permeava as políticas públicas da época. Essa visão reforça a dualidade intrínseca à criação das EAAs: por um lado, um esforço de inclusão social por meio da qualificação profissional; por outro, uma estratégia de controle e disciplinamento dos corpos e mentes dos jovens proletários, de acordo com os interesses do projeto republicano.

Portanto, o texto da lei revela como as políticas educacionais no início do século XX operavam em múltiplas camadas, combinando objetivos econômicos, sociais e ideológicos. Ao mesmo tempo em que contribuíam para a inserção de segmentos considerados marginalizados no mercado de trabalho, também consolidavam mecanismos de controle social e disciplinar que refletiam as tensões e contradições do período. Esses aspectos permanecem fundamentais para a análise histórica da educação profissional no Brasil e seus desdobramentos contemporâneos.

O decreto marca um avanço significativo no panorama da história da educação profissional no Brasil, pois estabeleceu os princípios fundamentais que orientariam as políticas educacionais do país nas décadas subsequentes. É válido destacar que as Escolas de Aprendizes Artífices e as demais denominações dela derivadas no decorrer do século XX, foram responsáveis pela formação de trabalhadores qualificados, o que teve impacto direto no desenvolvimento econômico do Brasil.

Por outro lado, no tocante à questão social, há de se evidenciar, conforme aponta Silva, M. (2022), que:

Os interesses econômicos e políticos sempre estiveram acima dos sociais, com reflexos negativos para o processo educacional como um todo; e em especial, para o ensino técnico-profissionalizante. Em verdade, as escolas responsáveis por esta modalidade de ensino, resultaram da tentativa do poder público em atender as exigências do lento processo de industrialização (Silva, M., 2022, p. 13).

De fato, conforme o Decreto n.º 7.566/1909, as EEAs deveriam ser instaladas em cada unidade da federação para atender a “**determinado segmento da população considerado desfavorecido da fortuna**, por meio de uma formação básica para um ofício e um conjunto de orientações que ditavam as formas de comportamento a ser assumido pelos referidos alunos” (Silva, 2019, p. 22, grifo nosso) e, assim, instruir por meio do trabalho os jovens que se encontravam à margem da sociedade, ou seja, os filhos daqueles menos favorecidos economicamente.

Desse modo, as EAAs tinham por objetivo oferecer formação básica e específica a um determinado segmento da população buscando capacitar os alunos em um ofício prático ao fornecer-lhes habilidades técnicas e, igualmente, orientá-los em termos de comportamento e ética de acordo com valores e normas da época, ao preparem os alunos para ocuparem posições subalternas na sociedade, reproduzindo as desigualdades de classe e “raça”.

Nesse caminho, o que era oferecido constituía-se, em conformidade com Kuenzer (1991), a uma formação limitada e fragmentada, não preparando os alunos para o mundo do trabalho, de fato, de forma adequada, haja vista ser baseada em valores e normas tradicionais e, portanto, em uma orientação conservadora, impedindo os alunos de desenvolverem uma visão crítica do mundo e, assim, contribuindo para a reprodução da desigualdade social, da limitação da sua formação técnica e a orientação moral e ética conservadora, impedindo aos alunos de desenvolverem as competências necessárias para atuar em diferentes setores da economia e da sociedade e, conseqüentemente, no desenvolvimento de uma visão crítica do mundo.

De todo modo, as EAAs foram as precursoras das escolas industriais, das escolas técnicas federais, das escolas agrotécnicas e, mais recente, no início do século XXI, muitas delas integraram a base dos atuais Institutos Federais (Silva, N., 2019; Ramos, 2014; Vanderley, 2015; Kuenzer, 2009), e outras “nasceram” no bojo do processo de ampliação e interiorização da Rede Federal de Educação. Em reconhecimento pela iniciativa da criação de uma rede

federal de instrução profissional no país em 1909 Nilo Peçanha recebeu o título de Patrono da Educação Profissional no Brasil, por meio da Lei n.º 12.417, de 09 de julho de 2011.

O Decreto n.º 7.566/1909 pode ser considerado, então, a “certidão de nascimento” do ensino técnico profissional no Brasil. Esse marco histórico ocorreu durante o período de transição da Monarquia para a República, em meio às significativas transformações decorrentes do contexto pelo qual as províncias passavam. Tais mudanças estavam intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento econômico do país e à incipiente fase de industrialização que se iniciava. As escolas ofereciam ensino profissional primário gratuito, organizado e mantido pela União e, a partir de então, a modalidade vai se consolidando e marcando um importante passo para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Embora a institucionalização das EAAs tenha ocorrido no início do século XX, conforme evidenciado nas pesquisas de Ramos (2014), Frigotto (2006), Manfredi (2002), Fonseca (1986), entre outros autores de referência no assunto, há registros de que no período Brasil colônia (1500-1822) a transmissão dos conhecimentos das profissões manuais aos trabalhadores se dava em ambientes informais, notadamente nas fazendas e vilas, em oficinas caracterizadas como "rudimentares", impulsionadas pela necessidade de mão de obra especializada para atender a economia colonial. A partir do século XVIII, com a crescente urbanização e o desenvolvimento da manufatura, o ensino profissional ganhou maior ênfase, com a criação de escolas especializadas em áreas como a metalurgia e a tecelagem.

Pesquisas de Castro e Castellanos (2021) sobre o ensino na Província do Maranhão evidenciam o ano de 1838, com a criação do Liceu Maranhense e de uma educação pública secundarista, por meio da Lei Provincial n.º 77, de 24 de julho de 1838, pelo Presidente da Província Vicente Thomaz de Figueiredo Carvalho. Os autores realizaram um inventário referente ao ensino público no estado no período entre 1940-1968. Dessa instituição educativa surgem

[...] os discursos, a legislação e a produção didática voltada para esse nível de ensino, o que faz do Liceu o lugar de irradiação e de convergência, desde a sua origem no século XIX até a presente data, quando tratamos da formação secundária (ou média) (Castro; Castellanos, 2021, p. 91).

Poucos anos depois, em 1841, foi criada a Casa dos Educandos Artífices do Maranhão (CEA), por meio da Lei Provincial n.º 105, de 23 de agosto do mesmo ano, e inaugurada em novembro de 1841, com o objetivo de atender “moços desvalidos, de preferência, os enjeitados, e dar-lhes instrução e primeiras letras e um ofício” (Souza Filho, 1887, p. 96). Constituíam-se em

um estabelecimento de ensino profissional com programa de ensino voltado para a instrução elementar, desenho, música e cinco oficinas: marceneiro, alfaiate, carpinteiro, sapateiro e pedreiro (Castro, 2023).

Esse dado é apontado, também, por Castellanos (2019, p. 801) quando afirma: “Quando da sua inauguração, contava com 28 meninos matriculados, uns oriundos da Casa dos Expostos¹⁸, outros enviados pelos juízes de órfãos ou por indicação do presidente da Província”. Nos termos da Lei Provincial nº 105/1841, o Art. 1º determinava:

O Presidente da Província fica autorizado a estabelecer nesta Cidade uma Cadeira de educação de Artífices, para onde serão recolhidos os moços pobres e desvalidos de toda a Província, que o mesmo Presidente julgar aptos para aprenderem os ofícios mecânicos, tendo como tudo preferência os expostos da Santa Casa de Misericórdia da mesma Cidade (Castro, 2023, p. 93).

A legislação apresenta como objetivo fornecer ensinamentos pedagógicos e treinamento profissional para jovens em situações de carência, especialmente aqueles que são acolhidos pela Santa Casa de Misericórdia. Isso pode ser visto como uma iniciativa para capacitar economicamente os menos privilegiados, oferecendo-lhes habilidades práticas e uma chance de melhorar suas condições de vida através da aprendizagem de ofícios mecânicos.

Na mesma década, o Governo Imperial, através da Lei Provincial n.º 243, datada de 16 de outubro de 1848, implantou na CEA aulas dedicadas à escultura e desenho aplicado às Artes e Ofícios (Castro 2009). A turma era composta por 60 alunos matriculados. Este evento histórico denota a atenção governamental para a promoção do ensino de expressões artísticas e práticas manuais, evidenciando um compromisso com a formação multidisciplinar e o desenvolvimento de habilidades aplicáveis às profissões artísticas e técnicas.

Na década seguinte, por meio da Lei Provincial n.º 572, de 14 de julho de 1856, foi criado o estabelecimento de lavoura de arroz e de algodão pelo que ficou conhecido como Sistema Aratório. Conforme Castro (2012), o sistema caracterizava-se pela substituição do trabalho humano pelo de animais, e de equipamentos manuais por máquinas no plantio, na colheita e no beneficiamento da produção, subsidiado pelo governo (Castro, 2012):

Art. 1º. Fica o governo da província autorizado a conceder ao cidadão Antônio Joaquim Lopes da Silva um empréstimo de vinte contos de reis, a prazo de

¹⁸ Fundada em Portugal no século XV, a Casa dos Expostos (ou Roda dos Enjeitados) foi estabelecida na Província do Maranhão em 15 de julho de 1837, como uma iniciativa governamental destinada a assistir bebês abandonados por suas mães. As crianças eram colocadas no muro da Igreja e recolhida pelas Irmãs da Ordem de Santana, que passavam a ser por elas cuidadas.

dez anos e a juros de 6 por cento pagos anualmente, para o que poderá emitir igual valor em apólices da dívida pública de juros de 8 por cento ao ano.

Art. 2º. O mesmo cidadão será obrigado a montar o seu estabelecimento de lavoura de arroz e algodão pelo sistema aratrio (*sic*), introduzindo nele os melhoramentos mais usados para tais culturas no sul dos Estados-Unidos da América, adaptados à localidade em que trabalha, sob pena de lhe ser exigido imediatamente o pagamento da quantia emprestada. (Castro, 2012, p. 246).

Em 1861, por meio da Lei Provincial n.º 605, de 16 de setembro de 1861, com o objetivo de promover na província o ensino profissional, especialmente o agrícola, conforme Castro (2009), ficou estabelecido:

Art. 4º. O presidente da Província se entender conveniente, os regulamentos, tanto da casa dos educandos artífices, como da escola agrícola de Cutim¹⁹, em ordem a tomar estes estabelecimentos mais profícuos ao desenvolvimento do ensino prático profissional, podendo para o mesmo fim criar outros de natureza semelhante. (Castro, 2009, p. 156).

Nas escolas de aprendizes do Maranhão, durante o Período Imperial, a disciplina era um elemento fundamental tanto para o processo de ensino quanto para o ajustamento social dos alunos. Tais instituições, como todas as de recolhimento e educação profissional da época, utilizavam castigos e medidas disciplinares como ferramentas para “ajustar” o comportamento e a moral dos jovens.

Igualmente, a Lei Provincial n.º 56, de 15 de maio de 1893, cria o Regulamento da Instrução Pública no Maranhão que estabelecia, no Capítulo I, a Organização do Ensino, conforme explicita o Art. 1º (Castro, 2009):

O ensino público no Estado do Maranhão será:

1º primário;

2º normal;

3º secundário;

4º profissional e tecnico

5º superior. (Castro, 2009, p. 189, grifo nosso).

O texto delineado nos termos da lei evidencia cinco níveis de ensino que, por sua vez, denota uma abordagem abrangente e estratificada da educação e reflete a orientação para uma educação que atendesse às diferentes necessidades e estágios de desenvolvimento dos estudantes no Maranhão. O quarto nível revela e reforça a ênfase na preparação para o exercício

¹⁹ Fundada em 7 de abril de 1859, a Escola Agrícola de Cutim foi uma instituição pioneira na educação agrícola no Maranhão. Localizada na região do Cutim, próximo ao Rio Anil, na capital em São Luís, a Instituição teve um papel importante, à época, na formação de mão de obra qualificada para o campo e na modernização da agricultura maranhense, com concentração nas atividades agropecuárias.

de profissões específicas, destacando a formação técnica em um contexto socioeconômico em desenvolvimento.

A Lei n.º 56, de 15 de maio de 1893, indica também os estabelecimentos de ensino a que se destinava cada modalidade. No caso específico do ensino técnico profissional, o Art. 5º especifica o ambiente, nos seguintes termos: “O ensino profissional ou tecnico será dado nos estabelecimentos que para tal fim fossem creados” (Brasil, 1893, p. 4). Desse modo, tem-se o foco especial no ensino técnico profissional, especificando que essas instituições fossem ser criadas com a finalidade específica de oferecer instrução profissional.

Após a criação das EAAs em 1909, a proposta e defesa da oferta de ensino técnico profissional avançou ao longo da Primeira República (1889-1930) e ganhou impulso na Era Vargas (1930-1945/1951-1954) e gestões seguintes.

Um outro ponto importante a ser destacado na análise da história da educação profissional durante a Primeira República é o Decreto n.º 5.241, de 22 de agosto de 1927, conhecido como Projeto de Fidélis Reis, que estabelecia:

Art. 1º O ensino profissional no Brasil será ministrado de accôrdo com as disposições desta lei.

Art. 2º Em todas as escolas primarias subvencionadas ou mantidas pela União, farão parte obrigatoriamente dos programmas; desenho, trabalhos manuaes e rudimentos de artes e officios ou industrias agrarias, conforme as conveniencias e as necessidades da população escolar.

Art. 3º No Collegio Pedro II e em quaesquer estabelecimentos de instrucção secundaria, mantidos pela União, como tambem nos equiparados, serão installadas aulas de artes e officios, sendo livre ao alumno o escolher aquelle em que se queira especializar, não se dando, porém, o certificado da conclusão do curso sem essa especialização (Brasil, 1927).

Esse Decreto estabeleceu a obrigatoriedade do ensino profissional nas escolas primárias e secundárias que recebiam subsídios ou eram mantidas pelo Governo Federal. Com essa medida, buscava-se preparar os jovens para o mercado de trabalho, proporcionando-lhes habilidades e conhecimentos técnicos pertinentes àquela época (Cunha, 2000).

Conforme Cunha (2000), esse período revela a atuação do Estado na economia cada vez mais complexa, com a transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial. Desse modo, o incentivo à ampliação de escolas públicas profissionalizantes vai ao encontro “[...] dos interesses do capital industrial, segundo o novo modelo de desenvolvimento [...], com referência à qualificação de mão-de-obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país” (Brasil, 2010, p. 10).

Destaca-se, nesse período, o chamado “Sistema S”, que abrange o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), criados na década de 1940, consolidando-se como uma resposta institucional às demandas da modernização e industrialização brasileiras durante as décadas de 1930 a 1950. Seu surgimento refletiu o esforço articulado entre o Governo Federal e o setor produtivo privado, voltado para a formação de mão de obra qualificada e a assistência social à classe trabalhadora. No entanto, como apontam Frigotto (2005) e Ramos (2016), esse sistema também funcionou como um mecanismo de controle social e manutenção de desigualdades estruturais.

Kuenzer (1998) destaca que o ensino brasileiro tem sido historicamente caracterizado por um dualismo marcante. De um lado, há uma educação voltada para a profissionalização, destinada à inserção direta no mercado de trabalho; de outro, um ensino propedêutico, que privilegia a continuidade dos estudos e a formação superior, com o objetivo de preparar as elites dominantes do País. Essa dualidade é reafirmada por Fonseca, L., (2006), segundo o qual a estrutura educacional reflete divisões sociais históricas. Nesse sentido,

pode ainda enfatizar o dualismo, na medida em que, historicamente, propõe uma educação centrada no saber para as classes dominantes e tendo como fundamento o fazer quando se trata das classes dominadas. Representa-se por um ensino técnico descolado de uma formação humana, seja no chão da fábrica, ou em espaços públicos ou privados específicos da formação para o trabalho. Na contraposição alicerçam-se os conceitos de politécnica e polivalência (Fonseca, 2006, p. 211).

A escola, nesse contexto, seja ela caracterizada como a instituição destinada aos filhos da classe trabalhadora ou como escolas das camadas privilegiadas da sociedade, perpetuava e delineava a dualidade no processo formativo destinado a distintos estratos sociais. Este modelo foi marcante no Brasil em que, ao longo de sua história, as elites direcionavam seu interesse predominantemente para a construção de uma cultura clássica propedêutica (Silva, N., 2019).

De acordo com Ciavatta e Ramos (2011), Kuenzer (1994) e Moura (2007), esse modelo de educação evidenciou a disparidade entre a formação da classe trabalhadora e a da classe considerada elite no contexto nacional. Desse modo, é possível apontar para a percepção de que o sistema educacional, ao longo do tempo, contribuiu para a consolidação e manutenção das barreiras sociais, refletindo a estratificação existente na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, Frigotto (2007, p. 1144) destaca que a:

universalização da educação básica e a formação técnico-profissional, implica resgatar a educação básica (fundamental e média) pública, gratuita, laica e universal na sua concepção unitária e politécnica, ou tecnológica. Portanto,

uma educação não-dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas (Frigotto, 2007, p. 1144).

Na crítica a respeito da *universalização da educação básica* Frigotto, já em 2007, enfatiza as forças que disputaram/disputam os projetos societários do percurso histórico relacionados às classes sociais. Nesse contexto, é possível pensarmos até que ponto o projeto da classe burguesa demanda, necessariamente, da universalização da escola básica ou se, ao contrário, perpetua por meio de diversos mecanismos, a dualidade educacional, conforme salientam Silva, N. (2019) e Manfredi (2002), ao manter uma formação profissional e tecnológica restrita, direcionada à profissionalização básica, direcionadas ao mercado, o que possibilita e proporciona insights sobre a proposta de uma escola pública, unitária, universal, gratuita, laica e politécnica, conforme estabeleceu a legislação original da criação dos Institutos Federais, o que, de certo modo, vai de encontro à reformulação do ensino médio (Brasil, 2017), que introduziu mudanças significativas no currículo dessa modalidade de ensino.

A reforma do ensino médio de 2017 busca ampliar a flexibilidade curricular e permitir maior autonomia às escolas e aos estudantes na escolha de suas trajetórias formativas. Por outro lado, Cardozo (2022) e Kuenzer (2017) apontaram para a “precarização do trabalho” e, igualmente, impactos negativos na oferta de educação profissional e, mais especificamente, na redução da carga horária obrigatória das disciplinas comuns a todos os estudantes, o que poderia diminuir o espaço dedicado à formação técnica e profissional. Além disso, a proposta de concentrar essa formação em um currículo mais flexível levanta preocupações sobre a fragilidade da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, que historicamente buscavam integrar a formação acadêmica e profissional, conforme a sua gênese.

Muito embora, atualmente, os diplomas de conclusão do ensino médio técnico abram caminho para a continuidade dos estudos no ensino superior, “[...] as possibilidades de sucesso em processos seletivos para áreas diferentes da cursada, levará os alunos a frequentarem cursos preparatórios, que acabam sendo incentivados pela nova proposta” (Kuenzer, 2017, p. 335), principalmente se o aluno escolher o itinerário da formação técnica e profissional.

Sob essa perspectiva, a escolha pela educação profissional, conforme consta no Art. 4º da Lei n.º 13.415/2017, a “inclusão de vivências práticas de trabalho; possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho; oferta de formação profissional em parcerias com outras instituições, reconhecimento de competências com instituições de educação a distância” (Cardozo, 2022, p. 279), diminuirá a qualidade da

formação técnico-profissional e as experiências do ensino médio integrado, o que pode fortalecer as instituições privadas.

Por sua vez, discussões sobre politécnica, enquanto concepção educativa, busca articular o conhecimento teórico e prático, promovendo uma formação que integra ciência, tecnologia, cultura e trabalho. Nos Institutos Federais, esse conceito frequentemente se contrapõe ao academicismo, que prioriza uma educação mais teórica e desvinculada das práticas produtivas e sociais. Esse embate reflete um conflito mais amplo da sociedade: a relação entre o mundo do trabalho e o mundo do capital. Nesse contexto, “o debate que ocorre dentro dos IFs, principalmente entre Politécnica e Academicismo, reflete a luta de classes que acontece na sociedade entre o mundo do trabalho e o mundo do capital. Nesse embate, estamos ao lado do primeiro, pois ele representa a transformação e o progresso” (Pacheco, 2023, p. 11). Pacheco (2023) destaca que essa disputa traduz a luta de classes e posiciona a politécnica como um caminho para a transformação e o progresso social.

A tessitura histórica da EPT no Maranhão é um reflexo intrínseco das transformações políticas e econômicas que marcaram e marcam o Estado. Sob essa perspectiva, é possível afirmar que as dinâmicas estruturais, seja no âmbito do trabalho, seja no campo da educação, não se desenvolvem de forma autônoma, mas estão imbricadas em um complexo jogo de forças. Essas forças, muitas vezes, são determinadas pelas políticas governamentais e pelo avanço ou retração das relações de produção.

O entrelaçamento histórico dessas forças evidencia a necessidade de compreender a EPT como um campo estratégico para o desenvolvimento econômico regional e nacional. Porém, mais do que isso, ela deve ser vista como um espaço de formação cidadã, com a capacidade de modificar o tecido social e as relações de poder.

Não obstante, a EPT no Maranhão não pode ser analisada de forma isolada, mas em consonância com os movimentos nacionais e globais. Nesse sentido, o Maranhão, inserido em uma conjuntura econômica periférica, sofre diretamente os impactos das políticas neoliberais que, historicamente, relegaram a educação profissional a uma ferramenta de ajuste para o mercado de trabalho.

Por conseguinte, convém salientar que essas políticas, em muitos momentos, promoveram uma educação voltada exclusivamente à formação técnica e instrumental, desconsiderando a formação omnilateral e, portanto, crítica e emancipatória do sujeito.

Instituto Federal de Educação

raízes históricas da expansão da
Educação Profissional e Tecnológica
no Maranhão



3 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO: raízes históricas da expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão

Conhecer a história é uma necessidade e um desafio para que se possa aprender com ela, de modo que, reconheça as contradições como constituidoras do real, possamos captá-las em seus aspectos principais e agir para acirrá-las na direção do trabalho (Ramos, 2016, p. 57).

A citação de Marise Ramos (2016) é um convite à reflexão sobre o lugar da história como instrumento para compreender o presente a partir de eventos do passado. Por meio dessa “viagem”, há possibilidades de conhecer os processos históricos, econômicos, sociais e culturais pelos quais passaram/passam as sociedades, no tempo e no espaço. No campo específico do objeto de estudo, ele direciona-se à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil.

Esta seção está dividida em três subseções. Inicia-se, na subseção *3.1 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)*, com a apresentação e discussão do processo de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no Brasil, com foco no IFMA, fundamentada na legislação pela Lei n.º 11.892 (Brasil, 2008) e estabeleceu a criação dos Institutos Federais no País.

Em seguida, na subseção *3.2 A Educação Técnica de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação (ETPNM)*, examinam-se as questões inerentes à EPTNM ofertada pelos Institutos Federais no Brasil, com ênfase em suas implicações e desdobramentos no contexto da regulação da força de trabalho. Na análise, considera-se a EPTNM como um instrumento estratégico de intervenção estatal na qualificação profissional, destacando seu papel na conformação de perfis ocupacionais alinhados às demandas socioeconômicas e às transformações do mundo do trabalho. Além disso, discutem-se as dinâmicas regulatórias que permeiam essa modalidade de ensino, evidenciando as tensões entre as políticas educacionais e as exigências do mercado, bem como os impactos dessa interface na configuração do desenvolvimento nacional e regional.

Já no subitem *3.3 De Escola de Aprendizes Artífices (EAAs) a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)*, delinea-se o percurso histórico que culminou na consolidação do IFMA como uma instituição de referência no Estado. A trajetória iniciou-se com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, em 1909, tendo sido inaugurada no em 16 de janeiro de 1910, na capital São Luís, com o objetivo principal de formar mão de obra qualificada para atender às demandas da época.

Para a fundamentação teórica da presente seção, adota-se uma abordagem que se baseia em diálogos com autores renomados na área: Frigotto (2018), Ramos (2016), Vidor et al. (2011) e Manfredi (2002). Essa seleção de referências foi realizada pelas abordagens sobre o tema educação profissional e, mais especificamente, sobre a Educação Profissional de nível médio nos Institutos Federais de Educação. Além disso, apoia-se na análise da legislação pertinente que regula a educação profissional no País, que engloba leis, decretos e normativas que delineiam o arcabouço legal e normativo que orienta a modalidade de ensino no contexto nacional.

3.1 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)

A Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008) estabelece os fundamentos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), sendo ela a responsável pela criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECTs) no Brasil, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Essa legislação constitui um marco normativo no panorama educacional, ao estabelecer as bases para o funcionamento do sistema ajustando-o às demandas do mundo contemporâneo, cada vez mais orientado para a inovação e a tecnologia. Ademais, é preciso salientar como, ou de que forma, a legislação aborda questões de inclusão e diversidade. Em outros termos, uma educação profissional e tecnológica que se revele acessível a todos os estratos sociais, independentemente de classe social, raça, gênero ou localização geográfica.

A expressão Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido empregada como designação para um agrupamento de instituições de natureza federal, subordinadas ao MEC, dedicadas ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica. A etimologia da palavra “rede” sugere a representação simbólica de fios entrelaçados que, por sua vez, evoca a concepção de uma estrutura complexa e dinâmica. Cada componente se entrelaça com os demais, dando origem a uma teia de relações interdependentes. Essa característica, por sua vez, revela-se particularmente apropriada quando aplicada à descrição dos Institutos Federais de Educação, conforme Vidor et al. (2011).

A RFEPCT é constituída não apenas pelos Institutos Federais, mas também pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e de Minas Gerais

(CEFET-MG), pelas Escolas Técnicas associadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (Vidor et al., 2011; Brasil, 2008).

De acordo com a legislação vigente e pesquisadores que abordam a educação profissional (Novaes; Lima Filho; Santos, 2023; Frigotto, 2018; Moura, 2014; Brasil, 2008), à época de sua instituição, em 2008, a Rede Federal iniciou sua história com a incorporação e reconfiguração de 31 CEFETs, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs)²⁰, 39 Escolas Agrotécnicas, sete Escolas Técnicas Federais e oito escolas vinculadas a universidades, que deixaram de existir enquanto entidades independentes para formar os Institutos Federais.

As informações disponibilizadas pelo Portal do MEC, acessível através do endereço eletrônico <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>, indicam que no ano de 2023, a Rede Federal era composta por:

38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos campi associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 680 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. (MEC, 2023).

Esta estrutura multifacetada é caracterizada pela sua abrangência territorial e diversidade institucional, refletida na distribuição de 680 unidades acadêmicas e administrativas, espalhadas por todas as 27 unidades federativas do país. Tal panorama, delineado pela presença física das referidas instituições, destaca o compromisso nacional com o fomento da educação, ciência e tecnologia em múltiplos estratos socioeconômicos e geográficos, consolidando-se como um sistema de ensino relevante e impactante na tessitura do panorama educacional brasileiro.

No contexto da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), o Artigo 2º estabelece os parâmetros que regem os Institutos Federais no Brasil como:

[...] de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008, p. 1).

²⁰ As UNEDs foram criadas no Brasil com o objetivo de expandir o acesso à educação profissional e tecnológica, especialmente para regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Segundo Frigotto (2018), essas unidades surgiram no contexto da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, buscando democratizar o ensino e oferecer uma formação mais próxima das realidades locais. Moura (2014) destaca que as UNEDs desempenham um papel fundamental na interiorização do conhecimento e na integração entre educação, trabalho e desenvolvimento regional, alinhando-se à perspectiva da politecnia ao articular formação técnica e humana.

Os Institutos Federais de Educação destacam-se por sua especialização na oferta de educação profissional e tecnológica em diversas modalidades de ensino, característica fundamental que os distingue. Essa especialização se concretiza por meio da integração de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas, conforme estabelecido nos termos da própria legislação.

A Seção III da Lei n.º 11.892/2008, que delineia os objetivos dos Institutos Federais, enfatiza, no Artigo 7º, a educação profissional técnica de nível médio. Essa educação é priorizada na forma de cursos integrados, visando atender concluintes do ensino fundamental, incluindo o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos termos da lei, é determinada as competências dos IFs (Brasil, 2008):

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;**
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (Brasil, 2008, p. 7, grifo nosso).

Os Institutos Federais configuram-se como uma instituição educacional centenária, tendo suas raízes históricas na criação das EAAs em 1909. Ao longo do tempo, essas

instituições foram objeto de diversas transformações e adaptações para acompanhar os modelos produtivos e as demandas sociais de cada período histórico.

Inicialmente concebidas como EAAs, como descrito anteriormente, essas instituições passaram por mudanças de nomenclatura ao longo do século XX: transformaram-se em Liceus Industriais em 1937, Escolas Industriais e Técnicas, em 1942, Escolas Técnicas Federais em 1959 e, posteriormente, em Centros Federais de Educação Tecnológica em 1989. Essas mudanças refletem não apenas adaptações estruturais, mas também o paradigma educacional contemporâneo e a crescente ênfase na formação profissional e tecnológica (Prado, 2019; Vidor et al., 2011).

A Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008) delineou uma reorganização estrutural e conceitual no âmbito da educação básica e superior, visando à consolidação de um modelo educacional integrado e alinhado às demandas contemporâneas, representando mudanças substanciais, sobretudo, na estrutura da educação profissional e tecnológica no âmbito federal, iniciada e instituída na primeira década do século XX, nos termos do Decreto nº 7.566/1909 (Frigotto, 2018; Brasil, 2010; Manfredi, 2002; Franco, Sauerbronn, 1994; Brasil, 1909).

Desse modo, o “nascimento” dos Institutos Federais de Educação em 2008 aconteceu a partir da

transformação e integração dos CEFETs²¹, Escolas Técnicas e Agrotécnicas (ETFs²² e EAFs²³) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, surgiram 38 Institutos Federais, criados a partir da lei nº 11.892. Este novo modelo institucional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) parte, dessa forma, da experiência das já referidas instituições, em que a EPT é tomada enquanto política pública comprometida, dentre outras coisas, com os arranjos produtivos locais (Prado, 2019, p. 97).

Ao partir da experiência das instituições preexistentes, como a Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão, inaugurada em 16 de janeiro de 1910, conforme estabelecia o Decreto n.º 7.566, o novo modelo de Institutos Federais buscou aproveitar as práticas e estratégias já estabelecidas, ao mesmo tempo em que se abria para novos desafios no âmbito da educação profissional e tecnológica. Essa integração de conhecimentos e a adaptação de metodologias contribuíram para fortalecer o ensino técnico e promover uma formação mais alinhada com as demandas contemporâneas do mercado de trabalho.

²¹ Centros Federais de Educação Tecnológica.

²² Escolas Técnicas Federais.

²³ Escolas Agrícolas Federais.

A linha do tempo (Figura 12 – Linha do tempo da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia



, apresenta os caminhos pelas quais passou a EEAs desde a sua criação, em 1909, até a sua transformação em Institutos Federais.

Figura 12 – Linha do tempo da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia



Fonte: Elaboração própria (dez., 2023)

Nesse período, as EAAs foram transformadas em Liceus Profissionais (Lei n.º 378 de 1937) destinados ao ensino profissional. Na década de 1940, novas mudanças ocorreram no ensino técnico. Registrou-se a criação do SENAI, a aprovação das Leis Orgânicas do Ensino Industrial, do Ensino Comercial e do Ensino Agrícola e os Liceus Profissionais passaram a ser denominados Escolas Industriais e Técnicas. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais (Brasil, 2013).

Já na década de 1970, sob o governo dos militares (1964-1985), houve uma intensa reforma da educação básica gerada pela promulgação da Lei n.º 5.692/1971 (Brasil, 1971), a qual se constituiu em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio como sendo profissionalizante para todos. Uma das inovações foi a eliminação do sistema de ensino baseado nas subdivisões de ensino secundário, comercial, industrial, agrícola, normal e a implantação de uma estrutura que incorporava todos esses ramos em um único sistema (Machado, 1989).

Desse modo, as décadas de 1950, 1960 e 1970 representaram para o ensino técnico profissional um momento de consolidação no sistema educacional brasileiro, no sentido de que se estabeleceu o processo de equivalência ao ensino secundário, com acesso ao ensino superior e, com a Lei n.º 5.692/1971 (Brasil, 1971), o ensino profissionalizante se tornou obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino de 2º grau, seja de âmbito municipal, estadual ou federal.

A Figura 12 – Linha do tempo da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia



ilustra a linha do tempo da construção da Rede Federal de Educação no Brasil, que instituiu os Institutos Federais e oferece uma visão geral do percurso da antiga EAA ao longo dos séculos XX e XXI. O objetivo é proporcionar uma compreensão visual das transformações e denominações da instituição ao longo do tempo para, em seguida, discutir o processo e desenvolvimento, os marcos históricos e os desafios enfrentados, delineando um panorama abrangente do papel desempenhado pela Rede Federal de Educação na formação técnica e tecnológica no Brasil.

A literatura mostra que as instituições federais destacadas na Figura 12 – Linha do tempo da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia



foram estruturadas a partir da transformação das preexistentes instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica (Frigotto, 2018; Vidor et al., 2011; Brasil, 2010), conforme descrito no capítulo II da Lei n.º 11.892/2008, intitulado "Dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia", inserido na Seção I, dedicada à criação dessas instituições, conforme estabelecido pelo Artigo 5º, versa sobre a criação dos seguintes Institutos Federais, partir de instituições educativas pré-existentis (Brasil, 2008):

- I. Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;
- II. Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;
- III. Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;
- IV. Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;
- V. Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;
- VI. Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;
- VII. Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;
- VIII. Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;
- IX. Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;
- X. Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;
- XI. Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII. Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII. Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII. Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII. Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

XX. Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI. Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII. Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII. Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV. Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV. Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI. Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII. Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII. Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX. Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI. Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII. Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
 XXXIII. Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;
 XXXIV. Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;
 XXXV. Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;
 XXXVI. Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;
 XXXVII. Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e
 XXXVIII. Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Brasil, 2008, p. 2, grifo nosso).

Ao examinar a Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), Vidor et al. (2011) identificam alguns elementos que fundamentaram a criação dos Institutos Federais:

- a) *Democratização do ensino*, fundamentada no acesso à educação em diferentes níveis, contribuindo para a inclusão de diversos segmentos da população;
- b) *Formação profissional*, ao ter como objetivo principal oferecer educação profissional e tecnológica, atendendo à demanda por profissionais qualificados nas diversas áreas do conhecimento, notadamente nas ciências e tecnologias;
- c) *Integração dos eixos ensino, pesquisa e extensão*, ao entrelaçar esses pilares da educação e, portanto, na perspectiva de concretizar formação mais abrangente e conectada às demandas da sociedade e do mercado de trabalho;
- d) *Desenvolvimento regional*, com vistas a fomentar a formação de profissionais capacitados que possam contribuir para o crescimento econômico e social das regiões nas quais os IFs estão inseridos;
- e) *Expansão da Rede de Ensino Técnico e Tecnológico*, almejando oferecer mais oportunidades para a formação de profissionais nas áreas tecnológicas;
- f) *Conexão com o mundo do trabalho*, voltado para a formação de profissionais aptos a atuar no mercado de trabalho, com currículos alinhados às demandas dos Arranjos Produtivos Locais (APLs);
- g) *Autonomia pedagógica e administrativa*, o que viabiliza a adaptação das práticas educacionais às necessidades específicas de suas localidades e regiões locais e regionais;
- h) *Programas governamentais*, associada ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
- i) *Inclusão social*, objetivando promover a inclusão social e mitigar as disparidades regionais, ao possibilitar o acesso e permanência à educação em áreas geograficamente diversas (Vidor et al., 2011).

A lei mencionada (Brasil, 2008) estabeleceu as diretrizes gerais para a organização e o funcionamento dos Institutos Federais, evidenciando a relevância do papel no sistema

educacional do País. Por outro lado, se faz importante conhecer sobre qual o papel, de fato, tem desempenhado ao longo desse percurso histórico desde a sua criação.

Conforme observado por Caldas (2011), o crescimento econômico no contexto nacional nas últimas décadas do século XX e início do XXI, aliado ao advento de um modelo produtivo intimamente ligado à ampla aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como à demanda crescente por mão de obra qualificada, evidenciou ainda mais a educação profissional e tecnológica. Diante desse cenário, a discussão voltou-se para a expansão da modalidade no âmbito dos Institutos Federais, a fim de atender as demandas do mercado de trabalho e promover o desenvolvimento socioeconômico local, regional e, consequentemente, nacional.

Caldas (2011) afirma:

A retomada do crescimento econômico do país, o surgimento de um modelo de produção vinculado à intensa aplicação de ciência e tecnologia e a exigência de trabalho qualificado elevam a importância da formação escolar e profissional em todos os níveis, espaço em que cabem destaque a EPT e a imperativa necessidade da expansão de sua oferta (Caldas, 2011, p. 39).

A relevância dada à educação profissional e tecnológica evidencia as transformações operacionalizadas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI no campo econômico e da necessidade de novos modelos de produção vinculado à ciência e tecnologia que exigia reformulação em suas estruturas básicas no campo educacional. Frente à conjuntura econômica do País, discussões e debates emergiram no contexto da criação da Rede a respeito da expansão da oferta de educação profissional e tecnológica direcionada ao atendimento das demandas crescentes de um mercado de trabalho cada vez mais complexo e tecnológico.

Como resultado das discussões e análises em curso, o Governo Federal promulgou novas medidas para a educação profissional e tecnológica, mediante a publicação do Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004 (Brasil, 2004). Esse normativo alterou o parágrafo único do artigo 36 e dos artigos 39 ao 41 da LDBEN (Brasil, 1996). Conforme o texto:

Art. 1º – A **educação profissional**, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:
I. Qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014);
II. **Educação profissional técnica de nível médio**; e
III. Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. (Brasil, 2004, p. 1, grifo nosso).

É relevante conceituar os termos *educação técnica* e *educação tecnológica*. Para Lima Filho (2023), no site Gestrado²⁴, os termos "Educação Técnica" e "Educação Tecnológica" são empregados para descrever programas educacionais formais que visam a preparação para o exercício profissional. Ambas constituem modalidades específicas de ensino, caracterizadas por abordagens pedagógicas e curriculares focalizadas no desenvolvimento de habilidades técnicas e no domínio de conhecimentos tecnológicos relevantes para determinados setores industriais ou profissionais. Lima Filho (2023) afirma:

A Educação Técnica tem como objetivo a formação de quadros intermediários para a produção e está relacionada à educação escolar no nível médio.

Educação Tecnológica trata de considerar o crescente aporte das ciências nos processos produtivos e é dirigida à formação de quadros de supervisão e gestão da produção, tendo relação com a educação superior (Lima Filho, 2023, n.p., grifo nosso).

Os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMA, abrangendo os períodos de 2009-2013 e 2014-2018, juntamente com outros documentos normativos, delineiam a trajetória de crescimento e consolidação da instituição, destacando o papel estratégico do Plano de Expansão da RFEPCT. Esse Plano, amplamente discutido no âmbito da RFEPCT, surgiu como uma resposta às crescentes demandas por qualificação profissional e tecnológica, impulsionadas pelas transformações socioeconômicas e produtivas do século XXI. A literatura especializada, representada por autores como Ramos (2014) e Frigotto (2008), analisa de forma abrangente os impactos desse processo de expansão, evidenciando seus desdobramentos na ampliação do acesso à educação profissional, na promoção do desenvolvimento regional e na reconfiguração do papel do Estado na oferta de educação pública e gratuita.

O processo de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica teve início mediante a revogação da Lei n.º 11.195, datada de 18 de novembro de 2005 (Brasil, 2005), que restringiu a criação de novas unidades de ensino profissional federais, previamente estabelecida no § 5º do Art. 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (Brasil, 1994). O objetivo foi o de aprimorar a distribuição geográfica e a abrangência das entidades educacionais, almejando, por conseguinte, expandir a disponibilidade de educação profissional e tecnológica para a população nacional (Brasil, 2008).

Conforme Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2010):

²⁴ Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/educacao-tecnica-e-educacao-tecnologica>. Acesso em: 11 fev. 2023.

Em 2005, o presidente Lula anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações dele, e o governo anunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal. Divulgou-se, naquele momento, que seriam investidos R\$ 750 milhões para obras e R\$ 500 milhões, por ano, para custeio e salários de professores e funcionários a serem contratados por meio de concurso público. Considerando-se a primeira e a segunda fase dessa expansão, seriam acrescidas, às 160 mil vagas hoje ofertadas, mais 274 mil vagas, um incremento, portanto, de 171%. A meta é, no entanto, conforme anunciado, chegar até 2010 com algo em torno de 500 mil vagas em todo o território nacional. Se, de 1909 a 2002, o número de escolas destinadas a essa modalidade da educação não ultrapassou 140 unidades, até 2010 a meta é chegar a 354 unidades (Pacheco; Pereira; Domingos Sobrinho, 2010, p. 73).

Com esse direcionamento, no ano de 2005, antecedendo o início do planejado processo de expansão, a estrutura da Rede Federal compreendia 144 unidades que abrangia centros de educação tecnológica com suas respectivas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica com seus *campi*, escolas agrotécnicas e estabelecimentos de ensino técnico associados a Universidades Federais, além do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Desse modo, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), criou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O propósito subjacente a essa iniciativa consistia na expansão da presença dos Institutos Federais em todo o território nacional, e consistiu em 3 fases.

A fase *Plano de Expansão – Fase I*, iniciada em janeiro de 2006, definiu como prioridade a construção de escolas em unidades federativas ainda desprovidas de instituições federais de educação profissional, notadamente nos territórios do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Ademais, buscou-se estabelecer tais instituições nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior do País (IFMA, 2019).

Na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica (Portal MEC, 2008).

No ano de 2007, por meio da chamada pública SETEC/MEC nº 001/2007, foi iniciado o *Plano de Expansão – Fase II*. Sob o lema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, tinha por meta no período de quatro anos, a criação de:

150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram

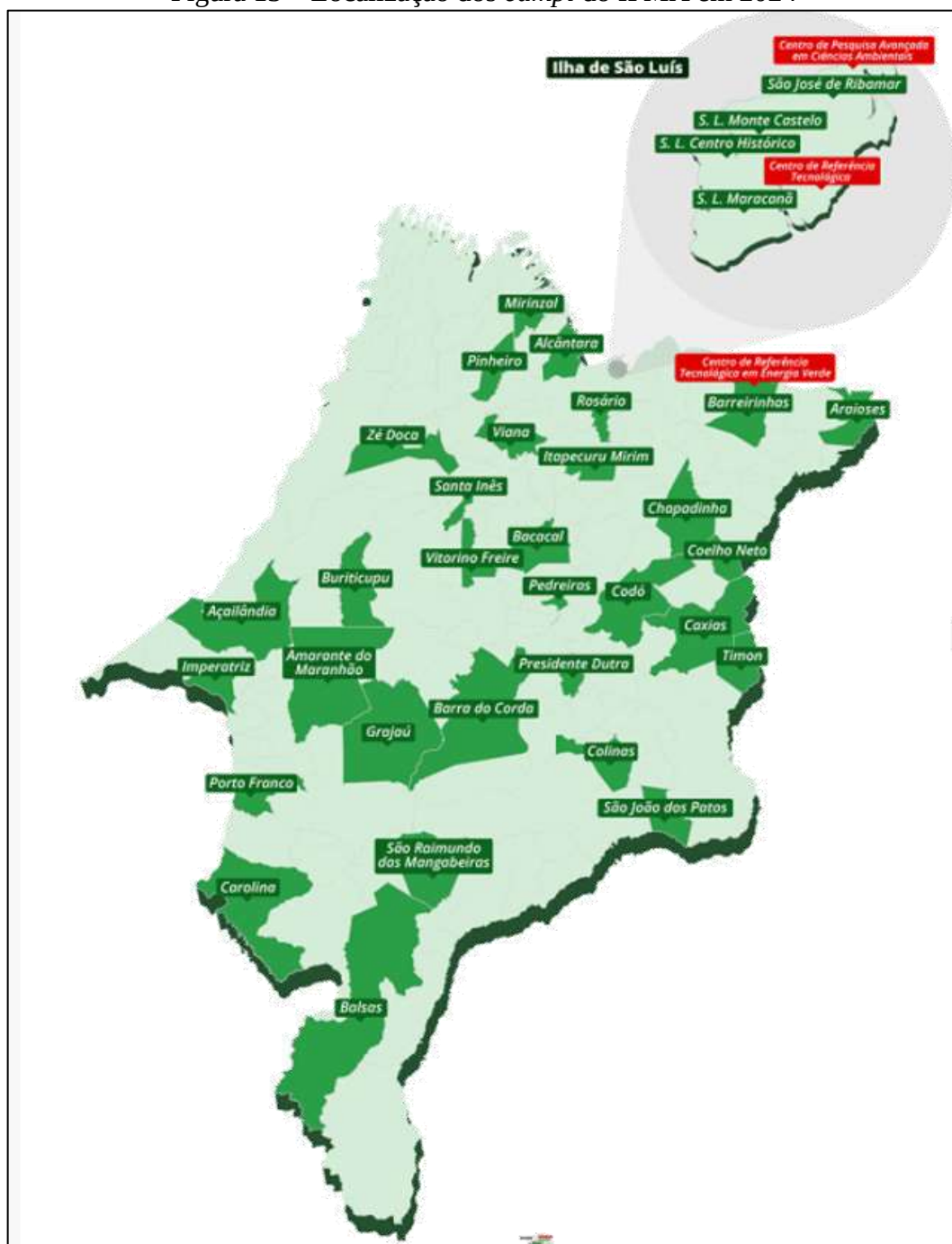
distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais (Portal MEC, 2008).

O objetivo consistia em abranger o máximo de mesorregiões possível, consolidando, dessa maneira, o compromisso da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento tanto local quanto regional (IFMA, 2019). Consta no site do IFMA que a expansão da Instituição para o interior do Estado começou em 2008, com a adesão ao Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PROEP), do MEC. Esse Programa tinha como objetivo ampliar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica no País, por meio da construção de novas unidades de ensino (<https://portal.IFMA.edu.br/>).

O IFMA participou das três etapas do PROEP, sendo contemplado com recursos para a implantação de 23 novos *campi*, além da reestruturação dos já existentes. A literatura indica que a escolha dos municípios para sediar os *campi* foi fundamentada em critérios técnicos e estratégicos, como a análise da demanda social, o potencial econômico das localidades, o impacto no desenvolvimento regional, a articulação com os governos estadual e municipal, além da disponibilidade de terrenos e infraestrutura necessária para viabilizar os empreendimentos.

As articulações políticas desempenham um papel significativo na definição das prioridades e na viabilização de projetos, influenciando desde a alocação de recursos até a escolha final dos locais. Essa relação entre critérios técnicos e interesses políticos reforça a importância de análises mais aprofundadas, considerando não apenas os indicadores objetivos, mas também os processos de governança e negociações que influenciam essas decisões.

Atualmente, o IFMA conta com uma estrutura composta por 29 *campi*, distribuídos em 27 municípios maranhenses, consolidando sua presença em diversas regiões do estado. Essa ampla capilaridade institucional permite o atendimento de uma população estudantil superior a 40 mil alunos, promovendo a interiorização e democratização do acesso à educação profissional, científica e tecnológica. A disposição espacial dessas unidades, conforme ilustrado na Figura 13, evidencia a estratégia de expansão do IFMA, alinhada às políticas públicas de desenvolvimento regional e à busca por uma maior equidade educacional no território maranhense.

Figura 13 – Localização dos *campi* do IFMA em 2024

Fonte: Portal do IFMA (atualizado em 31 jul. 2024)²⁵

Com um olhar direcionado para a interiorização da educação profissional e superação das desigualdades sociais, a execução do *Plano de Expansão – Fase III* teve início em 2011 com a proposta de criação de 208 novas unidades, planejando-se implementá-las até 2014, mantendo-se o escopo voltado para a superação das disparidades regionais e a facilitação das

²⁵ Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/instituto/campi/#>. Acesso em: 10 jan. 2025.

condições de acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como instrumento para o aprimoramento da qualidade de vida da população (IFMA, 2019).

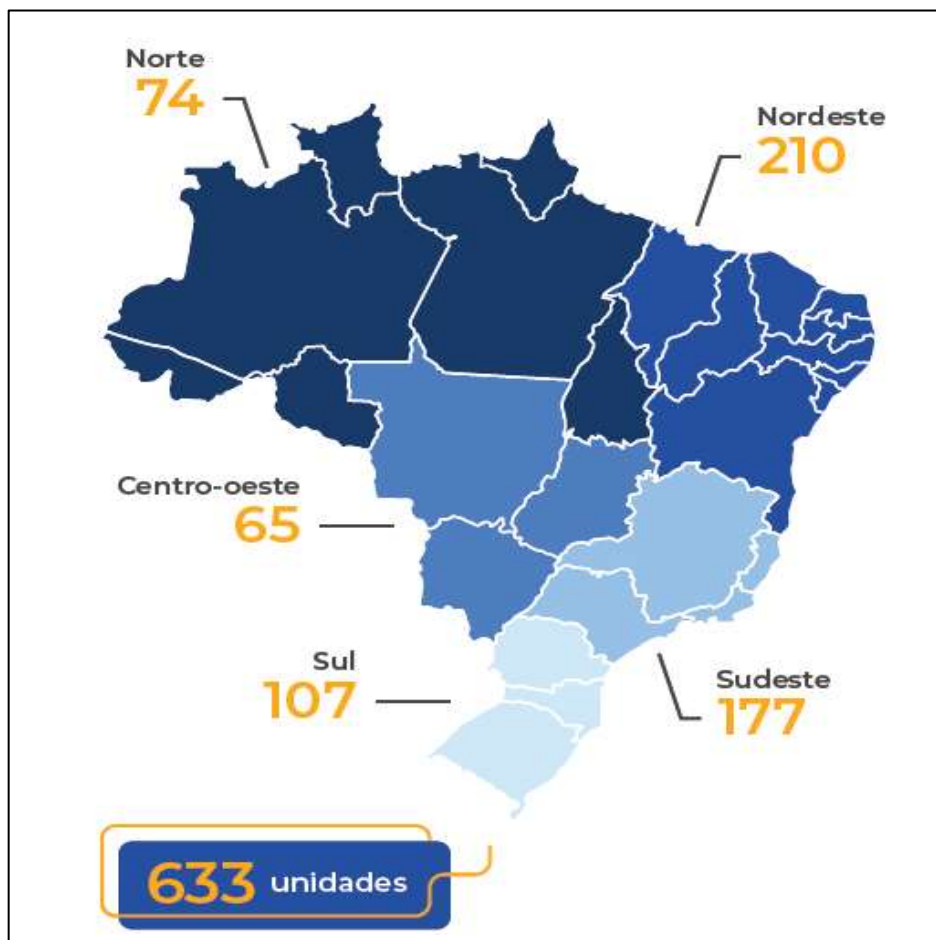
Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades) (Portal MEC, 2018).

A citação destaca a expressiva expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, especialmente no período entre 2006 e 2018. Esse crescimento reflete uma política de interiorização do ensino, buscando democratizar o acesso à formação técnica e tecnológica, especialmente em regiões historicamente menos atendidas.

O dado apresentado mostra que a criação de unidades superou as metas iniciais, evidenciando um forte investimento na ampliação da Rede Federal de Educação Profissional. Esse avanço teve impactos significativos, como a diversificação da oferta de cursos, a inclusão de novos públicos e o fortalecimento da relação entre educação, trabalho e desenvolvimento regional.

Essa expansão quantitativa, no entanto, também levanta desafios. A rápida ampliação da Rede exige infraestrutura adequada, contratação de docentes e técnicos, além de políticas que garantam a qualidade da formação oferecida. Outro ponto relevante é o financiamento contínuo dessas unidades, já que a manutenção e o funcionamento das instituições dependem de investimentos sustentáveis.

Figura 14 – Presença da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil em números



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha/MEC (2024)

O destaque da região Nordeste, com 210 unidades de Institutos Federais, foi uma decisão estratégica para mitigar desigualdades regionais e oferecer mais oportunidades educacionais e econômicas a uma população historicamente excluída. No entanto, tem-se a região Norte, com apenas 74 unidades, o que se explica pelo fato de ser uma região carente, além de possuir menor densidade populacional, impondo desafios logísticos a sua expansão.

Por outro lado, as regiões Sudeste e Sul destacam-se por já possuírem redes mais consolidadas de educação técnica e superior, além de contarem com maior presença de instituições estaduais e privadas. A região Centro-Oeste, por ser menos populosa e abrigar o Distrito Federal (com maior desenvolvimento), recebeu menor número de unidades.

De acordo com os dados apresentados na Figura 14, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma iniciativa abrangente em todo o território brasileiro, tem como objetivo primordial promover a inclusão social, a pluralidade e a diversidade. Este

sistema educacional engloba quase um milhão de estudantes e abarca um total de 633 unidades distribuídas em 578 municípios, oferecendo, assim, educação de alta qualidade em todo o país.

Apresentada a trajetória do delineamento da criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que instituiu os Institutos Federais em todo o território nacional, desde sua concepção até sua consolidação como instituição de referência no campo da educação profissional e tecnológica, destacando suas características fundamentais, a subseção seguinte direciona-se para o ensino técnico profissional de nível médio nos Institutos Federais.

3.2 A Educação Técnica de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação (ETPNM)

O ensino médio, atualmente equivalente ao antigo ensino de 2º grau (Lei n.º 5.692/1971, vigente de 1971 a 1996) e ensino secundário, conforme Reforma Francisco Campos (Decreto n.º 19.890/1931) e Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 4.244/1942), é a última etapa da educação básica. Este segmento educacional, com uma duração de três anos, é delineado e regulamentado pela LDBEN/1996, juntamente com suas emendas subsequentes. De acordo com o § 2º do Artigo 1º dessa legislação, toda a educação escolar no País deve estar intrinsecamente ligada ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996).

Art. 1º – A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996, p. 1).

O preceito legal acima reflete uma abordagem integradora da educação com a esfera profissional e social, ao reconhecer a formação dos estudantes não apenas para a vida acadêmica, mas também para sua inserção e participação ativa na sociedade e no mundo do trabalho. A conexão entre educação, trabalho e prática social está em consonância com as teorias educacionais contemporâneas, que enfatizam a necessidade de uma formação integral e contextualizada, preparando os alunos para os desafios e demandas do mundo contemporâneo.

Essa compreensão é encaminhada para a discussão sobre a EPTNM nos Institutos Federais, deste objeto de estudo, e abre espaço para uma discussão sobre modelos de sociedade no Brasil, considerando a sua complexidade que se reflete na divisão social em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais (Wright, 2015). Essa análise contextual é essencial para

examinar a interseção entre políticas educacionais e estruturas econômico-sociais permitindo uma reflexão mais abrangente sobre os desafios e as potencialidades da EPTNM.

De acordo com a pesquisa conduzida por Erik Olin Wright (2015) e consolidada no livro *Análise de classe: abordagens*, o termo “classe” revela-se como uma construção ambígua e complexa, demandando uma consideração cuidadosa do contexto social específico sob análise, seja este de natureza social, política ou econômica. De fato, a perspectiva política e ideológica do lugar social do qual se está observando e/ou falando, também se revela como um fator relevante, por influenciar a articulação do conceito de classe. Neste contexto investigativo em particular, é importante a reflexão sobre como as diferentes definições de classe podem impactar as escolhas e identidades associadas à família e ao estudante para o ingresso no âmbito da educação técnico profissional.

Sob o ponto de vista e análise de Wright (2015), a posição de classe de uma pessoa é, sistematicamente, determinada pelos direitos e poderes que ela detém em relação aos recursos produtivos. Isso sugere uma abordagem estrutural e materialista para a compreensão de classe na sociedade, ao se considerar as relações de controle sobre os meios de produção como um elemento-chave na definição da posição social. Essa perspectiva está alinhada com a tradição histórica que se baseia nas teorias clássicas, como a de Marx, que enfocam a estrutura econômica como um fator fundamental na estratificação social.

Sobre o modelo educacional estruturado na qualificação profissional Kuenzer e Grabowski (2006) afirmam:

Esta compreensão leva à necessidade de substituir o termo **educação profissional**, vinculado a uma concepção de qualificação estreita e precarizada com foco na ocupação para atender aos interesses do setor produtivo, para **educação dos trabalhadores**, cuja concepção integra educação básica e especializada para atender às demandas da transformação social; se aquela ocorre predominantemente no setor privado, esta se dá principalmente em espaços públicos, mediante políticas, financiamento e gestão públicos (Kuenzer; Grabowski, 2006, p. 307, grifo dos autores).

Kuenzer e Grabowski (2006) destacam a importância de reexaminar o conceito de *educação profissional*, considerando sua ligação com uma perspectiva limitada e inadequada de qualificação, focada principalmente na preparação para atender às demandas do mercado de trabalho. Para abordar essa questão, propõem substituir o termo “educação profissional” pela expressão “educação dos trabalhadores”, que engloba tanto a formação básica quanto a especializada, com o objetivo de atender às necessidades reais da sociedade.

Do ponto de vista histórico, e não exclusivamente considerando o contexto que culminou na criação dos Institutos Federais, as primeiras instituições educativas voltadas para a preparação e qualificação para o mundo do trabalho sugerem terem desempenhado efetivamente o papel de reprodução do status quo e, portanto, excludente. No cenário brasileiro, em particular, desde o período da educação conduzida pelos padres jesuítas, o ensino profissional tem sido utilizado como um instrumento para preservar e perpetuar uma estrutura social fundamentada em estratificação de classes.

A história revela que desde o início do processo de colonização do Brasil, havia a existência de dois projetos distintos de formação educacional: de um lado, a formação do trabalhador, portanto, em um modelo hegemônico/capitalista, com um trabalho cindido com a divisão entre trabalho manual e intelectual; de outro, um projeto específico e articulado voltado para a classe trabalhadora, direcionado ao mundo do trabalho (Silva, N., 2019; Kuenzer, 1991).

Anterior à criação dos Institutos Federais (2008), a educação profissional foi abordada na LDBEN (Brasil, 1996) e em suas emendas posteriores, apresentando diversas formas de oferta, conforme esclarece Moura (2014):

Essa diversidade é demonstrada, ao se evidenciar que nas instituições públicas de EP, por exemplo, os cursos técnicos podem ser oferecidos nas formas **integrada, concomitante e subsequente**, para adolescentes e para o público da EJA. No caso da rede federal de EP, essa diversificação é ainda maior, pois há os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, que podem receber como estudantes desde neoleitores até profissionais graduados ou pós-graduados, além dos cursos superiores de tecnologia [...] (Moura, 2014, p. 11, grifo nosso).

Salienta-se que os cursos de educação profissional e tecnológica consideram o ensino técnico como equivalente ao nível médio, independentemente da modalidade em que esteja articulado ao ensino médio (integrado, concomitante ou subsequente, com prioridade para a primeira modalidade nos Institutos Federais). Por outro lado, os cursos de graduação tecnológica são classificados como nível superior. Essa classificação institucional, conforme estabelecida pela lei, possibilita uma ampla gama de opções educacionais (Vidor et al., 2011).

Conforme ressaltado, a modalidade *integrada* da oferta de educação profissional nos Institutos Federais é direcionada aos indivíduos que tenham concluído o ensino fundamental. Nesse modelo, o curso é estruturado de forma a permitir que o estudante obtenha a habilitação profissional técnica de nível médio, sendo ministrado na mesma instituição de ensino. Na modalidade *concomitante*, por outro lado, o acesso é voltado para estudantes que estejam iniciando ou já cursando o ensino médio, exigindo matrículas independentes para cada curso

realizado. Por sua vez, a modalidade *subsequente* destina-se a pessoas que desejam realizar um curso técnico após a conclusão do ensino médio (Brasil, 2010).

É importante mencionar que a formação integrada no contexto educacional representa uma abordagem que transcende a simples funcionalidade da educação, promovendo uma visão mais ampla e humanizadora do processo formativo. Segundo Frigotto (1987):

A formação integrada, assumida como princípio educacional, implica superar o pragmatismo que reduz a educação a sua funcionalidade e incluir outras práticas formativas, a exemplo da introdução de elementos de metodologia científica, de ética, de economia e dos direitos do trabalho no ensino da filosofia, do desenvolvimento do trabalho em equipe, de projetos, da generalização da iniciação científica na prática formativa. O que exige a implementação de políticas públicas de concessão de bolsas de iniciação científica também para o nível médio (Frigotto, 1987, p. 59).

Para a oferta dos cursos de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais, foi elaborado o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que organiza e regulamenta a oferta de cursos técnicos, funcionando como um guia para instituições de ensino, estudantes e a sociedade em geral. Instituído pela Portaria MEC n.º 870, de 16 de julho de 2008, com base no Parecer CNE/CEB n.º 11/2008 e na Resolução CNE/CEB n.º 3/2008, o CNCT é atualizado periodicamente para contemplar novas demandas socioeducacionais (Brasil, 2008).

O CNCT, disponível em <https://cnct.mec.gov.br/>, apresenta um referencial que apoia o planejamento e a estruturação dos cursos técnicos, detalhando as qualificações profissionais que podem ser desenvolvidas e as possibilidades de especializações técnicas no nível médio. Por meio desse documento, garante-se que os cursos ofertados estejam alinhados às necessidades do mercado de trabalho e respeitem as normas e padrões nacionais de qualidade. O Catálogo orienta os Institutos Federais no desenvolvimento de cursos que dialoguem com os arranjos produtivos locais e regionais, ajudando a adaptar as ofertas às demandas específicas do setor econômico em diferentes regiões do País. Assim, ele promove a coerência entre a formação técnica oferecida e as reais necessidades do mercado de trabalho e da sociedade.

Durante a cerimônia de assinatura da Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva proferiu o seguinte discurso:

[...] Pelo menos metade das vagas ofertadas em cada Instituto Federal será destinada a cursos de educação profissional técnica de nível médio, preferencialmente integrada ao ensino médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e cursos de educação profissional para jovens e adultos do Proeja. Outros 20% das vagas serão destinadas aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica voltados à

formação de professores e especialistas, para as disciplinas científicas do ensino médio e da educação profissional [...] (Silva, 2023, p. 126).

Ao destinar metade das vagas para cursos de educação profissional técnica de nível médio integrados ao ensino médio e para programas de formação continuada de trabalhadores, reconhece-se a necessidade de preparar os estudantes para o mercado de trabalho, fornecendo-lhes habilidades práticas e conhecimentos específicos que são essenciais para o exercício de diversas profissões e, igualmente, perspectiva de avanços no seu processo formativo.

A alocação de 20% das vagas para cursos de licenciatura e formação pedagógica evidencia o compromisso dos Institutos Federais com a formação de professores e especialistas, que desempenham um papel fundamental na qualidade da educação básica e profissional no País. Esses profissionais são essenciais para garantir o ensino de disciplinas científicas em todos os níveis de ensino, contribuindo para o fortalecimento da educação como um todo.

No cenário apresentado, é possível observar que o compromisso institucional do IFMA com a formação profissional técnica de nível médio que, segundo o documento, transcende a mera conformidade com a quota quantitativa estipulada pela Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), a qual requer a reserva de 50% das vagas para a modalidade. Desse modo, a Instituição tem como um de seus objetivos básicos priorizar a garantia de qualidade técnica e social nessa formação. Tal abordagem visa promover o avanço e o aprimoramento de uma formação integral do cidadão trabalhador, fundamentada em bases sólidas, que propiciem não apenas uma excelência na capacitação técnica, mas também um desenvolvimento humano substancial.

Esta perspectiva está alinhada com a missão institucional do IFMA, a qual se propõe a promover uma educação profissional, científica e tecnológica, mediante a integração intrínseca entre ensino, pesquisa e extensão, com especial enfoque na formação integral do indivíduo e no estímulo ao desenvolvimento socioeconômico sustentável (IFMA, 2014).

3.3 De Escola de Aprendizes Artífices (EAAs) a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

Em continuidade da história da centenária EAA, de perfil industrial, no conjunto de instituições criadas no início do século passado pelo então Presidente Nilo Peçanha, através de Decreto n.º 7.566/1909 (Brasil, 1909), IFMA, possui:

[...] uma unidade de administração central, a Reitoria, localizada na cidade de São Luís, e unidades sub-regionais distribuídas nos vários municípios sedes,

cujo campus é individualmente identificado pelo nome da cidade ou município onde geograficamente se localiza (Costa; Carvalho, 2022, p. 49).

A Instituição passou a fazer parte do CEFET-MA, em São Luís, juntamente com as Escolas Agrotécnicas Federais localizadas nos municípios de Codó, São Luís e São Raimundo das Mangabeiras (IFMA, 2020; 2019; 2016; 2013; Brasil, 2008). Conforme estabelecido por lei, essas unidades compõem um conjunto dotado de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Dessa forma, os Institutos Federais configuram-se como uma instituição educacional

[...] pública de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008, p. 1).

Atualmente, o IFMA possui sua Reitoria situada no bairro Renascença, em São Luís, sendo composto por 29 *campi* distribuídos por diferentes regiões do Estado. A estrutura organizacional dos Institutos Federais é caracterizada pelo modelo multicampi, o que significa que cada unidade possui autonomia acadêmica e administrativa para gerir suas atividades, garantindo uma formação técnica e tecnológica adequada às demandas locais e regionais. Esse modelo permite uma descentralização do ensino e uma maior capilaridade da oferta educacional, tornando o IFMA um agente essencial na interiorização do ensino técnico e profissional no Maranhão. O caráter multicampi da Instituição reflete a missão dos Institutos Federais de ampliar a acessibilidade à educação pública e gratuita, promovendo o desenvolvimento econômico e social em diversas localidades.

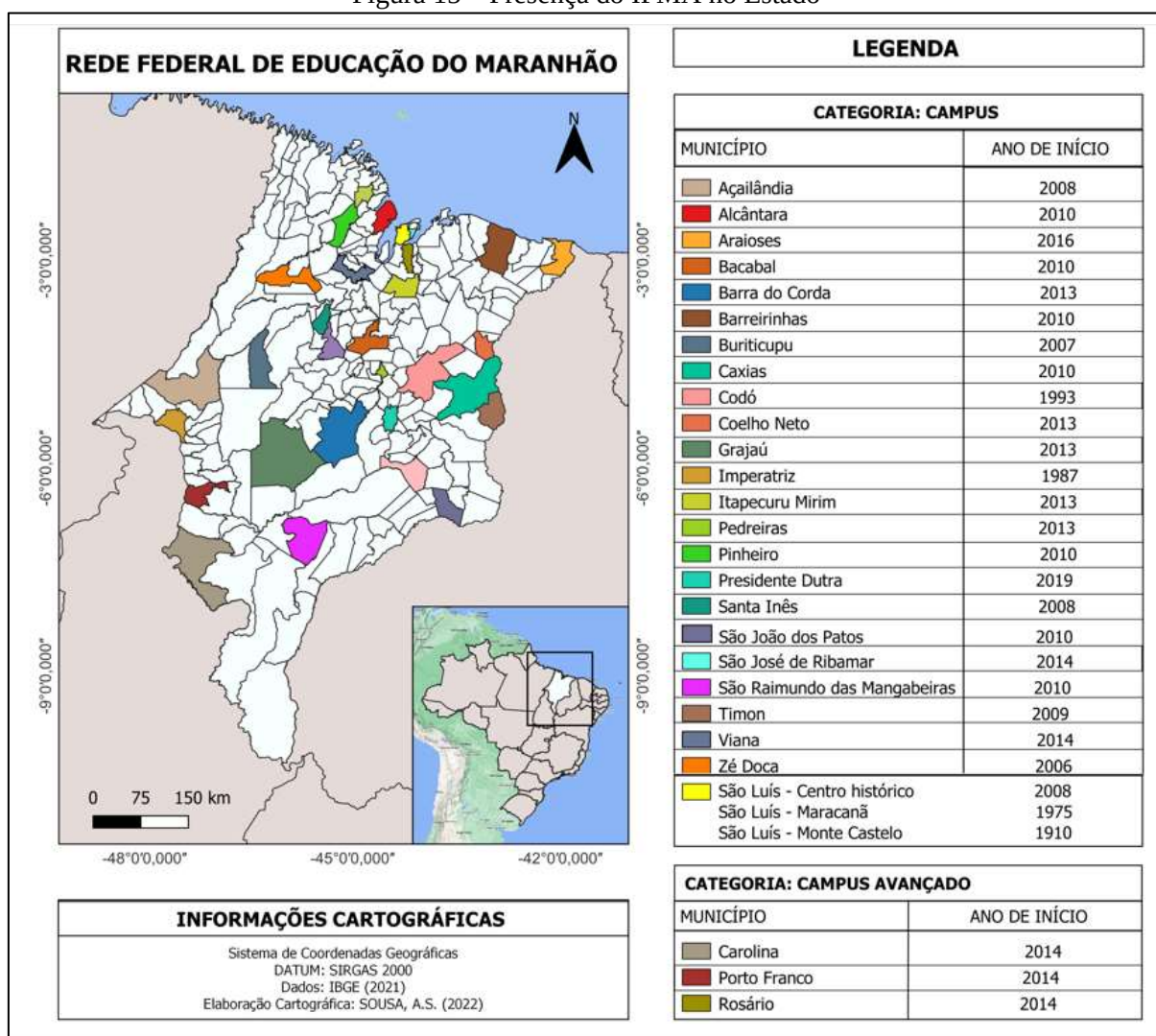
Dentre os 29 *campi* que formam o IFMA, três receberam a denominação de Campus Avançado até maio de 2024. Essa tipologia de campus possuía limitações administrativas, uma vez que não dispunha de Unidade Gestora Executora (UGE) própria, impossibilitando a realização direta de processos de contratação e execução orçamentária e financeira. Dessa forma, toda a gestão administrativa e financeira desses *campi* era centralizada na Reitoria, o que gerava desafios na operacionalização de suas atividades. Essa estrutura, embora viável em um primeiro momento de expansão da rede, acabou por gerar limitações para a autonomia desses *campi*, dificultando uma gestão mais ágil e eficiente em suas respectivas regiões de atuação. Para corrigir essa limitação, foi publicada a Portaria nº 411, de 7 de maio de 2024, que alterou a tipologia dos *Campi* Avançados, conferindo-lhes o status de campus pleno e garantindo maior autonomia administrativa e financeira.

Além dos *campi* regulares, o IFMA conta com uma estrutura descentralizada que amplia ainda mais sua atuação no estado. Fazem parte dessa rede três Centros de Referência Educacional, um Centro de Referência Tecnológica (CERTEC) e um Centro de Pesquisas Avançadas em Ciências Ambientais, além de 15 Polos de Educação a Distância (EaD) e 38 Polos Institucionais. Essa diversificação de unidades reforça o compromisso do IFMA com a interiorização e democratização do ensino técnico e tecnológico, promovendo a oferta de cursos presenciais e a distância em localidades que, anteriormente, tinham acesso restrito à formação profissional. A expansão da Rede Federal no Maranhão tem permitido não apenas a ampliação do número de vagas ofertadas, mas também a diversificação dos cursos, contemplando setores estratégicos para o desenvolvimento do estado, como a agroindústria, energias renováveis, tecnologia da informação e gestão ambiental. Essa rede de unidades distribuídas pelo território maranhense evidencia a missão da política de interiorização dos Institutos Federais, que buscam consolidar a rede técnica de ensino como agentes impulsionadores na transformação educacional e social na região, conforme mostra a Figura 15. .

O IFMA oferta cursos de nível básico, técnico e tecnológico, graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (IFMA, 2019). Para esta investigação, o interesse volta-se para o ensino técnico profissional de nível médio ofertado pela instituição de ensino.

Como destacado anteriormente na seção 2.1, as EAAs foram criadas no início do século XX em todo o território nacional. Essas instituições representaram a criação de uma abrangente rede federal de ensino, cujo propósito era capacitar as camadas sociais menos privilegiadas para desempenharem funções no mercado de trabalho, direcionando-se, mais precisamente, para as demandas emergentes da incipiente indústria.

Figura 15 – Presença do IFMA no Estado



Fonte: Elaborado por Sousa (2022) com dados de IBGE (2021) e DATUM: SIRGAS (2000)

Nota: Mapa elaborado sob encomenda para o geógrafo Sousa, A. S. para a composição deste trabalho.

No Maranhão, essa iniciativa foi efetivamente inaugurada em 16 de janeiro de 1910, tornando-se a EAA-MA, conforme registros históricos de Castro e Castellanos (2021).

De acordo com Moura (2007), na década de 1920 iniciaram-se debates sobre a concepção de uma nova educação profissional que não fosse focalizada somente nos “desafortunados da sorte”, mas voltada para todas as classes sociais: pobres e ricos. Esse debate, que ainda é recorrente, estendeu-se pela década seguinte, com alguns avanços, entre eles, a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931, e a reforma educacional, conhecida como Reforma Francisco Campos, que

regulamentou a organização do ensino secundário e organizou o ensino comercial, conforme Decreto n.º 20.158/1931²⁶.

Nesse contexto, destaca-se a década de 1930, marcada por um acelerado processo de industrialização no Brasil, notadamente durante o primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945). Sob essa conjuntura, as EAAs foram desvinculadas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passando a serem subordinadas ao Ministério de Educação e Saúde Pública, órgão criado em 1930. Isso evidenciou novo redirecionamento da educação profissional no Brasil, “pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria” (Ramos, 2014, p. 25). Elas foram, portanto, submetidas a uma transformação significativa, passando por mudanças no projeto educacional recebendo nova denominação: Liceus Industriais.

Em 1937, a EAA-MA passou por essa transição, sendo formalmente designada como Liceu Industrial de São Luís, nos termos da Lei n.º 378/1937, o que acabou por efetivar o objetivo do projeto nacional de expansão da educação, visando atender às mudanças das exigências de formação de mão de obra do padrão artesanal para uma produção mais especializada (Fernandes, 2015).

Em meio às transformações pelas quais o Brasil estava passando a partir da década de 1930, em significativo processo de industrialização, havia um cenário

[...] reformista/modernizador [que] culminou com a publicação do Decreto nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Reforma Capanema)²⁷, que atribuiu ao ensino secundário suas finalidades fundamentais, quais sejam:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (Silva; Pessanha, 2020, p. 64).

²⁶ Eurize Caldas Pessanha e Wanderlice da Silva Assis contribuíram significativamente para a literatura educacional ao organizarem a publicação, em 2015, da obra intitulada *Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)*. Esse trabalho representa uma valiosa fonte para pesquisadores da área de educação interessados no tema, pois apresenta de maneira sistemática e acessível a legislação original que versa sobre o ensino secundário no Brasil durante o período delimitado.

²⁷ Durante o período da Reforma Capanema, foram implementadas uma série de mudanças no sistema educacional do Brasil, visando modernizar e expandir o ensino em todo o país. Entre as principais medidas adotadas, destacam-se a criação do ensino industrial, que visava oferecer formação técnica para atender às demandas da indústria em crescimento.

Desse modo, tem-se a Reforma Capanema com objetivos voltados, conforme o decreto, tanto para a melhoria da qualidade educacional, como também para o desenvolvimento integral dos estudantes e sua preparação para contribuir de forma significativa para a sociedade.

No Maranhão, a designação Liceu Industrial de São Luís perdurou até o ano de 1942, quando o Presidente Getúlio Vargas homologou o Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro, definindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial que preparou novas mudanças para o ensino profissional (Brasil, 2010). Isso ocorreu mediante a necessidade de responder às novas demandas educacionais no setor industrial em face da intensificação do processo de substituição de importações. Assim foram criadas as Escolas Técnicas Industriais no Brasil, e o então Liceu Industrial de São Luís passou a ser denominado Escola Técnica Federal de São Luís (Brasil, 2010).

Nesse itinerário historiográfico, em 1965, a Escola Técnica Federal de São Luís passou mais uma vez por transformação e recebeu a nomenclatura de Escola Técnica Federal do Maranhão, por meio da Portaria nº 239/65, seguindo dispositivo da Lei n.º 4.795, de 20 de agosto do mesmo ano (Brasil, 2010).

Importa mencionar a reforma do ensino de 1º e 2º graus, inscrita na Lei n.º 5.692/1971 (Brasil, 1971), que trata das Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e que torna a educação de nível médio em caráter profissionalizante. Em outras palavras, um ensino voltado para a formação profissional, sustentada na ideia de formar mão de obra para o trabalho na indústria.

A década de 1970 foi marcante para o ensino secundário (hoje ensino médio) e o ensino técnico, em consequência do impacto da Lei Federal n.º 5.692/1971 (Brasil, 1971) marcada pela edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Tratou-se do tempo do “milagre econômico”, que exigia políticas públicas para o campo de formação de profissionais, com escolaridade e mão de obra especializada, entrando em cena com mais ênfase a proposta do ensino técnico. Por outro lado, um questionamento sobre essa questão é conhecer se as instituições escolares estavam (ou foram) preparadas para atender a demanda no que se refere à infraestrutura e professores.

Segundo Vidor et al. (2011), ao longo desse período consolidou-se uma rede de Escolas Agrotécnicas Federais, estruturadas com base no modelo de escola-fazenda e inicialmente vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas instituições foram transferidas para a jurisdição do então MEC, passando a ser denominadas escolas agrícolas. Posteriormente, em

1978, três dessas escolas federais, localizadas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, foram convertidas em CEFETs, obtendo equivalência, no âmbito da educação superior, aos centros universitários.

No Maranhão, em 1989 a Escola Técnica Federal do Maranhão foi transformada, por meio da Lei n.º 7.863, em CEFET-MA, adquirindo também a competência para ministrar cursos de graduação e de pós-graduação. Segundo consta no site institucional, no ano de 1994, a Lei Federal nº 8.984 instituiu no País o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, abrindo caminhos para que as Escolas Agrotécnicas Federais também reivindicassem sua integração ao sistema, o que efetivamente ocorreu em 1999 (<https://portal.IFMA.edu.br/>).

No processo de ampliação da instituição de ensino profissionalizante no Estado, a Escola Técnica Federal do Maranhão foi transformada, pela Lei n.º 7.863, de 31 de outubro de 1989, em CEFET-MA, adquirindo também a competência para ministrar cursos de graduação e de pós-graduação.

A década de 1990 ficou caracterizada, conforme destacado por Pacheco (2011) e Frigotto (2018), pelo fenômeno denominado de “cefetização”. Nesse período, as instituições educacionais conhecidas como CEFETs emergiram como pilares fundamentais do sistema nacional de educação profissional e tecnológica, sendo o Decreto n.º 8.948/1994 um marco significativo nesse contexto, que instituiu no País o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, abrindo caminhos para que as Escolas Agrotécnicas Federais também reivindicassem sua integração ao sistema, o que efetivamente ocorreu em 1999 (<https://portal.ifma.edu.br/>).

Na esfera particular de nossa investigação, focalizada no domínio do ensino técnico profissional de nível médio, alinhada às discussões contemporâneas de uma formação humana integral, ou omnilateral, delineando a interrelação entre indivíduo, educação e trabalho, em termos mais específicos, a proposta dos Institutos Federais configura-se como uma educação profissional integrada ao ensino médio técnico, consolidada de maneira holística, com a visão de que o trabalho seja incorporado como princípio educativo (Moura, 2014).

Conforme Ramos (2014), essa integração ocorre com base na correlação entre o trabalho e os domínios da ciência, tecnologia e cultura, fundamentando-se como a essência da proposta político-pedagógica dos Institutos Federais. Esta concepção reflete a necessidade de superar o paradigma da escola dual, arraigado ao longo dos séculos. Desse modo, o modelo proposto representa uma formação humana abrangente, assegurando a profissionalização dos estudantes,

ao mesmo tempo em que lhes oferece oportunidades e condições para avançar em seus processos formativos.

Como fruto das demandas apontadas anteriormente no campo da educação profissional, foram criados os Institutos Federais, por meio da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008; Ramos, 2014). Na expansão desse sistema escolar no Maranhão, o Instituto Federal absorveu o CEFET-MA e as Escolas Agrotécnicas Federais das cidades de Codó, São Luís e São Raimundo das Mangabeiras.

O Instituto Federal de Educação do Maranhão e a educação profissional técnica de nível médio

identidade e impactos sociais



4 O INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: identidade e impactos sociais

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2012, p. 295).

Na quarta seção desta tese, o foco central é a análise documental. Para tanto, traz-se a citação de André Cellard (2012), que destaca a importância do arquivo na pesquisa, considerando-o como uma fonte essencial para reconstruções históricas devido às limitações da memória humana, que pode esquecer, deformar ou alterar fatos. No entanto, essa visão, embora válida, deve ser complementada por uma crítica, reconhecendo que os documentos são produtos de contextos sociopolíticos específicos e podem carregar vieses e lugares de fala dos sujeitos que o elabora, além de não substituírem outras formas de registro, como fontes orais ou arqueológicas, que ampliam a compreensão do passado e mitigam silenciamentos históricos.

Para Vidal (2005), o arquivo integrado à vida da escola,

[...] pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou freqüentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere) (Vidal, 2005, p. 24).

Desse modo, destaca-se a importância da integração das práticas educacionais ao contexto histórico e social da escola. Ao refletir sobre o passado da instituição, suas práticas e a relação com o entorno, abre-se um caminho para compreender e valorizar a identidade da escola, os sujeitos que dela fazem parte, e sua interação com o ambiente sociocultural em que está inserida. Essa perspectiva favorece uma abordagem educativa que vai além do espaço físico, englobando a memória coletiva e o impacto mútuo entre escola e comunidade, promovendo um entendimento mais profundo das práticas pedagógicas e suas implicações na formação dos indivíduos.

Com relação às fontes documentais, elas foram extraídas: 1) do site do IFMA (www.ifma.edu.br); 2) da Hemeroteca Digital Nacional; 3) do acervo físico da Biblioteca Pública Benedito Leite; 4) do acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite; dos arquivos

escolares físicos, mais especificamente do Departamento de Registro de Controle Acadêmico dos Campus Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo.

Considerando as limitações e potencialidades da memória humana, o apoio, inicialmente, foi na reflexão de André Cellard (2012), que aponta a importância do documento escrito como fonte essencial nas ciências sociais. Para o autor, os arquivos desempenham papel fundamental ao representar vestígios de atividades humanas, especialmente em reconstruções históricas, tornando-se testemunhos indispensáveis de acontecimentos particulares do passado.

Contudo, como alerta Cellard (2012), os documentos não são neutros ou isentos de vieses. São produtos elaborados dentro de contextos sociopolíticos específicos, carregando as marcas das intenções e perspectivas de seus autores. Por essa razão, reconhece-se a necessidade de complementar a análise documental com uma visão crítica, capaz de identificar tanto as suas limitações quanto os silenciamentos históricos que podem surgir.

Nessa perspectiva, mobilizou-se também a contribuição dos aportes teóricos de Vidal (2005), que ressalta a relevância dos arquivos integrados à vida institucional da escola. Segundo a autora, os documentos permitem refletir sobre o passado da instituição, as práticas pedagógicas que a constituíram, as relações sociais que se estabeleceram ao longo do tempo e sua inserção no contexto regional (Vidal, 2005). Dessa forma, a análise documental transcende o espaço físico, conectando a memória institucional à identidade coletiva, às práticas educativas e à interação da escola com a comunidade e o ambiente sociocultural em que está inserida.

Para sustentar as análises desenvolvidas, as fontes documentais utilizadas foram coletadas de diversas frentes: o site institucional do IFMA (www.ifma.edu.br); a Hemeroteca Digital Brasileira; o acervo físico da Biblioteca Pública Benedito Leite; o acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite; arquivos escolares físicos, em especial os registros do Departamento de Registro de Controle Acadêmico dos *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo.

Nesta seção, intitulada *O Instituto Federal do Maranhão e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: identidade e impactos sociais*, centra-se na análise documental como fundamento para a reconstrução crítica da trajetória histórica do IFMA no período compreendido entre 2008 e 2017. Divide-se a seção em subseções, conformes as fontes analisadas. Na subseção 4.1 *Tessituras Institucionais: políticas e estratégias internas do IFMA*, trabalha-se com os documentos oficiais (regulamentos, editais, políticas de desenvolvimento institucionais, dentre outros), examinando-se as políticas institucionais e estratégias

administrativas que culminaram com a implementação e a consolidação do IFMA no Estado, evidenciando as decisões internas e os desafios enfrentados durante o processo de estruturação da educação técnica de nível médio. Em 4.2 *Pelas páginas de jornais, a educação técnica de nível médio do IFMA (2008-2017)*, analisa-se pela perspectiva da imprensa local e nacional através das reportagens publicadas em veículos de comunicação no período investigado. Os jornais, como fontes documentais, são explorados criticamente para compreender o discurso midiático em torno do IFMA, identificando como a expansão da educação profissional técnica foi percebida, representada e noticiada pela imprensa do Estado. Na subseção 4.3 *Vestígios do passado e retratos de uma realidade social: as fichas de matrículas*, observa-se a identificação e análise dos grupos sociais beneficiados pelo IFMA, focalizando a análise nos grupos sociais que foram atendidos pela Instituição ao longo de sua trajetória (2008-2017), para verificar a intenção inicial da política de expansão da educação profissional técnica e contrastá-la com os resultados práticos, a partir da identificação dos sujeitos efetivamente beneficiados.

A seção não apenas reconstrói os principais aspectos históricos do IFMA, mas também oferece uma leitura crítica dos processos documentais, institucionais e sociais que caracterizaram a educação profissional técnica no Maranhão entre 2008 e 2017. Ao combinar análise documental, crítica historiográfica e contextualização sociopolítica, busca-se ampliar a compreensão sobre os impactos, os desafios e as contribuições do IFMA para a formação educacional e profissional no Estado.

4.1 Tessituras Institucionais: políticas e estratégias internas do IFMA

No caminhar investigativo para direcionar olhares e, a partir deles, analisar documentos como fontes de pesquisa, os arquivos se mostram como potencializadores de trazer à tona registros oficiais e contrapor-los à perspectiva institucional da escola.

Nesta subseção, a análise concentra-se em documentos internos do IFMA, que servem como fontes privilegiadas para a compreensão das políticas adotadas, das estratégias implementadas e dos desafios enfrentados pela instituição no cumprimento de sua missão educacional e social. Os documentos examinados incluem:

- a) Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) referentes aos períodos de 2009-2013 e 2014-2018;
- b) Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de 2016;
- c) Editais de ingresso de alunos, abrangendo os anos de 2008 a 2017.

A análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos períodos de 2009-2013 e 2014-2018, do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de 2016 e dos editais de ingresso de alunos de 2008 a 2017 proporciona uma base documental essencial para compreender as diretrizes estratégicas do IFMA e avaliar sua trajetória institucional.

Os PDIs, por exemplo, oferecem uma visão abrangente das intenções e projeções da instituição em termos de expansão, infraestrutura, gestão acadêmica e administrativa. A comparação entre os períodos permite identificar padrões de continuidade e possíveis rupturas nas políticas institucionais, além de revelar como as metas e prioridades foram ajustadas ao longo do tempo, considerando fatores internos e externos, como mudanças nas políticas públicas educacionais e demandas regionais.

Já o PPI de 2016 representa um documento central para a compreensão do direcionamento pedagógico adotado pela instituição. Ele expressa os fundamentos educacionais, princípios metodológicos e objetivos formativos que orientam a prática docente e a organização curricular. Sua análise permite identificar alinhamentos (ou desalinhamentos) com as demandas do contexto socioeconômico local, bem como verificar a coerência entre a missão institucional e as práticas educacionais implementadas.

Os editais de ingresso de alunos, por sua vez, são fontes valiosas para examinar as políticas de acesso e inclusão ao longo dos anos. Através deles, é possível verificar mudanças nos critérios de seleção, o impacto das políticas de cotas, a evolução na oferta de cursos e a adaptação da instituição às demandas da sociedade. Além disso, os editais refletem o compromisso da instituição com a democratização do ensino, evidenciando possíveis desafios enfrentados na busca por uma educação acessível e de qualidade.

Ao analisar esses documentos em conjunto, é possível traçar um panorama das transformações e permanências do IFMA, compreendendo de que forma as decisões institucionais dialogam (ou não) com as necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade. Essa análise contribui para a identificação de avanços, limitações e oportunidades de aprimoramento nas políticas educacionais e de gestão da instituição.

Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005):

Um documento é fruto de um conjunto de disputas, por isso mesmo, é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendida nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas. Sabemos que a lei não é a realidade, mas a expressão de uma correlação de forças no plano estrutural e conjuntural da sociedade (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 27).

Convém que se fale inicialmente sobre o lugar do PDI de uma instituição educativa. Ele se constitui em um instrumento estratégico fundamental para a gestão e o planejamento de instituições de ensino, especialmente nas Instituições Federais de Ensino (IFEs). Conforme exigência do MEC, o PDI tem papel central na definição de metas, objetivos e estratégias para o desenvolvimento sustentável da instituição, alinhado às demandas da sociedade e às políticas públicas nacionais e regionais.

De modo geral, Fonseca et al. (2016) afirmam que o PDI é indispensável para garantir a coerência entre os objetivos institucionais e as demandas educacionais do País. É, portanto, o documento que orienta as ações da Instituição em um período de cinco anos e abrange aspectos como: missão, visão e valores da instituição, definindo a identidade e o propósito da instituição; estratégias de ensino, pesquisa e extensão, em uma perspectiva de integrar as principais funções da instituição; gestão de pessoas e recursos; plano financeiro, que projeta as necessidades e fontes de financiamento; política de inclusão e acessibilidade, com a proposta de atender às demandas de grupos historicamente excluídos.

Com a promulgação da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), o primeiro PDI do IFMA teve por abrangência o período de 2009 a 2013, com publicização em junho de 2009. Ele se constitui em um documento estratégico que orienta as ações pedagógicas e administrativas da instituição; detalha a missão, a visão, os objetivos e as metas da instituição, servindo como guia para o desenvolvimento institucional em diversas áreas, incluindo a oferta de educação profissional técnica de nível médio, objeto dessa pesquisa.

Ainda conforme a supracitada Lei (Brasil, 2008), o IFMA tem como uma de suas principais atribuições a oferta de educação profissional técnica de nível médio, priorizando cursos integrados para concluintes do ensino fundamental e para o público da EJA. Essa abordagem visa proporcionar uma formação completa, unindo a educação básica à formação profissional, preparando os estudantes tanto para o mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos em nível superior.

Em relação à referida Lei, que estabelece que o percentual de 50% das vagas dos Institutos Federais seja destinado à educação profissional técnica de nível médio, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) discutem a importância de tal ação para preservar a identidade histórica das instituições de ensino técnico. Os autores argumentam que essa garantia é essencial para evitar que o foco dessas instituições se desvie exclusivamente para o ensino superior, mantendo assim seu compromisso com a formação técnica de nível médio.

Indo ao encontro do que Frigotto, Ciavatta e Ramos discutem (2005), o IFMA, de acordo com o PDI (2009-2013), mantém o que está estabelecido em lei, ofertando cursos técnicos em diversas modalidades:

- a) Integrada: o estudante cursa o ensino médio juntamente com a formação técnica no IFMA.
- b) Concomitante: o aluno realiza o curso técnico no IFMA enquanto cursa o ensino médio em outra instituição, de forma simultânea.
- c) Subsequente: destinada a quem já concluiu o ensino médio e busca uma formação técnica (IFMA/PDI, 2009-2013).

As diversas modalidades são oferecidas nos múltiplos *campi* distribuídos pelo estado do Maranhão, ampliando o acesso à educação profissional e com vista a atender às demandas regionais por qualificação técnica e profissional.

Para a oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, o IFMA (IFMA/PDI, 2009-2013) se compromete a formar e qualificar cidadãos com vistas a uma atuação profissional competente:

Nesse sentido ministrará educação profissional técnica de nível médio, **prioritariamente na forma de cursos integrados, para concluintes do ensino fundamental** e para o público da educação de jovens e adultos, e educação em nível superior com cursos de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e engenharias com vistas à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento (IFMA/PDI, 2009-2013, p. 64, grifo nosso).

Embora a citação apresente uma visão idealizada e promissora das atribuições do IFMA, sua concretização depende de esforços conjuntos para superar limitações práticas e fortalecer o papel da Instituição como protagonista da transformação educacional e social no Estado. Ela sublinha o potencial da Instituição, mas demanda uma crítica vigilante sobre os desafios para que a missão declarada se traduza em impacto efetivo.

A relevância dessa análise se evidencia ao se considerar o contexto social e econômico em que o IFMA está inserido. Como uma instituição voltada à educação técnica e tecnológica, sua missão transcende o simples oferecimento de cursos; trata-se de promover inclusão social, estimular o desenvolvimento regional sustentável e preparar cidadãos críticos e capacitados para os desafios do mercado de trabalho e da cidadania.

No entanto, para que essa missão se efetive, é essencial abordar desafios estruturais, como insuficiência de recursos financeiros, lacunas na formação continuada dos docentes e dificuldades de integração entre a instituição e os diversos setores produtivos da região. Além disso, o IFMA enfrenta o desafio de dialogar de forma efetiva com as comunidades locais,

compreendendo suas necessidades e ajustando suas ações educativas para promover transformações que sejam, de fato, significativas e duradouras.

Um aspecto que merece destaque é a importância de promover uma cultura institucional voltada para a inovação, a pesquisa aplicada e a extensão comunitária. Para alcançar esse objetivo, é fundamental o envolvimento de todos os atores envolvidos – docentes, discentes, administradores e a comunidade externa – em um esforço conjunto que transcenda o simples cumprimento das diretrizes curriculares, visando causar um impacto mais significativo na sociedade.

Além disso, a crítica vigilante deve ser entendida como um convite à reflexão constante sobre as práticas institucionais, incentivando o debate sobre o papel do IFMA em um cenário educacional que se transforma em ritmo acelerado. Esse processo requer tanto uma análise das políticas públicas que regem a educação profissional e tecnológica no Brasil quanto uma postura proativa da instituição em articular parcerias, buscar inovação pedagógica e avaliar seus resultados.

A realização desse potencial idealizado implica um compromisso ético e político com a democratização do acesso ao conhecimento e a formação de indivíduos que sejam agentes de mudança em suas comunidades. Assim, o IFMA não apenas promove educação, mas se torna um catalisador de transformações que extrapolam o espaço da sala de aula.

Conforme consta no PDI 2009-2013 (IFMA/PDI, 2009-2013), no segmento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o IFMA

[...] oferecerá cursos na forma integrada e subsequente nos seus 18 Campi: São Luís - Monte Castelo, São Luís - Maracanã, São Luís - Centro Histórico, Alcântara, Pinheiro, Barreirinhas, Zé Doca, Santa Inês, Bacabal, Codó, Caxias, Timon, Buriticupu, Barra do Corda, São João dos Patos, Açailândia, Imperatriz e São Raimundo das Mangabeiras (IFMA/PDI, 2009, p. 65).

Ainda no documento, constam os cursos a serem ofertados nos 18 Campus (IFMA/PDI, 2009-2013). No Quadro 5, apresenta-se as informações dos três campus analisados: Campus Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo. O ingresso aos cursos é realizado por meio de processo seletivo unificado aberto à comunidade, regulamentado através de edital específico e amplamente divulgado, por meio das mídias: periódicos de circulação no estado, Portal do IFMA, Facebook, Instagram e, mais recente, o Threads. O processo seletivo de ingresso unificado de alunos aos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio é elaborado pela Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Estudantis (PRENAE) do IFMA.

Quadro 5 – Cursos do recorte estudado no Plano de Desenvolvimento Institucional – IFMA (2009-2013): São Luís-Monte Castelo, Caxias, Codó

		Oferta/Vagas					
CURSO		MODALIDADE	2009	2010	2011	2012	2013
S Ã O L U Í S - M O N T E C A S T E L O	Eletromecânica	Integrado	-	-	40	40	40
		Concomitante	40	40	40	40	40
	Mecânica	Concomitante	40	40	40	40	40
	Metalurgia e Materiais	Concomitante	40	40	40	40	40
	Porto	Subsequente	40	40	-	-	-
	Ferrovia	Subsequente	40	40	-	-	-
	Edificações	Subsequente	160	-	-	-	-
		Integrado	-	40	-	40	-
	Estradas	Integrado	-	-	40	-	40
	Geomensura	Integrado	-	-	-	40	-
	Técnico em Informática	Integrado	30	30	30	30	30
		Subsequente	120	80	80	80	80
	Redes de computadores	Subsequente	-	-	80	80	80
	Design de Produto	Integrado	40	-	-	-	-
	Design de Móveis	Integrado	-	20	20	20	20
	Comunicação Visual	Integrado	-	20	20	20	20
	Produção de Áudio e Vídeo	Integrado	-	-	-	20	20
	Paisagismo	Integrado	-	-	-	20	20
	Design de Calçados	Integrado	-	-	-	20	20
	Modelagem e Vestuário	Integrado	-	-	-	20	20
	Design de Embalagens	Integrado	-	-	-	20	20
	Eletrotécnica	Integrado	40	40	40	40	40
		Subsequente	40	40	40	40	40
	Eletrônica	Integrado	40	40	40	40	40
		Subsequente	40	40	40	40	40
	Telecomunicações	Integrado	40	-	-	40	-
	Automação	Subsequente	-	40	-	40	-
	Petróleo e Gás	Integrado	-	-	30	-	-
	Alimentos	Subsequente	-	-	30	-	-
	Química	Integrado	-	30	-	-	-
	Segurança do Trabalho	Subsequente	35	35	35	35	35
		EJA	-	30	-	-	-
	C A X I A S	Agropecuária	Integrado	-	40	40	40
Informática		Integrado	-	40	40	40	40
Meio Ambiente		Integrado	-	40	40	40	40
Enfermagem		Integrado	-	-	-	40	40
Eletrotécnica		Integrado	-	-	40	40	40
Edificações		Integrado	-	-	40	40	40
Segurança do Trabalho		Integrado	-	-	-	40	40
Agroindústria		Integrado	-	-	-	-	40
Agricultura		Subsequente	-	40	40	40	40
		Subsequente	-	-	40	40	40
Agroecologia		PROEJA	-	40	40	40	40
Agente Comunitário de Saúde		PROEJA	-	-	40	40	40
C O D Ó	Agropecuária	Integrado	80	80	80	80	80
	Agroindústria	Integrado	40	80	80	80	80
		PROEJA	-	35	35	35	35
	Meio Ambiente	Integrado	40	40	40	40	40

		Oferta/Vagas				
CURSO	MODALIDADE	2009	2010	2011	2012	2013
Informática	Integrado	30	60	60	60	60
	PROEJA	30	30	30	30	30
Enfermagem	Integrado	-	-	30	30	30
Química	Integrado	-	-	30	30	30
Segurança do Trabalho	Integrado	-	-	35	35	35
Mecânica	Integrado	-	-	35	35	35
Eletrônica	Integrado	-	-	35	35	35
Agricultura Familiar	PROEJA	-	-	30	30	30
Panificação	PROEJA	-	30	30	30	30

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PDI/IFMA (2009-2013)

O Quadro 5, que apresenta a oferta de cursos e vagas no IFMA nos *campi* São Luís-Monte Castelo, Caxias e Codó durante o período de 2009 a 2013 (IFMA/PDI, 2009-2013), revela tendências importantes relacionadas à expansão da Instituição, às áreas de formação priorizadas e às variações na oferta educacional ao longo dos anos.

Observa-se uma ampliação gradual da oferta em diversos cursos técnicos integrados e subsequentes, especialmente em áreas estratégicas como eletrotécnica, mecânica, informática e agropecuária, refletindo uma demanda regional por qualificação técnica nessas áreas.

O campus São Luís-Monte Castelo, por ser o maior e mais consolidado, apresenta uma diversificação significativa de cursos, abrangendo setores como design, construção civil, automação e telecomunicações, evidenciando um perfil mais industrializado e voltado para o desenvolvimento tecnológico. Nos *campi* Caxias e Codó, há uma forte ênfase nos cursos ligados ao setor agropecuário e ambiental, sugerindo uma adequação da oferta educacional às características socioeconômicas dessas regiões, que dependem da agricultura e atividades rurais.

A análise das vagas ao longo dos anos demonstra uma certa inconsistência na continuidade de alguns cursos, como observado nos cursos de Porto, Ferrovia, Edificações (subsequente), e Automação, que deixaram de ser ofertados após os primeiros anos. Essa descontinuidade pode indicar desafios relacionados à demanda estudantil, infraestrutura, corpo docente ou reestruturação curricular, refletindo a necessidade de ajustes constantes por parte da instituição para garantir cursos alinhados às necessidades do mercado e da comunidade.

O crescimento da oferta de cursos integrados ao ensino médio (objeto de estudo desta investigação), principalmente em áreas como informática, eletromecânica e agropecuária, demonstra uma tendência da instituição em fortalecer uma formação técnica de base, alinhada às diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por outro lado, os cursos

subsequentes, voltados para alunos que já concluíram o ensino médio, apresentaram oscilações na oferta, o que pode indicar dificuldades em manter uma procura constante ou em oferecer a estrutura adequada para esses cursos. A presença de cursos na modalidade Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) em todos os *campi*, especialmente em áreas como Agente Comunitário de Saúde, Panificação e Agricultura Familiar, evidencia o compromisso do IFMA com a inclusão social e a qualificação de trabalhadores, ampliando as oportunidades de formação para públicos historicamente marginalizados do ensino técnico. A estabilidade da oferta de PROEJA ao longo dos anos reforça a necessidade contínua dessa modalidade, mostrando uma demanda consolidada.

O campus Codó, por exemplo, apresenta uma expansão significativa nas vagas de cursos voltados ao setor agrícola e ambiental, demonstrando uma resposta estratégica à vocação econômica da região. A crescente oferta de cursos de agroindústria, agroecologia e agricultura familiar reforça esse direcionamento. No entanto, alguns cursos propostos no PDI não foram implementados, considerando o campus ser de origem agrotécnica e ter toda uma estrutura voltada para tal. Além do quadro de docentes.

No IFMA campus Caxias, o PDI 2009-2013 inicialmente propôs a ampliação da oferta educacional com cursos nas áreas de Enfermagem, Eletrotécnica, Edificações e Segurança do Trabalho, visando diversificar a formação técnica disponível. No entanto, após a realização de audiências públicas, a instituição reorientou sua oferta para atender de forma mais alinhada às demandas regionais, priorizando cursos voltados aos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Dessa forma, os cursos ofertados passaram a contemplar áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico da região, como Agropecuária, Agroindústria, Meio Ambiente, Informática e Administração, buscando fortalecer a vocação local e contribuir para a qualificação da mão de obra em setores-chave.

Na análise do PDI 2014-2018, observa-se uma proposta de expansão significativa na oferta de cursos em diferentes localidades, destacando-se, por exemplo, a cidade de Caxias. Essa iniciativa reflete o esforço institucional em atender às demandas regionais por formação técnica e profissional, ampliando as oportunidades educacionais e contribuindo para o desenvolvimento local. A inclusão de novas opções de cursos evidencia o compromisso em alinhar a formação acadêmica às necessidades do mercado de trabalho e às expectativas das comunidades atendidas, promovendo uma educação mais inclusiva e conectada aos desafios socioeconômicos.

É importante ressaltar, no entanto, que o enfoque prioritário está na educação profissional integrada ao ensino médio, excetuando as demais modalidades: subsequente, concomitante e EJA. Essa abordagem busca não apenas qualificar tecnicamente os estudantes, mas também oferecer uma formação integral que contemple aspectos acadêmicos, culturais e sociais, preparando-os para o exercício pleno da cidadania e para os desafios do mundo do trabalho. Nesse sentido, a expansão de cursos deve ser compreendida dentro de uma estratégia mais ampla, que valoriza a articulação entre a formação técnica e a educação básica, promovendo um percurso formativo que amplie horizontes e crie possibilidades concretas de ascensão social e intelectual para os estudantes atendidos.

De acordo com o PDI 2014-2018, as ofertas previstas para o período estão detalhadas no Quadro 6 a seguir. Nele, são apresentados os cursos, vagas e demais informações estratégicas que refletem o planejamento institucional para a expansão e a consolidação da oferta educacional. Esse quadro tem como objetivo fornecer uma visão abrangente das iniciativas planejadas, alinhadas às diretrizes institucionais e às necessidades educacionais da comunidade atendida. Dessa forma, contribui para a transparência e o acompanhamento das metas estabelecidas ao longo do período vigente do PDI.

Quadro 6 – Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMA (2014-2018)

	Campus e Cursos	Modalidades	2014	2015	2016	2017	2018
CAXIAS	Agropecuária	Integrada	80	80	80	80	80
	Agroindústria		-	-	80	80	80
	Administração		-	40	-	40	-
	Meio Ambiente		-	40	-	40	-
	Informática		40	40	40	40	40
	Eletrotécnica		-	40	-	-	-
	Química		-	40	40	40	40
	Agronegócios	Subsequente	-	-	40	-	40
	Recursos Humanos		-	-	40	-	40
	Automação Industrial	-	-	-	-	40	-
CODÓ	Agropecuária	Integrada	40	40	40	40	40
	Agroindústria		40	40	40	40	40
	Meio Ambiente		40	40	40	40	40
	Informática		40	40	40	40	40
	Comércio	Proeja	-	-	40	40	40
	Zootecnia	-	-	-	40	40	40
SÃO LUÍS –	Informática	Integrada	60	30	30	60	60
	Química		40	40	40	40	40
	Metrologia		-	-	40	40	40
	Óptica		-	40	40	40	40
	Radiologia		-	-	-	40	40
	Design de Móveis		30	30	30	30	30

Campus e Cursos	Modalidades	2014	2015	2016	2017	2018
Comunicação Visual		30	30	30	30	30
Edificações		40	40	40	80	40
Eletromecânica		40	40	40	40	40
Mecânica		-	-	40	40	40
Metalurgia		-	-	40	40	40
Segurança do Trabalho		40	40	40	80	40
Eletrotécnica		40	40	40	80	40
Eletrônica		40	40	40	40	40
Automação Industrial			40	-	40	-
Cozinha		30	-	-	-	-
Edificações	Subsequente	40	40	40	40	40
Segurança do Trabalho		40	40	40	40	40
Mecânica		40	40	-	-	-
Metalurgia	Concomitante	40	-	-	-	-
Eletromecânica		40	40	-	-	-
Eletrônica		-	40	40	40	40
Eletrotécnica		40	40	40	40	40

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do PDI/IFMA (2014-2018)

O IFMA Campus Caxias manteve, como tendência geral, cursos estabilizados: Agropecuária, Agroindústria, Meio Ambiente, Informática; em 2013 houve a oferta do curso de Administração, mantidas 40 vagas/ano desde 2013 até 2018. As propostas dos cursos de Química e Zootecnia no PDI 2014-2018, as ofertas não aconteceram, nem mesmo no PDI 2018-2023.

Igualmente, é possível verificar a manutenção de cursos técnicos tradicionais no IFMA Campus São Luís-Monte Castelo, a exemplo dos cursos de Eletromecânica, Eletrotécnica e Eletrônica, com a oferta de 40 vagas anuais durante os dois períodos. Destaca-se a introdução e ampliação de novos cursos inseridos no PDI 2014-2017: Química, com a oferta de 40 vagas anuais; Design de Móveis e Comunicação Visual, mantendo-se a consistência de 30 vagas/ano desde 2009, sem ampliação ou novas ofertas; Produção de Áudio e Vídeo, Paisagismo, Modelagem e Vestuário, foi o curso ofertado a partir de 2014, com 20 vagas cada. O curso de Radiologia foi introduzido em 2017 com 40 vagas/ano.

Destaca-se o aumento expressivo na diversidade dos cursos ofertados no período de 2014 a 2017. O foco expandiu-se para atender demandas criativas da região (Paisagismo, Áudio e Vídeo) e específicas (Radiologia).

O IFMA Campus Codó, de modo geral, aparece com cursos estabilizados. Agropecuária, Agroindústria e Meio Ambiente, por exemplo, mantiveram a oferta de 40 vagas/ano ao longo dos dois períodos. O curso de Informática expandiu de 30 para 60 vagas/ano

em 2010 e manteve-se com 40 vagas/ano no PDI 2014-2018. Assim como em Caxias, o curso de Zootecnia não foi ofertado.

Destaca-se que a base de cursos integrados nos três *campi* manteve-se estável, especialmente em áreas consolidadas como Agropecuária, Agroindústria, Informática e Eletromecânica. Ao mesmo tempo, essa estabilidade veio acompanhada por esforços de diversificação e expansão, alinhados ao PDI 2014-2018.

A dinâmica das ofertas de cursos alinha-se aos objetivos estratégicos institucionais, promovendo a ampliação de oportunidades educacionais e a adaptação às demandas do mercado de trabalho regional e nacional. Além disso, evidencia-se um compromisso com a formação técnica e tecnológica de excelência, equilibrando inovação e tradição nas áreas de maior destaque.

A respeito dos editais de ingresso de alunos unificados no IFMA, apresenta-se, no Quadro 6, o primeiro processo a partir da nova institucionalidade. Em 29 de dezembro de 2008, foram elaborados os processos seletivos, com as suas respectivas etapas, conforme destaca-se nos Quadro 5 e Quadro 6, que ilustram etapas distintas dos processos seletivos, representando momentos-chave no desenvolvimento institucional.

O primeiro, referente ao ano de 2009, marca o início das atividades sob a nova institucionalidade, no que diz respeito às instituições pré-existentes (Agrotécnicas de Codó, São Raimundo das Mangabeiras e Maracanã (São Luís), e CEFET São Luís-Monte Castelo), refletindo os primeiros esforços para estruturar os processos seletivos de acordo com as diretrizes institucionais emergentes.

Já o segundo quadro, de 2017, evidencia o impacto da expansão e interiorização da Rede Federal, configurando um momento em que os processos seletivos foram alinhados às estratégias traçadas nos PDIs. Esse contraste entre os dois momentos destaca a evolução do processo seletivo, em sintonia com os objetivos de ampliação do acesso e inclusão educacional promovidos pela Rede.

Diante da definição da oferta de cursos alinhada aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), torna-se essencial compreender como ocorre o acesso dos estudantes a essas formações. O processo de ingresso no IFMA, conforme as diretrizes estabelecidas nos editais, exige que o candidato realize a inscrição de forma presencial ou online, mediante o pagamento de uma taxa. No entanto, o edital prevê um período específico para solicitação de isenção dessa taxa, desde que o candidato atenda aos critérios previamente estabelecidos no edital. Esse mecanismo de

isenção possibilita a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantindo equidade no acesso ao ensino técnico e tecnológico.

Além disso, a seleção dos candidatos, no período de 2008 a 2017, ocorria por meio da realização de uma prova escrita, composta por 40 questões, divididas igualmente entre Língua Portuguesa (20 questões) e Matemática (20 questões), avaliando competências essenciais para a formação técnica. Atualmente, essa estrutura foi ajustada, contando com 15 questões em cada disciplina. Esse processo seletivo busca garantir que os candidatos possuam as habilidades básicas necessárias para acompanhar os cursos oferecidos, contribuindo para a qualidade do ensino e a adequação ao perfil dos arranjos produtivos locais. Esse procedimento de adaptação contínua do exame de ingresso demonstra uma preocupação constante com a atualização do processo avaliativo, assegurando que os critérios de seleção estejam alinhados às exigências contemporâneas do ensino técnico-profissional.

A análise dos documentos apresentados evidencia o compromisso do IFMA em equilibrar tradição e inovação, mantendo a estabilidade em cursos técnicos consolidados enquanto promove a diversificação das ofertas para atender demandas emergentes. Essa estratégia, refletida nos planos de desenvolvimento institucional, não apenas consolida a identidade técnica do Instituto, mas também amplia seu alcance ao incluir áreas criativas e específicas, como Paisagismo, Produção de Áudio e Vídeo e Radiologia. A introdução desses cursos demonstra uma visão ampliada da educação profissional e tecnológica, contemplando setores que vão além dos tradicionais e possibilitam a formação de profissionais em áreas inovadoras e de alta empregabilidade.

Esse movimento sugere uma preocupação com a adequação às mudanças no mercado de trabalho regional e nacional, sem desconsiderar as necessidades e características locais. A consistência nos processos seletivos, ilustrada nos Quadros 5 e 6, reforça essa perspectiva ao evidenciar a evolução das estratégias institucionais para democratizar o acesso e alinhar-se às diretrizes de expansão e inclusão educacional.

Além disso, o contraste entre os momentos institucionais de 2009 e 2017 sublinha a trajetória de adaptação e crescimento do IFMA. Enquanto o primeiro momento reflete o esforço inicial de integração das instituições pré-existentes sob a nova institucionalidade, o segundo destaca um cenário mais estruturado e alinhado aos objetivos estratégicos da Rede Federal.

Essa evolução é essencial para compreender como o IFMA tem respondido às demandas educacionais, mantendo um equilíbrio entre inovação e tradição, e garantindo que sua atuação

seja relevante e impactante tanto para a formação de seus estudantes quanto para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades que atende.

De fato, a partir de 2012, em conformidade com a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012a), que trata sobre o sistema de cotas, logo no preâmbulo dispõe sobre “o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”, no Art. 4º, determina:

As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

§ 1º No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (Redação dada pela Lei nº 14.723, de 2023).

§ 2º Nos concursos seletivos para ingresso nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, os candidatos concorrerão, inicialmente, às vagas disponibilizadas para ampla concorrência e, se não for alcançada nota para ingresso por meio dessa modalidade, passarão a concorrer às vagas reservadas pelo programa especial para o acesso às instituições de educação de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública (Redação dada pela Lei nº 14.723, de 2023).

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (Redação dada pela Lei nº 14.723, de 2023).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, as remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou às pessoas com deficiência e, posteriormente, completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública (Redação dada pela Lei nº 14.723, de 2023) (Brasil, 2023).

Após o sancionamento e aplicação da referida lei, houve ampliação significativa das etapas do Seletivo Unificado de Alunos aos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas Integrada, Concomitante e Subsequente, tanto pelo quantitativo dos cursos e quanto *campi* ofertados.

A Figura 17 – Imagem da tela virtual do Processo Seletivo Unificado de Ingresso de alunos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2017)



representativa do processo seletivo de 2017, expõe um aumento na complexidade e no detalhamento das etapas, acompanhado por maior alinhamento às políticas públicas e às demandas regionais e nacionais.

Figura 17 – Imagem da tela virtual do Processo Seletivo Unificado de Ingresso de alunos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2017)



Fonte: IFMA (2016)

Nota: Captura de tela retirada da página do IFMA destinada a armazenamento de dados dos concursos e seletivos.

Contudo, devido ao quantitativo de etapas ou publicações relacionadas ao processo 2017, não é possível realizar uma única captura de tela que seja visível e compreensível, por isso segue a transcrição das etapas relacionadas abaixo em sua integralidade.

Quadro 7 – Etapas do Processo Seletivo Unificado para os Cursos de Educação Profissional e Técnica, de Nível Médio do IFMA (2017)

Resultado da Declaração de Interesse Presencial - Campus Barra do Corda	1ª Convocação de Excedentes - Campus Avançado de Rosário
Declaração de Interesse Presencial - Campus Açailândia	1ª Convocação de Excedentes - Campus Bacabal
Declaração de Interesse Presencial - Campus Bacabal	1ª Convocação de Excedentes - Campus Barra do Corda
Declaração de Interesse Presencial - Campus Barreirinhas	1ª Convocação de Excedentes - Campus Barreirinhas
Declaração de Interesse Presencial - Campus Pedreiras	1ª Convocação de Excedentes - Campus Buriticupu
Declaração de Interesse Presencial - Campus São João dos Patos	1ª Convocação de Excedentes - Campus Caxias
Declaração de Interesse Presencial - Campus São Raimundo das Mangabeiras	1ª Convocação de Excedentes - Campus Codó
4ª Convocação de Excedentes - Campus Barreirinhas	1ª Convocação de Excedentes - Campus Coelho Neto
3ª Convocação de Excedentes - Campus Açailândia	1ª Convocação de Excedentes - Campus Grajaú
3ª Convocação de Excedentes - Campus Barra do Corda	1ª Convocação de Excedentes - Campus Imperatriz
3ª Convocação de Excedentes - Campus Barreirinhas	1ª Convocação de Excedentes - Campus Pedreiras
3ª Convocação de Excedentes - Campus Buriticupu	1ª Convocação de Excedentes - Campus Pinheiro
3ª Convocação de Excedentes - Campus Codó	1ª Convocação de Excedentes - Campus Santa Inês
3ª Convocação de Excedentes - Campus Coelho Neto	1ª Convocação de Excedentes - Campus São João dos Patos
3ª Convocação de Excedentes - Campus Imperatriz	1ª Convocação de Excedentes - Campus São José de Ribamar
3ª Convocação de Excedentes - Campus Pedreiras	1ª Convocação de Excedentes - Campus São Raimundo das Mangabeiras
3ª Convocação de Excedentes - Campus Pinheiro	1ª Convocação de Excedentes - Campus São Luís - Centro Histórico
3ª Convocação de Excedentes - Campus Santa Inês	1ª Convocação de Excedentes - Campus São Luís - Maracanã
3ª Convocação de Excedentes - Campus São Luís - Maracanã	1ª Convocação de Excedentes - Campus São Luís - Monte Castelo
3ª Convocação de Excedentes - Campus São Raimundo das Mangabeiras	1ª Convocação de Excedentes - Campus Timon
2ª Convocação de Excedentes - Edital PROEN nº 06/2017	1ª Convocação de Excedentes - Campus Viana
2ª Convocação de Excedentes - Campus Açailândia	1ª Convocação de Excedentes - Campus Zé Doca
2ª Convocação de Excedentes - Campus Alcântara	Relação de Excedentes - Campus Açailândia
2ª Convocação de Excedentes - Campus Bacabal	Relação de Excedentes - Campus Alcântara
2ª Convocação de Excedentes - Campus Barra do Corda	Relação de Excedentes - Campus Carolina
2ª Convocação de Excedentes - Campus Barreirinhas	Relação de Excedentes - Campus Porto Franco
2ª Convocação de Excedentes - Campus Buriticupu	Relação de Excedentes - Campus Rosário
2ª Convocação de Excedentes - Campus Caxias	Relação de Excedentes - Campus Bacabal
2ª Convocação de Excedentes - Campus Codó	Relação de Excedentes - Campus Barra do Corda
2ª Convocação de Excedentes - Campus Coelho Neto	Relação de Excedentes - Campus Barreirinhas
2ª Convocação de Excedentes - Campus Grajaú	Relação de Excedentes - Campus Buriticupu
2ª Convocação de Excedentes - Campus Imperatriz	Relação de Excedentes - Campus Caxias
2ª Convocação de Excedentes - Campus Pedreiras	Relação de Excedentes - Campus Codó
2ª Convocação de Excedentes - Campus Pinheiro	Relação de Excedentes - Campus Coelho Neto
2ª Convocação de Excedentes - Campus Santa Inês	Relação de Excedentes - Campus Grajaú
2ª Convocação de Excedentes - Campus São João dos Patos	Relação de Excedentes - Campus Imperatriz
2ª Convocação de Excedentes - Campus São José de Ribamar	Relação de Excedentes - Campus Pedreiras
2ª Convocação de Excedentes - Campus São Luís - Centro Histórico	Relação de Excedentes - Campus Pinheiro
2ª Convocação de Excedentes - Campus São Luís - Maracanã	Relação de Excedentes - Campus Santa Inês
2ª Convocação de Excedentes - Campus São Luís - Monte Castelo	Relação de Excedentes - Campus São João dos Patos
2ª Convocação de Excedentes - Campus São Raimundo das Mangabeiras	Relação de Excedentes - Campus São José de Ribamar
2ª Convocação de Excedentes - Campus Timon	Relação de Excedentes - Campus Centro Histórico
2ª Convocação de Excedentes - Campus Viana	Relação de Excedentes - Campus Maracanã
2ª Convocação de Excedentes - Campus Zé Doca	Relação de Excedentes - Campus Monte Castelo
1ª Convocação de Excedentes - Edital PROEN nº 3/2017	Relação de Excedentes - Campus São Raimundo das Mangabeiras
1ª Convocação de Excedentes - Campus Açailândia	Relação de Excedentes - Campus Timon
1ª Convocação de Excedentes - Campus Alcântara	Relação de Excedentes - Campus Viana
1ª Convocação de Excedentes - Campus Avançado de Carolina	Relação de Excedentes - Campus Zé Doca
1ª Convocação de Excedentes - Campus Avançado de Porto Franco	Resultado Final - Edital PROEN nº 2/2017
1ª Convocação de Excedentes - Campus Avançado de Rosário	Resultado Final - Campus Açailândia
1ª Convocação de Excedentes - Campus Bacabal	Resultado Final - Campus Alcântara
	Resultado Final - Campus Avançado de Carolina
	Resultado Final - Campus Avançado de Porto Franco
	Resultado Final - Campus Avançado de Rosário
	Resultado Final - Campus Bacabal

Resultado Final - Campus Barra do Corda
 Resultado Final - Campus Barreirinhas
 Resultado Final - Campus Buriticupu
 Resultado Final - Campus Caxias
 Resultado Final - Campus Codó
 Resultado Final - Campus Coelho Neto
 Resultado Final - Campus Grajaú
 Resultado Final - Campus Imperatriz
 Resultado Final - Campus Pedreiras
 Resultado Final - Campus Santa Inês
 Resultado Final - Campus Pinheiro
 Resultado Final - Campus São João dos Patos
 Resultado Final - Campus São José de Ribamar
 Resultado Final - Campus São Luís - Centro Histórico
 Resultado Final - Campus São Luís - Maracanã
 Resultado Final - Campus São Luís - Monte Castelo
 Resultado Final - Campus São Raimundo das Mangabeiras
 Resultado Final - Campus Timon
 Resultado Final - Campus Viana
 Resultado Final - Campus Zé Doca
 Resultado dos Recursos Contra o Gabarito Oficial
 Caderno de Prova - Subsequente 2017
 Caderno de Prova - Concomitante 2017
 Caderno de Prova - Integrada 2017
 Gabarito Oficial
 Local de Prova - Açailândia
 Local de Prova - Alcântara
 Local de Prova - Bacabal
 Local de Prova - Barra do Corda
 Local de Prova - Barreirinhas
 Local de Prova - Buriticupu
 Local de Prova - Carolina
 Local de Prova - Caxias
 Local de Prova - Codó
 Local de Prova - Coelho Neto
 Local de Prova - Grajaú
 Local de Prova - Imperatriz
 Local de Prova - Pedreiras
 Local de Prova - Pinheiro
 Local de Prova - Porto Franco
 Local de Prova - Rosário
 Local de Prova - Santa Inês
 Local de Prova - São João dos Patos
 Local de Prova - São José de Ribamar
 Local de Prova - São Luís (Concomitante)
 Local de Prova - São Luís (Integrada)
 Local de Prova - São Luís (Subsequente)
 Local de Prova - São Raimundo das Mangabeiras
 Local de Prova - Timon
 Local de Prova - Viana
 Local de Prova - Zé Doca
 Edital nº 41, de 8 de novembro de 2016 - Retificação da Data da Prova e do Cronograma de Matrícula
 Homologação das inscrições - Açailândia
 Homologação das inscrições - Alcântara
 Homologação das inscrições - Carolina
 Homologação das inscrições - Porto Franco
 Homologação das inscrições - Bacabal
 Homologação das inscrições - Barra do Corda

Homologação das inscrições - Barreirinhas
 Homologação das inscrições - Buriticupu
 Homologação das inscrições - Caxias
 Homologação das inscrições - Codó
 Homologação das inscrições - Coelho Neto
 Homologação das inscrições - Grajaú
 Homologação das inscrições - Imperatriz
 Homologação das inscrições - Pedreiras
 Homologação das inscrições - Pinheiro
 Homologação das inscrições - Santa Inês
 Homologação das inscrições - Rosário
 Homologação das inscrições - São João dos Patos
 Homologação das inscrições - São José de Ribamar
 Homologação das inscrições - São Luís Centro Histórico
 Homologação das inscrições - São Luís Maracanã
 Homologação das inscrições - São Luís Monte Castelo
 Homologação das inscrições - São Raimundo das Mangabeiras
 Homologação das inscrições - Timon
 Homologação das inscrições - Viana
 Homologação das inscrições - Zé Doca
 Concorrência do Seletivo Unificado - IFMA 2017
 Edital Nº 36, de 07 de outubro de 2016 - Retificação do prazo para pagamento e data de homologação das inscrições
 Edital Nº 35, de 26 de setembro de 2016 - Retificação do prazo de inscrição e pagamento
 Resultado Isenção - Açailândia
 Resultado Isenção - Alcântara
 Resultado Isenção - Bacabal
 Resultado Isenção - Barra do Corda
 Resultado Isenção - Barreirinhas
 Resultado Isenção - Buriticupu
 Resultado Isenção - Carolina
 Resultado Isenção - Caxias
 Resultado Isenção - Codó
 Resultado Isenção - Coelho Neto
 Resultado Isenção - Grajaú
 Resultado Isenção - Imperatriz
 Resultado Isenção - Pedreiras
 Resultado Isenção - Pinheiro
 Resultado Isenção - Porto Franco
 Resultado Isenção - Rosário
 Resultado Isenção - Santa Inês
 Resultado Isenção - São João dos Patos
 Resultado Isenção - São José de Ribamar
 Resultado Isenção - São Luís - Centro Histórico
 Resultado Isenção - São Luís - Maracanã
 Resultado Isenção - São Luís - Monte Castelo
 Resultado Isenção - São Raimundo das Mangabeiras
 Resultado Isenção - Timon
 Resultado Isenção - Viana
 Resultado Isenção - Zé Doca
 Edital Nº 32, de 02 de setembro de 2016 - Retificação do prazo para isenção
 Edital nº 29, de 26 de agosto de 2016 - Retificação do Edital nº 27/2016
 Edital nº 28, de 22 de agosto de 2016 - Retificação do Edital nº 27/2016
 Edital Nº 27, de 15 de agosto de 2016

Fonte: IFMA (2016)

Nota: Representação das etapas do processo seletivo disponibilizado na página do IFMA destinada a armazenamento de dados dos concursos e seletivos.

Como exemplo comparativo, denota-se os anos de 2009 e 2017, obtidos a partir do referido processo seletivo unificado. Em 2009, foram registradas 23 (vinte e três) publicações ou etapas (ver Figura 16), enquanto, em 2017, esse número saltou para 215 (duzentas e quinze) publicações. As etapas correspondentes podem ser visualizadas no início da Figura 17, por meio de uma captura de tela disponível no Portal do IFMA, e em sua totalidade de resultados na figura relacionada.

Sendo uma das principais mudanças ocorridas entre esses dois momentos a introdução do sistema de cotas, em conformidade com a Lei n.º 12.711/2012 (Brasil, 2012a), e suas atualizações pela Lei n.º 14.723, de 2023 (Brasil, 2023). Essa legislação determinou que, a partir de 2012, pelo menos 50% das vagas nos concursos seletivos das instituições federais de ensino técnico de nível médio deveriam ser reservadas a estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. Além disso, metade dessas vagas deveria ser destinada a estudantes provenientes de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo per capita. A lei também garantiu a inclusão de autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, com a distribuição das vagas proporcional ao censo populacional da unidade federativa. Essas mudanças não apenas ampliaram o acesso às instituições, mas também reforçaram o compromisso do IFMA com a inclusão e a equidade educacional.

No processo seletivo de 2009, ainda não havia a aplicação dessas diretrizes de cotas, o que caracteriza um modelo mais tradicional e homogêneo de ingresso. Em contrapartida, o seletivo de 2017 evidencia a consolidação de práticas inclusivas, alinhadas aos objetivos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de promover maior democratização no acesso ao ensino técnico. Essa evolução destaca a capacidade do IFMA de adaptar-se às mudanças legislativas e às demandas sociais, ao mesmo tempo que reforça seu papel estratégico no desenvolvimento regional.

Por fim, os processos seletivos de 2009 e 2017 ilustram uma transição importante na história do IFMA, que vai além da ampliação das vagas ou da diversificação dos cursos. Eles representam um avanço no compromisso institucional com a inclusão social e a qualidade educacional, reafirmando o papel do Instituto como agente de transformação e progresso no Estado do Maranhão.

A análise desses momentos históricos permite compreender como o IFMA responde às dinâmicas legais e sociais, reafirmando sua relevância na formação de cidadãos e profissionais para os desafios contemporâneos.

A lei, necessária por ampliar oportunidades, se faz importante analisar ou mesmo questionar se (ou até que ponto) as instituições de ensino estão preparadas para acolher esses estudantes. Sem políticas robustas de permanência (bolsas, assistência estudantil, apoio psicopedagógico), há o risco de que muitos desses alunos enfrentem dificuldades para concluir os cursos. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a educação técnica deve ser um mecanismo de inclusão social que combine acesso com condições de permanência e qualidade, pois somente o ingresso não garante a redução das desigualdades.

O §1º do Artigo 4º introduz uma dimensão socioeconômica importante, ao determinar que metade das vagas reservadas às escolas públicas seja destinada a estudantes de famílias com renda per capita de até um salário-mínimo. Essa medida tenta corrigir a exclusão de grupos mais vulneráveis economicamente. Por outro lado, embora a segmentação por renda contribua para ampliar o impacto das cotas, há desafios relacionados à essa comprovação e ao risco de exclusão de estudantes que, apesar de não atenderem ao critério, vivem em situação de vulnerabilidade devido a outras condições, como subemprego ou insegurança habitacional.

Como apontado por Silva e Araújo (2014), o corte baseado em renda é necessário, mas políticas complementares devem ser criadas para evitar que mecanismos burocráticos ou estigmatizações associadas ao “rótulo de pobre” dificultem o acesso ou a permanência do estudante na escola.

De fato, o sistema de cotas instituído pela Lei n.º 14.723/2023 (Brasil, 2023), que alterou a Lei n.º 12.711/2012 (Brasil, 2012a) é um avanço significativo para a democratização do acesso à educação técnica de nível médio. Ele reconhece as desigualdades históricas e propõe ações afirmativas que promovem inclusão socioeconômica e étnico-racial. No entanto, sua eficácia plena depende de políticas complementares que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos, além de iniciativas para desmistificar preconceitos e garantir a justiça social.

O IFMA se coloca como tendo a missão de:

Promover ensino, pesquisa, inovação e extensão, visando formar cidadãos críticos, éticos, responsáveis, com uma visão holística e empreendedora, capazes de desenvolver ações sustentáveis de forma a atender às necessidades da sociedade (IFMA, 2009, p. 13).

A citação reflete a missão institucional do IFMA de forma ampla e ambiciosa, ao integrar diversas dimensões fundamentais da educação – ensino, pesquisa, inovação e extensão – com a formação de cidadãos comprometidos com valores éticos, responsabilidade social e sustentabilidade.

Ao se enfatizar a formação de cidadãos críticos e éticos, em uma perspectiva omnilateral, converge-se com a ideia de uma educação emancipadora, como defendido por Paulo Freire (1996), Ramos (2014), Saviani (2007), entre outros. Nessa perspectiva, pensa-se que a educação deve formar sujeitos que compreendam sua realidade e sejam capazes de transformá-la. Por outro lado, acentua-se a necessidade de que a formação ética e crítica seja acompanhada de práticas pedagógicas consistentes que articulem teoria e prática. Sem isso, há o risco de que esses valores permaneçam apenas como um ideal abstrato, sem impacto real na vida dos estudantes.

Conforme Frigotto (2018), em uma perspectiva omnilateral, que integra a formação humana ampla com a educação técnico-profissional, o ensino médio assume um papel estratégico na preparação de indivíduos capazes de atuar criticamente em diferentes contextos sociais, culturais e produtivo:

Neste contexto, o tema que nos ocupamos, do ensino médio e educação técnico-profissional, o consenso a ser construído é a luta prioritária pelo ensino médio universal, na perspectiva da escola unitária, omnilateral, tecnológica ou politécnica como direito social e subjetivo. Um ensino que não separa e sim integra, numa totalidade concreta, as dimensões humanísticas, técnicas, culturais e políticas e que também não estabelece dicotomia entre os conhecimentos gerais e específicos. É isto, na realidade, que as forças sociais interessadas num projeto social nacional popular defenderam na Constituinte e na LDB. Por isso, o ensino médio constitui-se na última etapa da educação básica (Frigotto, 2018, p. 57).

De fato, Frigotto (2018) argumenta que o ensino médio, especialmente na perspectiva omnilateral, deve ser compreendido como um direito social e subjetivo que integra as dimensões humanísticas, técnicas, culturais e políticas. Essa abordagem busca superar dicotomias entre conhecimentos gerais e específicos, valorizando uma formação integral que prepare os sujeitos para a atuação crítica na sociedade e no mundo do trabalho. Tal visão é particularmente relevante no contexto do PDI do IFMA 2014-2018, que expressa em suas metas e estratégias o compromisso com a universalização do ensino médio técnico integrado. Ao alinhar-se à proposta de um ensino unitário e politécnico, o IFMA adota como diretriz a articulação entre formação técnica e humanística, atendendo às demandas educacionais e produtivas regionais, sem renunciar a uma perspectiva de emancipação social.

O segundo PDI para o quinquênio 2014-2018, publicizado em outubro de 2014, teve por objetivo, em consonância com o PDI anterior, organizar e orientar o planejamento dos compromissos da instituição, servindo como guia para direcionar suas práticas educativas. Nele, é dado ênfase à construção participativa de todos os segmentos da comunidade IFMA, com a proposta de estabelecer o diálogo sobre “onde estávamos e onde queríamos chegar” (IFMA, 2014, p. 15).

O documento traz, assim como o PDI 2009-2013, o perfil institucional: missão, valores, objetivos, metas e indicadores e, portanto, traçando a histórica do IFMA, a partir da criação da Escola de Aprendizes Artífices no estado, em 16 de janeiro de 1910. Apresenta-se o mapa estratégico da instituição para melhor visualização em ANEXO B.

Conforme o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação, o PDI apresenta os pontos de presença da instituição no Estado, constituindo-se em 29 *campi*. O PDI do IFMA para o quinquênio 2014-2018 destaca e reforça um ponto fundamental da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008): a oferta prioritária de cursos da Educação Profissional Técnica de nível médio na modalidade integrada ao ensino médio. Esses cursos têm como objetivo articular os conhecimentos científicos, sociais e humanísticos com os saberes e habilidades relacionados ao mundo do trabalho, promovendo uma formação que combina bases científicas e tecnológicas.

O documento enfatiza a importância de que os cursos integrados devam ser planejados de forma que todos os seus componentes curriculares sejam tratados de maneira inter-relacionada, unindo diferentes áreas do conhecimento e articulando teoria e prática. Esse formato visa proporcionar uma educação que não apenas prepara o estudante para o mercado de trabalho, mas também para a vida cidadã, promovendo uma visão integral e crítica.

Além disso, a educação técnica de nível médio, na forma integrada, deve ser concebida como um curso único, cuja integração deve ser garantida desde o planejamento curricular até as atividades didáticas. O envolvimento conjunto de professores das bases científicas e tecnológicas no processo de construção dos Planos de Curso é essencial para assegurar coerência curricular, inter-relações entre conteúdos e uma abordagem interdisciplinar que contemple a diversidade e a complexidade das demandas formativas (IFMA, 2014).

Como destaca Frigotto (2005), a educação integrada exige superar a fragmentação entre saberes acadêmicos e técnicos, buscando formar cidadãos capazes de compreender e transformar a realidade de forma crítica, ética e criativa. Essa abordagem reforça o papel do

ensino médio integrado como uma política educacional de inclusão social e de desenvolvimento humano e, sobretudo, de formação de professores.

Os Quadro 5 e Quadro 6 detalham o planejamento de ofertas de cursos presenciais e respectivas vagas da Educação Profissional Técnica de nível médio para o período de cinco anos. Esses planos servem como um guia estratégico, orientando a distribuição e expansão dos cursos de acordo com as demandas regionais e as diretrizes institucionais, garantindo o alinhamento entre a oferta educativa e as necessidades da sociedade e do mercado de trabalho.

A análise dos dados registrados no PDI 2009-2013, bem como as informações provenientes das matrículas no segmento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade integrada, evidencia a trajetória e consolidação do IFMA no primeiro ano de sua existência formal, a partir do ano letivo de 2009. Nesse contexto, verificou-se a continuidade de cursos ofertados pelo então CEFET-São Luís (atual IFMA Campus São Luís-Monte Castelo), a exemplo dos cursos de Design de Produto, Eletrônica e Eletrotécnica, cada um com a oferta inicial de 40 vagas. Paralelamente, houve a introdução de novos cursos, como Telecomunicações e Técnico em Informática, este último com 30 vagas.

De maneira gradativa, o IFMA ampliou sua oferta de cursos integrados ao ensino médio, contemplando áreas como Design de Móveis (2010, 20 vagas), Química (2010), Comunicação Visual (2010, 20 vagas), Edificações (2010), Petróleo e Gás (2011), Geomensura (2012), Design de Calçados (2012, 20 vagas), Modelagem e Vestuário (2012, 20 vagas), Design de Embalagens (2012, 20 vagas), Produção de Áudio e Vídeo (2012, 20 vagas) e Paisagismo (2012, 20 vagas). Essa expansão gradual reflete um alinhamento às demandas socioeconômicas locais e às exigências do mercado de trabalho, consolidando o papel da instituição como promotora do desenvolvimento regional, em consonância com as necessidades do capital.

No IFMA Campus Codó, anteriormente denominado Escola Agrotécnica de Codó, a oferta inicial no ano de 2009 incluiu duas turmas do curso Técnico em Agropecuária, totalizando 80 vagas, além dos cursos Técnico em Agroindústria (40 vagas), Técnico em Meio Ambiente (40 vagas) e Técnico em Informática (30 vagas). Esses cursos também refletiram a estrutura docente disponível e o foco nos arranjos produtivos locais, conforme preconizado nos documentos institucionais.

O IFMA Campus Caxias, por sua vez, resultante do II Plano de Expansão da Rede Federal, iniciou suas atividades educacionais em 2011, ofertando os cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e Técnico em Meio Ambiente, cada um com 40 vagas,

de acordo com o PDI 2009-2013. Contudo, a análise de dados do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) revelou que algumas propostas iniciais, como os cursos de Enfermagem, Eletrotécnica, Edificações e Segurança do Trabalho, não foram implementadas.

A definição dos cursos ofertados – Administração, Agropecuária, Agroindústria e Informática – resultou de audiências públicas com diferentes segmentos da sociedade local. Esse processo permitiu alinhar as demandas sociais à capacidade institucional, considerando recursos tecnológicos, humanos e de infraestrutura.

Em 2011, o redirecionamento das ofertas foi fortemente influenciado pela necessidade de alocar códigos de vagas para compor o quadro docente. Esse ajuste levou em conta a vocação agrícola do Campus Caxias e buscou atender tanto às diretrizes institucionais quanto às necessidades regionais, garantindo uma oferta de cursos mais alinhada ao contexto local.

Esses elementos corroboram o perfil institucional do IFMA e sua estratégia de articulação entre ensino, trabalho e desenvolvimento regional, evidenciada na análise das ofertas formativas, dos arranjos produtivos locais e do planejamento docente descrito nos instrumentos normativos da instituição.

O outro documento do IFMA analisado foi o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que consolida a função social da instituição ao alinhar suas práticas aos princípios de uma educação crítica e dialética, comprometida com a emancipação humana. Constitui-se em “um instrumento de natureza filosófica, política e teórico-metodológica que norteará a prática pedagógica da instituição, articulando as dimensões de ensino, pesquisa e extensão” (IFMA, 2016, p. 4).

Tido como um guia estratégico, filosófico e operacional para nortear todas as ações e decisões relacionadas à educação, pesquisa, extensão e gestão, o PPI é de fundamental importância para as instituições educativas. Para Costa e Carvalho (2022, p. 58), esse documento “aponta uma nova ordem instituída pela educação, com centralidade no desenvolvimento da pessoa; no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho”. Ele é, portanto, a espinha dorsal de uma instituição educativa, orientando seu funcionamento e potencializando sua capacidade de formar cidadãos preparados para enfrentar os desafios contemporâneos. Sua importância transcende o ambiente interno, influenciando positivamente a comunidade, o mercado de trabalho e a sociedade como um todo.

A elaboração/construção do PPI do IFMA teve início no ano de 2014, quando do processo de elaboração do PDI 2014-2018, momento em que iniciaram-se as discussões sobre as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão que seriam os embriões da tessitura do PPI.

A constituição de uma comissão central para a elaboração do PDI do IFMA 2014-2018, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), reflete um esforço institucional significativo para garantir a construção coletiva e democrática de diretrizes estratégicas. Essa estrutura organizacional, que envolveu representantes das Pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Extensão e Relações Institucionais, das Diretorias Sistêmicas da Reitoria e dos *campi*, demonstra um compromisso com a integração das múltiplas dimensões institucionais e educacionais. No entanto, não é suficiente. Os espaços de discussões, os prazos, as atividades docentes requerem um novo formato para que, de fato, cada um possa participar de fato, afinal, é o documento que reflete a instituição.

Por outro lado, a proposta de uma abordagem colaborativa fortalece a coerência e a legitimidade do planejamento institucional, permitindo que as demandas específicas de cada campus e setor fossem ouvidas e incorporadas ao texto. Além disso, ao articular ensino, pesquisa e extensão, o processo de sistematização do PDI reforçou a essência da educação omnilateral, traduzindo-se em um documento que não apenas planeja o crescimento do IFMA, mas também o posiciona como um espaço de transformação social, científica e cultural.

Assim, ao integrar as diferentes áreas institucionais, o PDI assume um caráter articulador, promovendo a convergência entre a formação técnico-profissional e a formação humanística e tecnológica. Esse processo possibilitou que o IFMA avançasse na construção de um projeto educativo que alia eficiência administrativa à efetiva implementação de uma educação pública, gratuita e de qualidade, em alinhamento aos princípios defendidos por Frigotto (2018) e outros teóricos da educação omnilateral.

As concepções fundamentais do PPI do IFMA se estruturam em princípios filosóficos e metodológicos que articulam ensino, pesquisa e extensão, baseando-se na inclusão social e na formação integral do cidadão. Adota, portanto, uma visão holística e histórica do indivíduo, enfatizando a transformação crítica da realidade e a emancipação humana, sem perder de vista o trabalho como princípio educativo, concebido não apenas como um meio de subsistência, mas como uma atividade que contribui para a construção de conhecimento, cultura e transformação social. De fato, essa abordagem amplia a função educativa além do mercado de trabalho, mas o desafio reside em traduzir esses princípios em práticas efetivas.

4.2 Pelas páginas de jornais, a educação técnica de nível médio do IFMA (2008-2017)

Historicamente, o Estado do Maranhão é considerado um polo de produção cultural e intelectual no Brasil, especialmente durante o período colonial e imperial. Esse reconhecimento está atrelado a diversos fatores que incluem a importância da elite local, a qualidade da educação promovida por instituições religiosas, e o papel central da cidade de São Luís na difusão de ideias e cultura (Lacroix, 2008).

Ao longo de sua trajetória histórica, a educação, em suas dimensões formal e informal, encontrou nas páginas dos periódicos maranhenses um canal de disseminação, comunicação e circulação de notícias sobre a educação maranhense. Esses veículos de comunicação desempenharam um papel privilegiado na circulação de ideias pedagógicas, culturais e políticas, contribuindo para a formação de uma elite intelectual e para a consolidação do Maranhão como um centro de efervescência cultural. A imprensa local não apenas refletiu os anseios educacionais de sua época, mas também atuou como agente ativo na construção de debates que consolidaram a identidade cultural e histórica da região, conforme pode-se verificar nos recortes de jornais referentes ao período analisado organizados no ANEXO F.

Para realizar a pesquisa na Hemeroteca Digital (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>), no recorte temporal de 2008 a 2017, foi necessário utilizar dois filtros de temporalidade: de 2000 a 2009 e de 2010 a 2019. No primeiro filtro, localizou-se a disponibilização de 71 jornais em nove estados (AM, DF, Madri-Esp, MG, PA, RJ, RS, SC e SP). Não houve a identificação de nenhuma entrada acerca do Estado do Maranhão, conforme visualiza-se na Figura 18.

No segundo filtro, na década seguinte (2010-2019), também não foi localizada nenhuma entrada referente ao Maranhão, apresentando apenas a disponibilização de documentos em quatro estados (PA, RJ, SC, SP), conforme visualiza-se na Figura 19.

Figura 18 – Filtros da pesquisa na Hemeroteca Digital (2000-2009)

Fonte: Acervo pessoal (2024)

Nota: A captura de tela foi realizada no site da Biblioteca Digital no ano de 2024.

Com a curiosidade peculiar que caracteriza todo pesquisador/historiador, surge um sentimento de inquietação e motivada a explorar o acervo em busca de períodos que registrassem entradas de periódicos do estado do Maranhão. Inspirada pela perspectiva de Ginzburg, em sua obra *O fio e os rastros* (2007), que valoriza a investigação minuciosa e a descoberta de indícios como pilares do trabalho intelectual, localizaram-se dados relevantes. Assim, a exploração destes acervos transcende a simples catalogação de fontes, tornando-se um exercício de interpretar os rastros do passado como peças de um quebra-cabeça maior, que ilumina o papel da imprensa na construção das narrativas históricas do Estado.

Figura 19 – Filtros da pesquisa na Hemeroteca Digital (2010-2019)

Fonte: Acervo pessoal (2024)²⁹

Nota: A captura de tela foi realizada no site da Biblioteca Digital no ano de 2024.

²⁹ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

A partir dessas informações, elaborou-se um quadro em que foram sistematizados os registros encontrados, conforme verifica-se no Quadro 8.

Quadro 8 – Registros encontrados na BNDigital

DÉCADA	Nº DE PERIÓDICOS NO MARANHÃO (HDB)
1820-1829	09
1830-1839	18
1840-1849	48
1850-1859	41
1860-1869	30
1870-1879	26
1880-1889	29
1890-1899	32
1900-1909	14
1910-1919	08
1920-1929	10
1930-1939	08
1940-1949	06
1950-1959	06
1960-1969	03
1970-1979	01
1980-1989	Não há registros/entradas
1990-1999	Não há registros/entradas
2000-2009	Não há registros/entradas
2010-2019	Não há registros/entradas
2020-2024	Não há registros/entradas

Fonte: Elaboração própria (2023)

Nota: Dados da pesquisa retirados conforme pesquisa no site da Biblioteca Digital.

Conforme apresenta-se no Quadro 8, entre as décadas de 1840 e 1890, circulavam diversos periódicos no Estado do Maranhão, evidenciando a intensa atividade jornalística e intelectual da época. Essa proliferação de periódicos revela o papel central desempenhado pela imprensa maranhense como mediadora de debates políticos, sociais, educacionais e culturais, consolidando-se como um importante espaço de produção e circulação de ideias.

Constatou-se a ausência de resultados referentes ao período de 1980 a 2024 na pesquisa dos acervos consultados. Essa lacuna, no entanto, não deve ser interpretada como inexistência de registros históricos, mas sim como uma provável consequência de dois fatores: a possibilidade de que esses periódicos ainda não tenham sido incorporados ao acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), ou de que tenham sido transferidos predominantemente para o formato digital, acompanhando as transformações tecnológicas no campo da comunicação e do armazenamento de informações. Essa constatação reforça a

necessidade de ampliar os horizontes metodológicos, considerando tanto a digitalização de fontes quanto a integração de novas bases de dados, a fim de acessar registros contemporâneos que possam complementar a investigação histórica e enriquecer a análise do tema.

Os periódicos, conforme acentua Barros (2021),

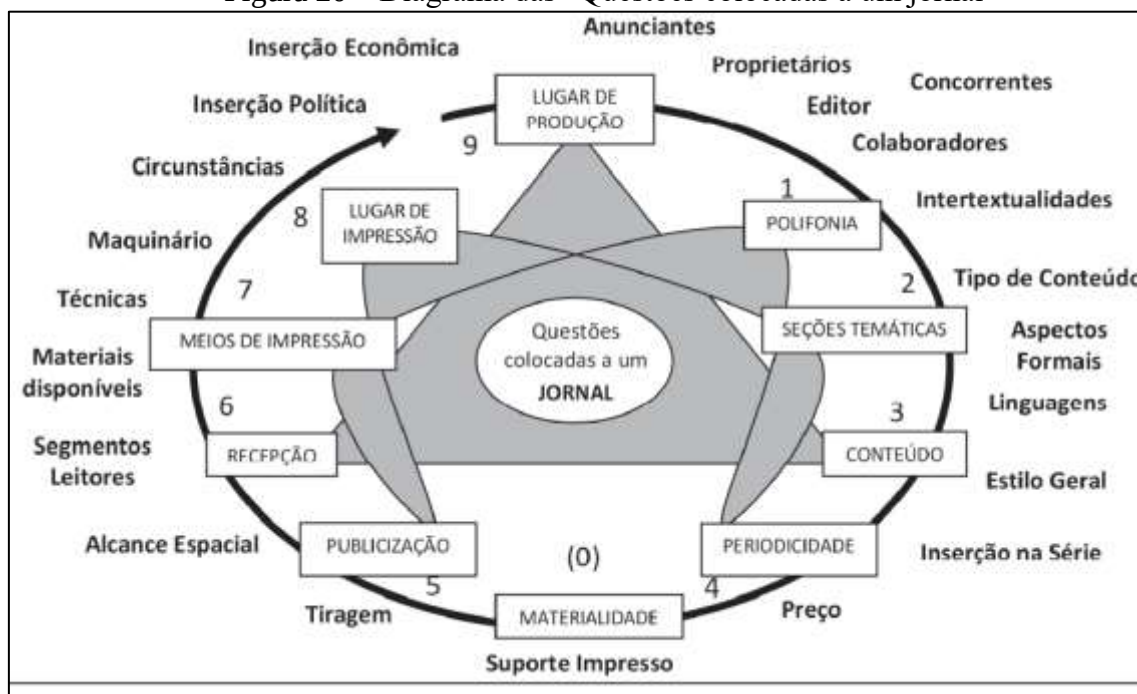
[...] são, efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra. [...]. O essencial – as características matriciais que definem os periódicos – está na ‘periodicidade’ e ‘forma impressa’, embora com a recente era digital tenham surgido novos modos de divulgação integral ou parcial para os periódicos, muitas vezes complementares ao modelo impresso. Ao lado disso, [...], para além da ‘forma impressa’ e ‘periodicidade’, a ‘publicização’ – ou a disponibilização a algum tipo de público – constitui a terceira característica essencial dos periódicos (Barros, 2021, p. 398-399).

Barros (2021) destaca que os periódicos são definidos por três características essenciais: a periodicidade, a forma impressa e a publicização, ou seja, sua disponibilização a algum tipo de público. Ainda que novas formas digitais tenham surgido, complementado ou substituído o modelo impresso, no contexto do século XIX, a materialidade desses jornais era um aspecto intrínseco à sua circulação e recepção. Esses elementos são fundamentais para investigar como os jornais funcionaram não apenas como registros, mas como ferramentas de disseminação de discursos dominantes e emergentes, especialmente em um momento marcado por mudanças políticas e econômicas.

Ginzburg (2007) ressalta que os periódicos não devem ser interpretados apenas como registros passivos dos acontecimentos, mas como vestígios da vida cotidiana. Eles permitem aos pesquisadores reconstruírem o contexto histórico, desvelando as relações sociais, econômicas e culturais predominantes em determinada época. No caso do Maranhão, os jornais oitocentistas se apresentavam simultaneamente como reflexo e instrumento da sociedade. Por meio deles, é possível observar o fortalecimento de uma esfera pública crítica, que se articulava em torno de debates e interesses locais, em sintonia com as transformações vivenciadas pelo Brasil durante o período imperial. Ginzburg (2007) ainda destaca ainda que os periódicos, além de registrarem os acontecimentos de uma época, funcionam como vestígios da vida cotidiana, permitindo aos pesquisadores reconstruir o contexto histórico e os valores predominantes. No caso do Maranhão no XIX, os jornais eram, ao mesmo tempo, reflexo e instrumento de sua sociedade, contribuindo para o fortalecimento de uma esfera pública ativa e crítica, especialmente em um período marcado por transformações políticas e econômicas no Brasil.

Ao articular essas perspectivas teóricas com as dimensões apresentadas no diagrama das “Questões colocadas a um jornal”, torna-se evidente a complexidade envolvida na análise dos periódicos. Questões como polifonia, conteúdo, recepção, meios de impressão e materialidade permitem examinar o jornal como um objeto que carrega discursos e marcas das condições de sua produção. A polifonia, por exemplo, revela a pluralidade de vozes – proprietários, editores, colaboradores e anunciantes – que moldavam o conteúdo e refletiam as disputas políticas e ideológicas do momento. Do mesmo modo, os meios de impressão e a materialidade ressaltam as limitações técnicas e econômicas que influenciavam a circulação e o alcance desses periódicos, conforme verifica-se na Figura 20.

Figura 20 – Diagrama das “Questões colocadas a um jornal”



Fonte: Barros (2021, p. 431)

Dessa forma, a imprensa maranhense do século XIX é uma fonte histórica indispensável para a compreensão dos processos educacionais, sociais e culturais da época. Os jornais não apenas registram os acontecimentos, mas também dialogam com os valores predominantes, as tensões sociais e as disputas políticas, fornecendo um panorama detalhado da sociedade em transformação. Sob a lente teórica de Barros (2021) e Ginzburg (2007), e com o suporte metodológico do diagrama das questões fundamentais para a análise de periódicos, torna-se possível reconstruir a história de forma crítica e sistematizada, evidenciando a centralidade da imprensa na construção histórica do Maranhão e, por extensão, das instituições educacionais como o IFMA.

Esse cenário coloca os periódicos do Maranhão em uma posição singular no panorama nacional, como veículos que articulavam tanto as vozes locais quanto as influências externas, desempenhando um papel essencial na formação da memória histórica e na preservação dos discursos na região.

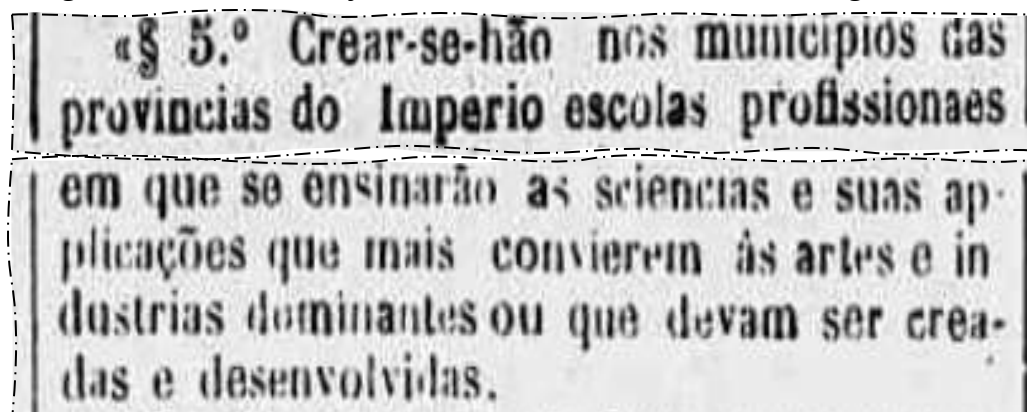
Nesta subseção, ao tratar da educação profissional técnica de nível médio no IFMA no recorte temporal de 2008 a 2017, torna-se pertinente revisitar o contexto histórico mais amplo, recuando ao século XIX. Esse retorno temporal permite situar as raízes das políticas de ensino profissional no Maranhão, evidenciando as iniciativas do Governo Imperial que moldaram os primeiros passos dessa modalidade de ensino.

Durante esse período, o Governo Imperial buscava alinhar a formação profissional às demandas econômicas emergentes, impulsionadas pela transição de uma economia agrária para modelos produtivos mais complexos. Os documentos referentes às primeiras escolas de aprendizes artífices, criadas em 1909, refletem essa preocupação, representando uma tentativa de integrar o conhecimento técnico às necessidades práticas do mercado de trabalho local. Além disso, as estratégias educacionais do século XIX e início do XX foram marcadas por esforços para ampliar o acesso ao ensino técnico, embora muitas vezes enfrentassem desafios estruturais e socioeconômicos que limitavam sua efetividade.

Compreender esse panorama histórico permite identificar as continuidades e rupturas no desenvolvimento do ensino técnico no Maranhão, conectando as iniciativas do passado às políticas contemporâneas que culminaram na criação e consolidação do IFMA como um agente central na formação de profissionais para a região.

Dessa forma, a reconstrução histórica evidencia como as ações implementadas durante o período imperial lançaram as bases para as transformações que, séculos mais tarde, redefiniriam o ensino técnico e profissional no estado. Um exemplo emblemático dessas iniciativas encontra-se nas páginas do Diário do Maranhão, edição nº 312, publicada em 19 de agosto de 1874. Nessa edição, o Jornal dedica uma matéria de página inteira à divulgação de um projeto de lei voltado à reorganização do ensino primário e secundário no Império. Apresentado na seção geral, o projeto expressava a visão do governo imperial sobre o ensino profissional. No parágrafo 5º do texto legislativo, encontra-se a seguinte determinação, conforme demonstram os recortes provenientes da pesquisa, ilustrados na Figura 21, e disponíveis na íntegra no ANEXO C.

Figura 21 – Recortes do jornal *Diário do Maranhão*, de 19 de agosto de 1874



Fonte: BNDigital (2024)

Nota: A captura e recorte de tela foi realizada no site da Biblioteca Digital no ano de 2024.

Essa disposição, ainda que inserida em um contexto de ensino primário e secundário, evidencia atuação do Governo Imperial em fomentar a educação técnica voltada para a formação de mão de obra qualificada. Ao propor a criação de escolas profissionais em diferentes localidades, deduz-se que o projeto visava responder às demandas econômicas e sociais emergentes em um país que buscava consolidar-se como uma nação independente e autossuficiente.

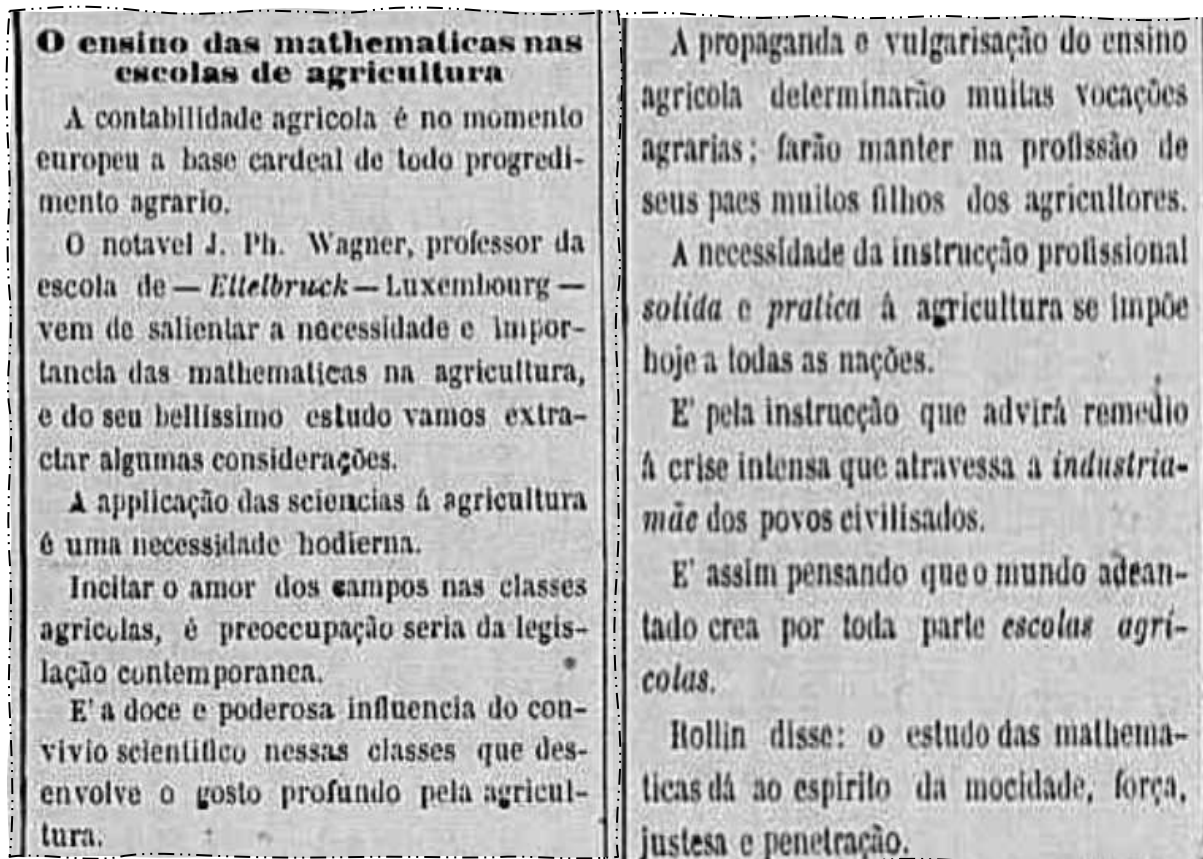
Essa iniciativa legislativa revela não apenas as intenções do Governo, mas também o reconhecimento da educação profissional como ferramenta estratégica para o desenvolvimento regional. No caso do Maranhão, uma província marcada por desafios estruturais e econômicos, a implantação de escolas profissionais poderia representar um passo significativo rumo à modernização produtiva e social.

O jornal *Tribuna Liberal*, de 22 de fevereiro de 1889, número 82, página 2, é um exemplo peculiar dos discursos sobre a necessidade preparar mão de obra para atender as demandas da sociedade, de autoria de A. Vaz Pinto Coelho da Cunha, escreve, na notícia que tem como título “O ensino das mathematicas nas escolas de agricultura”, cuja reprodução parcial pode ser vista na Figura 22 e a reprodução completa no ANEXO D.

A matéria reflete o contexto do final do século XIX, um período em que o Brasil e outras nações estavam lidando com as transformações econômicas e sociais provocadas pelo processo de industrialização. A necessidade de preparar mão de obra qualificada para atividades

específicas, como a agricultura, era vista como necessária para sustentar a economia e enfrentar as crises que afetavam a produção industrial.

Figura 22 – Recortes do jornal *Tribuna Liberal*, de 22 de fevereiro de 1889



Fonte: BNDigital (2024)

Nota: A captura e recorte de tela foi realizada no site da Biblioteca Digital no ano de 2024.

O discurso destaca a importância de uma educação técnica focada na prática, especialmente no setor agrícola. Isso evidencia o empenho em aliar conhecimento teórico com habilidades práticas, para que os trabalhadores pudessem enfrentar os desafios da modernização. A menção à “vulgarização” (popularização) do ensino agrícola sugere um esforço para mudar a percepção da agricultura, tornando-a uma atividade mais atraente, especialmente para os filhos de agricultores, cujo objetivo era preservar as tradições familiares e garantir a continuidade da produção agrícola em um período de transição econômica.

A ideia de que a educação seria o caminho para superar crises econômicas reflete uma visão progressista, onde o ensino técnico é visto como um motor para o desenvolvimento e estabilidade das nações, demonstrando a preocupação com a modernização, mas também com a preservação da ordem social, visto o trecho “E’ pela instrucção que advirá remedio á crise

intensa que atravessa a **indústria-mãe** dos povos civilizados” (Cunha, 1889, p. 2, sic, grifo do autor).

No título mencionado no Jornal, “O ensino das mathematicas nas escolas de agricultura”, sugere-se que a matemática era vista como um componente essencial para a formação técnica. Provavelmente, tratava-se de adaptar o ensino matemático às necessidades práticas da agricultura, como cálculos de produção, mensuração de terrenos, e gestão de recursos.

Os relatos e recortes aqui inseridos desempenham um papel fundamental na contextualização histórica e na análise crítica das discussões sobre o ensino técnico e agrícola no final do século XIX, para compreensão das bases formadoras do período estudado. Estas não apenas ilustram os discursos retratados nos textos, mas também permitem uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais, políticas e econômicas da época.

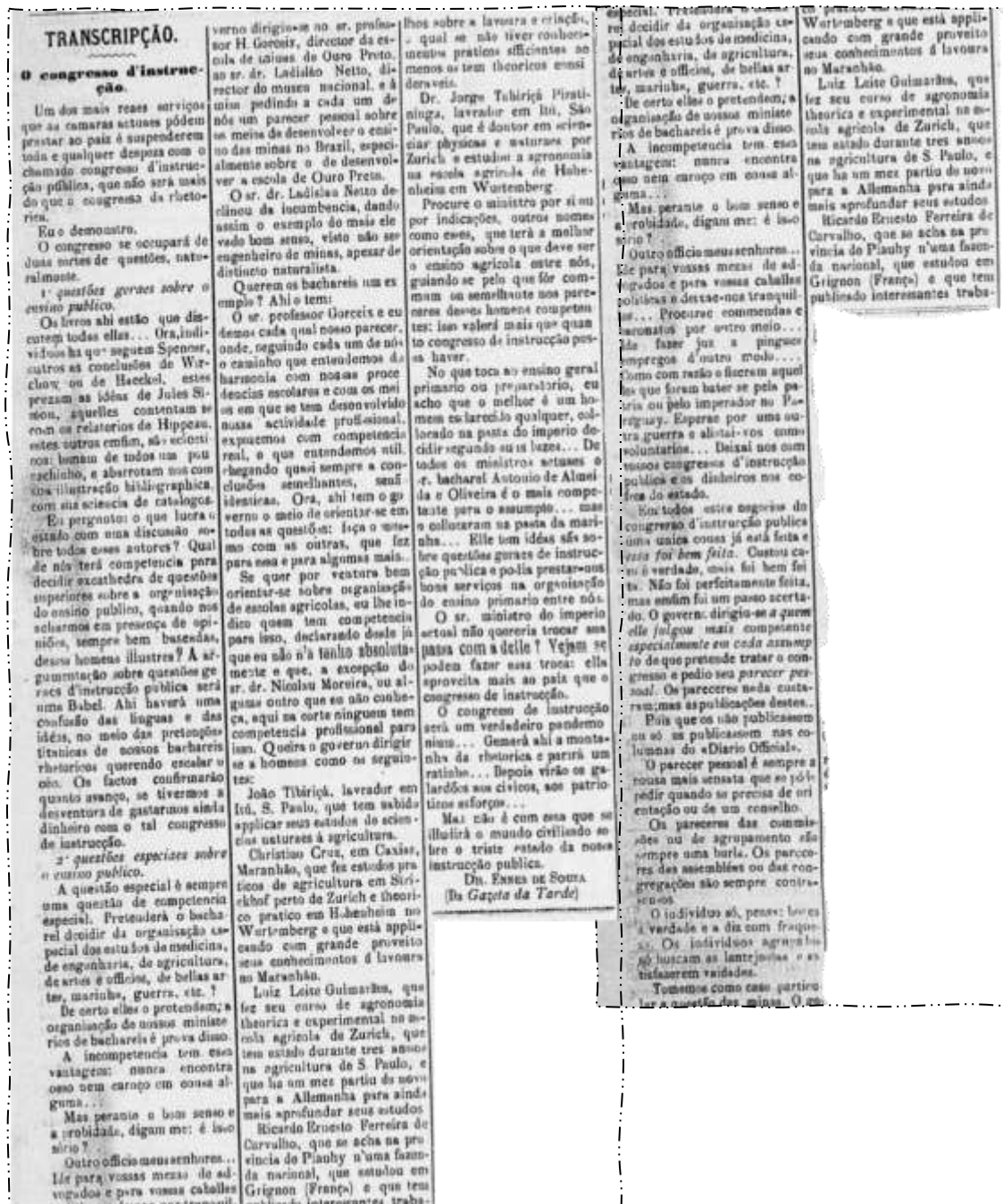
Além de reforçarem o vínculo entre os discursos textuais e os elementos visuais, promovem uma ponte entre o passado e o presente, permitindo que possa ser traçado paralelos entre os debates históricos e os desafios contemporâneos enfrentados pelo ensino técnico no Maranhão e no Brasil. Tal abordagem amplia a perspectiva histórica e confere à pesquisa um caráter multidimensional, essencial para compreender as complexidades do tema.

A utilização de jornais como fontes primárias revelou-se um instrumento eficaz para entender a construção histórica do IFMA. Os periódicos analisados possibilitaram reconstruir o contexto sociopolítico e educacional em que o IFMA se consolidou. Ao desenvolver esta pesquisa, surgiram apontamentos de que a imprensa foi um elemento fundamental não apenas para documentar as transformações institucionais, mas também para influenciar os debates públicos sobre educação profissional e tecnológica no Maranhão. Essa abordagem metodológica, baseada na triangulação entre fontes documentais oficiais, hemerográficas e análises bibliográficas, permite construir uma narrativa histórica que integra os aspectos pedagógicos, culturais e políticos.

No texto apresentado no jornal *Pacotilha*, Edição 00187, de 1883, na página 2, de propriedade e redação de Victor Lobato, publicou uma transcrição do jornal da *Gazeta da Tarde* de “Dr. Ennes de Souza”, em que é possível analisar em parte na Figura 23 e em sua totalidade no

ANEXO E, surge como fragmento histórico que discute a organização e a importância da instrução agrícola, refletindo a preocupação com a educação profissional no contexto do final do século XIX no Brasil e suas Províncias.

Figura 23 – Recortes do jornal Pacotilha, de 11 de julho de 1883



Fonte: BNDigital (2024)

Nota: A captura e recorte de tela foi realizada no site da Biblioteca Digital no ano de 2024.

Os seguintes pontos podem ser destacados:

I. O Dr. Ennes de Souza destaca um debate sobre a organização de escolas agrícolas, um tema de relevância no Maranhão do século XIX, quando o país

enfrentava a transição para uma economia mais estruturada, com foco em modernizar setores como a agricultura.

II. Este período é marcado pela tentativa de aliar o conhecimento teórico à prática para profissionalizar a mão de obra e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios econômicos e sociais da época.

III. O documento reflete as discussões da época sobre a necessidade de estruturar o ensino agrícola como base para o desenvolvimento econômico. Há uma preocupação evidente em valorizar o conhecimento técnico e a prática como soluções para os problemas enfrentados pela agricultura no Brasil.

IV. O texto também sugere críticas ao governo pela falta de especialistas na área e aponta caminhos para uma melhor gestão do ensino agrícola.

Logo, a inclusão desse marco histórico permite uma análise mais profunda sobre a continuidade (ou rupturas) nas políticas de ensino técnico no Maranhão, conectando o século XIX ao período contemporâneo. Essa abordagem evidencia como, desde o início, a educação técnica foi percebida como um meio de atender às necessidades econômicas locais e nacionais, reforçando a relevância histórica do tema abordado na tese.

A ida à Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, representou uma etapa complexa e essencial para a investigação direta em fontes hemerográficas, cobrindo o período de 2008 a 2017. Com foco nos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, a proposta revelou-se desafiadora, não apenas pela abrangência temporal do estudo, mas também pela necessidade de uma pesquisa presencial, que ocorreu no segundo semestre de 2024. Essa decisão, embora exigente, foi indispensável para assegurar o acesso direto a materiais que, em muitos casos, não estão digitalizados ou facilmente disponíveis em outras plataformas.

A pesquisa foi iniciada de forma sistemática, abordando os jornais de maneira organizada, mês a mês, ano por ano. Essa metodologia permitiu não apenas uma análise detalhada do conteúdo, mas também a construção de um panorama abrangente sobre os temas de interesse abordados por ambas as publicações ao longo da década analisada. Essa imersão no trabalho de campo trouxe a oportunidade de identificar nuances que poderiam passar despercebidas em uma abordagem mais limitada, como a análise de manchetes, editoriais, colunas de opinião e reportagens especiais.

Assim, a análise contextual dos jornais, aliada à organização sistemática dos dados apresentados no Quadro 9, permitiu identificar os principais veículos de comunicação do período de 2008 a 2017, destacando *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* como representantes de maior circulação e regularidade, e, consequentemente, como fontes essenciais para compreender os processos sociais e educacionais no Maranhão.

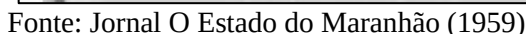
Quadro 9 – Principais periódicos em circulação no Maranhão no período entre 2008 e 2017

PERÍODICO	PERIODICIDADE	DESCRIÇÃO
<i>O Estado do Maranhão</i>	Diário	Um dos jornais mais influentes do estado, com cobertura política, econômica, cultural e social. Fundado em 1959.
<i>O Imparcial</i>	Diário	Jornal com longa tradição no Maranhão, destaca-se pela cobertura de notícias do estado. Fundado em 1º de maio de 1926.
<i>Jornal Pequeno</i>	Diário	Focado em jornalismo investigativo, conhecido por sua independência editorial. Fundado em 1951.

Fonte: Dados levantados na pesquisa *in loco* na Biblioteca Benedito Leite, em 2024

Entre 2008 e 2017, os principais jornais em circulação no Estado do Maranhão – *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial*, e o *Jornal Pequeno* – desempenharam papéis fundamentais na cobertura de questões políticas, sociais, econômicas e culturais da região, refletindo as diferentes perspectivas e interesses dos grupos sociais e políticos locais. Cada um deles tinha características próprias que os diferenciavam e atendiam a públicos distintos. O foco foi direcionado para dois jornais: *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*.

Fundado em 01 de maio de 1959, chamava-se *Jornal do Dia*. Em 1973, recebeu o nome que tem hoje, *O Estado do Maranhão*. Tem como proposta editorial um jornal criado para ser um genuíno porta-voz da população maranhense. É considerado um veículo de mídia líder de mercado. Atualmente, fica situado na Avenida Ana Jansen, nº 200, bairro São Francisco, em São Luís.



O jornal *O Estado do Maranhão* é controlado pela família Sarney³⁰, uma das mais influentes do Estado; hoje faz parte do Grupo Mirante. Tradicionalmente, a sua linha editorial

³⁰ A família Sarney desempenhou um papel central na política e na história do Maranhão ao longo do século XX e início do XXI. O patriarca da família, José Sarney de Araújo Costa, nasceu em 1930, formado em Direito, destacou-se inicialmente como escritor, membro da Academia Maranhense de Letras e da Academia Brasileira de Letras, antes de ingressar na política. José Sarney foi eleito deputado federal pelo Maranhão em 1958, pelo Partido Social Democrático (PSD). Posteriormente, consolidou sua trajetória como governador do estado (1966-1971), destacando-se por investimentos em

esteve alinhada aos interesses políticos e econômicos do grupo Sarney, com uma abordagem editorial que favorecia a continuidade de suas alianças e projetos políticos. O jornal *O Estado do Maranhão* encerrou sua versão impressa em outubro de 2021. A decisão foi anunciada pelo Grupo Mirante, que informou que a partir daquele momento todo o conteúdo do jornal seria migrado para o *Portal Imirante*, conforme explicou o editor:

É um fim de ciclo, mas não é um fim de linha. Então, o bom jornalismo permanece, não só nos profissionais, mas em tudo o que o jornal O Estado nos ensinou: fazer um jornalismo correto. Que é a marca do jornal e que permanece viva, sempre (Portal Imirante, 21/10/2021).

O jornal *O Estado do Maranhão*, reconhecido como o mais relevante periódico do Estado, encerrou suas atividades no formato impresso após 62 anos de circulação ininterrupta. A última edição, publicada no domingo, 24 de outubro de 2021, marcou o término dessa trajetória histórica ao trazer à luz relatos e memórias daqueles que, de alguma forma, mantiveram vínculos com o veículo, destacando o impacto e a relevância do jornal em diferentes esferas da sociedade maranhense, ilustra-se pela Figura 24 a capa do jornal no ano de 1959.

O encerramento reflete uma tendência de transição do impresso para o digital, com o objetivo de se adaptar às novas demandas dos leitores e ao avanço das tecnologias de comunicação. O jornal faz cobertura estadual e nacional, com foco em política, economia, cultura, e esportes, com destaque à cobertura de obras públicas, desenvolvimento regional e ações do governo estadual, frequentemente com viés que apoia aliados políticos.

O periódico *O Imparcial*, fundado em 1926, historicamente vinculado a interesses independentes, embora tenha enfrentado pressões políticas ao longo do tempo. O referido jornal tem linha editorial bastante diversificada, variando desde aspectos peculiares do estado e

infraestrutura e pela modernização administrativa. Como senador e presidente da República (1985-1990), Sarney foi figura central na transição democrática do Brasil após o regime militar, com a promulgação da Constituição de 1988 como um de seus marcos. A influência da família Sarney no Maranhão estendeu-se por meio de outros membros que ocuparam cargos estratégicos, como Roseana Sarney, filha de José Sarney, que foi governadora do estado por quatro mandatos (1995-2002; 2009-2014), e José Sarney Filho, que atuou como deputado federal e Ministro do Meio Ambiente em diferentes gestões. A família também controlou veículos de comunicação importantes na região, como o jornal *O Estado do Maranhão* e a TV Mirante, afiliada da Rede Globo, o que ampliou sua presença e influência cultural e política. A atuação da família Sarney no Maranhão é marcada tanto por realizações administrativas quanto por críticas em relação à concentração de poder e à perpetuação de práticas políticas tradicionais. A longevidade de sua influência reflete dinâmicas históricas e sociais da política maranhense, nas quais elites regionais desempenharam papéis determinantes no cenário local e nacional (Echeverria, 2011).

notícias do Brasil e do mundo, pode-se visualizar através da Figura 25 uma de suas capas no ano de 1926. Destaca-se por dar voz a movimentos sociais, críticas ao governo estadual e ao grupo Sarney, especialmente em momentos de crise ou conflito político.

Figura 25 – Capa do jornal *O Imparcial* (1926)



Fonte: Jornal *O Imparcial* (1926)

Nota: A captura e recorte de tela foi realizada no site da Biblioteca Digital em 2024.

Considerado uma alternativa importante para leitores que buscavam fontes de informação com maior neutralidade, tornou-se um espaço relevante para debates e opiniões dissidentes em relação às forças políticas predominantes.

A partir do dia 26 de setembro de 2015, o jornal *O Imparcial* deu um passo significativo em direção à modernização e preservação de sua história ao disponibilizar seu acervo no formato digital. Por meio de seu site oficial, <https://oimparcial.com.br/>, é possível acessar todas as edições do periódico em formato PDF, permitindo que pesquisadores, leitores e o público em geral consultem os conteúdos de forma prática e acessível. Essa iniciativa não apenas

democratiza o acesso à informação histórica, mas também reflete o compromisso do jornal com a memória cultural e a preservação de sua trajetória no cenário jornalístico maranhense.

Figura 26 – Página de pesquisa do jornal *O Imparcial*



Fonte: Site do Jornal O Imparcial (2024)

Nota: A captura e recorte de tela foi realizada no site do Jornal *O Imparcial* no ano de 2024.

Ambos os jornais desempenharam um papel fundamental no cenário midiático maranhense, refletindo diferentes vertentes do debate público tanto no período em questão quanto na contemporaneidade. Enquanto *O Estado do Maranhão* esteve historicamente vinculado à preservação de uma hegemonia política, *O Imparcial* consolidou-se como um espaço plural, acolhendo uma gama mais diversificada de perspectivas e vozes dissidentes.

O periódico *O Imparcial* possui trajetória de mais de 90 anos e diz se destacar pela sua imparcialidade e compromisso com a informação de qualidade. Os jornais foram selecionados por serem os de maior circulação no Maranhão, o que garante uma representatividade significativa das informações publicadas e das perspectivas disseminadas entre a população. Essa escolha busca assegurar uma análise consistente da cobertura jornalística sobre a educação profissional técnica de nível médio e o papel desempenhado pelo IFMA no contexto educacional e econômico do Maranhão, uma vez que esses veículos possuem maior alcance e influência na formação da opinião pública local.

Com a identificação e definição dos periódicos, as buscas foram direcionadas, no segundo semestre de 2024, ao acervo digital e físico da Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na cidade de São Luís, capital maranhense. Essa Instituição, reconhecida por sua relevância histórica e cultural, oferece acesso público e gratuito, permitindo que cidadãos brasileiros realizem pesquisas de cunho acadêmico e histórico. A Biblioteca Pública Benedito

Leite abriga um significativo acervo de periódicos históricos em formato físico e, em consonância com as demandas contemporâneas, encontra-se em um processo de digitalização. Tal iniciativa visa disponibilizar seu conteúdo por meio da Internet, ampliando a acessibilidade e democratizando o acesso ao conhecimento para um público mais amplo.

No acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite, identificou-se um conjunto significativo de materiais relacionados à educação profissional e tecnológica. Observou-se que, no recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, os periódicos pertinentes ainda não foram digitalizados, limitando o acesso aos registros históricos no formato físico. De forma similar, na Hemeroteca Digital Nacional, embora se constata a riqueza de seu acervo, a digitalização disponível abrange predominantemente períodos anteriores ao intervalo investigado (2008-2017). Essa lacuna ressalta a importância de iniciativas que ampliem a preservação e a acessibilidade dos registros históricos, fundamentais para aprofundar a compreensão sobre a trajetória da educação profissional no Maranhão.

A sinalização visual indica que há uma categorização clara do acervo. Nesse caso, o "Arquivo 07" (Figura 27) apresenta um sistema de organização que facilita a localização de materiais específicos, como os jornais. Isso é fundamental em bibliotecas para otimizar o acesso dos usuários às fontes primárias e preservar os documentos.

A referência aos jornais implica que o acervo contém documentos históricos de relevância para pesquisas sobre o passado. Esse tipo de material exige condições específicas de armazenamento (como controle de umidade, temperatura e luz), que podem ser avaliadas com base na qualidade e localização do arquivo.

A placa indica um sistema básico de identificação que pode ser funcional. No entanto, em um cenário de crescente digitalização, é pertinente questionar se essa sinalização tradicional está acompanhada por sistemas mais modernos, como bases de dados digitais ou catálogos online que permitam buscas específicas e rápidas. A ausência de tais sistemas pode limitar o alcance do acervo e dificultar o trabalho de pesquisadores que precisam de informações detalhadas ou têm restrições de tempo para consultar fisicamente os materiais disponíveis. A integração de um sistema digital robusto, capaz de indexar conteúdos e oferecer informações detalhadas sobre os jornais disponíveis, poderia potencializar significativamente o impacto e a acessibilidade do acervo, alinhando-o às demandas contemporâneas de pesquisa.

Por outro lado, a dedicação da Biblioteca Benedito Leite em preservar a memória documental da região é inegável, como evidenciado pelo arquivo especializado de jornais e pela

organização cuidadosa do material, conforme pode-se verificar refletido em sua organização e sinalização na Figura 27. Essa dedicação reflete um compromisso com a manutenção do patrimônio histórico e cultural do Maranhão, garantindo que gerações futuras tenham acesso a essas fontes primárias de inestimável valor. Contudo, a ausência de registros digitalizados para o período investigado (2008-2017) levanta questões sobre a continuidade e a abrangência dos esforços de preservação.

Figura 27 – Sinalização do Acervo e Hemeroteca da Biblioteca Benedito Leite



Fonte: Acervo pessoal (2024)

A organização meticulosa dos jornais encadernados reflete um esforço técnico de preservação, além de um cuidado estético e cultural que agrega valor ao acervo. A padronização das encadernações, com revestimentos diversos e visualmente agradáveis aos olhos, demonstra um compromisso em transformar o arquivo em um espaço não apenas funcional, mas também atrativo para o pesquisador. Essa estética peculiar, marcada pelas padronagens variadas, sugere um diálogo entre a materialidade das fontes e o ambiente institucional em que estão inseridas, conferindo um sentido de identidade ao conjunto documental.

Além disso, o cuidado com a uniformidade dos tamanhos e a disposição horizontal facilita o manuseio e a localização dos materiais, otimizando o tempo de consulta e proporcionando uma experiência mais fluida aos usuários. A segmentação dos jornais por mês e ano é um indicativo do rigor com que se busca preservar a cronologia dos acontecimentos registrados. Essa organização facilita a pesquisa e é um convite ao pesquisador a explorar a

história da educação profissional técnica de nível médio no Estado de forma contínua, respeitando as temporalidades específicas.

A implementação de um processo sistemático de digitalização ampliaria o acesso ao acervo e garantiria a proteção de conteúdos contra a deterioração física. Esse avanço tecnológico tem a potencialidade de transformar a Biblioteca em um local de referência tanto para pesquisas acadêmicas quanto para a consulta pública, reforçando seu papel como guardiã da memória regional e promotora do conhecimento histórico.

Ao observar a disposição dos cadernos nas prateleiras, percebe-se que a ordem lógica do acervo funciona como um guia para a análise documental, permitindo ao historiador identificar lacunas, padrões e transformações nos registros ao longo do tempo. Dessa forma, a organização do acervo transcende a mera funcionalidade, transformando-se em um recurso metodológico que potencializa a análise histórica, destacando a relevância dos jornais como testemunhos tangíveis do passado, conforme podemos visualizar na Figura 28.

Figura 28 – Encadernações do Jornal O Estado do Maranhão, (jan. de 2009 e mar. de 2009)



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Para a condução da pesquisa nas fontes hemerográficas, tanto em suportes analógicos quanto digitais, foi priorizada a busca pelas categorias-chave: *IFMA*, *educação profissional* e

ensino técnico. Essas categorias foram selecionadas devido à sua centralidade no objeto de investigação, que é a história da educação profissional técnica de nível médio no IFMA.

O foco nas fontes hemerográficas justifica-se pela relevância dos periódicos como registros que documentam as transformações e os desafios enfrentados pela educação profissional no estado do Maranhão ao longo do tempo. Os jornais e revistas oferecem não apenas uma cronologia dos eventos, mas também uma perspectiva das narrativas sociais, políticas e institucionais relacionadas à formação técnica.

A escolha das categorias elencadas permitiu identificar referências diretas à Instituição, suas políticas e práticas, bem como aos debates públicos que envolvem sua atuação no cenário educacional. Já as categorias *educação profissional* e *ensino técnico* possibilitaram uma análise mais abrangente, incorporando contextos históricos anteriores à criação do IFMA, como o período das Escolas Agrotécnicas e dos CEFETs, cujas transformações resultaram na formação dos Institutos Federais.

Ao combinar essas categorias com a análise das fontes hemerográficas, busca-se compreender os marcos históricos, as mudanças legislativas e os processos sociopolíticos que influenciaram o desenvolvimento da educação técnica de nível médio no Maranhão. A análise das fontes também permite identificar as representações construídas pelos veículos de comunicação, assim como as lacunas e silêncios que podem revelar dinâmicas de poder, interesses institucionais e políticas de educação.

Esse recorte metodológico contribui para contextualizar o IFMA no âmbito de um panorama mais amplo, permitindo uma reconstrução histórica que articule os aspectos locais, regionais e nacionais da educação profissional. Assim, as fontes hemerográficas tornam-se ferramentas essenciais para sustentar as reflexões e análises que fundamentam esta investigação.

No Maranhão, nas primeiras décadas do século XXI, circulavam diversos jornais, cada um com propósitos distintos e objetivos específicos. Muitos se voltavam às questões políticas, desempenhando um papel relevante na mediação entre o poder público e a sociedade. Esses periódicos não apenas informavam sobre os acontecimentos locais e nacionais, mas também funcionavam como veículos de opinião, alinhando-se frequentemente a interesses partidários ou ideológicos.

Nesta subseção, tece-se uma análise detalhada de dois periódicos do período para identificar as discussões, os debates, eventos e questões relevantes que marcaram a trajetória e

a proposta educacional do IFMA na modalidade educação profissional técnica de nível médio entre os anos 2008 e 2017. A importância desses registros jornalísticos e históricos reside na potencialidade de oferecer um panorama das percepções públicas e das narrativas construídas em torno da instituição e do seu papel enquanto instituição formadora.

Após a solicitação formal de acesso aos periódicos impressos à Biblioteca Pública Municipal Benedito Leite, iniciou-se o processo de busca sistemática pelas reportagens que abordassem informações referentes ao IFMA, delimitando o recorte temporal compreendido entre agosto de 2008 e dezembro de 2017. A escolha desse período justifica-se pela sanção da Lei n.º 11.892/2008, em dezembro de 2008, que oficializou a criação dos Institutos Federais.

Para viabilizar a posterior análise das matérias, optou-se, após autorização, pela captura fotográfica das páginas dos jornais selecionados utilizando dispositivo móvel, uma solução prática para a realização da pesquisa. Contudo, deve-se observar que a disposição dos jornais em cadernos volumosos e a necessidade de manipulação constante comprometeram, em parte, a qualidade das imagens obtidas. A utilização desse procedimento foi fundamental para o levantamento de dados, uma vez que possibilitou a digitalização parcial do acervo e facilitou a análise posterior do conteúdo. A sistematização desse material permitiu identificar tendências, discursos e narrativas em torno do processo de institucionalização, expansão e relevância social do IFMA no Estado, corroborando a construção de um arcabouço empírico necessário para a reflexão crítica sobre os impactos dessa política pública no contexto regional.

A documentação fotográfica, mesmo com as restrições metodológicas mencionadas, representa uma estratégia relevante na pesquisa em fontes primárias, especialmente no campo da historiografia educacional e análise do discurso midiático, contribuindo para a recuperação e análise crítica do processo de transformação educacional promovido pelos Institutos Federais no Brasil, com especial ênfase no Estado do Maranhão.

Como já mencionado, os jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* foram utilizados como fontes documentais para analisar a educação profissional técnica de nível médio no período entre 2008 e 2017. O objetivo foi compreender como esses periódicos retratam o papel/lugar do IFMA nos contextos educacional e econômico do Maranhão, buscando identificar as percepções e narrativas construídas sobre a relevância da instituição para o desenvolvimento do Estado.

No decorrer da pesquisa, observou-se que instituições como o SENAI, Serviço Nacional do Comércio (SENAC), o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

(IEMA) destacam-se como referências na oferta de formação profissional/ensino profissionalizante e estão pulverizados por todo o território maranhense. A análise realizada nos veículos jornalísticos *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* revela uma concentração significativa de matérias voltadas para essas instituições educacionais. Em contraste, as reportagens relacionadas à educação profissional técnica de nível médio promovida pelo IFMA aparecem de forma esparsa e pontual nesses periódicos, com predominância de reportagens sobre criação de novos *campi*, abertura de processos seletivos e divulgação de resultados.

Quando da promulgação de Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), na seção *O país*, subseção *Profissional*, a matéria tinha como título “Lula sancionará lei que cria 38 institutos federais de educação”, conforme se vê na Figura 29. Essa reportagem reflete um momento histórico significativo para a educação profissional e tecnológica no Brasil. A criação dos Institutos Federais, incluindo o IFMA, representou um marco na ampliação e descentralização do ensino técnico e superior, fortalecendo o compromisso do Estado com a formação educacional de qualidade, voltada para as demandas regionais.

Figura 29 – Matéria do jornal *O Estado do Maranhão*, de 28 de dezembro de 2008

Profissional

Lula sancionará lei que cria 38 institutos federais de educação

AGÊNCIA BRASIL

RIO ■ O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sanciona amanhã a lei que cria 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país. Com os institutos, presentes em todos os estados, aumenta o número de vagas em cursos técnicos de nível médio, em licenciaturas e em cursos superiores de tecnologia.

Os institutos estarão presentes em todos os estados, oferecendo ensino médio integrado ao profissional, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias e licenciaturas. Os institutos federais estão sendo criados a partir da rede de educação profissional, que hoje conta com 185 unidades, entre centros federais de educação tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas a universidades.

Segundo o Lula, a idéia é atingir 354 unidades até 2010. "É um absurdo que em 100 anos nesse país tenham sido feitas só 140 escolas técnicas. Como se formar os nossos adolescentes não fosse algo necessário. Fizemos um compromisso de em dezembro de 2010 ter mais 214 escolas técnicas funcionando nesse país", destacou o presidente Lula ao site do Ministério da Educação (MEC). Os institutos vão oferecer metade das vagas ao ensino médio integrado ao profissional, para dar ao jovem uma possibilidade de formação já nessa etapa do ensino.

Na educação superior, haverá destaque para os cursos de engenharias e bacharelados tecnológicos (30% das vagas). Outros 20% serão reservados a licenciaturas em ciências da natureza — o Brasil

Lula diz que a intenção do governo é atingir 354 unidades até 2010

apresenta grande déficit de professores em física, química, matemática e biologia. Ainda serão incentivadas as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, como a formação de professores de mecânica, eletricidade e informática.

PESQUISA

Os institutos terão forte inserção na área de pesquisa e extensão para estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender os benefícios à comunidade. Eles terão autonomia, nos limites da área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos e para registrar os diplomas. Ainda exercerão o papel de instituições acreditadoras e

certificadoras de competências profissionais. Cada instituto é organizado em estrutura com vários *campi* e proposta orçamentária anual identificada para cada campus e reitoria.

"Estamos oferecendo ao país um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, aproveitando o potencial da rede existente. Os institutos responderão de forma mais ágil e eficaz às demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e suporte aos arranjos produtivos locais", diz Eliezer Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC. Os institutos integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão*

Nota: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2024)

A implementação dessa rede de instituições visou não apenas ampliar o acesso à educação profissional, mas também alinhar os cursos oferecidos às necessidades específicas dos arranjos produtivos locais, garantindo uma formação técnica integrada e adequada ao mercado de trabalho.

O título escolhido para a matéria sublinha a dimensão nacional da iniciativa, destacando o impacto de uma política pública que buscava democratizar o acesso à educação e estimular o desenvolvimento econômico e social em diferentes regiões do País. O tom adotado enfatiza a abrangência e a relevância da criação desses institutos, consolidando-os como pilares para a interiorização do ensino e o fortalecimento de estratégias de inclusão social e qualificação profissional (Silva, 2023; IFMA, 2009-2013; Hora, 2013).

Além disso, evidencia-se a importância do ensino técnico como fator determinante para o avanço de setores produtivos estratégicos, estabelecendo uma relação direta entre a formação de profissionais e o crescimento econômico regional. Essa abordagem permitiu que a educação profissional assumisse um papel central nas políticas de desenvolvimento sustentável, inserindo-se no contexto de fortalecimento das cadeias produtivas e da promoção de inovação e tecnologia.

Alinhado com a discussão nacional, no dia 30 de dezembro de 2008, o jornal *O Imparcial*, na edição 31.948, publicou na página 19 uma matéria assinada pela jornalista Carolina Nahuz, intitulada “Instituto federal no MA terá 18 *campi*”. O texto aborda a criação do Instituto Federal no Estado do Maranhão, que surge como uma nova instituição com a proposta de oferecer cursos voltados à educação profissional e tecnológica.

Essa descentralização permitiu que diferentes regiões, antes desassistidas, passassem a contar com infraestrutura adequada para a oferta de cursos técnicos, superiores de tecnologia e pós-graduações, promovendo não apenas a qualificação profissional, mas também um movimento de transformação social e econômica. A reportagem detalha que o instituto contará com 18 *campi* espalhados pelo estado, reforçando a descentralização do acesso à educação e o impacto positivo no desenvolvimento local e regional, conforme a Figura 30.

Figura 30 – Matéria do Jornal “O Imparcial”, “Instituto federal do MA terá 18 campi”, de 30 de dezembro de 2008



Fonte: Jornal O Imparcial (2008)

Nota: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2024)

A notícia destaca um marco importante na educação profissional e tecnológica do Maranhão, apresentando um avanço significativo para a inclusão e qualificação educacional em regiões antes desassistidas. A criação do Instituto reflete um movimento nacional de valorização da educação técnica e científica, visando atender às demandas do mercado de trabalho e promover a capacitação regional.

A matéria enfatiza que, com a criação do IFMA, o Maranhão passaria a contar com 18 *campi* distribuídos estrategicamente pelo Estado, visando ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica. Essa expansão tinha como objetivo promover o desenvolvimento regional, oferecendo cursos técnicos e superiores alinhados às demandas locais.

A reportagem revela a atenção à interiorização do ensino técnico e tecnológico, buscando atender às necessidades de formação profissional em diversas regiões do Maranhão,

A expansão dos *campi* do IFMA representava uma estratégia para democratizar o acesso à educação de qualidade, contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

A matéria de 2008 reflete o entusiasmo e as expectativas depositadas nessa iniciativa, que, ao longo dos anos, tem contribuído para transformar a realidade educacional e socioeconômica do Maranhão. É possível notar, na parte inferior da matéria, a lista com as cidades do Maranhão onde os *campi* do IFMA seriam instalados, destacando a distribuição equitativa em várias regiões do Estado.

A criação dos Institutos Federais foi uma política importante no Brasil para descentralizar e democratizar a educação profissionalizante (Frigotto, 2018; IFMA, 2009; 2014). A matéria simboliza um marco na educação federal brasileira, ocorrido em 2008/2009, quando foram criados os Institutos Federais. Eles ampliaram as oportunidades educacionais e trouxeram ensino tecnológico e profissional para mais regiões do país, especialmente no Maranhão, onde essa expansão foi significativa.

A notícia também suscita algumas reflexões importantes, por exemplo o elevado número de candidatos reflete um cenário de competição por vagas, indicando a necessidade de expansão ainda maior da oferta de vagas e *campi* no Estado, conforme já previsto no Plano de Expansão da Rede.

Ao atrair mais de 12 mil candidatos, o IFMA buscava consolidar-se como um ator central na educação profissional técnica integrado no Maranhão, colaborando para melhorar indicadores educacionais e preparar a juventude para o mercado de trabalho e a educação superior.

No ano de 2008, na seção Política, p. 2, *O Estado do Maranhão* traz como manchete de capa: “Maranhão terá 18 *campi* do novo instituto de educação tecnológica”, conforme Figura 31.

Figura 31 – Manchete de capa do jornal *O Estado do Maranhão*, “Lula cria 18 campi para ensino superior no MA”, de 30 de dezembro de 2008



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão ((2008)
Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2024)

Essa manchete na capa do jornal reflete um momento marcante na história da educação profissional e tecnológica no estado, evidenciando o impacto da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ao colocar em evidência o número expressivo de 18 *campi* previstos, a matéria indica não apenas a dimensão do projeto, mas também a expectativa de transformar a educação no Maranhão, ampliando o acesso à formação técnica e tecnológica em regiões até então carentes de oportunidades educacionais. A abordagem na seção Política sugere que o tema não era apenas educacional, mas também estratégico para o desenvolvimento regional e objeto de articulações políticas que sustentavam o projeto de expansão.

Figura 32 – Reportagem do jornal *O Estado do Maranhão*, "Maranhão terá 18 campi do novo instituto de educação tecnológica", de 30 de dezembro de 2008



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* (2008)

Nota: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2024).

A escolha da notícia com destaque, como visto na Figura 32, demonstra o reconhecimento do jornal quanto à relevância do tema para o público leitor e para a opinião pública local. Ao mesmo tempo, reforça o papel da imprensa como mediadora na divulgação de políticas públicas e no debate sobre as prioridades de investimento em educação.

No entanto, é essencial analisar como a cobertura jornalística pode refletir vieses na apresentação das iniciativas governamentais. A menção ao “novo instituto de educação tecnológica” carrega uma carga de otimismo e celebração, sugerindo uma narrativa alinhada à visão oficial do governo federal à época.

Esse registro, portanto, além de informar sobre os avanços institucionais, também serve como fonte para compreender o discurso público em torno da educação tecnológica no Maranhão em 2008. Ele permite situar a expansão da Rede Federal no contexto das prioridades educacionais e políticas daquele momento, além de indicar os compromissos assumidos pelas lideranças locais e nacionais com a interiorização do ensino técnico e tecnológico. A análise da notícia ajuda a compreender não apenas os fatos, mas também as expectativas e os desafios que permeavam o cenário educacional maranhense na virada daquela década.

Conforme mencionado anteriormente, muitas notícias relacionadas ao ensino profissional estão relacionadas às ações do Governo Estadual, conforme matéria do *O Imparcial*, de 21 de dezembro de 2008, como verifica-se na Figura 33.

Figura 33 – Reportagem do jornal *O Imparcial*, “Governo lança plano para melhorar rede de ensino”, de 21 de dezembro de 2008



Fonte: Jornal *O Imparcial* (2008)

Nota: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2024)

A análise da manchete e matéria do jornal *O Imparcial*, de 21 de dezembro de 2008, traz reflexões importantes sobre as políticas educacionais do período. A manchete, “Governo lança plano para melhorar rede de ensino”, revela um esforço do governo estadual para aprimorar a qualidade da educação, destacando a proposta de criação do Índice de Desenvolvimento do Ensino Médio do Maranhão (IDEM).

Em 2008, o Maranhão enfrentava grandes desafios em termos de qualidade educacional, refletidos em indicadores nacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2007 em 3,0 enquanto a média nacional para o ensino médio apontava 4,3³¹. A matéria aponta para uma tentativa de resposta política a esses desafios, com a criação de um índice próprio, o IDEM, que visava avaliar e melhorar a rede estadual de ensino. Essa iniciativa está alinhada a um movimento nacional de valorização da avaliação como ferramenta de gestão educacional.

A relação entre o plano estadual destacado na matéria e o IFMA é complementar e interdependente. Pelo teor da notícia, deduz-se que, enquanto o Governo Estadual buscava reorganizar e monitorar a qualidade do ensino médio, o IFMA consolidava sua expansão e interiorização, oferecendo um modelo inovador de ensino médio técnico integrado. Ambos os esforços estavam alinhados na tentativa de enfrentar os históricos desafios educacionais do Maranhão, contribuindo para a construção de uma rede mais inclusiva e transformadora. No entanto, o êxito de iniciativas como o IDEM dependia da capacidade de articular políticas estaduais e federais, nas quais o IFMA desempenhou um papel fundamental como referência educacional.

Importa destacar a matéria publicada no jornal *O Estado do Maranhão*, em 12 de janeiro de 2009, no caderno *Cidade*, página 6, que trouxe como manchete: “Mais de 12 mil participam de seletivo” (ver Figura 34). O texto aborda o processo seletivo realizado pelo CEFET no Maranhão, ano de transição para o IFMA, destacando a ampla participação de candidatos e o contexto em que as provas foram aplicadas, evidenciando a importância do acesso à educação profissional no Estado.

Esta reportagem destaca o processo seletivo CEFET-MA, ressaltando a grande participação de candidatos e a importância do acesso à educação técnica no estado. O texto menciona que foram disponibilizadas 660 vagas para São Luís, porém, não faz referência às vagas ofertadas nos *campi* do interior (Açailândia, Alcântara, Buriticupu, Imperatriz, Santa Inês e Zé Doca). No entanto, ao analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2009, verifica-se que estes *campi* disponibilizaram 960 vagas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, totalizando 1.620 vagas para 12.771 candidatos. Esses dados evidenciam um

³¹ Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>.

alto nível de concorrência no processo seletivo. As 660 vagas para São Luís eram nas modalidades Integrado, Concomitante e Subsequente.

Figura 34 – Reportagem do jornal *O Estado do Maranhão*, "Mais de 12 mil participam de seletivo, de 12 de janeiro de 2009



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* (2009)

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2024)

A reportagem também destaca a transição institucional vivenciada entre 2008 e 2009, um marco significativo para a educação federal no estado. Os cursos ofertados foram distribuídos nas modalidades integrada, concomitante e subsequente, ampliando as oportunidades de formação profissional. Assim informa:

O resultado será divulgado em 10 dias e os aprovados encontrarão uma nova instituição. A partir desse ano o Centro Federal de Educação Tecnológica em todo o Brasil será chamado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que engloba além dos centros federais de educação tecnológica, escolas agrotécnicas federais [...] (Jornal *O Estado do Maranhão*, 2009, p. 6).

O texto aponta que os antigos CEFETs e as escolas agrotécnicas federais do Estado foram unificadas sob a denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Essa mudança representou a ampliação e reestruturação no modelo educacional federal, com um foco mais diversificado e abrangente na oferta de cursos técnicos, tecnológicos e superiores.

A reportagem destaca que o novo Instituto Federal se tornaria o segundo maior do Brasil em unidades funcionais. O Estado contaria com 18 *campi* distribuídos entre a sede, em São Luís, e outras unidades existentes no interior a partir do ano de 2009. Essa transformação ampliou o acesso à educação profissional e tecnológica, integrando diversas modalidades de ensino.

Na edição do dia 10 de agosto de 2010, o jornal *O Estado do Maranhão*, com a chamada *Educação*, destaca a parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e o IFMA. O foco principal do texto é a divulgação de um edital para matrícula e ingresso em cursos de graduação no IFMA para o segundo semestre de 2010, conforme a Figura 35.

Figura 35 – Reportagem do Jornal *O Estado do Maranhão*, “Educação” trata sobre ofertas de curso de graduação do IFMA, modalidade PARFOR, de 10 de agosto de 2010



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (2010)

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2024)

Os cursos mencionados estão vinculados ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), um programa firmado entre o MEC, a Seduc e as secretarias municipais de Educação. O objetivo do programa, pelo que se depreende, é qualificar professores da educação básica, reforçando a formação docente por meio de cursos superiores ofertados no Estado.

A relevância da matéria está em informar sobre o acesso à formação superior para educadores, podendo concluir que o governo pode contribuir diretamente para a melhoria da qualidade da educação básica no Maranhão. A iniciativa destaca um compromisso conjunto entre diferentes órgãos governamentais para a implementação de políticas públicas educacionais.

No caso específico mencionado na matéria, a parceria entre a Seduc e o IFMA exemplifica como a união de esforços pode contribuir significativamente para enfrentar desafios históricos no campo da educação, como a formação de professores capacitados para lidar com as demandas da educação básica.

Como já mencionado anteriormente, sobre as principais notícias veiculadas nos dois jornais em análise, no que se refere aos processos seletivos, o jornal *O Estado do Maranhão*, na edição, 17.681, de 10 de janeiro de 2011, informa a partir da manchete: "Estudantes participaram ontem dos testes do Processo Seletivo Unificado 2011 para as modalidades de ensino técnico", conforme relata o jornalista Ribamar Corrêa. A manchete destaca um evento significativo, tanto para o IFMA quanto para a sociedade maranhense, no que se refere à educação profissional no Maranhão, com foco no processo seletivo do IFMA. A matéria aborda os detalhes da aplicação das provas e a abrangência geográfica da ação, enfatizando o impacto regional e a mobilização de estudantes interessados nas modalidades de ensino técnico. As provas foram aplicadas simultaneamente em São Luís e em 31 outros municípios do Maranhão, demonstrando a capilaridade do processo seletivo. O texto informa ainda que o resultado seria divulgado até o final de janeiro, criando expectativa entre os candidatos e suas famílias.

A matéria reflete a relevância do IFMA como uma instituição central na formação técnica e profissional no estado. Ao envolver várias localidades, o jornal evidencia o processo seletivo da instituição, indicando o papel do IFMA como promotor de inclusão educacional e desenvolvimento regional, através do processo seletivo com a oferta de oportunidades na capacitação técnica para jovens em diferentes contextos sociais e geográficos.

Importa a menção do jornal ao fato de as provas serem aplicadas em 32 municípios, ressaltando abrangência da política de expansão da Rede Federal no estado (IFMA 2009-2013), o que contribuiu na interiorização da educação profissional, destacando como a instituição atua para atender à demanda por mão de obra qualificada, conforme ilustra a Figura 36.

Figura 36 – Reportagem do jornal *O Estado do Maranhão*, “IFMA aplica provas de processo seletivo para ingresso no ensino técnico”, de 10 de janeiro de 2011



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* (2011)
Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2024)

Destaca-se ainda a importância do processo de interiorização da educação profissional, na questão os impactos sociais e econômicos no Estado, o jornal *O Estado do Maranhão*, na matéria intitulada “IFMA abastece o mercado de trabalho do sul do Maranhão”, publicada na edição 17.701, de 30 de janeiro de 2011 e assinada por Ribamar Corrêa, aborda o papel do IFMA na formação e qualificação de profissionais para atender às demandas econômicas e tecnológicas da região sul do Estado.

Figura 37 – Reportagem do jornal *O Estado do Maranhão*, "IFMA abastece o mercado de trabalho do sul do Maranhão", de 30 de janeiro de 2011



Fonte: Jornal do Estado do Maranhão (2011)

Nota: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2024)

A região sul do Maranhão é conhecida por seu dinamismo econômico, sendo uma região com forte presença de atividades ligadas à agroindústria, logística (por conta da proximidade com a ferrovia e portos) e ao setor de energia. A qualificação técnica oferecida pelo IFMA potencializa a empregabilidade dos moradores locais, reduzindo a necessidade de importar mão de obra qualificada de outras regiões e promovendo o desenvolvimento econômico endógeno. A reportagem destaca como o IFMA tem contribuído para a qualificação de mão de obra local, preparando profissionais para ocupar posições estratégicas no mercado de trabalho da região. Essa formação é essencial para atender às demandas específicas de setores industriais e tecnológicos que vêm crescendo no sul do Maranhão.

A região sul do Estado vem se modernizando tecnologicamente, com empresas exigindo profissionais capacitados em áreas específicas, como mecânica, eletrotécnica e informática. O IFMA, ao oferecer cursos técnicos alinhados com essas necessidades, assume um papel central no processo de modernização e ampliação da competitividade tecnológica da região. A matéria enfatiza que o IFMA tem atendido não apenas às demandas empresariais imediatas, mas também fomentado o surgimento de pequenas e médias iniciativas empresariais lideradas por ex-alunos capacitados.

O sul do Maranhão se destaca por ser uma região estratégica para o agronegócio, principalmente na produção de soja, milho e outras commodities agrícolas. É também um importante corredor de exportação, com infraestruturas como a ferrovia Norte-Sul e o porto de Itaqui impactando diretamente o volume de negócios. O aumento do uso de tecnologia no agronegócio e a expansão de indústrias demandam uma força de trabalho mais especializada. O IFMA preenche essa lacuna, oferecendo cursos técnicos e tecnológicos voltados para as necessidades regionais, como manutenção industrial e gestão ambiental. A matéria reafirma que o IFMA é um elo entre a educação e o desenvolvimento econômico e tecnológico do Maranhão. Ele não apenas capacita os jovens da região, mas também contribui para a redução de desigualdades socioeconômicas, oferecendo alternativas de trabalho qualificado e promovendo a modernização dos setores econômicos.

Conforme menciona a matéria, a região Sul do Maranhão se destaca economicamente por seus arranjos produtivos que abrangem os setores agrícola/pecuário, sucroalcooleiro, comércio e agronegócio, entre outros. Nesse contexto, merece destaque o papel do Campus São Raimundo das Mangabeiras, localizado nesta região do estado, que contribui para o desenvolvimento desta localização ao atender demandas específicas desses setores conforme pode-se verificar em seus planos de implementação de cursos presentes no PDI 2014-2018 (ver Quadro 10) com direcionamento dado as temáticas referidas pelas reportagens e demandas deste mercado de trabalho, comprovando como as necessidades confluem para o mesmo propósito.

Quadro 10 – Cursos de São Raimundo das Mangabeiras, Plano de Desenvolvimento Institucional – IFMA (2014-2018)

CURSO	MODALIDADE	Oferta/Vagas				
		2014	2015	2016	2017	2018
Agropecuária	Integrado	80	80	80	80	80
	Subsequente	-	40	40	40	40
Informática	Integrado	-	40	40	40	40
Administração	Subsequente	40	40	40	40	40

Fonte: PDI (2014-2018)

Além disso, na região sudoeste do Estado, dois *campi* do IFMA têm desempenhado um papel estratégico na potencialização da formação profissional e tecnológica: o Campus Açailândia e o Campus Imperatriz. Essas unidades têm se consolidado por meio da oferta de cursos técnicos de nível médio, como explicitado no PDI 2014-2018 (ver Quadro 11), que guia as ações e objetivos institucionais em alinhamento com as demandas regionais e estaduais. A atuação desses *campi* corrobora o compromisso do IFMA em promover uma formação alinhada às necessidades do mercado local, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão.

Quadro 11 – Cursos de Açailândia e Imperatriz Plano de Desenvolvimento Institucional – IFMA (2014-2018)

		Oferta/Vagas					
CURSO		MODALIDADE	2014	2015	2016	2017	2018
A Ç A I L Â N D I A	Automação Industrial	Integrado	40	40	40	40	40
	Eletromecânica	Integrado	40	40	40	40	40
		Subsequente	-	40	-	40	-
	Metalurgia	Integrado	-	-	40	-	-
		Subsequente	-	-	40	-	40
	Análises químicas	Integrado	-	-	40	40	40
	Florestas	Integrado	40	40	40	40	40
	Alimentos	Integrado	40	40	40	40	40
	Meio Ambiente	Integrado	-	40	40	40	40
	Manutenção e suporte em informática	Integrado	-	-	40	40	40
I M P E R A T R I Z	Edificações	Integrado	35	35	35	-	-
		Concomitante	-	-	35	-	-
		Subsequente	35	35	-	35	35
	Segurança do trabalho	Integrado	35	35	35	35	35
		Concomitante	-	-	35	35	-
		Subsequente	35	35	35	-	-
	Eletromecânica	Integrado	35	35	-	35	35
		Concomitante	-	35	-	35	-
		Subsequente	35	35	35	-	35
	Eletrotécnica	Integrado	35	-	35	-	35
		Concomitante	-	35	-	35	-
		Subsequente	35	-	35	-	36
	Meio Ambiente	Integrado	-	35	35	35	-
		Concomitante	35	-	35	-	35
		Subsequente	-	35	-	35	-
	Rede de computadores	Integrado	-	-	-	35	35
		Concomitante	-	35	-	-	35
		Subsequente	-	-	35	35	-
	Eletroeletrônica	Subsequente	-	-	35	-	35
		Concomitante	-	-	-	35	-
	Automação industrial	Subsequente	-	-	35	-	35
		Concomitante	35	35	-	35	-
	Informática	Subsequente	-	-	-	35	-
		Concomitante	35	-	-	-	-

		Oferta/Vagas				
CURSO	MODALIDADE	2014	2015	2016	2017	2018
Química	Subsequente	-	-	35	-	35
	Concomitante	35	-	-	35	-

Fonte: PDI (2014-2018)

A análise dos dados destaca um esforço contínuo dos *campi* de São Raimundo das Mangabeiras, Imperatriz e Açailândia para ampliar e diversificar suas ofertas de cursos técnicos, priorizando áreas de alta demanda no mercado local. Esses *campi* têm ajustado suas formações de acordo com as demandas regionais e as necessidades específicas das empresas que atuam nessas localidades.

Em São Raimundo das Mangabeiras, por exemplo, a ênfase está nas formações voltadas para o agronegócio, atendendo a empresas que operam na produção agrícola e pecuária, setores predominantes na região. Já em Imperatriz, um importante polo comercial e industrial, as formações técnicas são direcionadas para atender indústrias de celulose, siderurgia e logística, como aquelas ligadas à Suzano Papel e Celulose e outras grandes empresas da região. Por sua vez, em Açailândia, o foco está no setor de mineração e siderurgia, em resposta às necessidades de empresas como a Vale do Rio Doce e outras indústrias locais relacionadas ao processamento de ferro e aço.

Esses ajustes refletem o compromisso das instituições de ensino técnico em alinhar suas ofertas às demandas do mercado de trabalho, fortalecendo o desenvolvimento regional e promovendo a inserção profissional dos estudantes.

Com o objetivo de ampliar a visibilidade do campo de pesquisa e análises, as investigações foram organizadas em categorias específicas através de quadro e painel de imagens conforme pode-se visualizar no ANEXO F, classificando-as por suas temáticas como: processos seletivos, licitações, contribuições para a sociedade, parcerias com instituições estaduais, iniciativas voltadas à comunidade.

A análise das publicações recuperadas e indexadas evidencia como o IFMA é percebido como uma instituição central na promoção da educação profissional no Maranhão, desempenhando um papel estratégico na qualificação da população local. Os recortes dos jornais destacam diferentes aspectos dessa percepção ao longo dos anos.

As reportagens analisadas sobre o IFMA refletem aspectos significativos da sua atuação como instituição de ensino, abrangendo processos seletivos, infraestrutura, contribuições sociais, parcerias estaduais e iniciativas voltadas à comunidade. Essas fontes permitem uma

compreensão mais profunda da relevância histórica e social do IFMA no contexto educacional maranhense.

Os processos seletivos se destacam como um elemento central das reportagens, evidenciando desafios e avanços na democratização do acesso ao ensino técnico. Em janeiro de 2013, por exemplo, a manchete “Seletivo // atraso e esperança no IFMA”, publicada no jornal *O Imparcial*, ressaltou a expectativa de milhares de jovens diante de atrasos no processo seletivo, refletindo não apenas as dificuldades logísticas da Instituição, mas também a sua importância como porta de entrada para a formação profissional.

Em janeiro de 2012, a decisão de refazer as provas após problemas organizacionais foi amplamente divulgada pela manchete “IFMA dá chance de refazer exame a todos os alunos”, também em *O Imparcial*, reforçando o compromisso do IFMA com a transparência e a inclusão educacional. Além disso, reportagens de anos anteriores, como “Resultado de concurso do Cefet-MA”, publicada em janeiro de 2008 no *Jornal Pequeno*, destacaram a ampliação da oferta educacional ainda no período em que a instituição era conhecida como CEFET-MA, mostrando a evolução constante das oportunidades de acesso à educação.

A infraestrutura e expansão do IFMA são aspectos frequentemente abordados nas fontes analisadas, com destaque para a ampliação da Rede Federal. A manchete de dezembro de 2008, “Instituto Federal no MA terá 18 campi”, publicada no *O Estado do Maranhão*, exemplifica a expansão significativa que permitiu descentralizar o acesso ao ensino técnico, alcançando regiões remotas do estado. Reportagens como “Governador lança pedra fundamental do Cefet”, do mesmo periódico e edição, mostram o alinhamento do Governo Estadual com os objetivos da Instituição, investindo em obras estruturais que reforçaram a capacidade do IFMA de atender às demandas locais. A matéria “Cefet implanta novos cursos”, veiculada em janeiro de 2008 no *Jornal Pequeno*, também evidencia o compromisso com a diversificação e modernização da oferta de cursos, voltados para atender às necessidades regionais e do mercado de trabalho.

As contribuições do IFMA para a sociedade também são amplamente documentadas, destacando-se iniciativas que promovem inclusão social e empregabilidade. A oferta de 10.039 vagas em cursos profissionalizantes, divulgada em janeiro de 2012, é um exemplo claro do impacto positivo da instituição, alinhando-se às políticas do Pronatec. A abertura de 6 mil vagas em agosto de 2016, conforme relatado na reportagem “IFMA abre 6 mil vagas em cursos técnicos” do mesmo jornal, reforça o papel do IFMA na formação de profissionais qualificados para atender às necessidades do mercado regional, enquanto a diversidade de cursos, incluindo

áreas como Engenharia e Recursos Hídricos, demonstra sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. A reportagem "FUNCEMA e CEFET-MA abrem inscrições para cursos", de 2008 no *Jornal Pequeno*, também destaca como a qualificação técnica foi inserida como estratégia de inclusão educacional e econômica.

Parcerias com instituições estaduais também são mencionadas, ilustrando colaborações que fortalecem a educação e o mercado de trabalho local. A relação entre o governo do Maranhão e o IFMA é exemplificada pela criação de novos *campi* e pela implementação de programas que atendem às necessidades de qualificação profissional no estado. Essas iniciativas mostram como o IFMA atua em sinergia com políticas públicas para fomentar o desenvolvimento socioeconômico regional. A matéria "Governador lança pedra fundamental do Cefet", publicada em dezembro de 2008 pelo *O Estado do Maranhão*, demonstra a participação direta do governo na expansão do ensino técnico e tecnológico.

As iniciativas voltadas à comunidade refletem o compromisso do IFMA em promover transformações culturais e sociais. Eventos como o Festival de Teatro, registrado em novembro de 2014 na reportagem "Festival de Teatro movimenta escolas" do *O Imparcial*, e a Feira de Agrotecnologia, destacada na matéria "Agrotecnologia encanta jovens", publicada no mesmo jornal em novembro de 2014, mostram como a instituição vai além da educação formal, conectando conhecimento técnico às demandas locais e à sustentabilidade. Essas atividades reforçam a importância do IFMA como um agente de mudança na vida das comunidades que atende.

Portanto, as reportagens analisadas documentam de forma rica e detalhada o papel estratégico do IFMA no Maranhão. Desde a ampliação de vagas e infraestrutura até as parcerias e iniciativas comunitárias, o instituto demonstra sua relevância como protagonista na educação profissional e tecnológica. Essas fontes hemerográficas são fundamentais para compreender a evolução da educação técnica no estado e seu impacto na construção para uma sociedade mais inclusiva e qualificada. As reportagens analisadas destacam a criação e ampliação de cursos técnicos e tecnológicos em áreas estratégicas, como construção civil, recursos hídricos e sistemas de informação. Esses cursos respondem diretamente às demandas econômicas e sociais regionais, evidenciando como a educação técnica no Maranhão foi ajustada para atender às necessidades do mercado local e nacional. Essa relação estreita entre educação e economia reafirma o papel histórico da educação profissional como catalisadora de desenvolvimento.

Estas matérias também documentam os desafios enfrentados pelo IFMA, como problemas nos processos seletivos, críticas à organização de provas e a necessidade de reestruturação logística. Esses registros apontam para tensões históricas na implementação de políticas educacionais, especialmente em um contexto de expansão rápida e massiva. Esses desafios refletem não apenas as limitações estruturais da instituição, mas também a complexidade de integrar diferentes *campi* e demandas regionais.

A implementação do sistema de cotas e a ampliação de vagas são aspectos destacados nas reportagens. A Lei n.º 12.711/2012 (Brasil, 2012a), que regulamenta o sistema de cotas, é citada como um marco na história da educação inclusiva, trazendo novos públicos para o ensino técnico. A abertura de vagas para comunidades rurais e quilombolas, por exemplo, reforça a dimensão social da educação, conectando o ensino técnico à transformação social.

Enquanto os tópicos relatados em artigos sobre eventos culturais, como exposições e festivais organizados pelos *campi*, revelam o impacto do IFMA além da sala de aula. Essas atividades posicionam a instituição como um centro de referência cultural e social, fortalecendo seus laços com a comunidade. Tais aspectos são relevantes para compreensão acerca dessa Instituição, ao longo do tempo, consolidou-se como uma instituição que ultrapassa o ensino técnico e se insere nas dinâmicas socioculturais locais.

Verifica-se como a história da educação técnica no Maranhão está profundamente ligada aos movimentos de modernização e inclusão social. O IFMA, em particular, emerge dessas fontes como um ator estratégico na formação de capital humano e no desenvolvimento socioeconômico da região. A análise dessas reportagens proporciona uma visão detalhada e contextualizada das mudanças históricas e das relações entre educação, política e economia no Maranhão, destacando o papel central da educação técnica no cenário local e nacional.

Tais informações extraídas das reportagens enriquecem a pesquisa ao ilustrar a percepção pública do IFMA, complementando os dados históricos e institucionais com a visão comunitária e midiática. A análise dessas fontes permite compreender não apenas os avanços do Instituto, mas também os desafios enfrentados ao longo de sua trajetória. Essa dualidade de perspectivas é indispensável para construir uma narrativa robusta sobre o papel do IFMA na história da educação técnica no Maranhão, conectando as dimensões políticas, sociais e econômicas.

A diversidade de temas abordados nas reportagens — desde a ampliação dos cursos até as questões operacionais — sublinha a importância de contextualizar os avanços do IFMA

dentro das demandas e expectativas da sociedade maranhense. Assim, as fontes jornalísticas se tornam um elo essencial para compreender o impacto do Instituto no cotidiano da população e sua relevância como objeto de estudo.

A análise dos jornais revelou uma presença limitada de matérias acerca do IFMA em relação a outras instituições de ensino técnico e profissionalizante no Estado. Observa-se que os veículos de comunicação priorizam, em maior medida, aparecendo em quase todas as edições referências e/ou reportagens completas direcionadas a instituições como o IEMA, a SEMED, a EDUC), o SESI, o SESC e o SENAC, indicando uma maior ênfase na cobertura de organizações voltadas à formação profissional e técnica, em detrimento da abordagem mais ampla de educação profissional, técnica e tecnológica ofertada pelo IFMA. Essa diferença de enfoque pode refletir tanto as prioridades editoriais quanto a percepção pública sobre o papel dessas instituições no desenvolvimento educacional e econômico do Maranhão.

Esses dados reforçam a relevância do IFMA como agente transformador na comunidade local. O foco da cobertura midiática, com ênfase nos processos seletivos e na criação de novas oportunidades educacionais, demonstra como o Instituto Federal é reconhecido pela população como uma plataforma de inclusão social e desenvolvimento profissional.

4.3 Vestígios do passado e retratos de uma realidade social: as fichas de matrículas

O arquivo escolar é formado por diversos documentos que integram a pasta individual ou dossiê do aluno. Entre eles, estão a ficha de matrícula, cópia da certidão de nascimento, cópia da carteira de identidade, CPF (do aluno e do responsável), histórico escolar do Ensino Fundamental, comprovante de residência, cópia da matriz de ingresso, ficha individual por etapa e ficha de estágio).

Com base em Vidal (2021, p. 105-106), compreende-se as fichas de matrícula como “Um documento antigo do passado. Um papel hoje será um documento amanhã e poderá ajudar a compreender o nosso presente no futuro.” Essa perspectiva ressalta a importância histórica dos registros escritos, evidenciando sua transformação ao longo do tempo e a inter-relação entre passado, presente e futuro.

Para Vidal (2021), qualquer documento carrega em si uma carga histórica. Quando é criado, seu propósito é funcional e contemporâneo; no entanto, com o passar do tempo, ele se

transforma em um testemunho do passado. Assim, o documento transcende seu objetivo inicial e torna-se uma fonte de interpretação histórica, permitindo o estudo de épocas anteriores.

A afirmação “Um papel hoje será um documento amanhã” sugere que o valor documental não é inerente ao objeto, mas adquirido ao longo do tempo. Isso evidencia o caráter dinâmico dos registros, que são produzidos no presente, mas ganham relevância como instrumentos de análise histórica quando observados no futuro. A ideia de que os documentos de hoje servirão para compreender o presente no futuro reforça a responsabilidade na criação e preservação de registros. Nesse sentido, Vidal (2021) aponta que a forma como documentamos os eventos contemporâneos influenciará diretamente a maneira como as gerações futuras interpretarão nosso tempo.

Essa perspectiva torna-se fundamental para os campos da arquivística, historiografia e ciência da informação, ao evidenciar a necessidade de reconhecer o valor histórico e cultural de documentos que, à primeira vista, podem parecer meramente cotidianos. A citação estimula uma análise crítica dos registros contemporâneos, reforçando a importância de sua preservação, uma vez que, no futuro, serão fontes essenciais para a compreensão de nossa época.

Maria Teresa Garbin Machado, em 2014, defendeu a tese intitulada “O ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970: trajetória na cidade de Orlândia”. Sobre as fontes escolares, a autora afirmou:

As fontes escolares, compreendidas também por livros de matrículas ou outras escriturações, documentos e pastas diversas, foram encontradas em acervos depositados em armários de aço, reservados para este fim, em um espaço ligado à Diretoria de Serviço Acadêmica da escola. Este “espaço de memória” é um lugar arejado e limpo, denotando cuidado com a guarda, conservação e preservação dos documentos depositados (Machado, 2014, p. 18).

A perspectiva de Ignácio (2016) dialoga com a abordagem de Machado (2014), que destaca a importância dos documentos administrativos como fontes históricas capazes de revelar dinâmicas sociais mais amplas. Assim como Ignácio (2016) reconhece nas fichas de matrícula um potencial que ultrapassa sua função burocrática, Machado (2014) enfatiza que registros institucionais, quando analisados criticamente, permitem reconstruir aspectos estruturais da sociedade. No contexto maranhense, as fichas não apenas documentam a trajetória educacional dos alunos, mas também oferecem indícios das desigualdades socioeconômicas, das condições de vida das famílias e das transformações no acesso à educação ao longo do tempo. Dessa forma, ambos os autores convergem ao demonstrar que arquivos

administrativos são, na verdade, narrativas históricas que ajudam a compreender a evolução social e educacional de uma determinada comunidade.

Esta subseção tem como objetivo identificar e analisar a evolução do perfil dos discentes ao longo dos anos, considerando suas condições socioeconômicas e os impactos das políticas de inclusão no acesso à educação profissional. A análise baseia-se nas fichas de matrícula, utilizadas como principal fonte documental.

Para a construção dos dados, foram organizadas visitas aos *campi* selecionados, contando com a anuência do Diretor-Geral e Diretor de Desenvolvimento Educacional (DDE) de cada unidade. As visitas foram previamente planejadas e articuladas para garantir acesso aos dados junto aos Departamentos de Registros e Controle Acadêmico (DRCAs).

Os passos seguidos na execução da pesquisa foram:

1) Contato inicial, por meio de e-mail institucional com a solicitação formal para autorização junto aos Diretores de Desenvolvimento Educacional dos *campi*.

2) Planejamento das visitas, com a definição de cronogramas de visitação e comunicação com as equipes dos DRCAs para acesso aos registros necessários.

3) Construção dos dados, com a consulta aos registros acadêmicos e documentações que pudessem subsidiar a análise do perfil socioeconômico, incluindo dados sobre: renda familiar, local de origem (urbano ou rural), ocupação dos responsáveis, formas de ingresso no IFMA, a exemplo dos processos seletivos regulares.

4) Organização, sistematização e categorização das informações obtidas, garantindo o sigilo e a anonimidade dos participantes.

5) Análise dos dados obtidos para subsídio das temáticas abordadas nessa pesquisa.

A organização e o armazenamento da documentação acadêmica nos Departamentos de Registros e Controle Acadêmico dos Campus Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo seguem práticas estruturadas que garantem a preservação e o acesso eficiente aos arquivos. Durante a pesquisa *in loco*, constatou-se que os documentos são armazenados de duas formas principais. Em Caxias e Codó, os documentos e fichas de matrícula são organizados em arquivos deslizantes e, no seu interior, dispostos em pastas, algumas suspensas e outras armazenadas em pastas de diferentes cores. Já em São Luís-Monte Castelo, os documentos são guardados em armários e prateleiras, organizados dentro de caixas plásticas de variadas cores, conhecidas como “arquivo morto”.

Essas caixas, identificadas com informações detalhadas – como nome do curso, ano letivo, relação de alunos matriculados e respectivas fichas –, são armazenadas em armários de

ação, proporcionando proteção e um sistema organizado de arquivamento, conforme ilustrado na Figura 38, do IFMA Campus Caxias. A manutenção desses documentos reforça o comprometimento com a preservação de informações administrativas e acadêmicas, essenciais para avaliações institucionais e prestação de contas.

Figura 38 – DRCA – IFMA Caxias: armazenamento de documentação



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2024)

Nota: Fotografias do arquivo institucional durante o levantamento da pesquisa no referido campus.

Na Figura 39, visualiza-se o sistema de armazenamento de documentos no DRCA do IFMA Campus Codó. Assim como no Campus Caxias, a organização e sistematização documentais dos discentes estão dispostas em arquivos deslizantes e, neles, organizados em pastas suspensas de variadas cores. A classificação deles se dá através inicialmente dos anos de ingresso, posteriormente pelos cursos e internamente por ordem alfabética.

Figura 39 – DRCA – IFMA Codó: armazenamento de documentação



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2024)

Nota: Fotografias do arquivo institucional durante o levantamento da pesquisa no referido campus.

Com base na Figura 40, da turma de Informática Integrado 104/2009 do IFMA Campus Monte Castelo, apresenta, de início o tamanho da turma, com listagem de 28 alunos matriculados, indicando o número inicial de estudantes matriculados no curso de Informática Integrado em 2009. As informações incluem número de matrícula, nome completo e código do aluno, o que facilita o acompanhamento administrativo e análise de histórico.

As caixas estão organizadas em prateleiras, aproveitando de forma eficiente o espaço vertical. A disposição facilita o armazenamento, embora o acesso às prateleiras mais altas ou mais baixas possa exigir cuidados para evitar dificuldades no manuseio e garantir a preservação adequada dos documentos. O uso de caixas reforçadas e devidamente etiquetadas contribui para a proteção contra danos, como umidade e poeira. Além da organização física já existente, a digitalização dessas fichas representaria um avanço significativo, garantindo maior segurança, preservação a longo prazo e acessibilidade, além de otimizar o uso do espaço físico.

Figura 40 – DRCA – São Luís-Monte Castelo: armazenamento de documentação



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2024)

Nota: fotografias do arquivo institucional durante o levantamento da pesquisa no referido campus.

A Figura 410 mostra a disposição das caixas de fichas de matrículas no IFMA São Luís Monte-Castelo, com organização física e temporal, com ordenação cronológica: 2009, 2010, etc.), indicando um sistema de arquivamento linear que facilita a localização de informações baseadas no período. As caixas estão identificadas com diferentes cores (azul, amarelo, verde), que podem representar categorias específicas, como níveis de ensino, cursos ou departamentos. Isso demonstra uma preocupação com a visualização eficiente e possivelmente facilita a busca.

As caixas exibem listas de matrículas na parte externa, possibilitando acesso rápido ao conteúdo sem a necessidade de abrir cada caixa, a partir dos interesses da pesquisa. Essa prática sugere uma otimização do tempo para consultas administrativas.

Além da pasta individual do aluno, cuja guarda é atribuída à secretaria escolar, o arquivo da instituição também inclui uma variedade de documentos essenciais para a gestão administrativa e pedagógica. Entre eles, destacam-se o livro de atas dos resultados, o livro de ata de dependências, o livro de ata dos conselhos de classe, o livro de registro de certificados e diplomas, o arquivo digital de matrículas, diferentes modelos de formulários e declarações, o arquivo de legislações, certificados, históricos escolares, requerimentos e boletins.

Figura 41 – DRCA – São Luís-Monte Castelo: identificação dos estudantes



Nº	NOME	CÓDIGO
01	Adila Patrícia Chaves Silva	200911030010
02	Alexis Sousa Carlos	200911030029
03	Ana Maria de Souza Silva	200911030037
04	Bruna Leticia Abreu Santos	200911030061
05	Driele Brito Torres	200911030053
06	Edenilton Michael de Jesus	200911030045
07	Elaine Pinto Portela	200911030070
08	Gabriel Hialla Araujo Rodrigues Ribeiro	200911030088
09	Gabryhel Marcos Moraes Silva	200911030142
10	Igor Talisson Carneira Furtado	200911030096
11	Isabella Mylena Sodré Castro	200911030100
12	Jessica Elaine Pereira Chagas	200911030118
13	João Victor Martins Silva	200911030126
14	Kelly Suenney Martins Correia	200911030134
15	Kevin Anderson Dantas Quimão	200911030323
16	Leonardo Pinheiro do Nascimento	200911030150
17	Lucas Matheus Lima Leite	200911030169
18	Luís Carlos Sampaio Santos	200911030177
19	Marcelo Augusto Muniz Teixeira	200911030385
20	Marcos Andre Bezerra Costa	200911030185
21	Patrícia Thailya Rocha Ferreira	200911030207
22	Pedro Felipe dos Santos Queiroz	200911030215
23	Raimundo Lourival Santos Junior	200911030221
24	Rick Leal Frazão	200911030231
25	Silvio Manoel Gomes Oliveira	200911030407
26	Tamires Cristina Moreira Ribeiro	200911030240
27	Teresa Cristina Pereira Louzeiro	200911030258
28	Victor Guilherme Nogueira Alves	200911030274
29	Yago Galvão Vianna	200911030266

Fonte: Arquivo da pesquisadora (2024)

Nota: fotografias do arquivo institucional durante o levantamento da pesquisa no referido campus.

Na Figura 41 apresenta-se um registro fotográfico do arquivo físico do registro acadêmico do IFMA São Luís-Monte Castelo. As caixas estão organizadas em prateleiras, etiquetadas com anos específicos, como "2005/2006", "2008", "2008/2009", "2009 [...]", indicando que esses arquivos contêm documentos relacionados a diferentes períodos letivos.

Observa-se que as caixas estão etiquetadas por ano, facilitando a identificação dos documentos arquivados, o que sugere um sistema cronológico de armazenamento de dados acadêmicos. O uso de caixas coloridas (amarelo, verde, azul, rosa) pode indicar uma tentativa de categorização adicional. Essa organização por cores pode estar relacionada a diferentes tipos de documentos, como turmas, cursos ou modalidades (integrado, subsequente, concomitante).

Em diversos arquivos foram encontrados diplomas de ex-alunos, indicando que alguns estudantes ou seus familiares não demonstraram interesse ou não se preocuparam em retirar o documento após sua emissão, conforme ilustrado na Figura 422.

Figura 42 – Diploma emitido em 2012 pelo IFMA Campus Codó



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2024)

Nota: Fotografias do Arquivo Institucional durante o levantamento da pesquisa no referido campus.

Em janeiro de 2018, o IFMA tornou obrigatório o preenchimento do formulário de Caracterização Socioeconômica para todos os estudantes da Educação Técnica de Nível Médio e da Educação Superior (graduação, *lato e stricto sensu*), tanto nas modalidades presenciais quanto a distância. Essa medida foi implementada por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), visando coletar informações essenciais para a história e memória da instituição. O preenchimento do formulário tornou-se um pré-requisito para o recebimento de auxílios ou bolsas da Assistência Estudantil e para a participação em eventos promovidos pela Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE). Essa iniciativa permitiu ao IFMA traçar um perfil mais preciso de seus alunos, auxiliando no planejamento de políticas educacionais e de assistência estudantil mais eficazes. Desde então, o IFMA tem realizado campanhas periódicas para atualizar os dados socioeconômicos dos estudantes. Por exemplo, em agosto de 2022, foi lançada a campanha “Caracterização em dia”, incentivando todos os alunos a atualizarem suas informações no SUAP (<https://portal.ifma.edu.br/>). Desde 2018, o preenchimento eletrônico do questionário socioeconômico é uma prática consolidada no IFMA, fundamental para a implementação de políticas de assistência estudantil e inclusão social.

A pesquisa documental teve como propósito explorar os arquivos dos *campi* do Instituto Federal de Educação do Maranhão das cidades de Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo, com a intenção de conhecer e analisar o perfil dos alunos ingressantes no ano de 2009, tendo por parâmetro a criação da Rede Federal de Educação, por meio da Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), assim como concluintes do ano de 2017 da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A análise foi realizada das fichas de matrículas (gênero, faixa etária, cor, renda *per capita* da família), editais de ingresso de alunos.

Informações colhidas, verificou-se que as fichas de matrículas eram preenchidas pelos servidores dos DRCAs e, devido às demandas no período, como alguns itens não eram obrigatórios, muitas vezes o servidor responsável, principalmente em 2009 e 2017, não preenchiam informações importantes para a compreensão e análise do perfil dos alunos. Com a informatização dos dados no SUAP, a partir de 2022, essas informações ficaram obrigatórias (ver ANEXO A).

Quando analisadas em uma perspectiva histórica, as fichas de matrícula tornam-se instrumentos essenciais para compreender as dinâmicas de mudança e permanência no acesso à educação profissional no Maranhão. No século XXI, especialmente entre 2008 e 2017, o perfil dos estudantes do IFMA passou por transformações significativas, refletindo alterações no cenário social. A expansão e a interiorização da rede federal de ensino, impulsionadas por iniciativas como o Programa de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica (PROEP), ampliaram o alcance da Instituição. Esse movimento possibilitou o ingresso de um público mais diverso, incluindo, sobretudo, estudantes de frações da classe trabalhadora, da classe média e de áreas rurais, antes marginalizados no sistema educacional.

Entre os anos de 2009 e 2017, as fichas de matrícula analisadas apresentam lacunas expressivas no preenchimento de dados, pois alguns campos não eram de preenchimento obrigatório. Apenas as informações sobre naturalidade e forma de ingresso dos alunos foram registradas de maneira consistente. A ausência dessa obrigatoriedade, somada à alta demanda dos servidores e à percepção de que certas informações não eram consideradas relevantes à época, resultou na omissão de dados mais detalhados, o que compromete a análise aprofundada do perfil dos alunos ingressantes nesse período.

A obrigatoriedade do preenchimento de cotas na educação profissional técnica de nível médio no Brasil foi estabelecida pela Lei n.º 12.711/2012 (Brasil, 2012a), conhecida como Lei de Cotas, regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (Brasil, 2012b). Essa

legislação determinou a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com recorte adicional para critérios de renda, cor/raça e pessoas com deficiência. Apesar de inicialmente estar mais associada às instituições de ensino superior, a Lei de Cotas também abrangeu a educação técnica de nível médio oferecida por instituições federais.

A partir de 2013, as instituições federais de educação profissional técnica de nível médio foram obrigadas a implementar a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas (50% das vagas). Dentro desse percentual, o recorte adicional de 50% para estudantes de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; proporcionalidade para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, com base na composição demográfica regional do IBGE.

A implementação de políticas públicas inclusivas tornou obrigatória a coleta integral dos dados no processo de matrícula. Com essa exigência, torna-se possível traçar um perfil mais abrangente e preciso dos estudantes. Essas mudanças não apenas evidenciam a relevância desses registros como fontes históricas, mas também ampliam a capacidade da instituição de desenvolver políticas educacionais mais eficazes e alinhadas às necessidades do seu público-alvo.

As fichas de matrícula configuram-se como vestígios do passado educacional e social, cujos impactos ainda reverberam no presente. Para além de meros documentos administrativos, representam registros dinâmicos das condições socioeconômicas, das aspirações e dos desafios enfrentados pelos alunos do IFMA, possibilitando uma análise histórica e sociológica que ultrapassa os limites temporais e institucionais.

Para a identificação e análise dos grupos sociais beneficiados pelo IFMA, foi realizada pesquisa de campo alternando os meses durante o ano de 2024 nos *campi* localizados nas cidades de Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo. O principal objetivo foi o de levantar informações acerca do perfil socioeconômico dos estudantes matriculados entre 2008 e 2017.

Embora a lei tenha sido promulgada em 29 de dezembro de 2008, as turmas adequadas a essa nova legislação começaram no campus Codó e São Luís - Monte Castelo, no ano de 2009. No campus Caxias, o início aconteceu em 2011, conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1 – Oferta de cursos nos *campi* Caxias, Codó e São Luís – Monte Castelo (2009-2017)

Campus		Anos								
	Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ca	Administração	-	-	-	-	40	-	40	40	40
	Agroindústria	-	-	-	40	40	40	40	40	40

	Agropecuária	-	-	-	-	40	40	80	40	80
	Informática	-	-	-	80	40	-	40	40	40
	Meio Ambiente	-	-	80	40	-	-	-	-	-
	Ofertas de vagas no ano:	-	-	80	160	160	80	200	160	200
Codó	Agroindústria	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Agropecuária	60	40	40	40	40	40	40	40	40
	Informática	40	40	-	40	40	40	40	40	40
	Meio Ambiente	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Ofertas de vagas no ano:	180	160	120	160	160	160	160	160	160
São Luís – Monte Castelo	Comunicação Visual	-	20	20	30	30	30	30	30	30
	Design de Móveis	-	-	-	30	30	30	30	30	30
	Edificações	-	-	-	80	40	40	40	40	40
	Eletromecânica	-	-	-	40	40	40	40	40	40
	Eletrônica	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Eletrotécnica	80	40	40	30	40	40	40	40	80
	Informática	30	30	30	30	60	30	30	60	30
	Química	30	30	40	40	40	40	40	80	40
	Segurança do Trabalho	-	-	-	40	40	40	40	40	-
	Telecomunicações	40	-	-	40	-	-	-	-	-
	Ofertas de vagas no ano:	220	160	170	400	360	330	330	400	330
Total vagas ofertadas por ano		400	320	370	720	680	570	690	720	690

Total vagas ofertadas no período 2009-2017: 5.160

Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Dados obtidos nos editais unificados de seleção de alunos (2009-2017) disponibilizados no Portal IFMA.

O IFMA iniciou a implementação dos diplomas digitais para os cursos superiores de graduação em 2022. A Resolução n.º 158, de 22 de agosto de 2022, aprova o regulamento e os procedimentos para emissão e registro desses diplomas digitais, além de estabelecer a implantação do Módulo de Diplomas Digitais no SUAP. Conforme essa resolução, o IFMA passou a emitir e registrar diplomas em formato digital, atendendo às diretrizes estabelecidas pelo MEC e pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) para certificação digital. Essa iniciativa visa modernizar os procedimentos acadêmicos, reduzir o tempo e o custo na geração de diplomas, além de minimizar a ocorrência de fraudes.

Para o ensino médio, especialmente no contexto da educação profissional técnica de nível médio, o MEC instituiu, por meio da Portaria n.º 527, de 6 de junho de 2024, um Grupo de Trabalho (GT) dedicado à discussão, formulação e acompanhamento da implantação do Diploma Digital para cursos técnicos de nível médio. Esse GT possui um prazo de 12 meses para apresentar propostas de implementação, com previsão de conclusão até junho de 2025. Alguns Institutos Federais já iniciaram esse processo de emissão de diplomas digitais.

Para a análise do perfil socioeconômico dos estudantes a partir das fichas de matrícula, os dados foram categorizados por gênero, ano de ingresso, curso, etnia (cor/raça autodeclarada), sistemas de cotas (a partir de 2013). Para a sistematização das informações, os dados foram organizados em uma planilha do Excel, permitindo a identificação de padrões e características gerais dos estudantes.

O procedimento permitiu, igualmente, identificar padrões e características gerais das turmas, além de fornecer subsídios para conhecer o perfil dos estudantes do IFMA no período entre 2008 e 2017. Com os dados é possível contribuir para o planejamento de políticas institucionais mais inclusivas e alinhadas às necessidades dos estudantes.

As políticas implementadas nesse período refletiram uma tentativa de democratizar o acesso ao conhecimento técnico-científico, especialmente em países como o Brasil, em que a desigualdade social apresenta desafios histórico-estruturais. A criação de redes de educação profissional, como os Institutos Federais, buscou integrar ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Assim, a educação profissional e tecnológica tornou-se não apenas um meio de formação técnica, mas também uma ferramenta para a inclusão social, o empoderamento de populações vulneráveis e a construção de trajetórias de vida mais dignas (Frigotto, 2018; Saviani, 2007).

Os dados socioeconômicos desempenham um papel essencial na compreensão do perfil dos estudantes em instituições educacionais, como o IFMA. No período de 2008 a 2017, marcado pela criação e expansão dos institutos federais e pela implementação de políticas públicas de inclusão social, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e as cotas para estudantes de baixa renda, a análise desses dados tornou-se ainda mais relevante.

A análise desenvolvida concentrou-se na identificação dos grupos sociais atendidos pelo IFMA ao longo do período estudado. Para isso, foram examinados os cursos ofertados, o perfil socioeconômico dos estudantes, as dinâmicas de inclusão e exclusão social e os impactos das políticas institucionais na promoção da educação profissional e tecnológica. Também foram avaliadas as ações voltadas à equidade no acesso ao ensino e ao desenvolvimento regional, a fim de compreender o alcance e a efetividade das iniciativas implementadas.

Para analisar o perfil dos estudantes do IFMA no período de 2009 a 2017, utilizou-se registros de matrículas como fonte principal de dados. O estudo focou nos *campi* de Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo, que serviram como lócus da investigação. O objetivo foi

compreender as características e tendências associadas aos estudantes dentro desse recorte temporal, buscando identificar padrões que contribuam para um entendimento mais amplo sobre o perfil acadêmico e socioeconômico desse universo.

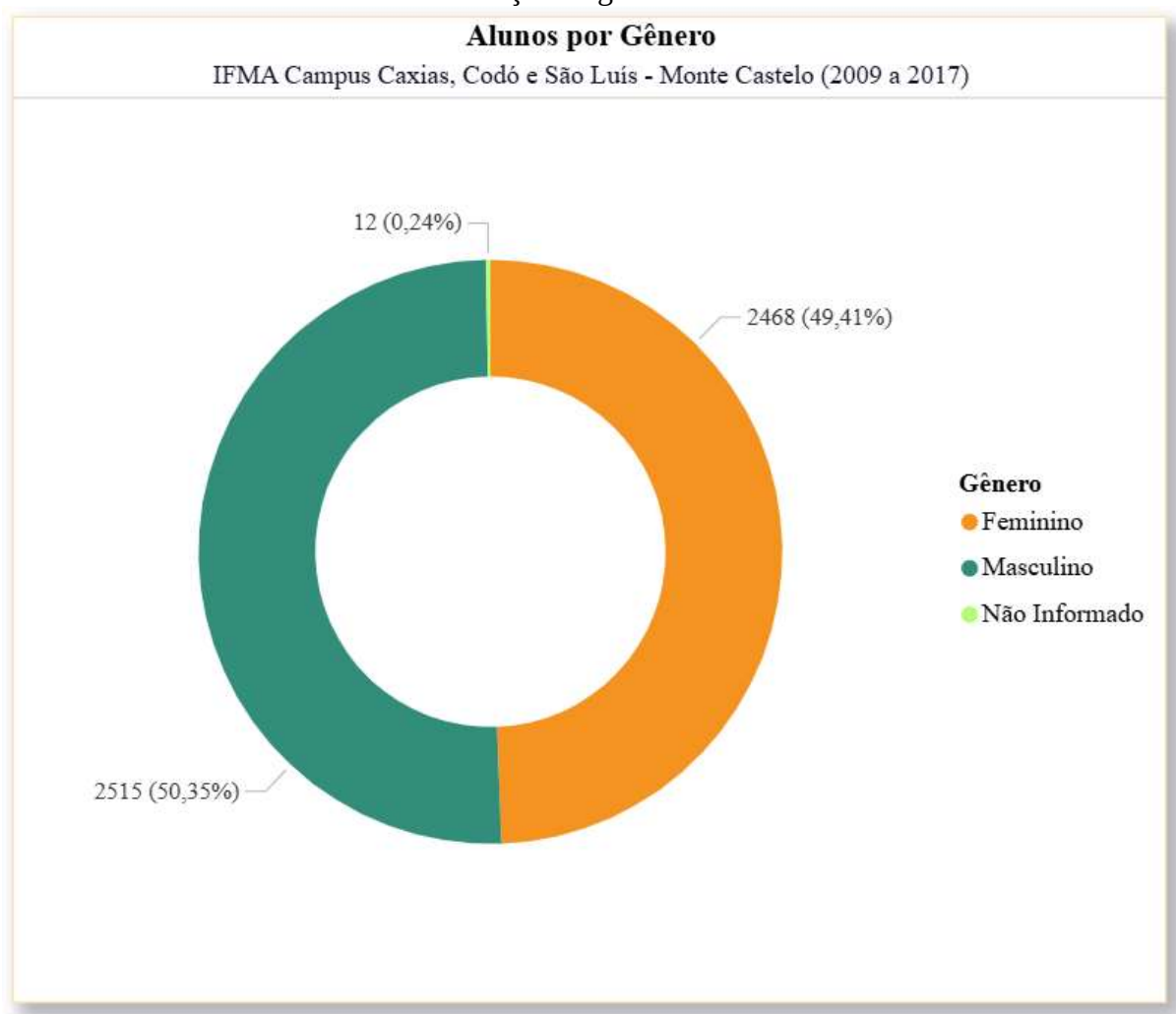
Dos dados levantados através da pesquisa nos arquivos “mortos” dos DRCAs no período de 2009 a 2017, em contrapartida com as vagas ofertadas em seletivos unificados de ingresso de alunos da educação profissional de nível médio, conforme apresentado na Tabela 1³², foram registrados e colhidos para pesquisa as informações de 4.972 fichas de matrícula, sendo 973 do campus Caxias, 1.275 do campus Codó e 2.724 do campus São Luís-Monte Castelo.

As informações obtidas foram transformadas em gráficos para melhor visualização e interpretação, permitindo uma análise mais clara e objetiva das informações. Os gráficos, ao sintetizarem os números e tendências, oferecem uma forma mais intuitiva de compreender os resultados, tornando evidentes padrões, variações e correlações que poderiam passar despercebidos em tabelas ou relatórios textuais.

Gráfico 1 apresenta a distribuição de gênero dos alunos matriculados nos *campi* do IFMA Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo, durante o período de 2009 a 2017. A análise desses dados permite compreender como está configurada a participação de homens e mulheres nos cursos ofertados, além de identificar possíveis diferenças que possam estar relacionadas a fatores culturais, sociais ou institucionais.

³² Os números de vagas nem sempre coincidem com os números de cursantes visto o não preenchimento dos formulários de matrículas, trancamento ou abandono antes no início do curso.

Gráfico 1 – Distribuição de gênero dos alunos do IFMA



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

O Gráfico 1 evidencia uma distribuição equilibrada entre os gêneros nos *campi* do IFMA em Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo, com 50,35% dos alunos identificados como do gênero masculino (2.515 estudantes) e 49,41% como do gênero feminino (2.468 estudantes). Esse cenário sugere que a política de acesso à educação profissional técnica de nível médio, consolidada pela Lei n.º 11.892/2008, tem promovido uma participação equitativa entre homens e mulheres, garantindo maior democratização do ensino técnico no Estado do Maranhão.

A presença feminina significativa nos cursos técnicos do IFMA reflete avanços na inclusão das mulheres na educação profissional, rompendo com padrões historicamente excludentes. No entanto, conforme apontado por Ciavatta (2005) e Frigotto (2018), essa equidade numérica não significa necessariamente uma distribuição igualitária em todas as áreas de formação. Ainda há desafios na superação da segregação ocupacional, em que cursos ligados

às áreas tecnológicas e industriais costumam ter maior presença masculina, enquanto aqueles voltados para o setor de serviços ou cuidados humanos tendem a concentrar mulheres.

Outro aspecto relevante é o percentual, ainda que pequeno, de “não informado” (0,24%), o que pode indicar lacunas nos registros institucionais. A ausência de dados completos pode limitar análises futuras e comprometer o planejamento de políticas voltadas para a inclusão e permanência estudantil, especialmente diante do compromisso dos Institutos Federais com a equidade de gênero e a diversidade social.

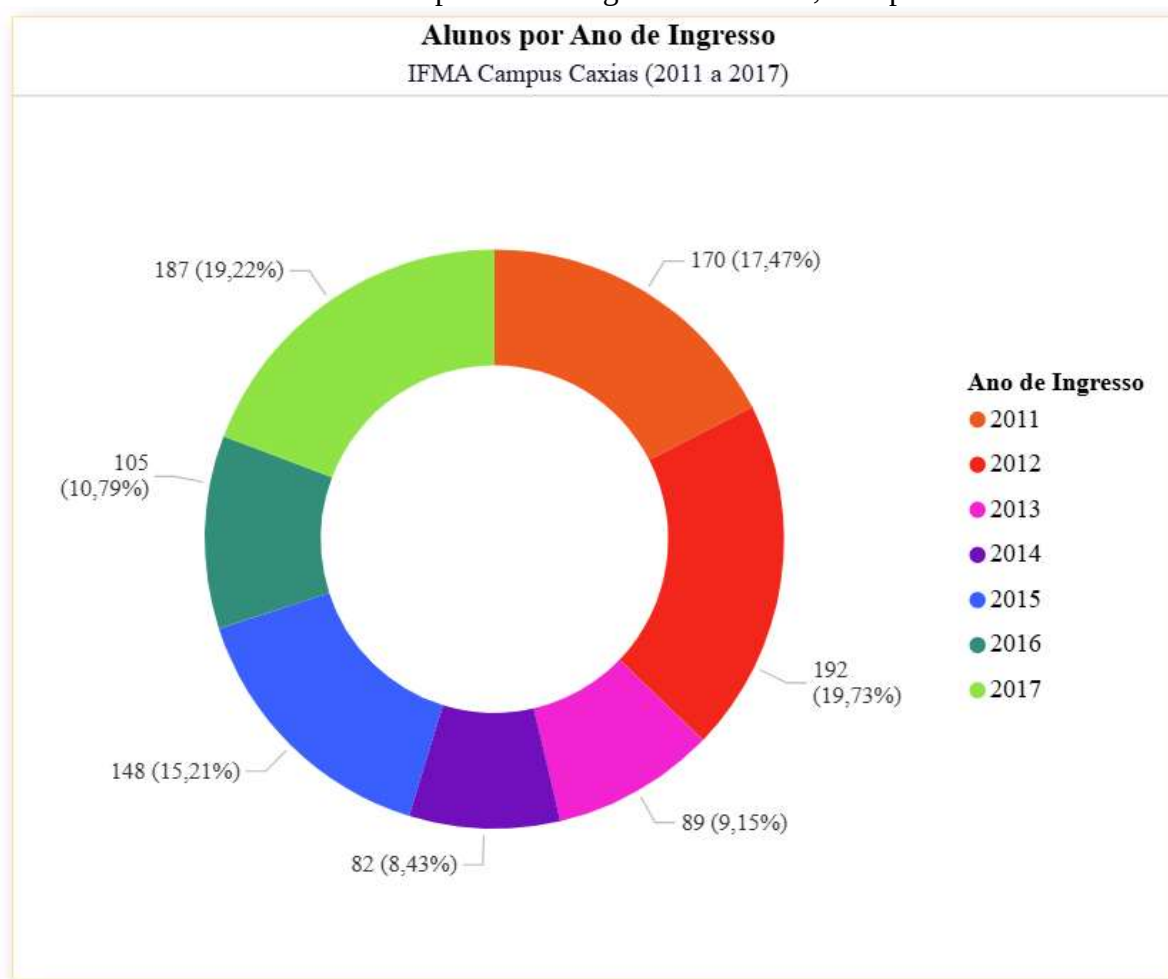
A análise do gráfico reforça a importância de aprofundar investigações sobre a distribuição de gênero por curso e área de formação, considerando as dinâmicas culturais e socioeconômicas que influenciam as escolhas profissionais. Além disso, evidencia a necessidade de acompanhamento contínuo das políticas institucionais para garantir não apenas o acesso das mulheres à educação profissional, mas também sua presença em áreas historicamente dominadas por homens, promovendo uma formação verdadeiramente omnilateral, conforme defendido por Ramos (2014).

Entender a representatividade de gênero no ambiente acadêmico é fundamental para avaliar a equidade no acesso à educação e para planejar estratégias que promovam maior diversidade e inclusão, especialmente em cursos onde um dos gêneros pode estar sub-representado. Este é um passo importante para garantir um ambiente educacional mais igualitário e alinhado às demandas contemporâneas por equidade de gênero. Vale salientar que tais dados são compostos pelos representados nos documentos de identidade e oficiais, não existindo uma opção pela mudança de gênero, o que indica uma subnotificação das pessoas de trans, gêneros fluidos, não binários, conforme às políticas públicas do período estudado.

Após a análise da distribuição dos estudantes dos *campi* analisados por gênero, é relevante examinar o ano de ingresso dos alunos. Esse aspecto permite compreender o crescimento do acesso ao instituto ao longo do tempo, identificando possíveis variações na admissão de diferentes grupos sociais e o impacto de políticas institucionais voltadas à ampliação da inclusão educacional.

O Gráfico 2 ilustra a distribuição dos alunos ingressantes no IFMA Campus Caxias entre os anos de 2011 e 2017.

Gráfico 2 – Alunos por ano de ingresso no IFMA, Campus Caxias



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

Os dados evidenciam uma variação no número de matrículas ao longo do período, com destaque para os anos de 2015 e 2017, que registraram os maiores contingentes de novos estudantes, com 148 (21,26%) e 187 (26,87%) ingressantes, respectivamente. Essa tendência sugere um crescimento na demanda pela educação técnica oferecida pelo IFMA, o que pode estar relacionado a políticas de expansão da Rede Federal, aumento da visibilidade institucional ou mudanças socioeconômicas que incentivaram a busca por qualificação profissional. A seguir apresenta-se essa parte dessa distribuição, possibilitando uma avaliação mais detalhada das tendências de ingresso no IFMA durante o período estudado.

No Gráfico 2 apresenta-se a distribuição de alunos ingressantes no IFMA Campus Caxias entre 2011 e 2017, evidenciando variações significativas no número de matrículas ao longo do período. Observa-se que os anos de 2012 (19,73%) e 2011 (17,47%) concentraram as

maiores taxas de ingresso, seguidos de 2017 (19,22%) e 2015 (15,21%). Por outro lado, os anos de 2013 (9,15%) e 2014 (8,43%) registraram os menores percentuais.

A maior concentração de ingressantes nos anos iniciais do período analisado pode estar relacionada ao processo de consolidação do campus Caxias, que foi criado em 2011, no contexto da segunda fase de expansão dos Institutos Federais. A Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008) teve um impacto significativo na ampliação do acesso à educação profissional, especialmente em regiões historicamente carentes de investimentos educacionais. Assim, o número expressivo de matrículas nos primeiros anos pode refletir uma demanda reprimida da população por formação técnica gratuita e de qualidade.

A queda nos ingressos em 2013 e 2014 pode estar atrelada a fatores estruturais e institucionais, como limitações na oferta de vagas, mudanças nos critérios de ingresso e desafios na consolidação do campus. Além disso, o contexto nacional também deve ser considerado, visto que alterações nas políticas educacionais e restrições orçamentárias podem ter influenciado o ritmo de crescimento das matrículas (Frigotto, 2018).

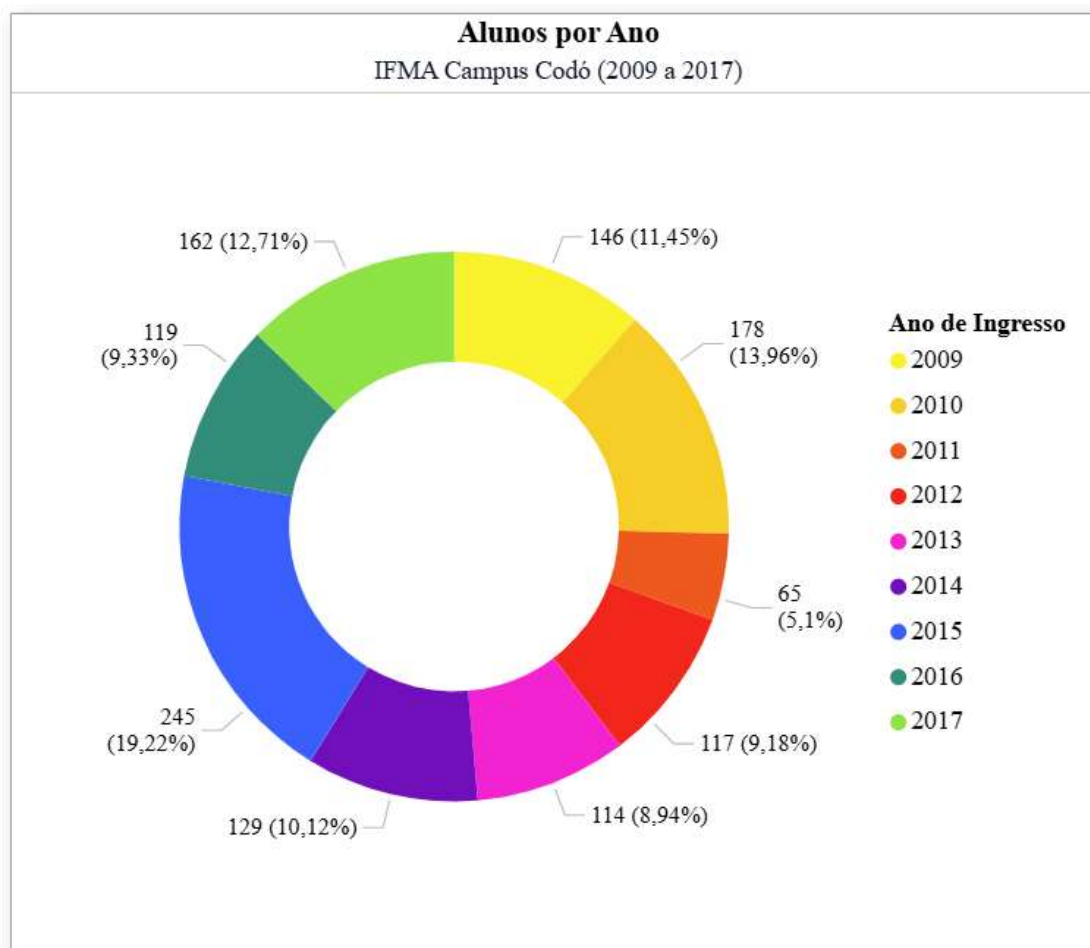
Por outro lado, o crescimento registrado em 2015 (15,21%) e 2017 (19,22%) sugere um possível aumento da oferta de vagas ou maior adesão da comunidade ao ensino técnico, reafirmando o papel do IFMA como agente democratizador do acesso ao conhecimento técnico-científico. Esse crescimento pode ser compreendido à luz do debate sobre a expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sua função social de qualificação da população para o mundo do trabalho, conforme discutido por Ramos (2014) e Ciavatta (2005).

O Gráfico 2 revela que a trajetória de ingresso no Campus Caxias não foi linear, apresentando oscilações ao longo dos anos. Esses dados reforçam a necessidade de análises mais aprofundadas sobre as condições estruturais da unidade, as políticas institucionais de ingresso e permanência estudantil e os impactos das mudanças na política educacional. Além disso, torna-se fundamental investigar como a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) poderá afetar o perfil e o volume de ingressantes nos Institutos Federais, dada a nova organização curricular que pode fragilizar o ensino técnico integrado ao ensino médio, característico dos Institutos Federais.

Portanto, a análise do Gráfico 2 evidencia avanços na democratização do acesso à educação profissional técnica de nível médio, mas também aponta para desafios institucionais e políticos que influenciam a capacidade do IFMA de atender às demandas da população e cumprir sua função social.

No Gráfico 3, verifica-se os alunos por ano de ingresso no IFMA, Campus Codó.

Gráfico 3 – Alunos por ano de ingresso no IFMA, Campus Codó



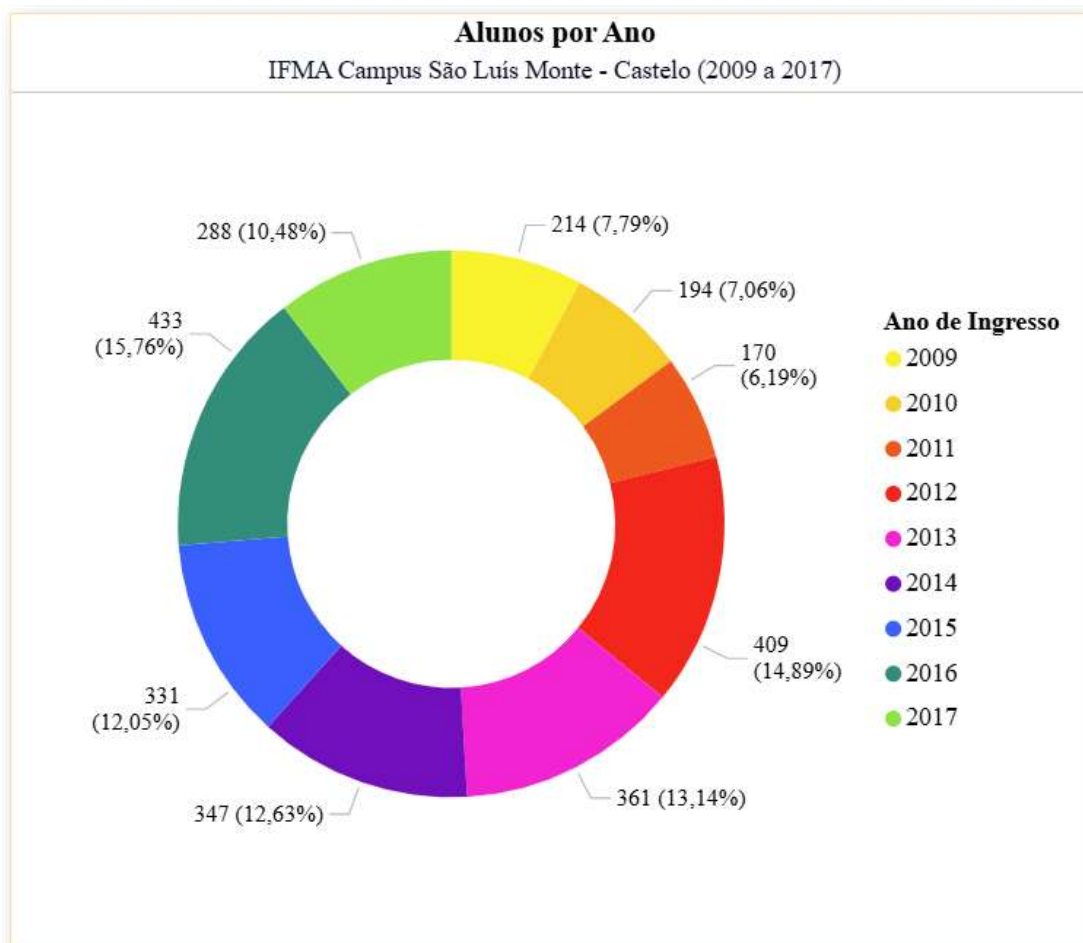
Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

Visualiza-se, através do Gráfico 3, que o Campus Codó passou por períodos de crescimento e retração no número de ingressantes, refletindo tanto as políticas públicas de educação profissional quanto fatores internos e regionais. O pico de matrículas em 2015 e a posterior redução sugerem que, além de ampliar o acesso, é necessário garantir condições de permanência estudantil, estrutura adequada e alinhamento dos cursos às necessidades do mercado local. A partir dessa perspectiva, evidencia-se que o crescimento da educação técnica vai além do simples aumento no número de ingressantes. É essencial investigar as condições que favorecem ou dificultam a continuidade dos estudos, bem como avaliar se os cursos ofertados atendem às expectativas e necessidades da população local. Somente assim o IFMA poderá consolidar seu papel como um agente transformador na realidade educacional e profissional da região.

No Gráfico 4 apresenta-se o número de alunos ingressantes no IFMA, Campus São Luís-Monte Castelo entre os anos de 2009 e 2017.

Gráfico 4 – Alunos por ano de ingresso Campus São Luís – Monte Castelo



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

O padrão observado sugere um aumento progressivo no número de matrículas ao longo dos anos, onde, no período inicial do recorte temporal, observa-se um número relativamente baixo de ingressantes: em 2009, houve 214 matrículas (7,79%), seguido por 194 em 2010 (7,06%) e 170 em 2011 (6,19%), sendo esse último o menor contingente de todo o período analisado. Essa tendência pode ser explicada pelo fato de que, nesse momento, o Campus estava em um processo de estruturação e expansão de sua oferta de cursos, o que pode ter limitado a quantidade de vagas disponíveis. Além disso, a inserção de novos cursos técnicos demanda um período de adaptação e divulgação, o que pode ter influenciado na menor adesão inicial.

De todo modo, os gráficos mostram uma dinâmica de crescimento para todos os *campi*. Esses dados destacam o impacto de políticas e estratégias de expansão no número de ingressos

ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que indicam áreas de potencial melhoria, como a diversificação de oferta em São Luís e a análise de fatores que influenciaram os picos e baixas em anos específicos.

Outro ponto relevante para a análise desse gráfico diz respeito à função social desempenhada pelo IFMA e sua relação com a demanda por formação técnica na região. O Campus São Luís-Monte Castelo, como uma das unidades mais tradicionais e estruturadas do Instituto, atende a um público diversificado e reflete as dinâmicas do mercado de trabalho e das políticas de educação profissional no estado. O crescimento das matrículas entre 2013 e 2016 pode indicar um aumento na demanda por qualificação técnica, impulsionado pela necessidade de formação de mão de obra especializada para setores produtivos locais e pelo reconhecimento da importância da educação profissional como meio de ascensão social e econômica.

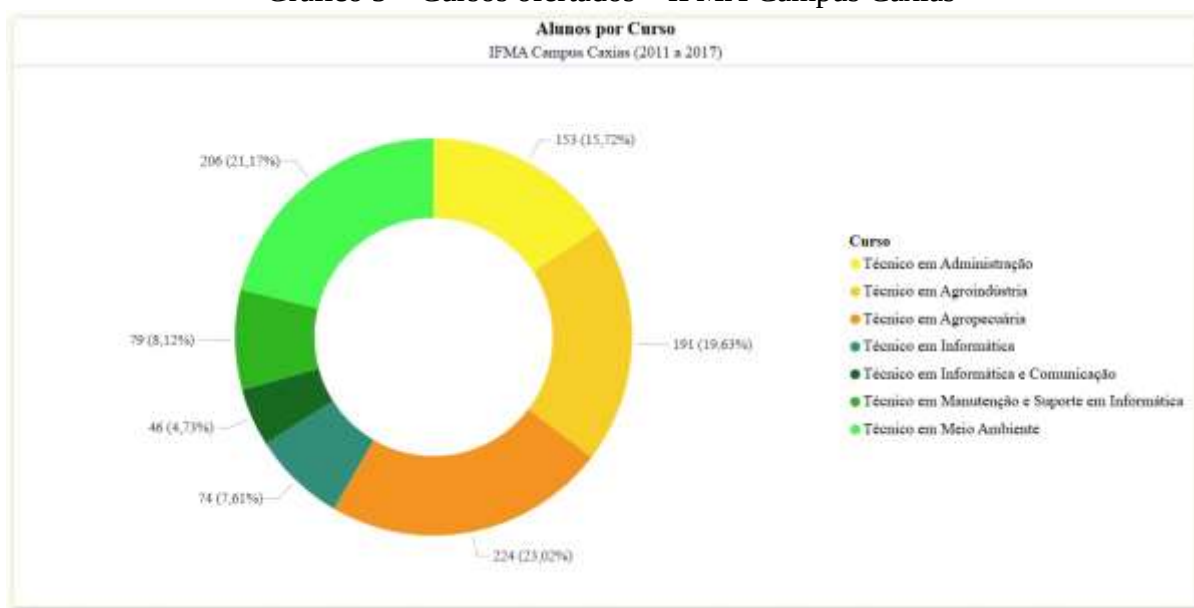
Nos Gráficos 2, 3 e 4 são apresentadas a distribuição percentual das fichas de matrícula avaliadas por Campus, revelando a proporção de registros processados em diferentes períodos. Ele ressalta variações marcantes que indicam mudanças nas políticas institucionais relacionadas à coleta e ao arquivamento de informações. Essa representação visual evidencia a importância histórica das fichas como instrumentos de pesquisa, ao mesmo tempo que aponta para lacunas e progressos na gestão documental ao longo dos anos.

Os anos seguintes, com a ampliação de ofertas de cursos, associa-se ao fortalecimento de programas federais que impulsionou matrículas no ensino técnico, e à expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Pode ser um indicativo de que as políticas implementadas aumentaram o alcance a novos grupos sociais.

A seguir apresenta-se em gráficos a distribuição dos cursos ofertados pelos *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo.

No Gráfico 5 indica-se a distribuição dos alunos matriculados nos cursos técnicos do IFMA, Campus Caxias entre os anos de 2011 e 2017, evidenciando as diferentes áreas de formação profissional ofertadas nesse período. A análise desses dados permite compreender a organização curricular da instituição, sua relação com as demandas regionais e os direcionamentos da política de educação profissional no Maranhão.

Gráfico 5 – Cursos ofertados – IFMA Campus Caxias



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

A predominância dos cursos técnicos em Agropecuária (224 alunos, 23,02%) e Agroindústria (191 alunos, 19,63%) revela a forte conexão do IFMA Campus Caxias com a vocação econômica da região, caracterizada por atividades agroindustriais e agropecuárias. Essa relação está em consonância com a história da educação profissional no Brasil, especialmente no contexto da Rede Federal, que historicamente atendeu às demandas do setor produtivo local, conforme discutido por Nosella e Buffa (2013). Desde a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, transformadas posteriormente em escolas técnicas e Institutos Federais pela Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008), a política educacional voltada à profissionalização tem buscado alinhar os cursos ofertados às necessidades do mercado de trabalho, com vistas à qualificação da mão de obra e ao desenvolvimento regional.

Por outro lado, os cursos da área de Tecnologia da Informação e Meio Ambiente apresentam menor participação relativa, com os cursos de Manutenção e Suporte em Informática (46 alunos, 4,73%) e Informática e Comunicação (74 alunos, 7,61%) registrando os menores números de matrículas. Isso pode indicar que, no período analisado, a oferta de vagas para esses cursos era mais restrita, ou que a procura por formação técnica nessas áreas ainda não havia se consolidado no município. No entanto, o curso de Informática (206 alunos, 21,17%) já demonstra uma presença significativa, refletindo a crescente demanda por profissionais de tecnologia no cenário educacional e econômico contemporâneo. Essa tendência

se alinha com as transformações do mercado de trabalho, que cada vez mais exige competências digitais e tecnológicas.

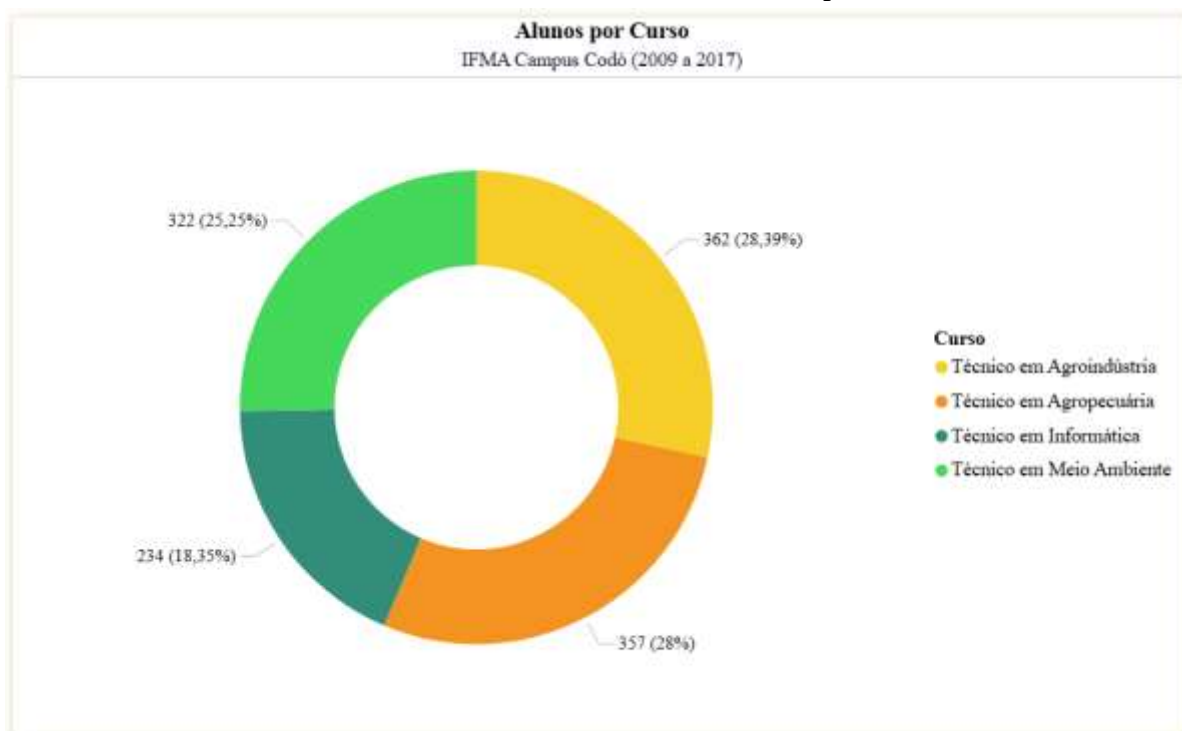
A análise da distribuição dos cursos no Campus Caxias permite observar uma dinâmica de permanências e transformações. Se, por um lado, os cursos tradicionais ligados ao setor agropecuário continuam a ter grande relevância, reforçando a dimensão histórica e econômica do município e seu entorno, por outro, a presença de cursos voltados à tecnologia e ao meio ambiente indica uma diversificação progressiva da formação técnica, em resposta a novas demandas econômicas e ambientais. Essa transição reflete o papel dos Institutos Federais como instituições que operam no limite entre a reprodução e a transformação social, atuando tanto na manutenção da estrutura produtiva existente quanto na introdução de novas possibilidades educacionais e profissionais para os estudantes (Pacheco, 2023; Kuenzer, 2009).

A análise desse conjunto de dados se insere na perspectiva metodológica adotada pela tese, que busca compreender as determinantes históricas, políticas e econômicas que moldaram a implementação da educação profissional no IFMA, especialmente em relação ao atendimento dos diferentes grupos sociais. A predominância de cursos tradicionais sugere que a instituição tem cumprido seu papel de atendimento às demandas produtivas locais, mas também evidencia desafios para a diversificação da oferta de formação, especialmente no que diz respeito a áreas emergentes como tecnologia e meio ambiente.

Dessa forma, a distribuição dos alunos por curso no Campus Caxias revela não apenas a influência de fatores históricos e econômicos na estruturação da educação profissional, mas também a necessidade de uma análise crítica sobre o papel do IFMA na democratização do acesso ao ensino técnico e na sua capacidade de responder às transformações sociais e tecnológicas.

O Campus Codó (2009 a 2017), conforme afere-se no Gráfico 6, oferece quatro cursos, com maior concentração de alunos em áreas diretamente relacionadas ao setor primário e à tecnologia.

Gráfico 6 – Cursos ofertados – IFMA Campus Codó



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

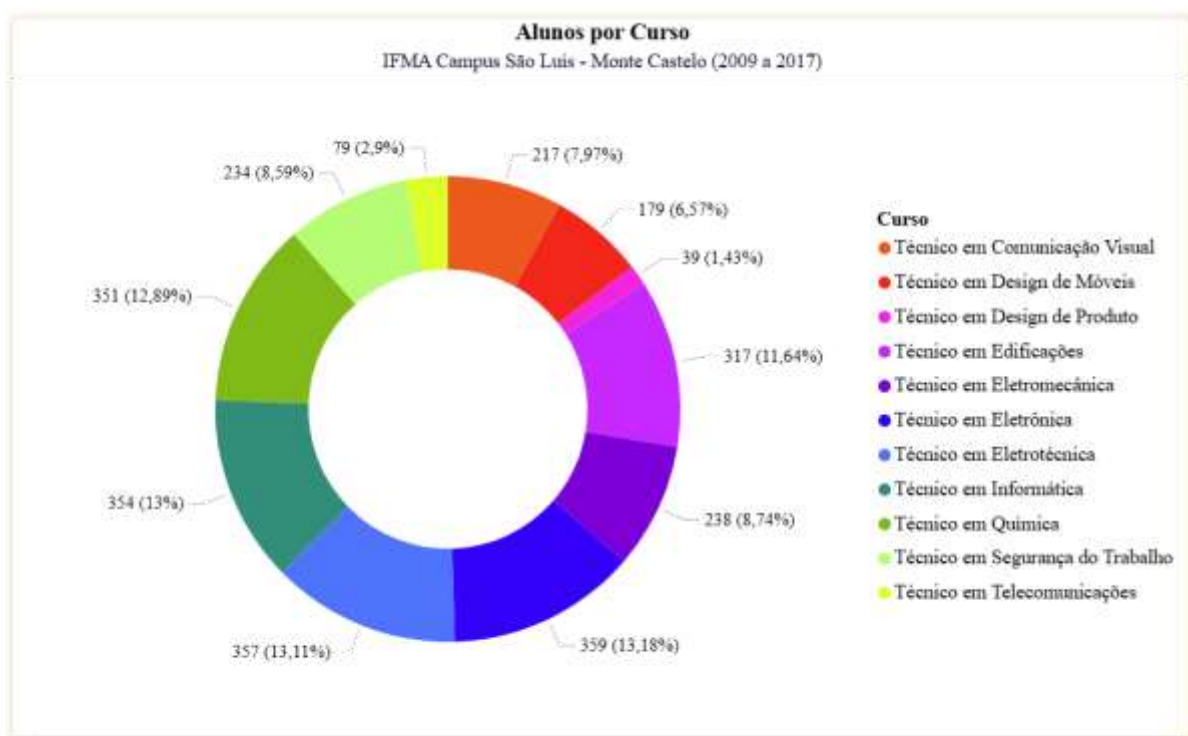
O Gráfico 6 evidencia a predominância das formações em Agroindústria (362 alunos, 28,39%) e Agropecuária (357 alunos, 28%), seguidas pelos cursos de Meio Ambiente (322 alunos, 25,25%) e Informática (234 alunos, 18,35%). Essa configuração reflete a vinculação histórica da instituição com a educação profissional voltada ao setor agropecuário, herança da antiga Escola Agrotécnica Federal de Codó, transformada em Instituto Federal pela Lei nº 11.892/2008.

A prevalência dos cursos ligados ao setor primário está alinhada ao modelo histórico das escolas técnicas federais, que, conforme Nosella e Buffa (2013), foram estruturadas para atender às demandas produtivas locais, fortalecendo a qualificação da mão de obra para a economia regional. Além disso, a inclusão dos cursos de Meio Ambiente e Informática indica um movimento de diversificação da oferta formativa, buscando atender novas exigências do mercado e ampliar as possibilidades de inserção profissional dos estudantes.

A análise desses dados sugere que o IFMA Campus Codó desempenha um papel estratégico tanto na manutenção da tradição agropecuária local quanto na inserção de novos campos tecnológicos, demonstrando a dualidade entre a reprodução das estruturas econômicas regionais e a possibilidade de transformação social por meio da educação profissional.

O Campus São Luís-Monte Castelo, segundo se nota no Gráfico 7, destaca-se por ofertar cursos técnicos altamente especializados e voltados para áreas tecnológicas, como Eletromecânica, Eletrônica e Informática. A presença de cursos como Técnico em Química e Técnico em Eletromecânica reflete a inserção do campus em um ambiente urbano com alta demanda por formação técnica para a indústria local.

Gráfico 7 – Cursos ofertados – IFMA, Campus São Luís - Monte Castelo



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

O gráfico apresenta a distribuição dos alunos matriculados nos cursos técnicos do IFMA Campus São Luís-Monte Castelo entre 2009 e 2017, evidenciando uma oferta diversificada de formações profissionais. Os cursos com maior número de matrículas são Técnico em Eletrotécnica (359 alunos, 13,18%), Técnico em Informática (357 alunos, 13,11%) e Técnico em Química (354 alunos, 13%), seguidos por Técnico em Segurança do Trabalho (351 alunos, 12,89%) e Técnico em Edificações (317 alunos, 11,64%). Essa distribuição reflete a vocação tecnológica do campus e sua relação com setores estratégicos da economia local, especialmente nas áreas industrial, tecnológica e de serviços.

A diversificação curricular do IFMA está alinhada à política de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, conforme estabelecido pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), que

transformou os antigos CEFETs em Institutos Federais, ampliando sua atuação para além dos cursos tradicionalmente voltados à agroindústria. Segundo Nosella e Buffa (2013), a história da educação profissional no Brasil revela a adaptação das instituições às demandas do mercado, promovendo formação técnica para setores emergentes, como informática e eletrotécnica, sem perder de vista áreas clássicas, como edificações e segurança do trabalho.

A predominância de cursos técnicos industriais e tecnológicos no Campus São Luís-Monte Castelo também reflete a dualidade da educação profissional apontada por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que discutem a tensão entre a formação para atender às exigências do capital e a possibilidade de emancipação social por meio da qualificação técnica.

Essa análise proporciona uma visão detalhada das opções de formação disponíveis em cada unidade, evidenciando a diversidade de cursos e suas respectivas áreas de concentração. A comparação entre os *campi* permite identificar particularidades de cada localidade e avaliar o alinhamento dos cursos às demandas regionais e às diretrizes estratégicas do Instituto.

Desse modo, ressaltam-se os diversos focos: Campus Caxias prioriza áreas ligadas ao agronegócio e administração; o Campus Codó tem forte alinhamento com as demandas do setor primário e sustentabilidade ambiental; e o Campus São Luís-Monte Castelo é altamente técnico e industrial, com uma oferta adaptada à vocação urbana. A tecnologia aparece como uma prioridade comum aos três *campi*, com cursos como Técnico em Informática e suas variações sendo ofertados em todos.

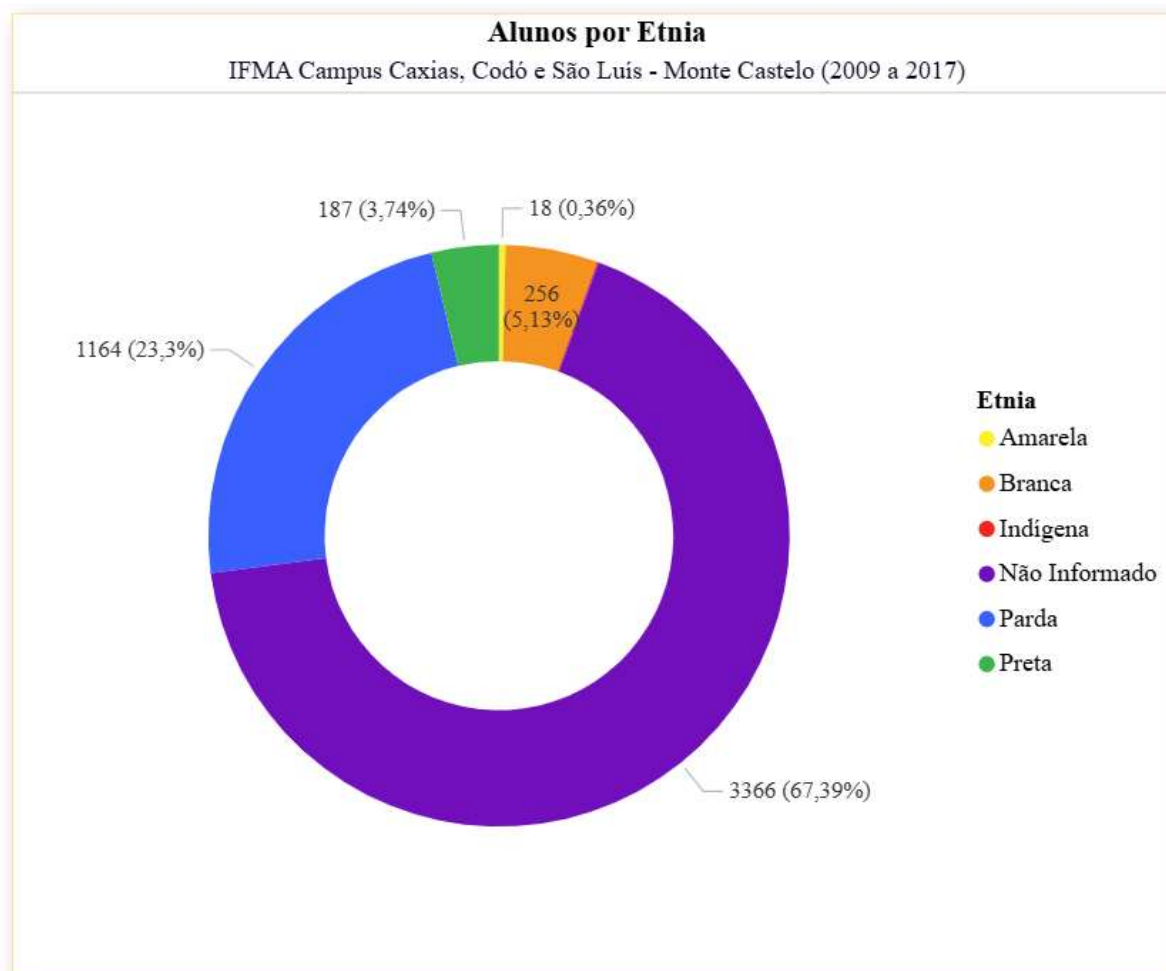
Os dados referentes à caracterização étnica dos estudantes dos *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo do IFMA tem como objetivo compreender o perfil dos discentes e analisar a representatividade dos grupos sociais dentro da Instituição. A partir disso, é possível identificar como as políticas de ação afirmativa, como cotas e programas de inclusão, têm impactado a distribuição de vagas e promovido a diversidade nos cursos técnicos ofertados.

O Gráfico 8 apresenta a distribuição dos alunos por etnia nos *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo do IFMA, considerando os anos de 2009 a 2017.

Essa análise tem como objetivo evidenciar a diversidade racial presente na instituição, além de servir como base para a avaliação das políticas de inclusão e representatividade. No Gráfico 8 apresenta a distribuição dos alunos por etnia nos *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo do IFMA, com base na autodeclaração dos estudantes, no período de ingresso entre 2009 a 2012. A análise evidencia a diversidade racial na instituição o que pode contribuir para a avaliação das políticas de inclusão e representatividade. No entanto, observa-se que

muitas fichas de matrícula não continham esse dado preenchido, o que pode comprometer a precisão da categorização e a interpretação dos resultados.

Gráfico 8 – Relação de alunos por Etnia



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

Entre os dados disponíveis, observa-se uma predominância de estudantes pardos (23,3%) e pretos (5,13%), refletindo a composição racial do Maranhão, conforme apontado pelo IBGE (2010). Grupos como brancos (3,74%), indígenas (0,36%) e amarelos (0,36%) aparecem em menor proporção. Esses números sugerem que, antes da adoção das cotas, o acesso ao IFMA já era majoritariamente de estudantes negros e pardos, possivelmente devido ao perfil socioeconômico da população atendida.

No entanto, conforme discutido por Nosella e Buffa (2013), a ausência de dados pode indicar falhas nos registros institucionais, dificultando a avaliação da eficácia das políticas de inclusão. Além disso, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) destacam que a educação profissional

pode tanto reforçar desigualdades quanto promover inclusão, dependendo da forma como as políticas são implementadas e monitoradas.

A análise do período de 2009 a 2012 revela desafios na sistematização de informações raciais antes da adoção do sistema de cotas, indicando a necessidade de maior rigor na coleta desses dados para garantir um acompanhamento mais preciso das políticas de inclusão e diversidade na Instituição.

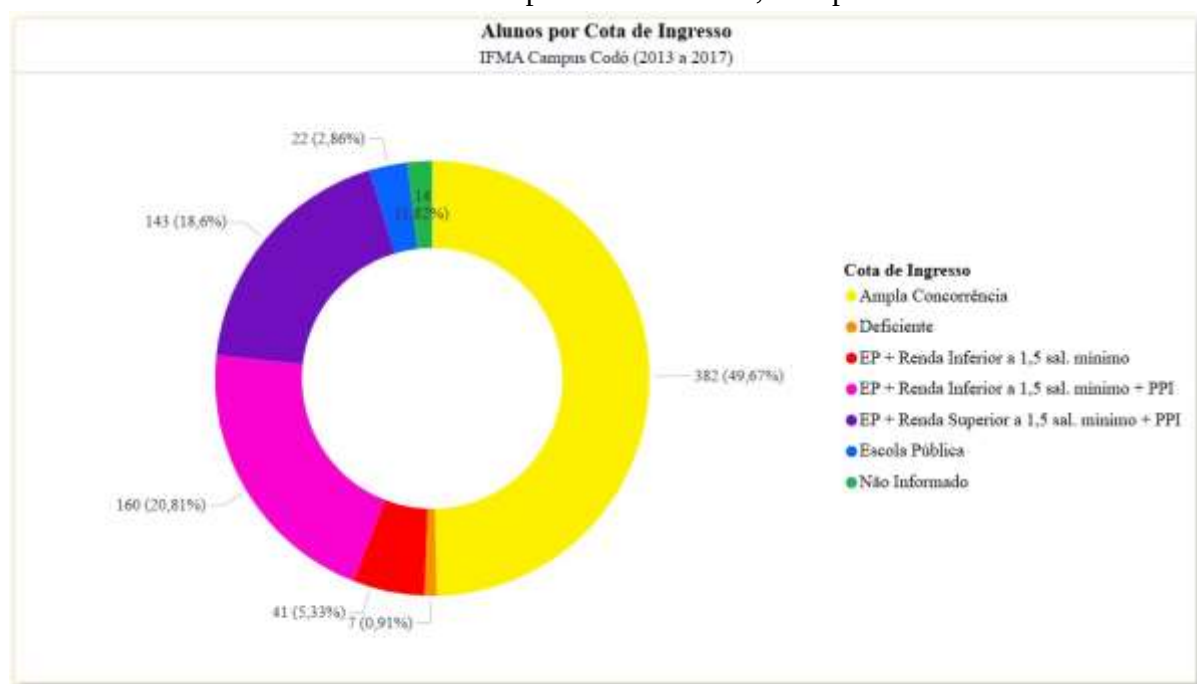
Essa lacuna documental pode ser interpretada à luz das reflexões de Nosella e Buffa (2013) sobre a burocratização dos processos institucionais e as limitações na coleta de dados que embasam políticas educacionais. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) destacam que a educação profissional pode tanto reproduzir desigualdades quanto atuar como instrumento de inclusão, dependendo da efetividade das ações afirmativas e do acompanhamento das políticas públicas.

Dessa forma, o Gráfico 8 aponta não apenas para a presença significativa de estudantes negros no IFMA, mas também para desafios na implementação e monitoramento das políticas de inclusão racial, reforçando a importância de aperfeiçoar os processos de registro e acompanhamento da composição étnico-racial dos alunos.

É relevante ressaltar que, a partir de 2013, com a implementação da Lei n.º 12.711/2012 (Brasil, 2012a), o IFMA passou a adotar políticas afirmativas, garantindo a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, incluindo cotas raciais para pretos, pardos e indígenas (PPI). No entanto, a elevada taxa de dados não informados (67,39%) compromete a avaliação da efetividade dessas políticas e reforça a necessidade de mecanismos institucionais para melhorar o preenchimento das informações raciais nos registros acadêmicos.

No Gráfico 9 exibe-se a distribuição dos alunos por categorias de ingresso, evidenciando as diferentes modalidades de acesso ao IFMA.

Gráfico 9 – Alunos por cota de IFMA, Campus Codó



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

No Gráfico 9 destaca-se as cotas aplicadas, incluindo ampla concorrência, reserva para estudantes de escolas públicas com critérios de renda, cotas para pretos, pardos e indígenas (PPI), além de outras formas de ingresso adotadas pela Instituição. Ele apresenta a distribuição dos alunos por modalidade de ingresso no IFMA Campus Codó, no período de 2013 a 2017, marcando a implementação da Lei n.º 12.711/2012 (Lei de Cotas) (Brasil, 2012a). Observa-se que 49,67% dos ingressantes entraram por ampla concorrência, enquanto 50,33% utilizaram alguma modalidade de cota, evidenciando o impacto da política de inclusão no acesso à educação profissional e tecnológica. As categorias EP + Renda Inferior a 1,5 salário-mínimo + PPI (20,81%) e EP + Renda Superior a 1,5 salário-mínimo + PPI (18,6%) representam a maior parte dos cotistas, demonstrando que a reserva de vagas beneficiou principalmente estudantes de baixa renda e pertencentes a grupos historicamente excluídos.

Ao se comparar com os *campi* Caxias e São Luís-Monte Castelo, observa-se uma falha significativa na sistematização dos dados, pois, no mesmo período, 100% das informações sobre modalidade de ingresso não foram registradas. Esse dado compromete a análise da efetividade das políticas de cotas e reforça a necessidade de um aprimoramento nos registros institucionais, conforme apontado por Nosella e Buffa (2013), que destacam a burocratização dos processos acadêmicos como um obstáculo à avaliação das políticas educacionais.

Além disso, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) ressaltam que, embora as cotas ampliem o acesso, a democratização da educação profissional exige mecanismos que garantam não apenas o ingresso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. A ausência de dados nos outros *campi* impede uma análise comparativa mais aprofundada e reforça a importância da transparência na gestão educacional para que políticas de inclusão possam ser avaliadas e aprimoradas de forma efetiva.

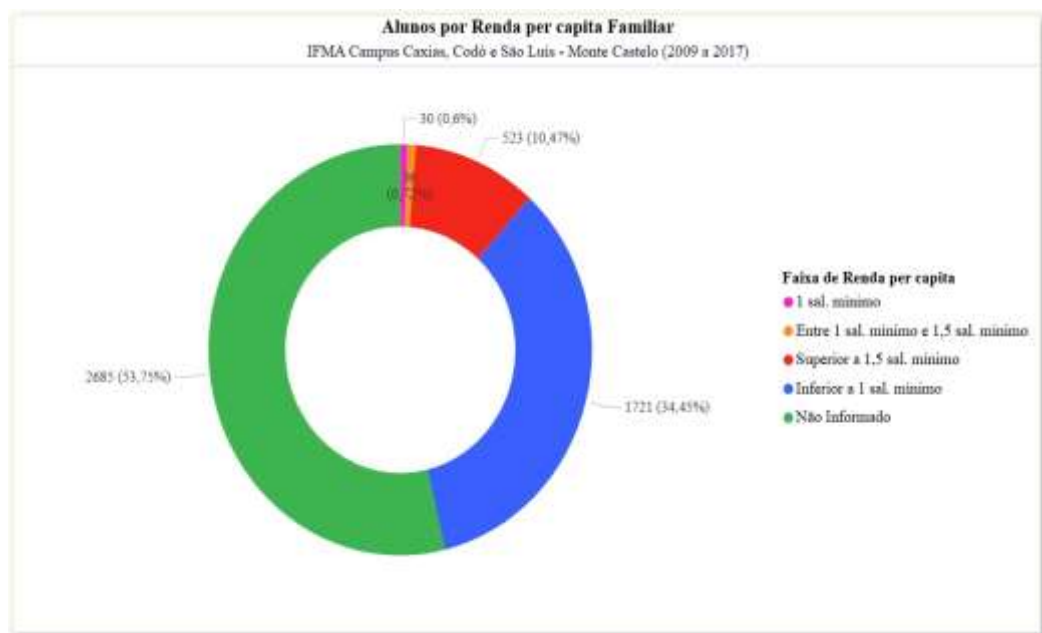
Ressalta-se que, a partir de 2017, tornou-se obrigatória a identificação da modalidade de ingresso dos estudantes, em conformidade com normativas institucionais e regulamentações do MEC. Essa exigência visa garantir maior transparência na implementação da Lei n.º 12.711/2012 (Lei de Cotas) (Brasil, 2012a) e possibilitar o acompanhamento efetivo das políticas de inclusão no ensino profissional e tecnológico. A ausência de dados antes desse período, como evidenciado no gráfico, compromete a análise da democratização do acesso ao IFMA e reforça a importância de um aprimoramento nos registros administrativos para a avaliação das políticas públicas educacionais.

O Gráfico 9 evidencia o impacto das políticas de cotas implementadas pelo IFMA na ampliação do acesso ao ensino médio técnico entre 2013 e 2017. Essas políticas, fundamentadas na Lei n.º 12.711/2012 (Lei de Cotas) (Brasil, 2012a), têm sido essenciais para a inclusão de estudantes de escolas públicas, especialmente aqueles de baixa renda e pertencentes a grupos étnico-raciais historicamente subrepresentados, como pretos, pardos e indígenas (PPI).

No entanto, os dados indicam a necessidade de estratégias adicionais para fortalecer a inclusão de estudantes com deficiência e de outras populações menos representadas. Garantir um equilíbrio entre inclusão social e ampla concorrência é fundamental para promover equidade e diversidade no ambiente educacional.

No que se refere à renda *per capita* familiar organizou-se a seguir um conjunto de gráficos contendo: Gráfico 10 com o quantitativo e proporções totais dos dados estudado, GRFC com os dados dos *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo.

Gráfico 10 – Renda per capita familiar do IFMA *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo

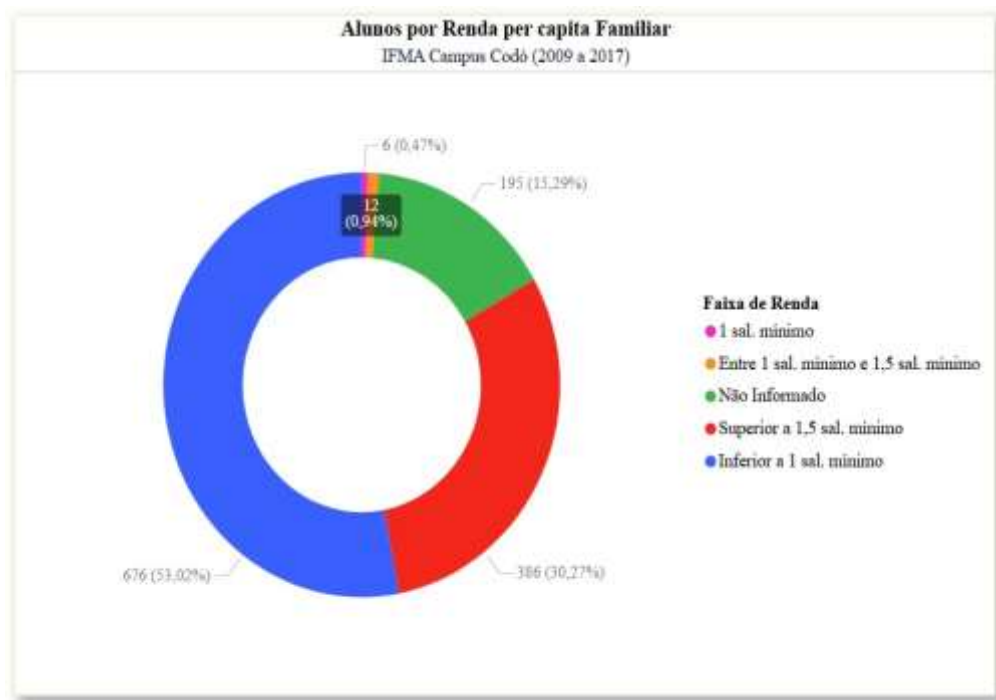


Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

Abaixo, no Gráfico 11, tem-se a representação destes dados no IFMA, Campus Caxias.

Gráfico 11 – Renda per capita familiar do IFMA Campus Caxias

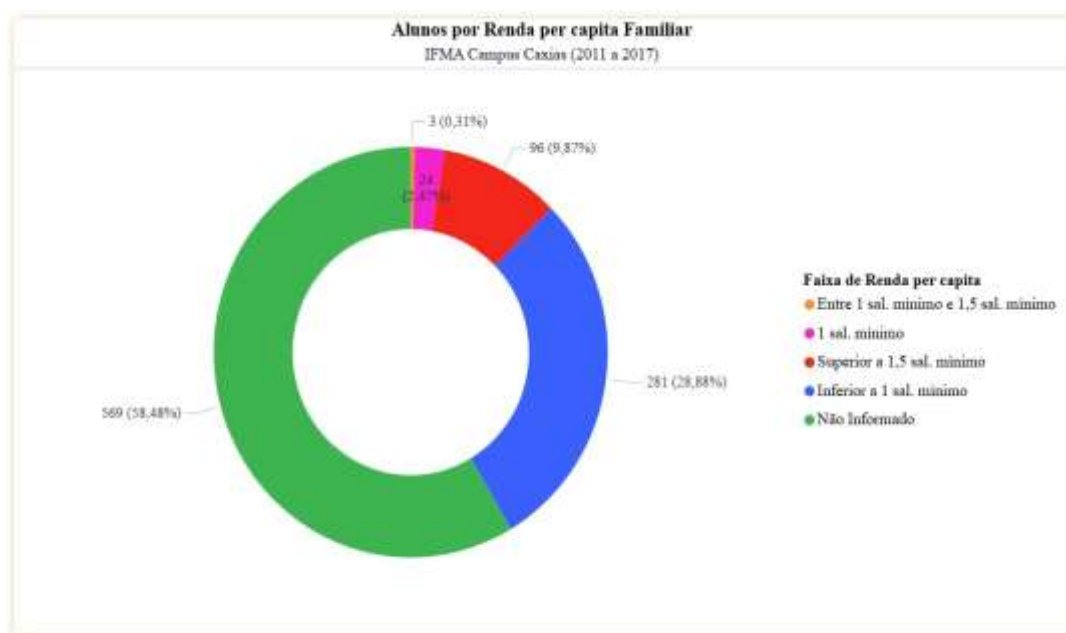


Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

Em seguida o com as informações do IFMA, Campus Codó.

Gráfico 12 – Renda per capita familiar do IFMA Campus Codó

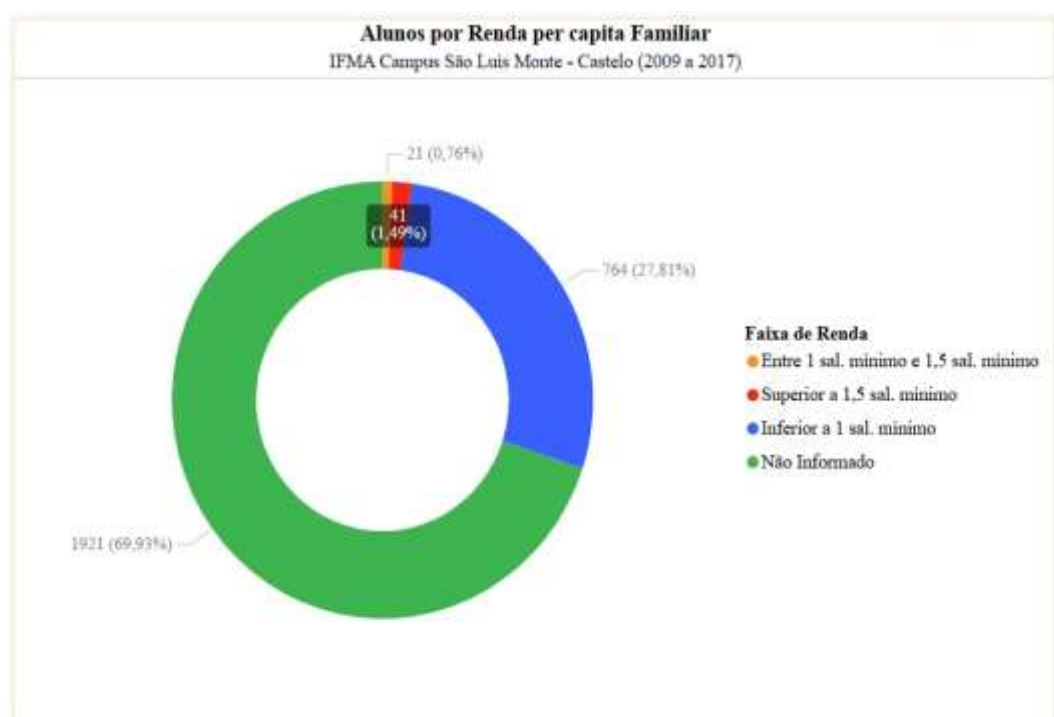


Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

Na sequência, traz-se o Gráfico 13 com as informações do IFMA, Campus São Luís-Monte Castelo.

Gráfico 13 – Renda per capita familiar do IFMA, Campus São Luís-Monte Castelo



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

A distribuição dos estudantes dos *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo do IFMA, no período de 2009 a 2017, segundo a renda *per capita* familiar, evidencia aspectos essenciais para a avaliação da democratização do acesso ao ensino técnico e das políticas de inclusão. Os dados revelam que 53,75% das informações sobre renda não foram registradas, comprometendo a precisão da análise socioeconômica e a efetividade do monitoramento das políticas afirmativas.

Entre os registros disponíveis, observa-se que 34,45% dos alunos pertencem a famílias com renda inferior a um salário-mínimo, o que ratifica a predominância de estudantes provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis. Esse cenário reforça a importância de políticas institucionais voltadas para permanência estudantil, como assistência financeira, cotas e suporte pedagógico. Apenas 10,47% dos discentes possuem renda superior a 1,5 salário-mínimo, o que confirma o caráter inclusivo do IFMA, alinhado à Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012a), que prioriza o acesso de estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas.

A ausência expressiva de registros sobre a renda dos alunos aponta para deficiências nos sistemas institucionais de coleta e processamento de dados, dificultando uma análise robusta sobre a efetividade das políticas de equidade educacional. Conforme Nosella e Buffa (2013), a burocratização dos registros acadêmicos pode comprometer o diagnóstico das políticas públicas, limitando ações corretivas. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) defendem que a inclusão no ensino técnico deve ser acompanhada por estratégias que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes em situação de vulnerabilidade.

A análise específica do campus Caxias revela que 58,48% dos dados de renda entre 2011 e 2017 não foram informados, evidenciando um problema estrutural na gestão das informações institucionais. Entre os registros disponíveis, 28,88% dos estudantes têm renda familiar inferior a um salário-mínimo, enquanto 9,87% possuem renda superior a 1,5 salário-mínimo. A predominância de alunos de menor poder aquisitivo confirma a relevância das políticas de cotas e inclusão social, mas também expõe desafios na sistematização de informações fundamentais para o aprimoramento das políticas públicas. Saviani (2007) ressalta que lacunas nos registros acadêmicos comprometem a avaliação das políticas educacionais, dificultando a criação de estratégias eficazes para a redução das desigualdades estruturais.

Os dados do campus Codó (2009-2017) reforçam essa tendência, indicando que 53,02% dos estudantes pertencem a famílias com renda inferior a um salário-mínimo, ao passo que 30,27% têm renda entre 1 e 1,5 salário-mínimo. Apenas 15,29% dos alunos possuem renda superior a 1,5 salário-mínimo, demonstrando que a presença de estudantes oriundos de camadas sociais mais privilegiadas é reduzida. A distribuição da renda per capita familiar reflete o papel do IFMA na inclusão de grupos historicamente marginalizados, mas a fragmentação dos dados sugere a necessidade de aprimoramento nos mecanismos de monitoramento e avaliação.

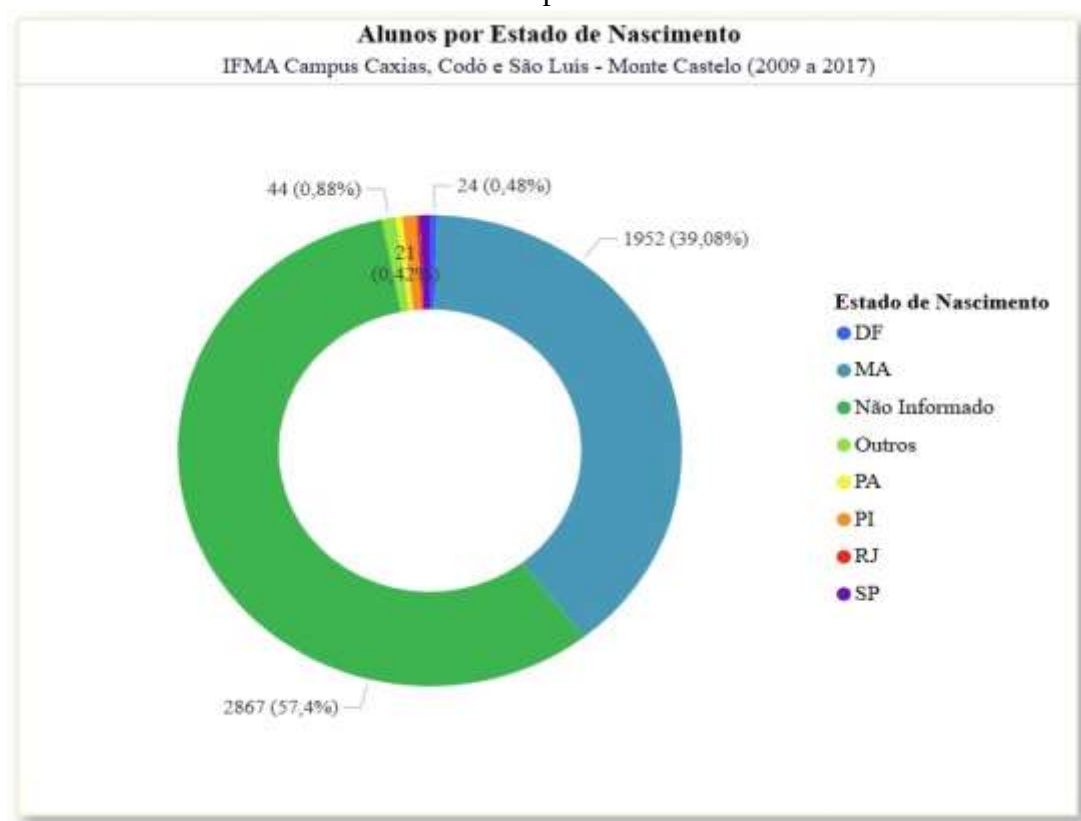
Observa-se que o IFMA tem cumprido um papel central na promoção da equidade no ensino técnico, atendendo majoritariamente estudantes de baixa renda e alinhando-se às diretrizes das políticas públicas de inclusão. No entanto, as falhas na sistematização dos dados fragilizam a capacidade institucional de mensurar o impacto das ações afirmativas e de formular estratégias mais eficazes para a permanência estudantil. O aprimoramento dos processos administrativos, aliado à ampliação das políticas de assistência, emerge como uma necessidade urgente para consolidar um modelo educacional mais transparente e inclusivo.

A atuação do IFMA deve contemplar não apenas o acesso, mas também garantir condições estruturais e pedagógicas que favoreçam a continuidade e conclusão dos cursos pelos estudantes em situação de vulnerabilidade. A melhoria na coleta e análise dos dados socioeconômicos é um passo essencial para a implementação de políticas educacionais mais eficazes, reforçando o compromisso da instituição com a equidade e a transformação social.

Compreender a origem dos estudantes é basilar para avaliar a atratividade do IFMA tanto no contexto local quanto em outras regiões, além de identificar a contribuição da instituição para o acesso à educação de diferentes populações. Esse levantamento também auxilia na formulação de estratégias para fortalecer ainda mais o vínculo da instituição com as comunidades atendidas.

O Gráfico 14 apresenta a distribuição dos alunos matriculados nos *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo entre 2009 e 2017, com destaque para o estado de nascimento dos estudantes. A análise desse dado possibilita compreender o perfil geográfico da comunidade acadêmica, evidenciando a origem regional dos discentes e a abrangência territorial do IFMA. Essa abordagem se alinha às discussões sobre interiorização e democratização do ensino, conforme preconizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelas diretrizes dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), que visam à expansão do acesso à educação profissional e tecnológica, especialmente em regiões historicamente menos atendidas.

Gráfico 14 – Alunos por Estado de Nascimento



Fonte: Elaboração própria (2024)

Nota: Com base nos dados das pesquisas realizadas nos arquivos dos DRCAs do IFMA, 2024.

Consoante com o que apresenta a Gráfico 14, 75,6% dos matriculados nasceram no Maranhão, o que reflete o forte vínculo do IFMA com o Estado e sua atuação como principal instituição de ensino técnico para a população local. Essa alta representatividade é esperada, considerando que o IFMA atende diretamente as demandas educacionais das comunidades maranhenses.

A presença de estudantes oriundos de outros estados está assim sistematizada: Piauí (PI) representa 17,3%, sendo o segundo estado com maior número de alunos. Essa expressiva presença pode ser explicada pela proximidade geográfica entre os dois estados e a possível busca de oportunidades educacionais no IFMA; estudantes do Pará (PA) somam 2,1%, indicando um impacto regional do IFMA além das fronteiras do Maranhão; São Paulo (SP) e Distrito Federal (DF), com participação menor (1,0% e 0,8%), respectivamente.

O IFMA cumpre um papel significativo no atendimento à população do Maranhão, sendo uma instituição de ensino técnico de referência no Estado. Sua capacidade de atrair estudantes do Piauí e de outros estados próximos fortalece sua relevância regional. Estratégias

para ampliar o alcance nacional podem ser exploradas, caso seja de interesse, para diversificar ainda mais o perfil da comunidade acadêmica e expandir sua visibilidade.

Por outro lado, é importante que a Instituição analise as questões relacionadas às infraestruturas dos *campi*, que frequentemente limitam a diversificação e a ampliação da oferta de cursos. A adequação física e tecnológica dos espaços institucionais é um elemento substancial para atender às exigências pedagógicas de forma eficaz, conforme preconizado pelo PDI e Projeto Político Institucional (PPI). A insuficiência ou inadequação de laboratórios, equipamentos, bibliotecas e demais estruturas de suporte pode representar um entrave direto à expansão e à qualidade da formação técnica.

Adicionalmente, destaca-se a relevância das demandas por códigos de vagas para a contratação de docentes especializados, especialmente em áreas de conhecimento específicas que poderiam integrar os novos cursos técnicos, a partir do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), disponível em <https://cnct.mec.gov.br/>. Conforme discutido em estudos institucionais e relatórios do PPI, a ausência de uma política sistemática de alocação de recursos humanos tende a limitar a flexibilidade do IFMA em responder a novas demandas regionais. A restrição na disponibilidade de docentes impacta não apenas a implementação de novos cursos, mas também a oferta de disciplinas complementares e projetos interdisciplinares, fundamentais para o desenvolvimento integral dos discentes.

Portanto, a expansão e a diversificação da oferta educacional, conforme orientada pelas demandas socioeconômicas da região, requerem a conjugação de esforços em duas frentes: a modernização e ampliação das infraestruturas e a implementação de estratégias institucionais para assegurar o quadro docente necessário. Esses fatores, quando alinhados às diretrizes do PDI e PPI, podem potencializar a capacidade do IFMA de consolidar-se como agente estratégico no desenvolvimento local e regional.

Tecendo os nexos

considerações finais



5 TECENDO OS NEXOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação educativa integra um sujeito, um agente, um argumento, os meios adequados e desenvolve-se num determinado contexto, com vista a um fim. A educação é o constructo que resulta da interação destes elementos e destes fatores por apropriação do sujeito; é relação e relacionamento (Magalhães, 2004, p. 31).

A epígrafe de abertura dessa seção, extraída da obra *Tecendo Nexos: história das instituições escolares*, de Justino Magalhães (2004), dialoga com a pesquisa realizada, ao enfatizar que a ação educativa é um processo relacional e dinâmico, que articula diferentes elementos (sujeito, agente, argumento, meios e contexto) para alcançar um objetivo. Desse modo, para a realização dessa pesquisa, se fizeram necessárias as interações, os diálogos, os estudos, mesmo que, por vezes, solitários.

Desse modo, na tese *Entre transformações e permanências: a história da educação profissional técnica de nível médio do Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA (2008-2017)*, propôs-se a investigar, por meio de um estudo histórico e documental, as dinâmicas que permearam a criação e a consolidação dessa Instituição como um espaço de formação técnica e profissional no estado do Maranhão. Essa investigação revelou um cenário complexo, onde as transformações políticas e econômicas do Brasil dialogam com as particularidades regionais, configurando uma trajetória repleta de desafios e contradições.

A presente investigação, ancorada no estudo histórico e documental da educação profissional técnica de nível médio do IFMA entre 2008 e 2017, buscou compreender as dinâmicas institucionais que delinearam a trajetória dessa instituição no estado. O levantamento de fontes primárias e secundárias revelou um cenário de transformações estruturais e desafios contínuos, em que as políticas educacionais nacionais interagem com as particularidades regionais, criando tensões e reconfigurações nesse modelo de ensino.

Nesta última seção, importa revisitar e rememorar principais partes do percurso. A pesquisa *in loco*, realizada em um ambiente de intenso valor histórico, exigiu um planejamento cuidadoso para otimizar o tempo e garantir a abrangência analítica, dada a grande quantidade de material disponível. A conciliação entre a limitação temporal e a profundidade investigativa destacou a importância da flexibilidade e do rigor metodológico no trabalho do pesquisador, especialmente em levantamentos que envolvem fontes primárias.

A preservação do acervo físico da Biblioteca Pública Benedito Leite é um aspecto de grande relevância para a manutenção da memória histórica e cultural da história e memória do Estado. A organização desse acervo, armazenado em prateleiras e sistematicamente categorizado em cadernos, dispostos por ano e mês, contribuiu significativamente para facilitar o acesso aos jornais. Essa estruturação meticulosa não apenas assegura a integridade dos materiais, mas também otimiza sua consulta, promovendo a eficiência na pesquisa e o uso efetivo do acervo por parte dos usuários.

A ida à Biblioteca Pública Benedito Leite evidenciou o papel essencial das instituições culturais como preservadoras da memória coletiva e histórica, destacando-se como verdadeiros guardiões do patrimônio informacional. Esse contato direto revelou não apenas os conteúdos narrativos, mas também as sutilezas e particularidades de cada publicação, ampliando o entendimento sobre a relação entre os veículos de imprensa e a sociedade maranhense. Além disso, a organização editorial dos periódicos, com suas hierarquias de manchetes e seções, permitiu inferir as prioridades informativas de cada época, ressaltando os temas que pautavam os debates públicos e suas possíveis conexões com os processos educacionais e econômicos.

A experiência demonstrou o valor inestimável do trabalho de campo, onde a presença física diante das fontes oferece oportunidades únicas para *insights* e descobertas. Ao reforçar a relevância dos jornais como fontes primárias, o trabalho na Biblioteca Pública Benedito Leite consolidou a percepção de que essas publicações não são meramente registros informativos, mas vestígios de práticas culturais e políticas que moldaram a história regional.

A pesquisa digital desempenhou, igualmente, um importante papel nesta investigação, viabilizando o acesso a documentos históricos, periódicos e produções acadêmicas essenciais para a compreensão da trajetória do IFMA. Dentre as plataformas consultadas, destaca-se a Hemeroteca Digital Brasileira, ferramenta vinculada à Fundação Biblioteca Nacional, que reúne um acervo amplo e diversificado de jornais, revistas e publicações periódicas. A digitalização desses materiais permitiu analisar como a imprensa noticiou e debateu as transformações na educação profissional no Maranhão, fornecendo subsídios para compreender a construção discursiva em torno da implementação dos Institutos Federais. Ao longo do recorte temporal da pesquisa (2008-2017), foi possível identificar a recorrência de pautas relacionadas à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como às tensões e desafios enfrentados pelo IFMA diante das reformas educacionais e das mudanças políticas no país.

A partir do recorte temporal entre 2008 e 2017, delimitado pela criação dos Institutos Federais e pela promulgação da Reforma do Ensino Médio, o trabalho identificou que o IFMA se consolidou como um elemento-chave para a formação técnica de jovens e adultos no Maranhão. Ele assumiu uma função dual: ao mesmo tempo em que atendeu às exigências do mercado capitalista por mão de obra tecnicamente qualificada, também se destacou como um instrumento de democratização do acesso à educação, contribuindo para a inclusão social e a redução das desigualdades regionais. Essa dualidade reflete a complexidade de seu papel, marcado por permanências e transformações em suas políticas e práticas institucionais.

O IFMA representou, durante o período estudado, um ponto de convergência entre as demandas do mercado e as necessidades da população local. Por um lado, sua estrutura curricular, inspirada em diretrizes nacionais, esteve alinhada às necessidades do capital hegemônico, com foco na qualificação técnica e tecnológica. Por outro lado, o IFMA funcionou como um espaço de transformação social, proporcionando acesso à educação técnica para grupos marginalizados, promovendo mobilidade social e incentivando o desenvolvimento local por meio da formação de cidadãos com capacidade técnica e consciência social.

A análise demonstrou que, embora inserido em uma lógica de mercado, o IFMA também teve a capacidade de construir pontes para atender a demandas específicas da sociedade maranhense, principalmente aquelas relacionadas à formação de jovens trabalhadores em um estado com históricos desafios socioeconômicos. Esse equilíbrio entre atender às necessidades de capital e responder às exigências sociais revela a complexidade de sua atuação e as contradições que marcam sua trajetória.

Um dos principais pontos críticos levantados pela pesquisa foi o impacto de mudanças nas políticas educacionais nacionais, como a Lei n.º 13.415/2017 (Brasil, 2017), que instituiu a Reforma do Ensino Médio. Essa reforma alterou significativamente a estrutura curricular das instituições de ensino médio técnico, fragilizando o caráter integrado que é uma marca dos Institutos Federais. No caso do IFMA, tal mudança representou um desafio à sua identidade institucional, forçando adaptações que, em alguns casos, destoaram de seu projeto pedagógico original ainda em discussão sobre sua aplicabilidade na Instituição.

Além disso, a análise dos grupos sociais beneficiados pelo IFMA revelou uma tensão entre as intenções e os resultados práticos das políticas educacionais implementadas. Embora as diretrizes iniciais da instituição buscassem atender prioritariamente estudantes de regiões desfavorecidas e com acesso limitado à educação de qualidade, a implementação prática nem

sempre conseguiu superar os desafios estruturais e históricos que limitam a inclusão plena desses grupos.

Na pesquisa de campo nos *campi* Caxias, Codó e São Luís-Monte Castelo forneceu dados essenciais sobre o perfil socioeconômico dos estudantes entre 2008 e 2017. A predominância de alunos oriundos de famílias de baixa renda reflete a importância das políticas de cotas e assistência estudantil na democratização do acesso ao ensino técnico. Entretanto, um desafio identificado foi a fragilidade na sistematização dos dados institucionais: 53,75% das informações sobre renda per capita não estavam disponíveis nos registros acadêmicos, dificultando uma avaliação mais precisa dos impactos das políticas de inclusão.

Diante desse cenário, a análise crítica da expansão da Rede Federal de Educação Profissional ressalta que, apesar da ampliação numérica das instituições, a qualidade da formação oferecida ainda requer atenção. A mera criação de novos *campi* não garante, por si só, a eficácia do ensino técnico, sendo necessário avaliar a sustentabilidade das políticas educacionais, a infraestrutura disponível e as condições de permanência dos alunos no sistema.

No âmbito metodológico, a triangulação de fontes – combinando análises hemerográficas, documentais e bibliográficas – possibilitou uma abordagem ampla e crítica sobre a trajetória do IFMA. A utilização dos jornais como fontes primárias revelou-se essencial para compreender o discurso público sobre a educação profissional e tecnológica no Maranhão, demonstrando que a imprensa atuou tanto como registro quanto como agente na formulação das narrativas políticas e educacionais.

A abordagem metodológica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, permitiu explorar a riqueza de fontes históricas e oficiais, como leis, periódicos e registros institucionais. Essas fontes foram analisadas à luz de referenciais teóricos que privilegiam o materialismo histórico, permitindo a compreensão das relações entre o IFMA e o contexto socioeconômico em que está inserido.

Ao longo deste trabalho, procurou-se analisar a história e os processos de transformação das instituições educativas no contexto do IFMA. Buscou-se compreender as dinâmicas que moldaram não apenas as práticas pedagógicas, mas também as políticas, sociais e econômicas que impactaram a configuração dessas instituições. Arquivos de jornais são fontes primárias valiosas para estudos históricos, sociais e culturais. Esse tipo de acervo pode ter a potencialidade de apoiar pesquisas acadêmicas, escolares e até projetos comunitários que envolvam a memória e identidade locais.

A pesquisa evidencia que o IFMA, ao longo de sua história, foi palco de disputas ideológicas e políticas que impactaram a condução de seu projeto educacional. Se, por um lado, a Instituição ampliou significativamente o acesso ao ensino técnico para camadas populares, por outro, enfrenta desafios estruturais e administrativos que limitam o alcance pleno das políticas de inclusão. A tensão entre as necessidades do mercado e a formação cidadã continua sendo uma questão central, especialmente diante das novas transformações do mundo do trabalho impulsionadas pela automação e digitalização.

Outro ponto crítico levantado pela pesquisa foi o processo de transição dos CEFETs e Escolas Agrotécnicas para os Institutos Federais, conforme estabelecido pela Lei n.º 11.892/2008 (Brasil, 2008). Esse processo, apesar de representar um avanço na ampliação da oferta educacional, também gerou inseguranças institucionais, especialmente quanto à autonomia acadêmica e administrativa dessas instituições. Conforme apontado por Hora (2013), a ausência de uma participação ampla das comunidades acadêmicas nesse processo resultou em receios quanto à identidade institucional dos Institutos Federais, evidenciando a necessidade de maior diálogo e articulação entre gestores, docentes e estudantes.

Portanto, os resultados obtidos indicam que o IFMA tem desempenhado um papel estratégico na formação técnica e profissional, promovendo inclusão e desenvolvimento regional. Entretanto, a efetividade dessas ações depende de um monitoramento contínuo das políticas institucionais, bem como do aprimoramento dos registros administrativos para garantir maior transparência e análise detalhada dos impactos das políticas educacionais.

A partir dessa metodologia, foi possível aprofundar a compreensão sobre como o IFMA contribuiu para a formação profissional e cidadã no Maranhão, ao mesmo tempo em que perpetua e desafia as estruturas hegemônicas de poder. A análise revelou que a educação técnica oferecida pelo IFMA não é apenas uma resposta às demandas do mercado, mas também uma arena de disputas, onde diferentes forças políticas, sociais e culturais se encontram.

Essa pesquisa contribui significativamente para o campo da História da Educação no Brasil, especialmente no Maranhão, ao resgatar e analisar a trajetória de uma Instituição que desempenha um papel estratégico na formação de trabalhadores e na promoção do desenvolvimento regional. O estudo também enriquece o debate sobre as tensões e contradições inerentes às políticas públicas educacionais no Brasil.

As análises realizadas abrem espaço para reflexões sobre os rumos futuros do IFMA e dos Institutos Federais de maneira geral. Considerando as mudanças no cenário educacional e

as novas demandas sociais e econômicas, torna-se basilar repensar o papel dessas instituições no fortalecimento de uma educação técnica que vá além da formação instrumental, integrando aspectos éticos, críticos e cidadãos em seu projeto pedagógico.

Com base nessas conclusões, destaca-se a necessidade de futuras pesquisas que aprofundem o impacto das mudanças legislativas sobre os Institutos Federais, especialmente no que se refere às políticas de permanência estudantil e ao equilíbrio entre formação técnica e humanística. É fundamental que pesquisas futuras continuem a explorar o impacto das políticas educacionais sobre a estrutura e as práticas dos Institutos Federais, com foco em suas especificidades regionais. No caso do Maranhão, a articulação entre desenvolvimento econômico e inclusão social deve ser um ponto central no debate sobre a educação técnica e profissional.

A pesquisa revelou que as instituições educativas, como o IFMA, não são espaços neutros de transmissão de conhecimentos, mas sim campos de interação entre diversos agentes históricos. As transformações institucionais ocorridas entre 2008 e 2017, impulsionadas pelas leis nº 11.892/2008 (Brasil, 2008) e nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), são um reflexo direto das demandas do contexto socioeconômico, bem como dos desafios de adaptar o ensino técnico e profissional às necessidades regionais e nacionais. Assim, o IFMA emerge como um exemplo emblemático da capacidade de resiliência e adaptação das instituições educativas no enfrentamento das pressões externas e das demandas internas.

A utilização de jornais como fontes primárias revelou-se uma ferramenta poderosa para entender a construção histórica do IFMA. Os periódicos analisados, como *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, possibilitaram reconstruir o contexto sociopolítico e educacional em que o IFMA se consolidou, evidenciando que a imprensa foi um elemento fundamental não apenas para documentar as transformações institucionais, mas também para influenciar os debates públicos sobre educação profissional e tecnológica no Maranhão.

Os resultados obtidos reforçam a importância das instituições educativas como espaços de formação de identidades e valores, indo além de sua função pedagógica imediata. O IFMA, em particular, destaca-se como um agente histórico e cultural, cuja atuação tem impactado diretamente no desenvolvimento social e econômico do Maranhão. Contudo, os desafios enfrentados pelo Instituto refletem um quadro mais amplo de contradições presentes nas políticas públicas de educação profissional no Brasil. Entre essas contradições, destacam-se a

necessidade de atender às demandas do mercado de trabalho sem comprometer a formação cidadã e crítica dos estudantes.

A discussão apresentada ao longo deste trabalho também traz à tona a relevância da interseção entre história, educação e trabalho na construção das políticas e práticas institucionais. Os Institutos Federais, ao assumirem a missão de proporcionar uma educação integradora, precisam lidar com os desafios de equilibrar qualidade pedagógica, inclusão social e eficácia administrativa. A trajetória do IFMA reflete essas tensões, evidenciando tanto os avanços conquistados quanto os obstáculos que ainda precisam ser superados.

Essa formação, conforme Kuenzer (2009), ainda persiste na contemporaneidade. A educação profissional continua a ser, em muitos casos, uma via de preparação para o trabalho em áreas que não exigem alta qualificação, reforçando a desigualdade social. Instituições de ensino técnico e profissional muitas vezes concentram-se em oferecer habilidades específicas demandadas pelo mercado de trabalho, em vez de proporcionar uma formação ampla e crítica que permita ao indivíduo transitar por diferentes campos do conhecimento e oportunidades de ascensão socioeconômica. Assim, essa educação cumpre uma função de “proteção social”, ao inserir os indivíduos no mercado de trabalho e evitar que sejam completamente excluídos do sistema produtivo. No entanto, ao mesmo tempo, limita suas perspectivas de crescimento e ascensão profissional e cidadã, confinando-os às funções predeterminadas.

No contexto atual, esse vislumbre torna-se mais relevante diante das transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela automação e pela revolução digital, que exigem habilidades mais complexas e um pensamento crítico e adaptável. Assim, enquanto a formação técnica voltada para as necessidades imediatas do mercado pode proporcionar uma inserção rápida, ela também corre o risco de se tornar obsoleta rapidamente, sem garantir ao trabalhador a flexibilidade necessária para se adaptar às mudanças futuras.

Portanto, é fundamental repensar o modelo educacional para que ele deixe de ser um mero instrumento de reprodução das desigualdades sociais e passe a ser, de fato, um agente de transformação, oferecendo a todos os indivíduos a possibilidade de uma educação integral, que os prepare não apenas para o trabalho, mas também para a cidadania plena e para o desenvolvimento de suas potencialidades.

A análise apresentada por Hora (2013, p. 104) permite uma análise crítica sob a perspectiva da tensão institucional que acompanhou a transição dos CEFETs e Escolas das Agrotécnicas para os Institutos Federais, conforme determinado pela Lei n.º 11.892/2008

(Brasil, 2008). Essa legislação, que marcou uma profunda transformação no modelo de educação profissional e tecnológica no Brasil, gerou receios e resistências em diversos setores, sobretudo entre os gestores dos CEFETs e das Escolas Agrotécnicas, preocupados com a possível perda de autonomia institucional. A crítica principal reside na forma como a transição foi conduzida, evidenciando a ausência de um processo de participação efetiva por parte das comunidades acadêmicas e da sociedade civil. O texto sublinha que, no âmbito do artigo 1º da referida lei, o envolvimento dessas instâncias foi limitado a um caráter meramente informativo, restringindo-se a "dar ciência e cumprir formalidades". Isso sugere que o processo não incorporou de maneira adequada as perspectivas e aspirações das instituições diretamente afetadas, configurando uma imposição vertical de mudanças estruturais.

Os receios manifestados por dirigentes de CEFETs e das Escolas Agrotécnicas se fundamentaram em preocupações legítimas sobre a autonomia administrativa, pedagógica e financeira, pilares que sustentam a capacidade de as instituições atenderem às especificidades regionais e às demandas locais. A transformação em Institutos Federais, embora tenha ampliado a abrangência e a oferta educacional, trouxe consigo uma nova estrutura organizacional, com implicações para o planejamento estratégico e a gestão autônoma. A perda de singularidades, especialmente no caso das Escolas Agrotécnicas, cujo foco em práticas específicas era alinhado às vocações regionais, é um ponto de tensão ainda mais significativo.

Adicionalmente, a ausência de um debate amplo pode ser interpretada como uma estratégia que priorizou a eficiência do processo em detrimento da construção coletiva e do diálogo democrático. Foram realizadas reuniões com dirigentes para tratarem dessa questão, considerando o receio de perderem a sua autonomia. Isso levanta questões sobre a legitimidade do processo decisório, uma vez que as transformações foram implementadas sem um espaço efetivo para proposições ou contestações por parte das comunidades diretamente impactadas.

Essa análise evidencia a necessidade de revisitar os processos de mudança institucional em políticas educacionais de grande alcance, assegurando que as decisões sejam tomadas com ampla participação e que respeitem a autonomia e a identidade das instituições envolvidas.

Certamente, as políticas educacionais não são neutras. Essa discussão é um convite ao leitor/pesquisador a aprofundar o entendimento sobre como as reformas educacionais, mesmo quando propostas em nome do "progresso ou da inovação", podem reforçar ou desafiar estruturas de poder preexistentes, haja vista que elas podem ser influenciadas por interesses políticos e econômicos. Essa reflexão é pertinente, pois ressalta como o campo educacional está

constantemente em campo de disputa, com os atores envolvidos, sejam governamentais, empresariais, sociedade ou da própria comunidade acadêmica, buscando delinear a educação de acordo com suas visões e aspirações para o futuro.

Os achados da pesquisa confirmam que o IFMA experimentou um processo contínuo de mudança, sem romper completamente com os referenciais históricos que fundamentam sua identidade institucional. Se, por um lado, a criação dos Institutos Federais representou uma nova perspectiva de formação técnica e cidadã, por outro, a influência de políticas educacionais, como a Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017), trouxe desafios que tensionaram a estrutura curricular e a identidade dos Institutos Federais. A análise da documentação histórica e hemerográfica permitiu verificar que o IFMA se consolidou como uma instituição voltada predominantemente para alunos de baixa renda, mantendo sua função social de democratização do ensino técnico, ainda que sob influência de diretrizes voltadas para a empregabilidade e a lógica do mercado.

O estudo atinge seus objetivos ao detalhar a relação entre o IFMA e a trajetória da educação profissional técnica de nível médio no Maranhão, demonstrando como as políticas públicas e as particularidades regionais moldaram sua atuação. O levantamento documental e a análise dos jornais permitiram identificar as principais permanências e rupturas no modelo educacional da Instituição, evidenciando que, apesar das mudanças curriculares, a missão de formação técnica aliada à inclusão social permaneceu como eixo estruturante. Além disso, a pesquisa analisou as condições de acesso e permanência dos estudantes, destacando a importância das políticas de assistência estudantil na redução das desigualdades socioeconômicas.

Das páginas amareladas dos jornais ao brilho intenso e ofuscante das telas digitais, percorreu-se um vasto caminho na forma como o conhecimento e a informação são acessados e compartilhados, transformando profundamente nossa interação com o mundo ao longo do tempo.

Conclui-se que o IFMA representa um capítulo fundamental na história da educação profissional no Brasil, especialmente na região Nordeste. Sua trajetória reflete não apenas os desafios enfrentados por uma instituição de ensino em um contexto de desigualdades socioeconômicas, mas também sua capacidade de adaptação e inovação frente às demandas do presente. O estudo apresentado não se encerra aqui, mas abre caminhos para novas pesquisas que possam aprofundar o entendimento sobre o papel das instituições educativas na

transformação social e no desenvolvimento regional. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa contribua para a história das instituições educativas, bem como para o debate sobre as possibilidades e os limites da educação profissional no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Jaqueline Vieira de. **Cadernos de lições: a educação das Princesas Isabel e Leopoldina nos Paços Imperiais (1850-1864)**. 2020. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- ALVES, Ana Maria Sousa. Memória, identidade e patrimônio: a cidade e suas narrativas. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 17., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017.
- AZEVEDO, Giselle Ferreira Amaral de. **Gestão democrática: uma análise do Plano de Desenvolvimento Institucional e de Projeto Político Pedagógico do IFMA/Campus São Luís Monte Castelo**. 2017. 436 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- BANDEIRA, Tainá da Silva. **Escola Técnica de Comércio União Caixeiral: gênese e dualidades de um processo de criação (1911 a 1937) no município de Mossoró, RN**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.
- BARROS, José D'Assunção. O uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 52, 2021, p. 397-419. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/issue/view/519>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. 2009. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.
- BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. Disponível em <https://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- BRASIL. Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007. Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927. Crêa o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 18653, 26 ago. 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-norma-pl.html>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Legislação Informatizada**. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: um novo modelo em educação profissional e tecnológica – concepções e diretrizes. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: MEC/SETEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. **Regulamento da Instrução Pública do Maranhão para execução da Lei nº 56, de 13 de maio de 1893**. Disponível em: <https://www.edufma.ufma.br/index.php/produto/leis-e-regulamentos-da-instrucao-publica-no-maranhao-imperio-1835-1889/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CALDAS, Luiz. A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da EPT. In: PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana, Moderna, 2011. p. 33-46.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. Precarização do trabalho e a reforma do ensino médio. In: COSTA, Elen de Fátima Lago Barros; HORA, Lícia Cristina Araújo da; SOUSA, Ana Paula Ribeiro de (org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão**: aspectos da história em instituições de ensino público. São Luís, MA: EDIFMA, 2022. p. 262-287.

CASTELLANOS, Samuel Luiz Velázquez. A instrução da criança desvalida no Maranhão oitocentista. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 791-815, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e61993>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CASTRO, César Augusto (org.). **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889)**. v. 1. São Luís: Edufma, 2023.

CASTRO, César Augusto. O ensino agrícola no Maranhão imperial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 48, p. 25-39, dez. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640006>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. O ensino secundário no Estado do Maranhão (1940-1968). In: PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares (org.). **Implantação e expansão regional do ensino secundário brasileiro**. Campo Grande: Ed. Oeste, 2021. v. 1, p. 91-106.

CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 113-128, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gh7nGVYpKmbGjShVFSSB8Bv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2001.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, jan./abr. 2005, p. 1-20. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. **O Instituto de Educação de Presidente Prudente/SP (1953- 1075): elementos para a história de uma instituição escolar**. 2017. 347 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2017.

CORREIA, José Rossini Campos Do Couto. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: Engenho, 2017.

COSTA, Elen de Fátima Lago Barros. **Trabalho e carreira docente nos Institutos**

COSTA, José Ferreira; CARVALHO, Marise Piedade. Instituto Federal do Maranhão: transformações e avanços, da gênese aos 10 anos de uma nova institucionalidade. In: COSTA, Elen de Fátima Lago Barros; HORA, Lícia Cristina Araújo da; SOUSA, Ana Paula Ribeiro de (org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão: aspectos da história em instituições de ensino público**. São Luís, MA: EDIFMA, 2022. p. 40-66.

COUTINHO, Ednaldo Gonçalves. **Capitalismo tardio e educação profissional: as escolas agrotécnicas federais mineiras de Barbacena, Rio Pomba e Uberlândia (1940-1970)**. 2012.

377 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2012.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editoro UNESP, Brasília, DF: Flocso, 2000.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Tradução de Sérgio Milliet. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

DIAS, Antonio Gonçalves. **Poesia completa e prosa escolhida**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda., 1959.

DOURADO, José Ribamar; BOCLIN, Roberto Guimarães. **A indústria do Maranhão: um novo ciclo**. Brasília: IEL, 2008.

ECHEVERRIA, Regina. **Sarney: a biografia**. São Paulo: Leya, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive Veiga (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 133-150.

FARIAS, Rosane de Abreu. **Ensino médio integrado na Rede FAETEC: do tecnicismo a uma nova concepção da educação profissional?** 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FERRO, Ana Luiza Almeida. A fundação de São Luís pelos franceses e o mito português das origens da cidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, São Luís: EDUEMA, n. 47, p. 24-49, 2021.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. vol. 1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

FONSECA, Laura Souza. Reestruturação produtiva, reforma do estado e formação profissional no início dos anos 1990. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria Ciavatta (org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 201-236.

FONSECA, Platini Gomes; SANTOS, Anderson Vieira; PINHEIRO, Francisco Alves; RABELO NETO, Miguel Lino Spinelli; RAMOS, Yuri Raion de Jesus. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nas Universidades Federais: uma análise entre regiões. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 28, e023001, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100001>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FRANCO, Luiz Antonio Cardoso; SAUERBRONN, Sidnei. **Breve histórico da formação profissional no Brasil**. São Paulo: Cernafor, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ghLJpSTXFjJW7nWBsnDKhMb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 41-62.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práxis pedagógica: práticas pedagógicas e ensino integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 249-266.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GATTI JÚNIOR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/1832>. Acesso em: 18 abr. 2025.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 327-359, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4553>. Acesso em: 7 abr. 2025.

GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **RBPAE**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066>. Acesso em: 7 abr. 2025.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; GATTI JÚNIOR, Décio. As representações na imprensa de práticas cívico-patrióticas em instituições escolares de Minas Gerais (Brasil) na primeira metade do século XX. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 18, n. 1 [75], p. 29-42, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8651600/17760/37221>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução: Federico Garotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HORA, Lícia Cristina Araújo da. A expansão da educação profissional no Maranhão nos trilhos do capital. **Org & Demo**, Marília, v. 14, n. 2, p. 103-126, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/3426>. Acesso em: 19 abr. 2025.

IGNÁCIO, Sâmela Cristinne Furtado de Carvalho. **A (Re) Construção Histórica da Escola Profissional Washington Luís (1923-1931)**. 2016. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – IFMA, Campus Caxias. **Projeto Político Pedagógico: nossos sonhos e realizações estão aqui**. Caxias: IFMA, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – IFMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: uma construção de todos. São Luís: IFMA, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – IFMA. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Versão 1.0. São Luís: IFMA, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – IFMA. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI): uma construção de todos**. São Luís: IFMA, 2016.

INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 20, p. 365-383, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/ZnWyjJQXY7PcJyCc5j6bw4R>. Acesso em: 18 abr. 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, Natal, ano 32, v. 6, 2016. p. 22-32. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983/1566>. Acesso em: 7 abr. 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10762>. Acesso em: 7 abr. 2025.

KUENZER, Acácia Zenaida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 de ago. 2022.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A educação na Baixada Maranhense (1822-1889)**. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

LACROIX, Maria de Lourdes. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 2. ed. São Luís: Lithograf, 2002.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Educação técnica e educação tecnológica**. 2023. Gestrado. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/educacao-tecnica-e-educacao-tecnologica/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

LISBOA, Francisco Inaldo Lima (org.). **Por trás de um portão amarelo**. São Luís: J. A. A. Viegas Editora (Edições Soham), [s.d.].

MACHADO, Lílían Pires. **A construção da identidade cultural maranhense: a Atenas brasileira no século XIX**. São Luís: Editora Acadêmica, 2005.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **O ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970: trajetória na cidade de Orlândia**. 2014. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)**. Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 63-77.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Dayse Marinho. **Currículo e historicidade: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902-2013)**. 2014. 263 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

MARTINS, Marieta Borges. **São Luís: patrimônio da humanidade**. São Luís: IPHAN/SECMA, 2000.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Os arquivos e fontes como conhecimento da História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson;

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: 2021. p. 66-75.

MONTEIRO, Juliana da Silva; BRAZIL, Maria do Carmo. O estado do conhecimento de pesquisas sobre a história das instituições escolares denominadas Patronatos de Menores (2000–2018). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 19, p. 1-23, jul. 2019.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653759>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Brasília, ano 23, v. 2, 2007, p. 4-30. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 3).

NORONHA, Olinda Maria. Historiografia das instituições escolares: contribuição ao debate metodológico. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições escolares no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: 2021. p. 243-253.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação; **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, jul./dez. 2005. p. 351-368.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas/SP: Editora Alínea, 2013.

NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas**. v. 2. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023.

PACHECO, Eliezer Moreira. Prefácio. In: SILVA, Jesué Graciliano da (org.). **Institutos Federais dos Brasileiros: a história contada por quem fez**. São Paulo: Artliber Editora, 2023. p. 9-11.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 7 abr. 2025.

PEREIRA JÚNIOR, Ademar Bernardes. **Legislação e educação profissional: um estudo sobre documentos de orientação curricular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**. 2018. 163 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2018.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Expansão do ensino secundário no Brasil de 1940 a 1970: uma questão de classe social**. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq. 2021. Circulação restrita.

PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971)**. Campo Grande-MS: Editora Oeste, 2015.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempo de cidade, lugar de escola. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 5, p. 109-121, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/405>. Acesso em: 7 abr. 2025.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 23 jan. 2024.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PRADO, Ruth Maria Moraes Oliveira. **Motivações de ingresso e expectativas de futuro: o lugar da formação técnica nas trajetórias dos alunos do IFMA Campus Maracanã**. São Luís: EDIFMA, 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5).

RAMOS, Marise Nogueira. Prefácio. In: CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 9-13.

RICCIOPOPO, Ana Carolina. **Ensino profissionalizante feminino em Uberaba: o Centro de Treinamento e Escola Rural de Magistério de Economia Doméstica de Uberaba (1953-1963)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2016.

RODRIGUES, Rodrigo Rosselini Julio. **Formando os cidadãos fluminenses: a escola primária no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.

SANTOS, J. R. Maranhão: tradição e modernidade na preservação do patrimônio arquitetônico. **Revista de História e Cultura**, Franca, v. 7, n. 2, p. 87-102, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei Lombardi; SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: 2021. p. 35-64.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares; PESSANHA, Eurize Caldas. Uma perspectiva de comparação na escrita histórico-social do currículo do ensino secundário. **Pro-Posições**, Campinas, v. 31, e20200038, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/rVCqvyrjrvwgCjQTwcVWHyG/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SILVA, Jesué Graciliano da (org.). **Institutos Federais dos brasileiros**: a história contada por quem fez. São Paulo: Artliber Editora, 2023.

SILVA, Maria Cristina Moreira da. Mudanças e permanências no ensino profissional: de Escola Técnica Federal ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. In: SOUZA, Nadjelena de Araújo; SOARES, Alairton Luis Araújo (org.). **Instituições escolares maranhense**: historiografia, cultura escolar e narrativas. São Luís, MA: EDIFMA, 2022. p. 13-21.

SILVA, Nina Maria da Guia de Sousa. **Escola para os dual**: trajetória histórica da escola industrial de Natal (1942-1968). João Pessoa/PB: IFPB, 2019.

SILVA, Tomás Tadeu da; ARAÚJO, José Carlos de Souza. Políticas de inclusão e o rótulo da pobreza: desafios para a escola pública. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 305-320, jan./jun. 2014.

SILVEIRA, Tatiana Teixeira. **O ensino técnico, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia e a Educação Física**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SMITH, Robert C. **A arte colonial no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

SOUSA, Adriano da Silva. **Presença do IFMA no Estado (mapa)**. Caxias: [s.n.], 2022.

SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. **Em nome da ordem e do progresso**: a formação profissional no percurso da Escola de Aprendiz Artífices à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1909-1971). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOUZA FILHO, Tarquínio. **O ensino tecnico no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

SOUZA, Nadjelena de Araújo. **De Centro Interescolar de Segundo Grau a Escola Técnica Estadual do Maranhão Dr. João Bacelar Portela**: história e memória de uma instituição escolar (1980-1996). 2018. 274 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: 2008.

VANDERLEY, Selma de Fátima. **Implantação e expansão do ensino técnico Federal no Brasil (1909-1971)**: das escolas de aprendizes artífices à escola de preparação da força de trabalho. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (org.) **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: autores Associados, 2005. p. 3-30.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: 2021. p. 59-71.

VIDOR, Alexandre; REZENDE, Caetana; PACHECO, Eliezer; CALDAS, Luiz. Institutos Federais: Lei n.º 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões. *In*: PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana, Moderna, 2011. p. 47-113.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JÚNIOR, Antonio de. Educação profissional no Brasil. **Revista Interacções**, Santarém, Portugal, v. 12, n. 40, p. 152-169, 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em: 13 set. 2022.

VIEIRA, Livia Carolina. **História da Educação Agrícola do Sul de Minas Gerais**: a escola Muzambinho (1948-1985). 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classe**: abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção Sociologia).

XIMENDES, Carlos Alberto. **Sob a mira da Câmara**: viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692). Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FONTES DIGITAIS

BRASIL. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO. Portal Institucional do IFMA. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FONTES HEMEROGRÁFICAS (Periódicos)

Diário do Maranhão

Pacotilha

O Estado do Maranhão

O Imparcial

APÊNDICES

ANEXOS

ANEXO A
FICHAS DE MATRÍCULAS: AUTOMATIZADO VIA SUAP IFMA

Matriculado



Dados Gerais



Nome:

[Redacted]

Matrícula:

[Redacted]

Ingresso:

[Redacted]

E-mail Acadêmico:

[Redacted]

E-mail Google Sala de Aula:

-

O login para este e-mail, e para os recursos do Google for Education, é realizado exclusivamente através do link para o Google Sala de Aula localizado no rodapé de todas as páginas do SUAP. O login através de senha **não está habilitado** para os serviços do Google for Education.

CPE:

[Redacted]

Período de Referência:

2º

I.R.A.:

7,77

Curso:

IC.CAX - Caxias - Técnico em Informática (Campus Caxias)

Matriz:

[Redacted]

Qtd. Períodos:

3

Situação Sistêmica:

Matriculado no SUAP

Data da Migração:

-

Impressão Digital:

Não

Emitiu Diploma:

Não

Etnia/Raça/Cor: Branca	Pessoa com deficiência: Não
Pessoa com necessidades educacionais especiais: Não	Estado Civil: Solteiro(a)
Quantidade de Filhos: 0	Serviço de Saúde que você mais utiliza:; Sistema Único de Saúde - SUS

Dados Educacionais

Ano de Conclusão do Ensino Fundamental: 2022	Tipo de Escola que cursou o Ensino Fundamental: Somente em escola particular
Nome da Escola que cursou o Ensino Fundamental: Colégio São José	Ano de Conclusão do Ensino Médio: -
Tipo de Escola que cursou o Ensino Médio: -	Nome da Escola que cursou o Ensino Médio: -
Conhecimento em Idiomas: Não	Idiomas Conhecidos: -
Conhecimento em Informática: Sim	Forma de acesso no processo seletivo do IFMA: Ampla concorrência

Dados Familiares e Socioeconômicos

Situação de Trabalho: Nunca trabalhou	Meio de Transporte: Mototaxi e Automóvel
Contribuintes p/ Renda Familiar: Pai e Irmão(ã)	Responsável Financeiro: Pai
Situação de Trabalho (Responsável): Empresa privada	Nível de Escolaridade (Responsável): Ensino médio completo
Profissão (Responsável): Desenvolvedor de Software em Python e JavaScript	Nível de Escolaridade (Pai): Ensino médio completo
Nível de Escolaridade (Mãe): Ensino médio completo	Renda Bruta Familiar: R\$ 6200.00
Renda Per Capita Familiar: 1,10 salários mínimos	Número de pessoas que compõem o seu núcleo familiar: 4

Próprio em Urbano

Número de pessoas na residência atual:

4

Tipo de moradia:

Tijolo com revestimento

Número de pessoas na residência antes de ingressar no IFMA:

4

Possui o Cadastro Único:

Não

Programas sociais que é beneficiário:

Nenhum**País**

Tipo de Residência:

Próprio (Complemento: Urbano)

Com quem morava antes de ingressar no IFMA:

País

Consumo de energia elétrica na residência:

- kWh

Número do Cadastro Único:

-**Acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação**

Quantidade de Computadores Desktop que possui:

1

Quantidade de Netbooks que possui:

0

Frequência de Acesso à Internet:

Diariamente

Quantidade de Notebooks que possui:

-

Quantidade de Smartphones que possui:

1

Local de Acesso à Internet:

casa**Gastos com outras despesas familiares**

Medicamentos de uso contínuo (R\$):

-

Pensão alimentícia (R\$):

-

Plano de saúde (R\$):

-

Outras despesas (R\$):

-

Despesas escolares com outro membro da família (R\$):

-

Tratamento de doença crônica (R\$):

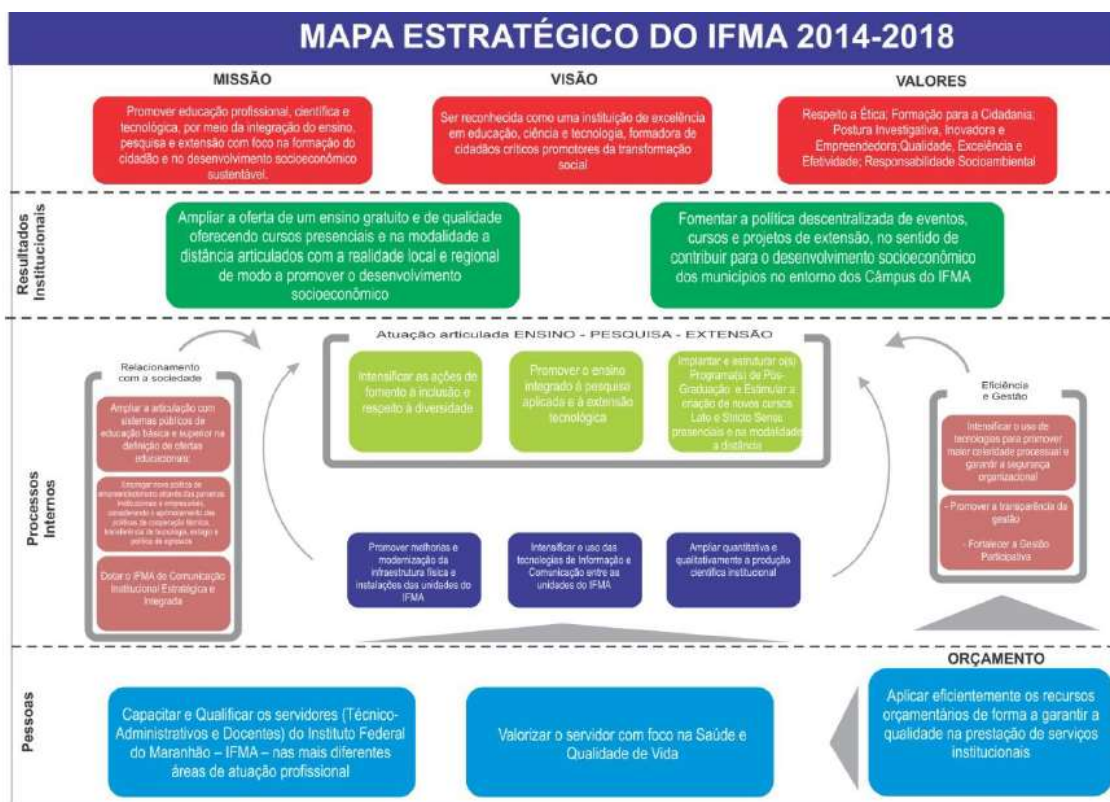
-

Aluguel ou financiamento de imóvel (R\$):

-

ANEXO B

MAPA ESTRATÉGICO DO IFMA (2014-2018)



FICHAS DE MATRÍCULAS: MANUAL



Autenticação: 4287377A8F6D3332504E63474386786A81854D373141304D37814E72378A025642417A736F326A8F4475463D Data: 10/02/2017 16:53:21

DADOS CADASTRAIS DO ALUNO

Matrícula: [REDACTED]
 Nome: [REDACTED]
 CPF: [REDACTED]
 Tipo Escola Origem: [REDACTED] Área Procedência Escola Origem: [REDACTED]

Dados Pessoais

Necessidade: ☐ Física ☐ Auditiva ☐ Múltipla ☐ Condutas Típicas ☐ Visual ☐ Mental ☐ Superdotada ☐ Outras

Nascimento: 11/05/2002 Sexo: Feminino Etnia: Parda Tipo Sanguíneo: [REDACTED]
 Estado Civil: Solteiro(a) N° Filhos: Renda SIG: R/p <= 0,5 Sm Renda INEP: [REDACTED]
 Naturalidade: Teresina - PI Nacionalidade: Brasileira Grau Instrução: 1 Grau Completo - A14 8 Profissão: [REDACTED]
 Endereço: [REDACTED] Bairro: São Francisco CEP: 65400-000
 Cidade: [REDACTED] Distrito: [REDACTED] E-mail: [REDACTED]
 Tel. Residencial: [REDACTED] Tel. Celular: [REDACTED] Tel. Comercial: [REDACTED] Fax: [REDACTED]

Documentação

Identidade: [REDACTED] Órgão Emissor: SSP Estado: MA Expedição: [REDACTED]
 Título: [REDACTED] Zona: [REDACTED] Seção: [REDACTED] Estado: [REDACTED] Expedição: [REDACTED]
 Certif. Reservista: [REDACTED] Região: [REDACTED] Série: [REDACTED] Estado: [REDACTED] Ano: [REDACTED]
 Tipo Cartório: [REDACTED] N° Termo: [REDACTED] Folha: [REDACTED] Livro: [REDACTED] Expedição: [REDACTED]
 Cartório: [REDACTED] N° Matrícula: [REDACTED]

Dados Familiares

Nome Pai: [REDACTED] Grau Instrução Pai: [REDACTED] ☐ Pai Falecido
 Nome Mãe: [REDACTED] Grau Instrução Mãe: [REDACTED] ☐ Mãe Falecida
 Estado Civil Pais: [REDACTED] Renda Familiar: [REDACTED] Renda Familiar Per Capita: [REDACTED]
 Resp. pelo Aluno: [REDACTED] Tipo: [REDACTED] Onde aluno reside: [REDACTED]

Endereço dos Pais

Endereço: [REDACTED] Bairro: [REDACTED] CEP: [REDACTED]
 Cidade: [REDACTED] E-mail: [REDACTED]
 Tel. Residencial: [REDACTED] Tel. Celular: [REDACTED] Tel. Comercial: [REDACTED] Fax: [REDACTED]

Escolaridade - Primeiro Grau

Instituição: [REDACTED] Tipo Escola: Privada Ano Conclusão: 2016

Escolaridade - Ensino Médio

Instituição: [REDACTED] Tipo Escola: [REDACTED] Ano Conclusão: [REDACTED]

Escolaridade - Graduação

Instituição: [REDACTED] Tipo Escola: [REDACTED] Ano Conclusão: [REDACTED]

Escolaridade - Pós-Graduação

Instituição: [REDACTED] Tipo Escola: [REDACTED] Ano Conclusão: [REDACTED]
 Pós-Graduação: [REDACTED]

Documentos Entregues

N° Pasta: -

N° Pasta:

Assinatura do Aluno

FICHAS DE MATRÍCULA – MANUAL



Autenticação: 42517A7A6F6D3732504E6347432F79695A754D2831673048374B4E763644766542777A736F32726F44754530 Data: 22/01/2015 09:01:40

DADOS CADASTRAIS DO ALUNO

Matrícula: [REDACTED] Plante Integrado Ao Ensino Médio N° Pasta: [REDACTED]
 Nome: [REDACTED]
 CPF: [REDACTED] Forma Ingresso: Processo Seletivo
 Tipo Escola Origem: Área Procedência Escola Origem:

Dados Pessoais

Necessidade: ☐ Física ☐ Auditiva ☐ Múltipla ☐ Condutas Típicas ☐ Visual ☐ Mental ☐ Superdotada ☐ Outras
 Nascimento: [REDACTED] Sexo: Feminino Etnia: [REDACTED] Tipo Sanguíneo: [REDACTED]
 Estado Civil: [REDACTED] N° Filhos: [REDACTED] Renda SIG: [REDACTED] Renda INEP: [REDACTED]
 Nacionalidade: [REDACTED] Grau Instrução: [REDACTED] Profissão: [REDACTED]
 Endereço: [REDACTED] Bairro: São Pedro CEP: [REDACTED]
 Cidade: [REDACTED] Distrito: [REDACTED] E-mail: kevilamaysa@hotmail.com
 Tel. Residencial: [REDACTED] Tel. Celular: [REDACTED] Tel. Comercial: [REDACTED] Fax: [REDACTED]

Documentação

Identidade: [REDACTED] Órgão Emissor: SSP - MA Estado: MA Expedição: [REDACTED]
 Título: [REDACTED] Zona: [REDACTED] Seção: [REDACTED] Estado: [REDACTED] Expedição: [REDACTED]
 Certif. Reservista: [REDACTED] Região: [REDACTED] Série: [REDACTED] Estado: [REDACTED] Ano: [REDACTED]
 Tipo Certidão: [REDACTED] N° Termo: [REDACTED] Folha: [REDACTED] Livro: [REDACTED] Expedição: [REDACTED]
 Cartório: [REDACTED]

Dados Familiares

Nome Pai: [REDACTED] Grau Instrução Pai: [REDACTED] ☐ Pai Falecido
 Nome Mãe: [REDACTED] Grau Instrução Mãe: [REDACTED] ☐ Mãe Falecida
 Estado Civil Pais: [REDACTED] Renda Familiar: Até 1 Salário Renda Familiar Per Capita: [REDACTED]
 Resp. pelo Aluno: [REDACTED] Tipo: [REDACTED] Onde aluno reside: [REDACTED]

Endereço dos Pais

Endereço: [REDACTED] Bairro: [REDACTED] CEP: [REDACTED]
 Cidade: [REDACTED] E-mail: [REDACTED]
 Tel. Residencial: [REDACTED] Tel. Celular: [REDACTED] Tel. Comercial: [REDACTED] Fax: [REDACTED]

Escolaridade - Primeiro Grau

Instituição: Colégio Batista Pr. Genésio Guimarães Lima Tipo Escola: [REDACTED] Ano Conclusão: 2014

Escolaridade - Ensino Médio

Instituição: [REDACTED] Tipo Escola: [REDACTED] Ano Conclusão: [REDACTED]

Curso: [REDACTED]

Escolaridade - Graduação

Instituição: [REDACTED] Tipo Escola: [REDACTED] Ano Conclusão: [REDACTED]

Curso: [REDACTED]

Escolaridade - Pós-Graduação

Instituição: [REDACTED] Tipo Escola: [REDACTED] Ano Conclusão: [REDACTED]

Pós-Graduação: [REDACTED]

Documentos Entregues

N° Pasta: [REDACTED]

Assinatura do Aluno [REDACTED]

ANEXO C
REPORTAGEM JORNAL O DIÁRIO DO MARANHÃO, 19 DE AGOSTO DE 1874
PARTE 1/3

ANNO V.
Assignaturas.
CAPITAL:
Semestre. . \$3000
Trimestre. . 15000
INTERIOR
Semestre. . 95000

Diário do Maranhão.

NUMERO 312

Publica-se

Todos os dias de manhã excepto ás segundas-feiras e dia seguinte a santificação ou feriado.

JORNAL DO COMMERCIO, LAVOURA E INDUSTRIA.

Propriedade d'uma EMPRESA

Maranhão—Quarta-feira, 19 de Agosto de 1874.

Redacção e typ. r. da Palma 6.

SECÇÃO GERAL.

projecto de lei para a reorganisação do ensino primario e secundario.

«A assembléa geral resolve:

Art. 1.º Fica o governo autorisado a reorganizar o ensino primario e secundario do municipio da corte, bem como a promover e auxiliar o desenvolvimento da instrucção publica nas provincias, observando as seguintes disposições:

§ 1.º O ensino particular no municipio da corte poderá ser exercido sem dependencia de titulo ou prova de capacidade profissional; serão, porém, obrigados os directores e professores de estabelecimentos de instrucção primaria e secundaria ou especial de qualquer grau ou denominação que sejam, a mostrarem-se livres de culpas, ficando sujei-

A respeito dos tutores comprehendidos no mesmo caso, ao juiz dos orphãos incumbe providenciar *ex officio*, ou á requisição do inspector necessario.

«II Os pais e mais pessoas acima referidas têm o direito de ensinar ou mandar ensinar os mininos em casa ou em estabelecimentos particulares; mas no fim de cada anno deverão submettel-os a exame perante o inspector litterario respectivo.

III Serão motivos de escusa a inhabilidade physica ou moral e a indigencia; esta, porém, só poderá ser allegada em relação a individuos de 7 a 14 annos de idade e enquanto não receberem o vestuario indispensavel que o governo lhes dará, assim como os objectos necessarios ao estudo, pelos meios de que dispuzer.

IV Nos lugares retirados das escolas publicas, nas freguezias rurais, e em que haja professores particulares, pôde o governo contratar com esses, mediante gratificação

em que se ensinarão as sciencias e suas applicações que mais convierem ás artes e industrias dominantes ou que devam ser creadas e desenvolvidas.

«Os planos de estudo destas escolas serão organizados de modo que os alumnos, que o quizerem, possam no fim do curso ir completar seus estudos nos estabelecimentos de que trata o § 12, III, sendo-lhes levados em conta os exames das disciplinas que já tiverem aprendido.

§ 6.º Para manter taes escolas será fundada uma caixa confiada á respectiva municipalidade, e cuja renda será constituida:

«I. Com a contribuição de 1\$ a 5\$, a que ficam sujeitas, annualmente e conforme suas posses, todas as pessoas que viverem de seu trabalho ou de suas rendas.

«II. Com donativos particulares.

«III. Com quaesquer outros beneficios geraes e provinciales que sejam concedidos para o mesmo fim.

«IV Os professores serão nomeados por decreto e mediante concurso; as primeiras nomeações poderão ser feitas independentemente deste e á falta de nacionaes o governo poderá contratar professores estrangeiros reconhecidamente habilitados para o ensino normal.

«V Os alumnos das escolas normaes, que tiverem sido approvados com distincção em todas as materias, poderão ser nomeados professores sem concurso; e os que, habilitados pelas ditas escolas, entrarem em concurso, serão preferidos em igualdade de circumstancias aos que não tiverem a mesma habilitação.

«§ 12 O governo poderá:

«I Fundar no municipio da corte escolas mixtas, e permittir nas que aqui existem para o sexo feminino a admissão de alumnos do sexo masculino até a idade de 10 annos.

«II Instituir escolas de trabalho para o sexo feminino.

PARTE 2/3

que preenchem as precisas condições de moralidade e hygiene, e a prestarem todas as informações que lhes forem exigidas pelas autoridades competentes, as quizes terão o direito de examinar tais estabelecimentos em qualquer occasião.

Aos professores a quem faltar a primeira das ditas condições será vedado o ensino e os directores no mesmo caso a continuação de seus estabelecimentos.

Os directores, em cujos estabelecimentos faltar a 2.ª condição, serão advertidos, e si não a satisfizerem dentro do prazo que lhes for marcado, não poderão continuar a tel os.

Finalmente os que recusarem dar as informações, ficarão sujeitos á multa de 50\$ a 100\$, e, em caso de relutancia, a fecharem seus estabelecimentos.

§ 2.º O ensino primario elementar no municipio da corte será obrigatorio para todos os individuos de 7 a 14 annos; sel o ha tambem para os de 14 a 18, que ainda o não tenham recebido nos logares do mesmo municipio em que houver escolas de adultos.

A falta de observancia desta disposição por parte dos pais e tutores, e de todas as pessoas que tiverem a seu serviço ou em companhia meninos pobres, sujeita-os a multas, variaveis de 20\$ a 100\$ segundo as circumstancias, tendo-se em attenção a distancia entre o domicilio de cada um e a escola publica ou a escola particular subsidiada mais proxima dentro do raio de um e meio a dous kilometros.

A multa, a qual será imposta quando os meninos, depois de completarem oito annos, sendo desenvolvimento sufficiente e salvo motivo de molestia, ainda não houverem começado a aprender, será dobrado na reincidencia, verificada de 6 em 6 mezes, e o respectivo processo se fará *ex-officio* do mesmo

razoavel, o ensino dos meninos pobres da vizinhança. E quando em logares semelhantes houver meninos que frequentem a escola e já tenham o preciso adiantamento, podem esses ser autorizados pelo professor respectivo para ensinar os vizinhos, sendo para tal fim dispensados da frequencia duas ou tres vezes por semana; neste caso, trarão de tres em tres mezes á presença do professor, para examinal-os, os que com elles aprenderem, ou si for mais conveniente, o professor irá examinal-os fóra da escola; e os alumnos desta que receberem tal encargo, si bem o desempenharem, receberão premio em livros ou em dinheiro.

«V. Os donos, directores ou gerentes das fabricas e officinas existentes e que se fundarem cuidarão em que recebam o ensino primario elementar os seus operarios menores de 18 annos que ainda o não tiverem, sob pena de multa de 50\$ a 100\$, e com obrigação de submittel-os a exame no fim de cada anno perante o inspector litterario do districto.

«VI. Nas officinas do Estado e na obras publicas serão sempre preferidos os individuos a que não faltar a instrucção primaria.

«VII. Em igualdade de circumstancias, no recrutamento para o serviço do exercito e da armada, serão escolhidos os analphabetos; e a estes se dará o ensino primario.

«VIII. Nem um individuo dos que frequentarem as escolas publicas será dispensado do ensino até aos 14 annos de idade, sem mostrar-se habilitado em exame, pelo menos, de leitura corrente, de escripta, das quatro operações arithmeticas e de principios de moral; se até aos 14 annos não estiver habilitado, passará para as escolas de adultos, onde as houver; e os alumnos destas escolas, assim como aquelles a quem se refere o n. II.

«IV. Com uma porcentagem sobre o producto dos impostos geraes, que será fixada annualmente na lei do orçamento, não excedendo essa porcentagem a 30:000/5000 em cada municipio.

«§ 7.º Quando o producto da caixa da escola de um municipio não for sufficiente para a manutença da dita escola, poderão reunir-se dous ou tres municipios e estabelecer uma só escola no ponto que for julgado mais conveniente, e neste caso, si ainda o producto dos rendimentos reunidos não for sufficiente, mas chegar pelo menos a 2/3 da despesa precisa, o governo poderá dar como subsidio o que faltar.

«§ 8.º Cada escola profissional de municipio ficará sob a fiscalisação de um conselho administrativo, o qual será formado: de um membro eleito em cada parochia pelos cidadãos qualificados, ou de dous quando o municipio tiver uma só parochia; de dous membros eleitos pela camara municipal, um dos quaes será medico, onde o houver; do director da escola, e de um inspector, o qual será nomeado pela presidencia da provincia o presidirá o conselho.

«Quando a escola pertencer a dous ou tres municipios, será dispensada a eleição por parochia; cada camara elegerá dous membros, e a camara mais proxima, ou, em igualdade pouco mais ou menos de distancia, aquella cujo municipio produzir maior renda, elegerá o medico ou outra pessoa em falta deste.

«O governo determinará as attribuições deste conselho, que na parte electiva se renovará de 4 em 4 annos, sem prejuizo do direito de reelleição.

«§ 9.º O director de cada escola profissional do municipio sera da nomeação do presidente da provincia; poderá ser um dos

«III Auxiliar os estabelecimentos particulares de instrucção gratuita primaria e profissional do mesmo municipio que se mostrarem dignos deste favor, sendo preferidos os que se propuzerem a manter cursos nocturnos para adultos, e ficando os respectivos directores sujeitos para com o inspector da instrucção ás mesmas obrigações dos professores publicos

«IV Conceder aos estabelecimentos de instrucção secundaria, mantidos pelas provincias, e que seguirem o plano de estudos do imperial collegio de Pedro II, as mesmas vantagens de que goza este; e concorrer para os daquellas provincias, cujos meios não bastem para toda a despesa precisa, com um subsidio limitado á terça parte desta, ficando uns e outros sob a inspecção do governo, o qual retirará tanto o subsidio como as vantagens concedidas, quando não preencherem os fins de sua instituição.

«V Conceder os favores que julgar convenientes aos estabelecimentos em que se ensinarem todos os preparatorios exigidos para a matricula nos cursos superiores.

VI Determinar, com as clausulas que julgar indispensaveis, que sejam admittidos a exames no Imperial Collegio de Pedro II, e nos que semelhantemente se fundarem nas provincias, todos os que o requererem; e que se expeçam os respectivos diplomas aquelles que forem approvados em todas as materias do curso do bacharelado nos ditos collegios, e tiverem mais de 15 annos de idade, pagando os candidatos pelos exames e diplomas as taxas que se fixarem.

VII Extinguir os actuaes cursos de preparatorios annexos ás faculdades de direito, dando destino conveniente aos professores que existirem; os quaes continuarão a ensinar nas mesmas faculdades emquanto outro

PARTE 3/3

distancia entre o domicilio de cada um e a escola publica ou a escola particular subsidiada mais proxima dentro do raio de um e meio a dous kilometros.

A multa, a qual será imposta quando os meninos, depois de completarem oito annos, sendo desenvolvimento sufficiente e salvo motivo de molestia, ainda não houverem começado a aprender, será dobrado na reincidencia, verificada de 6 em 6 mezes, e o respectivo processo se fará *ex-officio* do mesmo modo que se pratica nos crimes policiaes, sobre representação do inspector litterario.

Si, reiterada a multa por quatro vezes, continuar a falta de cumprimento da lei, o inspector litterario respectivo representará contra os pais negligentes ao juiz de orphãos da comarca; o qual, depois de ouvi-los, poderá ordenar que dentro do prazo nunca maior de 60 dias sejam os meninos entregues a um estabelecimento em que recebam educação correspondente aos recursos da familia; e si, findo o prazo, não tiver sido executada a decisão do juiz, este a fará cumprir pelos meios legais a seu alcance, impondo aos pais recalcitrantes as penas de desobediencia, podendo tambem excluir os do usufruto dos bens dos filhos, de cuja educação assim se houverem descuidado. As despesas da educação serão cobradas executivamente, e, das decisões do juiz haverá recurso para a relação do districto.

As pessoas que tiverem a seu serviço ou em sua companhia meninos pobres e que não tratarem do ensino destes, imposta a multa por duas vezes, sendo agravada na 2.ª, sem que dentro dos tres mezes que se seguirem, obedeçam ao preceito da lei, o inspector os tirará para entregal-os a outras ou pol-os em estabelecimentos publicos ou particulares adequados.

a estes se dará o ensino primario.

«VIII. Nem um individuo dos que frequentarem as escolas publicas será dispensado do ensino até aos 14 annos de idade, sem mostrar-se habilitado em exame, pelo menos, de leitura corrente, de escripta, das quatro operações arithmeticas e de principios de moral: se até aos 14 annos não estiver habilitado, passará para as escolas de adultos, onde as houver; e os alumnos destas escolas, assim como aquelles a quem se refere o n. II, serão sujeitos á igual condição até aos 18 annos.

«Sobre os mesmos pontos de ensino versarão os exames antes de mencionados.

«IX. As multas de que trata este paragra-pho serão applicadas á instrucção primaria.

«§ 3.º A instrucção no municipio da corte será dividida em primaria elemental e primaria superior; o governo formulará os respectivos programmas, podendo excluir no das escolas da 2.ª especie as materias do ensino das da 1.ª especie.

«Nas escolas em que se der a instrucção primaria superior poderão ser admittidos alumnos maiores de 14 annos.

«§ 4.º Fundar-se-hão na municipio da corte escolas para adultos, nas quaes serão admittidos individuos de mais de 13 annos, contratando-se para o ensino professores particulares idoneos, ou concedendo-se uma gratificação aos professores publicos que se propuzerem a este serviço e o governo julgar no caso de bem o desempenharem.

«Estas escolas serão diurnas e nocturnas e as horas das respectivas lições determinadas de modo que se attendam ás condições de trabalho dos individuos que as frequentarem.

«§ 5.º Crear-se-hão nos municipios das provincias do Imperio escolas profissionais

de pouco mais ou menos de distancia, aquella cujo municipio produzir maior renda, elegera o medico ou outra pessoa em falta deste.

«O governo determinará as attribuições deste conselho, que na parte electiva se renovará de 4 em 4 annos, sem prejuizo do direito de reeleição.

«§ 9.º O director de cada escola profissional do municipio sera da nomeação do presidente da provincia; poderá ser um dos professores: e, além de outras obrigações que lhe incumbirem, terá a de organizar annualmente o orçamento da despesa da respectiva escola, para apresental-o ao conselho administrativo, o qual resolverá, submettendo o seu acto á revisão da camara, ou das respectivas camaras, quando a escola pertencer a mais de um municipio.

No caso de desaccordo, haverá recurso para a presidencia da provincia.

«§ 10. Os professores das escolas profissionais de municipio serão nomeados pelas presidencias das provincias, mediante concurso que se fará nas capitães: e poderão ser contratados para o ensino nacionaes ou estrangeiros habilitados.

«§ 11. Serão creadas no municipio da corte duas escolas normaes, uma para cada sexo, nas quaes se prepararão professores para o ensino primario.

«I. Estas escolas serão estabelecidas em edificios adaptados ao programma de seus estudos e exercicios praticos; a qual comprehenderá as disciplinas que se professarem nas escolas primarias e a pedagogia theorica e pratica.

«II. A cada uma das escolas normaes serão annexas uma ou mais escolas praticas.

«III As duas escolas normaes terão um só director, o qual será nomeado por decreto.

que se expeçam os respectivos diplomas aquelles que forem approvados em todas as materias do curso do bacharelado nos ditos collegios, e tiverem mais de 15 annos de idade, pagando os candidatos pelos exames e diplomas as taxas que se fixarem.

VII Extinguir os actuaes cursos de preparatorios annexos ás faculdades de direito, dando destino conveniente aos professores que existirem; os quaes continuarão a ensinar nas mesmas faculdades emquanto outro destino não tiverem.

VIII Fundar e auxiliar em qualquer ponto do Imperio bibliothecas populares.

IX Encarregar pessoas idoneas e professores de visitarem os estabelecimentos de instrucção primaria, secundaria e especial de nações estrangeiras.

§ 13. A secretaria da instrucção primaria secundaria do municipio da corte, além do inspector geral e do secretario, terá dous officiaes, dous amanuenses, um porteiro, um continuo e um correio. O inspector lhe dará com approvação do governo a organização conveniente.

§ 14. O mesmo municipio será dividido em districtos litterarios quantos sejam necesarios para uma assidua fiscalisação; e os inspectores de districto serão remunerados.

§ 15. O conselho director da instrucção primaria e secundaria deste municipio será composta dos reitores do Imperial Collegio de Pedro II, dos inspectores litterarios, de um professor publico e um particular, sendo um destes de instrucção primaria e o outro de secundaria, de dois cidadãos habilitados, e do inspector geral, que será o presidente.

Os dous professores e os dous cidadãos nomeados para fazerem parte do conselho director, poderão ser renovados de dous em dous annos.

ANEXO D

REPORTAGEM JORNAL TRIBUNA LIBERAL, 22 DE FEVEREIRO DE 1889

PARTE 1/2

TRIBUNA LIBERAL — Sexta-feira, 22 de Fevereiro de 1889.

2

nica, e, não na militar ou naval, em razão da idade. Os artigos que *O Apostolo* accommette com tão indizível furor são apenas estudos, ensaios, artigos assignados sob a responsabilidade exclusiva do autor em que se procura apenas discutir e debater, como elementos iniciais e trabalhos preliminares, as reformas que terão de ser apresentadas à discussão e aprovação do Congresso liberal, que se reunirá em abril deste anno.

Empenhe-se *O Apostolo* com o Congresso, para que não aceite as idéas que o collega julga prejudiciais.

Sabemos que *O Apostolo*, daqui por diante, tem materia para debaterações contra o autor dos artigos sob o título — *Casamento Civil* — durante um anno.

Só responderemos a argumentos, no incrível caso que appareçam, e quanto ás invectivas, daremos ao respeitavel collega o exemplo da tolerancia, pacatez e moderação, que elle, *O Apostolo*, nos deveria dar.

Gama Rosa.

COLLABORAÇÃO

As condições agrícolas e os chefes conservadores

VIII

No interior não ha segredos, tudo se sabe, até o que se passa no mais íntimo do lar: as casas que, contra as leis e os bons costumes, compram os generos furtivos á lavoura, são muito conhecidas, e bem assim os seus auxiliares. Si aquellas e estes se annunciassem pela imprensa, fariam uma despeza inútil, e nada adelantariam, quanto á publicidade.

Sabe-se o que ellas compram, a quem compram, e as horas da noite em que o seu negocio é mais forte, tanto nas estradas como nas povoações. As autoridades, em muitos logares, vivem na maior intimidade com os donos de laes casas, quando não são seus parentes e associados.

Estes factos são vergonhosos e acobardadores de mais; parecem um conto; mas, são tristemente a realidade. E o governo sabe de tudo isto, e não dá um passo, não busca um remédio, uma providencia; está á espera que o desespero rompa todos os diques, e o povo faça justiça por si, começando por elle.

O nosso povo é por demais pacifico e soffredor; mas as impunidades são muitas e successivas, a indignação pôde subir a seu auge; o governo está abusando muito, está a brincar com o fogo, como si fosse uma criança. Não é prudente facilitar tanto, nem descansar tão descuidadamente.

O ensino das mathematicas nas escolas de agricultura

A contabilidade agrícola é no momento europeu a base cardinal de todo progresso agrario.

O notavel J. Ph. Wagner, professor da escola de — *Ellenbruch* — Luxembourg — vem de salientar a necessidade e importancia das mathematicas na agricultura, e do seu bellissimo estado vamos extrahir algumas considerações.

A applicação das sciencias á agricultura é uma necessidade hodierna.

Inculcar o amor dos campos nas classes agrícolas, é preocupação seria da legislação contemporanea.

E a doce e poderosa influencia do convívio scientifico nessas classes que desvolve o gosto profundo pela agricultura.

A propaganda e vulgarisação do ensino agrícola determinará muitas vocações agrarias; farão manter na profissão de seus paes muitos filhos dos agricultores.

A necessidade da instrução profissional *sólida e pratica* á agricultura se impõe hoje a todas as nações.

E pela instrução, que advirá remédio á crise intensa que atravessa a industria-mão dos povos civilizados.

E assim pensando que o mundo adianta-se creia por toda parte escolas agrícolas.

A arithmetica e geometria agrícolas ensinadas pela *intuição* e pela *demonstração* aos futuros agricultores, darão orientação aos trabalhos agrícolas e melhoramentos na extensão dos seus domínios.

Em vez das theoricas demonstrações dos theoremas, alguns ensinamentos de topographia, pois é utilissimo saber o agricultor — levantar, reproduzir, ler a planície de um terreno, e comprehender todos os signaes convencionaes.

Não são essencialmente necessários os estudos da algebra e trigonometria.

A mania de ensinar a sciencia transcendente, desvia o agricultor de sua profissão que é essencialmente pratica.

Ensino elemental e pratico.

Transcreveremos textualmente Wagner: « A materia mais interessante do programma das mathematicas nas escolas de agricultura é: a geometria pratica applicada á agricultura, planta, medição, divisão, cubação, nivelamento, irrigação e canoas dos terrenos; a arithmetica dando o calculo de todo o systema metrico. »

E o que se pensa e escreve na Europa. E como entendemos e faremos cultivar este ensino no vasto e util programma das escolas de agricultura pratica de Minas.

Juiz de Fóra, 12 de fevereiro de 1889.

A. VAZ PINTO COELHO DA CUNHA.

HYGIENE

Os Poços de Caldas e a Climatoterapia

Nos Poços de Caldas nunca houve, e não pôde haver, febre palustres, febre de malária.

Aqui, excepção feita dos casos de *hiff-fever* ou febre de montanha, que é uma moléstia cyclica, e não é outra coisa si não a febre typhoide benigna, o movimento febril, seja qual for a sua forma, *continuo, subcontinuo, remittente ou intermitente*, é sempre uma expressão symptomática: quando a febre *intermittente*, diz-se *febre de*...

isto prova que para constituir-se um pantano, não é bastante que exista em uma porção de terra detritos organicos, agua, calor e ar, em acção fermentativa; é preciso ainda, para que o pantano appareça, que nesse meio organico, os *micro-organismos*, causa da infecção malarica, possam nascer, viver e multiplicar-se.

Certos factos, diz a este proposito o illustre Dr. Hallopeau, indicam que as condições de terreno, de que acabo de falar, não bastam para determinar o desenvolvimento do *miagma*, e que outro elemento deve intervir, porque conhecem-se regiões, as lhas Marquizes, por exemplo, onde pantanos extensos não determinam a malária sob um clima torrido. Esse elemento é, com toda a plausibilidade, o germen infeccioso, o *microbio*, cuja penetração no organismo dá lugar aos accidentes de *impaludismo*.

Dr. Pedro Sanches

PROVINCIAS

Goyaz

25 DE JANEIRO.

Informar aos leitores da *Tribuna Liberal* do descabro administrativo que reina na provincia não é cousa que se possa fazer de uma só vez; pelo contrario, é obra que só pôde ser effectuada por partes e exige largo fôlego.

Pretendíamos, ao iniciar esta missiva, fazer uma resenha do estado financeiro da provincia, que é profundamente desanimador, attestando a falta de criterio e mesmo a improbidade das administrações conservadoras, que tem perillado em comprometter os recursos e o credito desta circumscripção do Imperio. Tantas foram as difficuldades que encontramos na obtenção de dados seguros, attento o mysterio que envolve as operações financeiras do actual vice-presidente e todos os negocios que correm pelo thesouro pro-

prio sentido posteriormente os chefes mais influentes das localidades.

Esta reunião, muito concorrida e animada, deu ensejo a que muitos electores ultimamente alistados adherissem ao partido, e provocou outras adhesões de electores, que militavam nas fileiras conservadoras, os quaes, em manifestos publicos pela imprensa, censuram acrimosamente o 1.º vice-presidente que não encontra apoio na maioria de seus correligionarios.

Divididos em pequenos grupos, que se hostilizam por todos os meios e modos, se acham os nossos adversarios nesta provincia, parecendo-nos hoje impossivel um accordo entre elles na escolha dos candidatos á futura eleição geral.

O opposto disso se nota no partido liberal que nunca teve na provincia maior cohesão e unidade de vistas.

(Do correspondente)

(Continua)

EXTERIOR

Portugal

LISBOA, 30 DE JANEIRO.

(Continuação)

— Com o título *O poder moderador e as paixões partidarias*, o nosso collega do *Diário de Noticias*, de 25 do corrente, publicou um notavel artigo, que causou uma grande impressão, em consequencia de não ser da indole daquella jornal o entrar a fundo nas questões politicas, como elle proprio confessou no seu artigo.

O nosso collega nota que o poder moderador tem sido absorvendo e neutralizando todos os outros poderes do estado, que essa evolução se tem dado insensivelmente, pelo impulso natural das cousas, mas que se vai accentuando de uma maneira effizaz e ineluctivel. Observa que isto é uma anomalia do systema parlamentar. Atribue á ultima reforma constitucional, que tirou toda a preponderancia á camara dos pares, tornando-a uma succursal dos deputados, o ultimo desprestigio do parlamento. E acrescenta:

« Os ministerios caem e levantam-se sem se vê privado das genuinas indicações parlamentares, á simplesmte da confiança da corôa que depende a conservação, a queda ou a formação dos go-

vernios. Manrique no dia 4 deste mez. Com os Srs. Duques velu a princeza Helena, irmã da Sr. duquesa e noiva do grão-duque Alexis, primo do imperador da Rússia.

Os Srs. Duques de Bragança, depois de uma curta demora em Lisboa, partiram na manhã de 28 do corrente para Villa Viçosa, acompanhados pela princeza Helena, que ali vai passar algum tempo em companhia de sua irmã e cunhada.

Os Duques de Bragança projectam organizar em Villa Viçosa, onde junto ao palacio ha uma riquissima e vasta lapada, algumas grandes capotas a vedos, e a lhas, para as quaes serão convidados diversos cavalheiros da Corôa, como succedeu no anno passado.

— Consta a um collega que o Sr. Infante D. Augusto irá passar os mezes de março e abril na ilha da Madeira, sendo esta viagem e residencia aconselhadas pelos medicos. Os padecimentos do Sr. Duque de Coimbra demandam um clima mais temperado e bastante cuidado, em consequencia do estado debil em que Sua Alteza se encontra.

Por esse motivo é que os medicos assistentes de Sua Alteza aconselham a viagem á Madeira, para completo restabelecimento do illustre enfermo, que, depois das diversas e graves enfermidades que o têm atacado ultimamente, necessita de um longo e cuidadoso tratamento. O Sr. infante será acompanhado á Madeira pelo seu medico assistente, além dos seus auxiliares, que todos têm sido de uma grande dedicação e mostrado grande amizade ao Sr. infante.

— O Sr. José Paulino de Sá Carneiro, general de divisão, nomeado ultimamente par do reino vitalicio, tomou posse e prestou juramento do seu logar na camara dos pares na sessão de 25 do corrente.

— No dia 27 do corrente, 3.º anniversario do imperador da Alemanha, deu um baile o consul allemão em Lisboa, o Sr. Henrique Dhaenhaert. Assistiu o ministro da Alemanha, além de muitas damas e cavalheiros da colonia allemã em Lisboa, assim como muitas pessoas da corte.

O baile correu animado. No final da ceia o ministro da Alemanha brindou pelo seu soberano. O consul brindou pelo rei de Portugal, sendo esse brinde correspondido pelo Sr. Hintze Ribeiro, que brindou pelas cordias relações que ligam estreitamente o reino de Portugal ao imperio allemão.

— Falleceu na ilha da Madeira, para onde fora com o fim de ver si conseguia melhorar aos seus padecimentos, o Conde da Praia da Victoria, antigo deputado da nação e antigo governador civil. Succumbiu a uma lesão de coração. O Conde da Praia da Victoria era filho de um dos homens que nos serviços prestou á causa liberal, durante a regencia da Terceira, do thesouro de D. Maria II. Bruges Ayala

Na estrada Lucas sae-lhe ao encontro e obriga-o a entregar o que trazia, ao que o viandante sem replica accede, franqueando-lhe as algarbeas.

O salteador, mirando-o de cima abaixo, saqueia-o e, apenas o manda embora, faz-o voltar.

Meu yoyó, disse Lucas, dá a seu negro essa gravaia, sinão morre.

O pobre homem, que suppunha-se escapo com a vida e a fortuna, não hesitou um instante, desalou-a e, entregou desconfiado, assustado.

Por vezes, enfrentando no sertão com o padre seu senhor, tomava-lhe a benção, pedia-lhe e deixava-o ir seu caminho.

Dizem os velhos que Lucas tivera um remorso: — o de haver assassinado uma rapariga de 15 annos, a quem desvirginara e, enterrando-a na floresta, acontecera que passando por perto na manhã seguinte, viu levantar-se da cova uma nuvem de passaros, que foram cantando perder-se no além.

O negro e sua quadrilha, depois do premio offerecido, não contavam com o momento de tregua. Capilões do malto, rascadões, soldaos, gente do povo em fim, seguem-lhes no encalço, desaliando mais as represas do lando.

E os assaltos aos engenhos e aos viajantes, o roubo de gado e de bagagens, os cadáveres apodrecidos nas arvores reproduziam-se sem termo, activando eses crimes a vigilancia e sagacidade do chefe de policia e das autoridades locais, que não se poupavam a todas as diligencias.

No Aljube da cidade, Cazumbá, comandante de Lucas e réo inalienavel, evadira-se e hnta ás malhas.

Na sua existencia errante e sobreladada garantia dar cabo do salteador da Feira, uma vez que, com os 4.000\$ prometidos, lhe fosse offerecida a absolvição dos delictos.

Esta noticia espalhando-se, as autoridades da provincia tomaram conhecimento do facto e fazendo vir a sua presença Cazumbá, ficou o ajuste assentado sob a palavra do governo e a resolução do bandido.

Dahi por diante a estrella de Lucas começou a ser-lhe funesta.

Mello Moraes Filho.

Ao Mundo Elegante. — QUAL O RAPAZ CHIC E BONITO que para o aplomb de toda a elegancia deixará de ler um finissimo chapéu alto ou baixo francez, ou inglez, ou um riquissimo guard-chuva de pura seda, o que ha de mais pacífico? Procurem na nova e bem montada CHAPELARIA UNIVERSAL, A rua do Ouvidor n. 163, de Jacinto Lopes, PHINEAS CHAPELEIRO DO MUNDO! Não se enganem, não tem casca filhas, é 103, RUA DO OUVIDOR.

PARTE 2/2

Quêra o governo, sem hall' a legalidade e da ordem, e, em pouco tempo, acabará com tudo isto.

O governo não é só fazer conferencias ministeriaes, ir aos despachos, viver nos papéis das secretarias, fazer contractos com os amigos, passear a pé ou de carro, sem ordenanças, ou com ellas, ouvir intriguinhas da pequena politica; o governo é cousa muito mais seria e difficil; é principalmente attender a todos os interesses de paiz, quer os menores, quer os de alta monta, é garantir a ordem entre todos e o direito de cada um, é des- envolver a nação moral e materialmente, auxiliando, por meio de medidas sabias, a sua produção agricola e industrial, e o seu commercio, é fazer progredir as artes e as lettras, é ter bom exercito, boa navegação, boa marinha, boas estradas, boa representação no exterior, e entre muitas outras cousas é, primeiro que tudo, fazer boa policia e organizar boas magistraturas.

Governo não é essa inutilidade, que anda por ali, com o nome de 10 de março. Quando, principalmente, um estado não pôde ter policia, e a justiça é nelle uma palavra vã, ou se dissolve, ou se entrega ao governo de um outro estado melhor organizado, e quando um governo não tem forças, para policia a nação, e garantir os direitos do povo, retira-se por incapaz, e não permanece em um posto, des- honroso a si e a todos.

No interior não temos policia, nem os proprios juizes podem contar com ella para o respeito e segurança de suas pessoas, de suas familias e de suas casas. Conhecemos juizes que têm pedido a particulares auxilio para a sua defesa, dos entes que lhe são caros e da sua propriedade, e não o sollicitam do governo dos seus amigos conservadores. Vão assim procurar nos particulares o amparo, que a policia de seus correligionarios não lhes dá, e, ás vezes, por causa della mesma, succedendo isto, principalmente ao magistrado é homem recto, si não pactua com abusos, e si procura pautar-se pelas normas da lei e da justiça.

Hollin disse: o estudo das mathematicas dá ao espirito da mocidade, força, justa e penetração.

Condillac affirmou: a mathematica é a arte de crear a reflexão.

O calculo aviva o espirito, aguilha-o, torna-o vivo, prompto, penetrante; suscita a attenção, compara, julga, falla e ensina a fallar.

O calculo é a base do ensino profissional; é excellente disciplina intellectual; é a sciencia utilitaria.

Ensinai os discipulos a economisar, pensar, e calcular, é a lei que deve ser pregada no frontal da agricultura.

Em mil circumstancias tem o agricultor necessidade de calcular.

Si as noções que tem do systema metrico são vagas e indecisas, não poderá avaliar— um k m z , d m z , e m z , a relação do hectolitro com o d m z , nem distinguir o are do d m z , o quintal metrico do quintal ordinario, o litro do d m z . Ignorará a usura das colheitas, dos estrumes, do esgotamento da terra, das sementes, da alimentação racional dos animaes, da relação nutritiva das ferragens.

Si não tem noções de geometria pratica, como conhecer os processos da agrimen- sura, cubação e nivelamento dos ter- renos, lito uteis ao agricultor, e tão intimamente ligados à cultura?

Com um minimo de conhecimentos praticos bem dirigidos, executará todas essas operações sem recorrer a estranhos e sem dispendios.

Medir as terras, eubar pedras, vallos, canaes, fardos, nivelar o terreno para os trabalhos da irrigação, drenagem, arto e desaterra, são as operações diarias dos trabalhadores agricolas racionais.

Tudo isto vae assignalando a necessi- dade deste ramo de ensino no progra- ma das escolas de agricultura.

Convem accentuar que os alumnos não terão de entrar pelo dominio da sciencia, das questões theoreticas e abstractas, mas sim dos conhecimentos praticos imme- diatamente uteis e de applicação directa.

mada pelo povo — maleita, ataca em Caldas de ichorrhemia ou de pyemia.

Assim, estamos agora no rigor do verão (fevereiro), o thermometro centigrado tem marcado ao sol 42 grãos, e não ha um só caso da pyrexia na povoação, ao passo que os Poços ja possuem uma população fixa, que pôde ser calculada em 1.800 almas, dando-se seis habitantes para cada casa.

E devia ser assim, porque este solo não tem pantanos, isto é, tractos de terreno, cujas primeiras camadas sejam saturadas de agua, e guardem acima dellas uma toalha liquida de certa espessura, como parte integrante da sua superficie, de modo que não haja renovação sensivel (Julio Arnould).

Não ha desprendimento de effluvia pa- lustres sinão diante do conflicto da agua, do ar e do calor com residuos organicos espontaneos nas camadas mais superficiaes do solo; mas na formação do pantano os tres primeiros elementos representam um papel secundario, actuam como agen- tes chimicos ou physicos; o papel primor- dial, especifico pertence completamente à natureza das substancias que o solo oferece à ação daquelles reactivos, e na direcção do processo fermentativo ao qual elle se presta, em virtude das suas apti- dões naturaes, e das manifestações da vida, que espontaneamente se adaptam à sua constituição mineral.

Isto quer dizer que o pantano não é uma obra humana, mas natural: elle é constituído pela fermentação de substancias organicas fornecidas pela vida com- muni e universal, espontaneamente, sem intervenção do homem: quando o homem e os animaes, que com elle habitam a superficie da terra, emporecham o solo que pisam, cobrem-no de immundicies, formam focos cholericos ou typhicos, mas nunca pantanos.

E não é tudo.

O miasma palustre tem uma distri- buição geographica, que lhe é própria, e

Mil ou mille quinhentos ovinos acom- panham constantemente as sessões; todos os jornaes publicam por extenso as actas no mesmo lugar em que, durante as sessões parlamentares publicam os delates da

vinical, que desistimos do nosso intento, resolvendo não demorar por mais tempo a transmissão das noticias desta terra, em satisfação aos desejos manifestados pela illustre redacção desse diario, que veio preencher brillantemente uma lacuna, de que se sentia a imprensa flu- minense, satisfazendo palpitante neces- sidade do partido liberal do Imperio.

Sobre as finanças da provincia nos li- mitaremos a communicar o que está na consciencia publica, a despeito das cau- telas presidenciaes.

Calcula-se o deficit em cerca de 90.000\$ o qual ha de se elevar a mais de 100.000\$ até ao fim do exercicio pela notável dimi- nuição da renda, determinada pela falta de exportação do fumo e do gado, cujos preços baixarão de modo assustador nos mercados consumidores.

A administração está autorizada a emitir apolices até 100.000\$, mas tão abalado está o credito provincial que esses titulos não têm tido procura, apezar de se expor com franqueza a nossa admiração e desaprobção pelo proprio administrador a dar-lhes saída. Para occorrer as despesas ordinarias e urgentes ainda ha poucos dias contrahiu-se mais um emprestimo de 3.000\$, ignorando-se as condições em que foi elle effectuado.

Os empregados publicos têm recebido retardadamente seus vencimentos e acre- ditada-se que de fevereiro em diante os pagamentos serão suspensos por falta de numerario nos cofres da provincia.

No dia 1 do corrente, a convite do directorio liberal, reuniram-se os elei- tores, nossos correligionarios desta ca- pital, em casa do popular e considerado chefe tenente-coronel Antonio José Caiado, que, assumindo a presidencia, commu- nicou-lhes a designação feita pelo mesmo directorio do conselheiro André A. de Padua Fienry e do Sr. Leopoldo de Bulhões para representarem o partido liberal goyano no congresso convocado pelo centro da Corte a fim de se organizar o programma do partido.

A escolha do directorio foi unanime- mente applaudida, manifestando-se no

Continuando diz que cada dia se tem pronunciado mais o altamento da repre- sentação nacional, e que ninguém se ha- sea no interesse e independencia que devem caracterisar a representação na- cional, para ir depor mais alto a sua confiança. Allude aos ultimos aconteci- mentos sobre as companhias vinícolas e sobre a selagem, e põe em evidencia que está o parlamento abortido, e não é ao par- lamento que os negociantes do Porto se dirigem para pedir a revogação de uma lei. E o nosso collega prosegue:

«Passa-se por cima das Côrtes, passa- se por cima do poder executivo, e vao-se pedir ao poder moderador o que seria proprio unicamente do poder absoluto, em um regimen como o entendia e preconizava um realista como o Marquez do Pomal. E o parlamento, que se julga melindrado e offendido, procura desca- tar-se, perillando, nas suas moções de confiança, as palavras do monarcha!

«Exponos os factos e deixamos ao bom senso do publico, que, por felicidade nossa, ainda não se esgotou completa- mente, o lirar os naturaes correlarios. Não é da indole do nosso jornal entrar a fundo nas questões politicas, para que se não infira que estamos inclinados de qualquer paixão partidaria, mas por isso mesmo que desconfiamos uma situação especial, entendemos que nos corre o dever de expor com franqueza a nossa opinião. Acreditamos os promissos e contri- buindo para salvaguardar as altas lues- ses da ordem social, pondo de parte os partidos e as pessoas. Não se compromette a nossa imparcialidade, tratando com desassombro de um interesse vital para o paiz e para as instituições.

«A centralização e a absorção de todos os poderes no poder moderador, si signi- fica para um lado a alta valia do monarcha e dos seus incontestaveis dotes politicos, é por outro lado um perigo para a realza- ção, que se vê assim sobreabundante de uma responsabilidade absoluta, que devia ser relativa, e compartilhada pelos outros po- deres.

«E' este o perigo que anteveimos e que a prudencia e o civismo de todos os par- tidos monarchicos deveriam por todos os modos evitar, porque as consequências podem ser graves, e, mais tarde, só com dolorosos sacrificios se poderão reme- diar.»

Como pôde observar, qualquer leitor, imparcial ou não, este artigo encerra, duras e cruas verdades, não as poupando ao rei nem aos partidos, que todos no artigo encontram censura e aviso.

Diversos jornaes reproduziram o artigo do nosso collega, commentando-o uns, applaudindo-o outros; mas o artigo agrada geralmente não só pela verdade que contém como pela isenção com que é escripto.

— Regressaram a Lisboa, na noite de 25 do corrente, os Srs. Duques de Bragança, que haviam partido para Sevilla

mais intimos mysterios de cada sciencia, innoculam-se na Inglaterra no grande publico. Explicam tambem a razão por que o estilo dos historiadores, roman- cistas e jornalistas é alli tão substancial-

imperador D. Pedro deu o titulo de Barão de Bruges, que mais tarde foi transfor- mado em Conde da Praia da Vitoria. O conde actualmente fallecido contava 58 annos de idade, pois nasceu em 14 de dezembro de 1833.

— Foi confirmado no logar de vice- consel de Portugal na cidade de Ilagé, Imperio do Brasil, o Sr. Antonio Nunes Ribeiro Magalhães.

— Espera-se brevemente em Lisboa, de passagem para o Congo, o Sr. Savagnan de Brazza, explorador, e governador do Congo francez.

— São tres os vapores que se estão construindo em Inglaterra, destinados à navegação dos rios Zambeze, Chire e do lago Nyassa, na provincia de Mo- çambique, na costa oriental da Africa.

— Consta que no proximo mez de maio poderá começar a funcionar a linha ferrea de Beçim a Cascaes, que actual- mente está sendo construida.

— Chegou ha dias a Lisboa, regressando ao Rio de Janeiro, depois de uma viagem pela Europa, o Dr. Luiz de Castro, filho do jornalista do mesmo nome, que ha mezes falleceu no Rio de Janeiro, onde era redactor principal do *Jornal de Com- mercio*. O Dr. Luiz de Castro regressa agora ao Brasil, a assumir a direcção do *Jornal do Commercio*, do Rio.

— Consta que se trata de construir um caminho de ferro, systema americano, entre as Caldas da Rainha e a Foz do Arzoz, que não a pouca distancia das Caldas, e que é um dos passeios mais bonitos dos banhistas que frequentam a estação balnear das Caldas da Rainha, que cada dia tem maior concorrência.

— Refere um jornal de Lisboa que na proxima época lyrica, que começa em novembro, se ha de cantar no theatro de S. Carlos, de Lisboa, a opera portugueza do maestro Freitas Gual, distincto professor do conservatorio, Frei Luiz de Souza.

— Começaram ha dias os trabalhos para o estabelecimento do novo ascensor que parte da rua Fernandes da Fonseca, proximo do theatro do Principe Real, e segue pela rua dos Cavalleiros, calçada de Santo André e da Graça, terminando na Direita da Graça. Este ascensor constitue um grande melhoramento para a capital e é de enorme vantagem para os mor-adores do populoso bairro da Graça, ao qual tão difficil é o accesso.

— Por ordem de Sir Albert R. Rollit, cavalheiro inglez, entregou o Sr. Ernesto George, negociante em Lisboa, à direcção do albergo nocturno desta capital, a quantia de 100.000. Esta instituição cada dia se torna mais credora dos donativos que recebe.

— Foi ha dias recebido pelo Sr. ministro dos negocios estrangeiros o represen- tante em Lisboa da companhia de nave-gação Argentina-Luso-Brasileira, que se propõe estabelecer uma carreira de gran- des vapores entre os portos do Rio da Prata, Brasil e Lisboa.

— O Sr. Conde de Steenback, ministro da Suecia em Lisboa, designou o Sr. Dr. Guilherme de Vasconcellos Abreu para acompanhar, na qualidade de represen- tante de Portugal, o Sr. Visconde de Sutto Mayor, ministro de Portugal em Stockholm, assistindo ambos ao congresso de orientalistas que na capital da Suecia se va realizar brevemente.

SCIENCIA PARA O POVO

(Breiter)

Que é o carbonho?
— E' um corpo simplese solido, sem odor nem sabor, quasi sempre de cor preta, constitue na quasi totalidade o carvão do que nos servimos na economia domestica.

O carbonho é encontrado em a natureza perfeitamente puro?
— Sim, existe puro e crystallizado em estado de diamante.

Onde se encontra diamante?
— Nos terrenos de alluvão provenientes da destruição de rochas antigas, cujos des- troços foram transportados pelas aguas e se accumularam nos vales e plani- cios.

Que é a plumbagina ou graphite?
— E' uma variedade de carbonho que se encontra em Borrowdale, em Cumberland, na Siberia e alguns outros terrenos de antiga formação.

Que é a hulha ou carvão de pedra?
— E' uma substancia que se encontra em quantidade consideravel no seio da terra e que é composta essencialmente de carbonho e de bitume.

Que é o coke?
— E' a hulha despojada, por meio da calcinação em vaso fechado, do bitume e de gases.

TELEGRAMMAS

Centro Telegraphico da Imprensa

Exterior

Roma, 21.

As camaras Italianas approvaram o projecto de lei sobre impostos que têm por fim equilibrar a recolta com a des- peza.

Roma, 21.

O general Mattel, commandante da arma de artilharia e de engenharia, publi- cou um artigo, que tem chamado muita attenção por seu caracter aggressivo contra o governo Italiano, que instaurou processo summario contra o mesmo ge- neral.

Roma, 21.

Suicidou-se nesta capital uma freira, que ateu fogo às roupas.

E' esperada aqui uma embaixada japoneza.

Paris, 21.

Continua enfermo o Sr. Jules Grévy, sendo grave o seu estado.

O illustre cidadão foi visitado pelo Sr. Sadi-Carnot, presidente da republica.

Montevidéo, 21.

O governo uruguayo distribuirá me- dalhas para commostrar o Congresso Juridico Internacional.

Paris, 21.

Continuam as negocções com os che- fes parlamentares para a organização do

FOLHETIM

A VIDA PUBLICA

ANEXO E
REPORTAGEM JORNAL PACOTILHA, 11 DE JULHO DE 1883
PARTE 1/3

PACOTILHA.

TRANSCRIÇÃO.

O congresso d'instrução.

Um dos mais reaes serviços que as camaras actuaes pôdem prestar ao paiz é suspenderem toda e qualquer despesa com o chamado congresso d'instrução pública, que não será mais do que o congresso da rhetorica.

Eu o demonstro.

O congresso se occupará de duas sortes de questões, naturalmente.

1.ª questões geraes sobre o ensino publico.

Os livros ahí estão que discutem todas ellas... Ora, individuos ha que seguem Spencer, outros as conclusões de Wierchow ou de Haeckel, estes prezam as idéas de Jules Simon, aquelles contentam-se com os relatorios de Hippau, estes outros emfim, são ecléticos: tomam de todos um pouquinho, e abarrotam nos com sua illustração bibliographica, com sua sciencia de catalogos.

Eu pergunto: o que lucra o estado com uma discussão sobre todos esses autores? Qual de nós terá competencia para decidir ex cathedra de questões superiores sobre a organização do ensino publico, quando nos acharmos em presença de opiniões, sempre bem baseadas, desses homens illustres? A argumentação sobre questões ge-

verno dirigiu-se ao sr. professor H. Gorceix, director da escola de minas de Ouro Preto. ao sr. dr. Ladislao Netto, director do museu nacional, e à mim pedindo a cada um de nós um parecer pessoal sobre os meios de desenvolver o ensino das minas no Brazil, especialmente sobre o de desenvolver a escola de Ouro Preto.

O sr. dr. Ladislao Netto declinou da incumbencia, dando assim o exemplo do mais elevado bom senso, visto não ser engenheiro de minas, apesar de distincto naturalista.

Querem os bachareis um exemplo? Ah! o tem:

O sr. professor Gorceix e eu demos cada qual nosso parecer, onde, seguindo cada um de nós o caminho que entendemos da harmonia com nossas proce- dencias escolares e com os meios em que se tem desenvolvido nossa actividade profissional, expozemos com competencia real, o que entendemos util. Chegando quasi sempre a conclusões semelhantes, senão identicas. Ora, ahí tem o governo o meio de orientar-se em todas as questões: faça o mesmo com as outras, que fez para essa e para algumas mais.

Se quer por ventura bem orientar-se sobre organização de escolas agricolas, eu lhe indico quem tem competencia para isso, declarando desde já que eu não n'a tenho absolutamente e que, a excepção do

lhos sobre a lavoura e criação, a qual se não tiver conhecimentos praticos sufficientes ao menos os tem theoreticos consideraveis.

Dr. Jorge Tabirica Piratininga, lavrador em Itú, São Paulo, que é doutor em sciencias physicas e naturaes por Zurich e estudou a agronomia na escola agricola de Hohenheim em Wurtemberg

Procure o ministro por si ou por indicações, outros nomes como esses, que terá a melhor orientação sobre o que deve ser o ensino agricola entre nós, guiando-se pelo que fôr comum ou semelhante nos pareceres desses homens competentes: isso valerá mais que quanto congresso de instrução possa haver.

No que toca ao ensino geral primario ou preparatorio, eu acho que o melhor é um homem esclarecido qualquer, collocado na pasta do imperio decidirse segundo suas luzes... De todos os ministros actuaes o sr. bacharel Antonio de Almeida e Oliveira é o mais competente para o assumpto... mas o collocaram na pasta da marinha... Elle tem idéas sãs sobre questões geraes de instrução publica e podia prestar-nos bons serviços na organização do ensino primario entre nós.

O sr. ministro do imperio actual não quereria trocar sua pasta com a delle? Vejam se podem fazer essa troca: ella anoveita mais ao paiz que o

motheo fã uia acontecerimento que impressionou profundamente o espirito da população e por amor das circunstancias que o revestiram e acompanharam deu causa á bontos mais ou menos desenhados, alguns dos quaes punham em duvida que ella houvesse sido natural.

A policia, syndicando dos factos e apoz inquirição de crecido numero de testemunhas, chegou a evidencia de que a morte do tenente José Thimoteo tivera por causa uma congestão cerebral, consoante a opinião dos peritos que procederam ao corpo de delicto e exame cadaverico.

Concluido o inquerito subio este a conclusão do sr. dr. juiz de direito do 3.º districto, affirmando de julgal-o.

Sobreveio, porém, um incidente que se pode dizer, derribou pela base tudo quanto até então a policia houvera conseguido—isto é, o integro magistrado, em vez de julgar o processo exigio que fosse exhumado o cadaver e que se procedesse a novo corpo de delicto, visto não estar devidamente provado que a morte do tenente José Thimoteo não houvesse sido o resultado de um crime misterioso.

A policia poz-se logo em acção e intimou alguns medicos para realisarem esta exigencia da lei. Destes, uns escusaram-se, outros apresentaram difficuldades e outros, finalmente, mos-

Em 30 do passado, dia em que se findou a safra de assucar da provincia, relativa ao anno ultimo verificou-se que para mais de duzentos e vinte mil saccos deram entrada nos armazens do thezouro.

Da safra nova já alli acham-se 150 saccos, remettidos de Vianna.

A rua da Cascata, de que já tratamos, amanheceu hoje em um estado muito peor do que o do hontem.

Só parece que é de proposito em acinte a policia, a nossa policia....

Boletim do matadouro

10 de Julho.

Foram retradas dos curraes do matadouro publico 31 rezes, sendo:

De José Maria de Freitas e Vasconcellos & C. abatidas para consumo publico.....	13
De Correia & Silva, idem.....	9
De Magalhães Santos & C. idem	6
De Alfredo José Correia idem..	3
	31

Observação.

Existem hoje nos curraes 51 rezes de diversos donos.

Hontem, pelas quatro horas da tarde, na rua de S. Pantaleão e em presença de um grande numero de espectadores—o cabo de policia Serrão foi barbaramente espancado pelo sagento do mesmo corpo Francisco Antonio de Paula, que com uma furia bestial dava expressão ao alcool que lhe quei-

O sr. Rufino Lyra, morador na rua do Rancho, veio hoje ao nosso escriptorio communica- car que durante a noite passada conservou-se apagado o lampião existente nessa rua, em frente a sua casa, e que depois das dez horas dois vultos suspeitos estiveram por alli rondando as immediações de sua residencia a cuja porta um encostou-se.

O nosso reclamante não pôde conhecer quem era, mas desconfia que seja alguém que pretenda fazer-lhe qualquer surpresa desagadavel e por nosso intermedio pede a policia que mande patrulhar a citada rua e ao sr. encarregado da illuminação publica que providencie no sentido de evitar que se produza a falta de luz.

Esta noite uma orchestra foi a casa do sr. desembargador Antonio Augusto da Silva comemorant-l-o pelo seu anniversario, que se verifica hoje.

O vapor «Carolina» sahirá no dia 13 ás 6 horas da manhã em viagem extraordinaria para Monção e Engenho Central.

O Schah da Persia enviou á princeza de Bismark á placa do Sol, que é a maior condecoração conhecida; cobre todo o peito do agraciado.

Hontem a tarde, na rua das Creoulas, andava um typo de baixo d'um temporal enorme, que bramava ao longe, com uns ruidos atrozadores.—a dizer

PARTE 2/3

desse homens illustres? A argumentação sobre questões geracs d'instrução publica será uma Babel. Ahi haverá uma confusão das linguas e das idéas, no meio das pretensões titanicas de nossos bachareis rhetoricos querendo escalar o céu. Os factos confirmarão quanto avanço, se tivermos a desventura de gastarmos ainda dinheiro com o tal congresso de instrução.

2.ª questões especiaes sobre o ensino publico.

A questão especial é sempre uma questão de competencia especial. Pretenderá o bacharel decidir da organização especial dos estudos de medicina, de engenharia, de agricultura, de artes e officios, de bellas artes, marinha, guerra, etc.?

De certo elles o pretendem; a organização de nossos ministerios de bachareis é prova disso.

A incompetencia tem essa vantagem: nunca encontra osso nem caroço em coisa alguma...

Mas perante o bom senso e a probidade, digam-me: é isso sério?

Outro officio meus senhores... Ide para vossas mezas de advogados e para vossas caballas politicas e deixae-nos tranquilos... Procurae commendas e baronatos por outro meio... Ide fazer juz a pingues empregos d'outro modo... Como com razão o fizeram aquelles que foram bater se pela patria ou pelo imperador no Paraguay. Esperae por uma outra guerra e alistai-vos como voluntarios... Deixai nos com vossos congressos d'instrução

que eu não n'a tenho absolutamente e que, a excepção do sr. dr. Nicolau Moreira, ou algumas outro que eu não conheça, aqui na corte ninguem tem competencia profissional para isso. Queira o governo dirigir se a homens como os seguintes:

João Tibiriçá, lavrador em Itú, S. Paulo, que tem sabido applicar seus estudos de sciencias naturaes á agricultura.

Christiao Cruz, em Caxias, Maranhão, que fez estudos praticos de agricultura em Strickhof perto de Zurich e theorico pratico em Hohenheim no Wurttemberg e que está applicando com grande proveito seus conhecimentos á lavoura no Maranhão.

Luiz Leite Guimarães, que fez seu curso de agronomia theorica e experimental na escola agricola de Zurich, que tem estado durante tres annos na agricultura de S. Paulo, e que ha um mez partiu de novo para a Allemanha para ainda mais aprofundar seus estudos.

Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, que se acha na provincia do Piahy n'uma fazenda nacional, que estudou em Grignon (França) e que tem publicado interessantes trabalhos.

FOLHETIM.

O FILHO DE MONTE-CHRISTO.

POR

JULIO LERMINA.

passa com a morte... podem fazer essa troca: ella aproveita mais ao paiz que o congresso de instrução.

O congresso de instrução será um verdadeiro pandemônio... Gemerá ahi a montanha da rhetorica e parirá um ratinho... Depois virão os galardões aos civicos, aos patrioticos esforços...

Mas não é com essa que se illudirá o mundo civilizado sobre o triste estado da nossa instrução publica.

DR. ENNES DE SOUZA
(Da Gazeta da Tarde)

PACOTILHA.

A exumação do cadaver do tenente José Thimoteo.

Este importante assumpto, que por algum tempo mereceu as honras de occupar a attenção publica de ta capital, foi, pouco a pouco, como acontece o todas as cousas neste mundo, caindo no olvido, desaparecendo das conversações, e até, diga-se a verdade, perdendo completamente a importancia que lhe devem dispensar as autoridades constituídas.

A morte do tenente José Thi-

que lhe importava! o que elle queria era matar a criança!

Como foi que Monte-Christo teve tempo de saltar e arrancar a arma, quando esta já tocava na garganta de seu filho; como foi que agarrou em Maldar pelo corpo, como o balançou um momento no ar e o arremessou no espaço, tal qual faz a criança com a sua funda ao atirar uma pedra?... Foi um prodigio!...

E no mesmo momento em que o

outros apresentaram difficuldades e outros, finalmente, mostraram a inconveniencia resultante para a saude publica de tal deligencia e a inutilidade de semelhante trabalho.

Por seu lado o juiz não se demove a julgar o inquerito sem que satisfaçam a sua exigencia.

Chegarão as cousas a este ponto.

Agora perguntamos:

Foram já esgotados todos os recursos?

Todos os medicos existentes nesta capital foram intimados pela policia?

Multaram se, conforme a lei preceitua, os que sem motivo justificado recusaram-se a cumprir a sua exigencia?

O negocio é grave, gravissimo, e como tal não se deve deixar que elle pela acção do tempo perca a sua importancia e autorise a que o povo conserve a ideia de haver um crime impune, ante o qual a justiça confessou se impotente e nulla.

Aguardaremos o resultado das interrogações que deixamos aqui consignadas.

—O senhor salvou-me a vida! disse-lhe; salvou meu filho... a minha vida lhe pertence. Não me dirá quem é?...
—Sou um colono francez, sr. conde... que tem tido tambem aventuras tão estranhas, que, quando o senhor as conhecer, da nada mais se admirará... Chamam-me Fanfar!...

Lanhado e os seus homens acudiam.

cisco Antonio de Paula, com uma furia bestial dava expansão ao alcool que lhe queimava as entranhas, esbordoando a um pobre homem.

O cabo ficou bastante maltratado, pois a pancadaria que levou não foi para menos.

E' para isso, unicamente para isso, que a nossa policia serve. Para outras cousas—ella não tem o mais pequeno prestimo, não vale nada, mesmo nada,

por quanto os turbulentos, os gatunos, os vagabundos ahi vivem publicamente promovendo disturbios, furtando, desrespeitando a moral publica—sem que a policia, que tem um sargento valente, bravo, destimido como o sr. Francisco Antonio de Paula se lembre—desenvolvendo a energia de que dispõe, de tomar providencias nesse sentido, afim de melhorar o nosso estado de cousas, quanto aos barulhos, furtos, que diariamente registramos.

Porem assim não acontece. Quando se trata de policia nesta terra é para relatar um facto como o que fica acima, isto é—para narrar as proezas de Sansão do heroico sr. Francisco Antonio de Paula.

—Está bom! está bom! não acabarás com isto, garoto?...

—E foi por minha causa, sr. conde, que se expoz a todos estes perigos! disse Alberto.

Monte-Christo contemplou-o durante alguns momentos. Era o retrato vivo de Mercedes. E o conde sentio uma lagrima subir-lhe aos olhos.

Estendeu as mãos para o moço, e Alberto atirou-se-lhe nos braços,

baixo d'um temporal de ventos, que bramava ao longe, com uns ruidos atroadores,—a dizer chalaças as pessoas que se achavam nas janellas—umas immoralidades baixas, de emporcalhar as pedras da rua.

Um telegramma do Ceará deu aqui a noticia de haver fallecido naquella cidade o nosso comprovinciano Carlos da Cunha Rocha, que embarcára no Pará atacado dos pulmões.

Um assignante do Vianense morador no Aquiry, communicou aquelle jornal que no dia 11 do passado fallecera alli o italiano José Antonio Lemonige, que nos ultimos momentos confessára ser frade em sua terra natal e que se evadira do convento por haver assasinado a um seu companheiro; que embarcando em um vapor, do qual era commandante um seu irmão, viera até a cidade da Fortaleza, capital da provincia do Ceará, onde desembarcara e ficara.

Ahi casou-se, e com outros viera com sua mulher e filhos para a cidade de Vianna por occasião de emigração por causa da secca.

—Si isto é verdade o pobre do frei Lemonige a estas horas estará hospedado no grande palacio de Satan a passar vida de bode.

Noticia o «Vianense» que a variola não se tem manifestado na cidade de Vianna

Graças a reclamação que fizemos hontem sobre o lixo que invadia a Praça do Mercado,

PARTE 3/3

Ide fazer juiz a pingues empregos d'outro modo.... Como com razão o fizeram aqueles que foram bater se pela patria ou pelo imperador no Paraguay. Esperae por uma outra guerra e alistai-vos como voluntarios... Deixai nos com vossos congressos d'instrução publica e os dinheiros nos cofres do estado.

Em todos estes negocios do congresso d'instrução publica uma unica cousa já está feita e essa foi bem feita. Custou caro é verdade, mais foi bem feita. Não foi perfeitamente feita, mas enfim foi um passo acertado. O governo dirigiu-se a quem elle julgou mais competente especialmente em cada assumpto de que pretende tratar o congresso e pediu seu parecer pessoal. Os pareceres nada custaram; mas as publicações destes.. Pois que os não publicassem ou só os publicassem nas columnas do «Diario Official».

O parecer pessoal é sempre a cousa mais sensata que se póe pedir quando se precisa de orientação ou de um conselho.

Os pareceres das commissões ou de agrupamento são sempre uma burla. Os pareceres das assembleas ou das congregações são sempre contrasensos.

O individuo só, pensa: bates a verdade e a diz com frequência. Os individuos agrupados só buscam as lantejoulas e satisfazerem vaidades.

Tomemos como caso particular a questão das minas. O go-

O FILHO DE MONTE-CHRISTO.

POR

JULIO LERMINA.

SEGUNDA PARTE.

Mais rico do que Monte-Christo.

XXV

MONTE-CHRISTO TORNA-SE DANTÉS

E Alberto, filho de Mercêdes, estava alli, vindo em seu soccorro!...

Offegante, com metade do corpo debruçado em uma janella. Monte-Christo escutava, esperava!...

E aquelle homem, que de cousa nenhuma se admirava, soltou um grito de espanto.

Pelo rochedo a pique, onde parecia que nenhum pé humano pudesse encontrar um ponto de apoio, um homem subia, audaciosamente, sem a menor hesitação...

Parecia resvalar pela parede...

Monte-Christo não podia desviar os olhos de cima daquelle vulto humano, que parecia suspenso no ar por um milagre...

Não olhava para trás...

De repente ouviu um grito.

Maldar alli estava em pé, e o seu yatagan ameaçava a garganta de Esperança, estendido no chão.

O miseravel, vencido, vendo a morte precipitara-se por entre as chamas, e queimado, perdendo sangue, chegara até o alto da escada, que desabara logo após...

193

Como foi que Monte-Christo teve tempo de saltar e arrancar a arma, quando esta já tocava na garganta de seu filho; como foi que agarrou em Maldar pelo corpo, como o balançou um momento no ar e o arremessou no espaço, tal qual faz a criança com a sua funda ao atirar uma pedra?... Foi um prodigio!...

E no mesmo momento em que o corpo, do assassino, despedaçava-se nas lages do pateo, um homem pulava na torre e dizia:

—Sr. de Monte-Christo, salve o menino!...

E desenrolou uma extensa corda, que lhe cingia a cintura; depois, com incrível habilidade, enfiou a laçada sob os braços de Esperança...

Monte-Christo olhava para aquelle homem, a quem não conhecia... e que com singular autoridade fizera o menino resvalar por cima das ameias, e, debruçado para fora, de modo a parecer que não tinha ponto de apoio, guiava a corda, que descia...

—Meu pai! meu pai! estou salvo! gritou Esperança.

—Agora é a sua vez, disse o desconhecido puxando de novo a corda.

—E o senhor?...

—Oh! quanto a mim, não tenho receio! Se fôr preciso, pularei daqui lá em baixo!... Mas vá! desça, desça já, antes que esta velha torre se desmorone.

Monte-Christo obedeceu, tomou a corda entre as robustas mãos... e desceu.

Ao chegar em baixo, levantando a cabeça, viu que o homem descia sem nenhum auxilio, agarrando-se com os pés e com as mãos ás asperezas da pedra...

Quando elle tocou em terra, Monte-Christo estendeu-lhe francamente a mão.

—Sou um colono francez, sr. conde... que tem tido tambem aventuras tão estranhas, que, quando o senhor as conhecer, da nada mais se admirará... Chamam-me Fanfar!...

Lanhado e os seus homens acudiam.

Os Kuans estavam uns mortos, outros fugidos.

—Irta! exclamou o zuavo. A cousa esteve quente!

Mas que descida!... Digam-me! Havia então algum macaco por aqui?...

O homem que dissera chamar-se Fanfar poz-se a rir.

—Cada qual tem o seu officio, respondeu elle; fui saltimbanco...

Miss Elphys tinha-se aproximado de Monte-Christo.

—Conde! disse-lhe amavelmente; quanto sou feliz por ter chegado a tempo!...

—A senhora! mas por que milagre se acha aqui? Realmente, a mim mesmo pergunto se estou acordado ou sonhando.

—Eu havia jurado seguil-o, respondeu Clary corando. Mas ah! tinha confiado em demasia nas minhas forças. Sempre trahida pelos meus guias, acreditei que morreria sem poder dar a vida por... por seu filho!...

Mas a minha boa estrella conduziu-me á casa de um colono francez, o sr. Fanfar... e logo que pronunciei o seu nome elle jurou defendel-o... E é-a elle que se deve agradecer.

—Caiba a quem couber a gloria, disse uma voz grossa, estimo muito que isto esteja acabado. Vamos voltar a França, não é assim?....

—Mãei Caramai! exclamou o zuavo, saltando-lhe ao pescoço.

que se expoz a todos estes perigos! disse Alberto.

Monte-Christo contemplou-o durante alguns momentos. Era o retrato vivo de Mercêdes. E o conde sentiu uma lagrima subir-lhe aos olhos.

Estendeu as mãos para o moço, e Alberto atirou-se-lhe nos braços, dizendo:

—Em nome de minha mãe, obrigado!... Mas permita-me que lhe apresente o meu salvador... quero dizer... mais um salvador accrescentou sorrindo-se; pois, segundo parece, não sirvo senão para ser salvo.

Gratillet deu um passo para o conde.

—Peço-lhe perdão, senhor, por apresentar-me nestes trajos. Mas faltou-me tempo para uma escovadela... Demos tal mergulho ha dous dias.

Com effeito, quando Alberto e Gratillet se despenharam no vacuo, foram cahir em uma torrente que, por acaso, não estava sêcca. A queda foi amortecida pela agua, e elles puderam fugir, até encontrar a caravana de Miss Elphys...

O jornalista dissera o seu nome, e Monte-Christo soltou um grito de surpresa.

—O sr. Gratillet!... amigo do sr. Beauchamp, não é verdade?

—E seu reporter ordinario... exactamente, sr. conde!

—Pois bem! o sr. Beauchamp recommendou-m'o muito, caso o encontrasse... Mas teria andado mais avisado se me recommendasse ao senhor...

—Oh! o senhor está ferido! exclamou Alberto, apontando para a roupa de Monte-Christo, tinta de sangue.

(Continua).

de bode.

Noticia o «Viannense» que a variola não se tem manifestado na cidade de Vianna

Graças a reclamação que fizemos hontem sobre o lixo que invadia a Praça do Mercado, amanheceu ella hoje limpa, asseada, perfeitamente varrida, sem exhalar mau cheiro, sem causar nojo a quem por alli passasse.

Acceite o sr. fiscal os nossos parabens e continue a cumprir o seu dever que sempre estaremos promptos a elogiar o.

O acao é a melhor recommendação que pode ter uma pessoa.

No Banco Hypothecario e Commercial do Maranhão se pagará d'amanhã em diante o 11.º dividendo de suas acções do semestre proximo findo a razão de 23200 rs. cada uma.

Atrei um limão n'agua De redondo foi ao fuado; Triste da moça solteira Que cae na bocca do mundo.

Amanhã ás 7 horas da noite devem reunir-se os membros da Associação Typographica Maranhense, afim de tratar-se de assumpto bastante importante.

Na loja Fraternidade Maranhense ha amanhã sessão extraordinaria.

ANEXO F

Painel de Reportagens O ESTADO DO MARANHÃO e o IMPARCIAL



Data: Janeiro de 2013

Localização: Capa

Título: "Seletivo // atraso e esperança no IFMA"

Assunto: Reportagem que aborda o impacto do atraso no processo seletivo do IFMA, destacando a expectativa dos candidatos pela nova oportunidade de ingresso. O texto enfatiza a importância do processo seletivo para estudantes que buscam acesso à educação técnica e profissional,



Data: Janeiro de 2012

Localização: Capa

Título: "IFMA dá chance de refazer exame a todos os alunos"

Assunto: Reportagem sobre a decisão de oferecer uma nova prova a todos os participantes do seletivo unificado do IFMA realizado no dia 11 de dezembro. A medida conciliatória buscou resolver um impasse relacionado ao processo seletivo, garantindo equidade e transparência para os candidatos.



Data: Dezembro de 2011

Localização: Edição 33017, Caderno 2

Título: "Provas do IFMA são remarçadas"

Assunto: Reportagem sobre a remarcação das provas para os cursos técnicos do IFMA devido à confusão e intranquilidade observadas no processo seletivo anterior. O texto destaca os desafios enfrentados pelos candidatos e pela organização do certame, além de abordar a importância da transparência e da reestruturação do processo para garantir um acesso mais justo e organizado à educação técnica.



Data: Dezembro de 2011

Localização: Edição 33016, Capa e página 1 (Urbano)

Título: "O seletivo da confusão"

Assunto: Reportagem sobre a polêmica e o tumulto ocorridos durante o processo seletivo do IFMA para cursos técnicos. Candidatos relataram divergências de informações e problemas organizacionais, que geraram frustração e insegurança entre os participantes. A matéria destaca o impacto negativo desses episódios na credibilidade do certame e na confiança dos candidatos, reforçando a necessidade de maior planejamento e clareza nos processos seletivos do instituto.



Data: Janeiro de 2008

Localização: Edição 31.592, página 6

Título: "FUNCCEMA e CEFET-MA abrem inscrições para curso de extensão sobre Direito Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos"

Assunto: Reportagem sobre a abertura de inscrições para um curso de extensão em Direito Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos, promovido pela FUNCCEMA em parceria com o CEFET-MA (atual IFMA). A matéria informa que o curso disponibiliza 40 vagas, voltadas para profissionais de diversas áreas, com foco na interação entre ciências e práticas que abordam a gestão sustentável dos recursos hídricos e o desenvolvimento relacionado à educação ambiental.



Data: Janeiro de 2008

Localização: Edição 31.618, página 10

Título: "Cefet-MA oferece 320 vagas para cursos" e Resultado de concurso do Cefet-MA"

Assunto: Reportagem que divulga os resultados do concurso realizado pelo CEFET-MA (atual IFMA). A matéria informa que os aprovados atuarão em uma das unidades localizadas nos municípios de São Luís, Açailândia, Alcântara e Imperatriz. E a abertura de 320 vagas para cursos no CEFET-MA, com inscrições disponíveis até o final de janeiro de 2008.



Data: Dezembro de 2008

Localização: Edição 31.948, página 19

Título: "Instituto Federal no MA terá 18 campi"

Assunto: Reportagem que informa sobre a implantação do Instituto Federal no Maranhão (IFMA) com a previsão de 18 *campi* espalhados pelo estado. O texto destaca a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, enfatizando o papel estratégico do IFMA na expansão e interiorização do ensino técnico e profissional, visando atender às demandas locais e regionais por qualificação e desenvolvimento.



Data: Agosto de 2016

Localização: Edição 34.719, Capa e página 7

Título: "IFMA abre 6 mil vagas em cursos técnicos"

Assunto: Reportagem que anuncia a abertura de 6 mil vagas em cursos técnicos pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). A matéria destaca a diversidade de opções oferecidas pela instituição e o impacto da ampliação de vagas na qualificação profissional no estado, reafirmando o compromisso do IFMA com a democratização do acesso à educação técnica e com o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão.



Data: Janeiro de 2012

Localização: Edição 33.042, página 2

Título: "10.039 vagas em cursos profissionalizantes"

Assunto: Reportagem que destaca a abertura de 10.039 vagas em cursos profissionalizantes no Maranhão, como parte de iniciativas voltadas à qualificação e ao acesso à educação técnica. A matéria informa os detalhes sobre as modalidades de cursos oferecidos, os critérios de participação e a importância dessa ação para ampliar as oportunidades de formação e empregabilidade no estado.



Data: Janeiro de 2008

Localização: Edição 31.611, página 8

Título: "Cefet implanta novos cursos"

Assunto: Reportagem que aborda a implantação de novos cursos no CEFET-MA (atual IFMA), voltados para atender às demandas tecnológicas e de mercado, como as relacionadas à construção civil. A matéria enfatiza a importância da ampliação da oferta educacional para formar profissionais qualificados em áreas estratégicas e inovadoras, destacando a contribuição da instituição para o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão.



Data: Dezembro de 2008

Localização: Edição 2.420, página 5

Título: "Governador lança pedra fundamental de Cefet"

Assunto: Reportagem que relata a assinatura da ordem de serviço para as obras de um novo campus do CEFET-MA no município de Barreirinhas. A matéria destaca a importância da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Maranhão, consolidando o estado como o segundo maior em expansão desses centros. O governador Jackson Lago enfatizou o impacto positivo da iniciativa para a educação e geração de empregos no estado, conectando o investimento à promoção do desenvolvimento regional.



Data: 29 de janeiro de 2009

Localização: Edição 420, página 24

Título: "Inscrições para IFMA até dia 3 de fevereiro"

Assunto: Reportagem que anuncia o período de inscrições para os cursos do IFMA, anteriormente conhecido como Cefet. Os cursos disponíveis incluem Engenharia, Licenciatura e Sistemas de Informação, com oferta de vagas nos *campi* de São Luís e Imperatriz.



Data: Janeiro de 2012

Localização: Edição 33045, página 9 (Concurso)

Título: "IFMA e MPF não chegam a consenso sobre certame"

Assunto: Reportagem sobre a falta de consenso entre o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e o Ministério Público Federal (MPF) em relação ao processo seletivo para cursos técnicos. O texto destaca que o MPF questionou aspectos do certame, incluindo critérios de aplicação das provas, o que levou a discussões sobre a transparência e a equidade do processo.



Data: Janeiro de 2012

Localização: Edição 33052, página 9

Título: "Publicado edital complementar"

Assunto: Reportagem sobre a publicação de um edital complementar pelo IFMA para realização de nova prova do processo seletivo de cursos técnicos. O texto destaca que a medida foi adotada após decisão do Ministério Público Federal (MPF) e informa o cronograma e critérios para a nova aplicação do exame.



Data: Novembro de 2012

Localização: Edição 33362, Capa e página 9

Título: "Inscrições para seletivo terminam neste domingo"

Assunto: Notícia sobre o encerramento do período de inscrições para o processo seletivo do IFMA, referente a 45 cursos técnicos ofertados pela instituição. A matéria informa que os interessados têm até o domingo para realizar o registro, destacando a ampla oferta de cursos técnicos como uma oportunidade para os jovens buscarem qualificação profissional.



Data: Novembro de 2013

Localização: Edição 33728, Capa e página 1 (Urbano)

Título: "Prova do IFMA"

Assunto: Reportagem sobre o processo seletivo do IFMA para cursos técnicos, que contou com a participação de mais de 35 mil jovens concorrendo a 4.310 vagas. As provas foram realizadas em todos os 18 *campi* do estado, evidenciando a abrangência e relevância do IFMA na oferta de educação técnica.



Data: Janeiro de 2014

Localização: Edição 3377, Capa e página 6

Título: "Candidatos podem fazer inscrições pelo SiSU até sexta-feira"

Assunto: Reportagem que informa o prazo final para inscrições no Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que utiliza as notas do Enem para acesso ao ensino superior. O texto destaca que candidatos ainda podem se inscrever até sexta-feira para concorrer às vagas disponíveis em instituições de ensino superior, incluindo o IFMA.



Data: Novembro de 2013

Localização: Edição 33730, Capa e página 1 (Urbano)

Título: "Divulgado ranking do Enem 2012 no Maranhão"

Assunto: Reportagem sobre o ranking das escolas do Maranhão no Enem 2012. O texto destaca o desempenho de instituições de ensino no estado, com o Centro Educacional Reino Infantil obtendo a maior média geral, enquanto o Colégio Educator Ltda./Educallis liderou no quesito redação. O IFMA também é mencionado, ressaltando o papel das escolas técnicas e federais no desenvolvimento educacional e na preparação de estudantes para o ingresso no ensino superior.



Data: Novembro de 2014

Localização: Edição 34092, Capa e página 9., Caderno Impar – Cultura, Jornal o Imparcial

Título: "Festival de teatro movimenta escolas"

Assunto: Reportagem sobre a participação de estudantes no Festival de Teatro, que movimentou diversas escolas no Maranhão. A matéria destaca o impacto do evento como uma atividade cultural e educativa, promovendo o desenvolvimento artístico e o envolvimento dos jovens em projetos que valorizam a expressão teatral.



Data: Novembro de 2014

Localização: Edição 34091, página 7 (Tecnologia)

Título: "Agrotecnologia encanta jovens"

Assunto: Reportagem sobre a Feira de Agrotecnologia realizada em Caxias, Maranhão, que atraiu um grande público, incluindo agricultores familiares, jovens de Casas Familiares Rurais e estudantes do IFMA. O evento apresentou inovações tecnológicas voltadas para o setor agropecuário e foi destacado como uma oportunidade de aprendizado e troca de experiências. A matéria enfatiza o papel do IFMA na promoção do conhecimento técnico e no incentivo ao desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas educacionais e de extensão.



Data: Agosto de 2014

Localização: Edição 33991, página 2, caderno Santa Inês e Região.

Título: "IFMA oferece vagas para cursos técnicos"

Assunto: Reportagem que informa sobre a abertura de mais de 400 vagas para cursos técnicos oferecidas pelo IFMA, distribuídas em 17 municípios do Maranhão. Em Santa Inês, estão disponíveis 160 vagas. A matéria destaca que os interessados devem preencher um formulário eletrônico disponível no site do IFMA. A reportagem também ressalta a importância da oferta de cursos técnicos como estratégia para a qualificação profissional e inclusão educacional, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.



Data: Janeiro de 2015

Localização: Edição 34135, página 2, Caderno Urbano, Jornal o Imparcial

Título: "IFMA divulga resultado do seletivo dos cursos técnicos"

Assunto: Reportagem sobre a divulgação do resultado do processo seletivo para os cursos técnicos do IFMA. A matéria destaca a importância do seletivo como porta de entrada para a educação técnica de qualidade, com oportunidades distribuídas entre os *campi* da instituição. O texto também aborda a diversidade dos cursos oferecidos, evidenciando o compromisso do IFMA com a qualificação profissional e o atendimento às demandas regionais.



Data: Janeiro de 2015

Localização: Edição 34148, Capa e página 1, Caderno Urbano, Jornal o Imparcial.

Título: "UFMA e IFMA oferecem 3.788 vagas no SiSU"

Assunto: Manchete de capa do jornal O Imparcial anunciando a abertura de 3.788 vagas no ensino superior pela UFMA e IFMA, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). A reportagem destaca que as vagas estão distribuídas em mais de 80 cursos e quase 20 cidades do Maranhão. O texto sublinha a importância do SiSU como ferramenta democrática de acesso ao ensino superior, permitindo que estudantes utilizem suas notas do Enem para concorrer às vagas e promovendo a qualificação e a inclusão educacional no estado.



Data: Janeiro de 2015

Localização: Edição 34152, página 2 (Santa Inês e Região)

Título: "Prefeitura investe em formação profissional"

Assunto: Reportagem sobre o impacto do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em Santa Inês, no Maranhão. A matéria destaca que, em 2014, mais de mil pessoas foram capacitadas por meio do programa, reforçando a prioridade da gestão municipal em fomentar a geração de emprego e renda.

LANÇAMENTO

Um raio-x sobre a produção do artesanato maranhense



Data: Agosto de 2016

Localização: Edição 34727, página 9, Caderno Lançamento, Jornal o Imparcial.

Título: "Um raio-x sobre a produção do artesanato maranhense"

Assunto: Reportagem sobre o lançamento de uma publicação que faz uma análise detalhada da produção artesanal no Maranhão. O texto destaca a relevância cultural e econômica do artesanato, abordando desde os processos de produção até a valorização das tradições locais. A publicação reúne informações sobre técnicas, materiais e a importância do setor como meio de sustento para muitas famílias no estado. A matéria enfatiza ainda a necessidade de promover políticas públicas de apoio aos artesãos, preservando o patrimônio cultural maranhense.

Há vagas no Maranhão



Data: Agosto de 2016

Localização: Edição 34717, página 8, Caderno Concursos, Jornal o Imparcial.

Título: "Há vagas no Maranhão"

Assunto: Reportagem sobre a oferta de mais de 400 vagas em concursos públicos no estado do Maranhão, incluindo oportunidades para professores no IFMA. A matéria destaca os salários atrativos, que podem chegar a sete mil reais, e a variedade de cargos disponíveis. O texto sublinha o papel estratégico das instituições públicas, como o IFMA, na geração de oportunidades profissionais e no fortalecimento da educação e outros setores no estado.

EXPOSIÇÃO

Uma volta ao passado do mundo da fotografia



Data: Agosto de 2016

Localização: Edição 34717, página 9 (caderno Exposição), Jornal o Imparcial

Título: "Uma volta ao passado do mundo da fotografia"

Assunto: Reportagem sobre uma exposição fotográfica que resgata a história da fotografia por meio de equipamentos antigos e imagens históricas. O evento, realizado em São Luís, contou com câmeras datadas do início do século XX e registros fotográficos que documentam momentos importantes do Maranhão e de outras localidades. A matéria enfatiza o valor cultural e educativo da exposição, destacando a conexão entre a arte fotográfica e a preservação da memória histórica.

Valor da taxa de leção
de pagamento que pode
ser solicitada e que pode
ser feita presencialmente
ou pela Internet

Assunto: Reportagem sobre a possibilidade de adiamento do Enem devido às ocupações em instituições de ensino, incluindo *campi* do IFMA. A matéria informa que o Ministério da Educação já havia anunciado que uma nova aplicação do exame resultaria em um custo adicional de R\$ 8,5 milhões. O texto destaca o aumento do número de ocupações em São Luís e em outras localidades, ressaltando a mobilização estudantil contra a PEC 55. A reportagem aborda o prazo estipulado pelo MEC para a desocupação e os impactos logísticos e financeiros das manifestações no cronograma do Enem.

MEC adia Enem de mais de 191 mil estudantes

No Maranhão, coordenação estadual já foi informada sobre a situação e deverá calcular a realização do exame no campus do Maracanã em São Luís, onde 250 candidatos foram provisoriamente

O Ministério da Educação (MEC) decidiu adiar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para mais de 191 mil estudantes em decorrência de ocupações de escolas, instituições e universidades. Entre as ocupações, estão as do IFMA, em São Luís, onde 250 candidatos foram provisoriamente

Ocupações em campi do IFMA

No Maranhão, foram reportadas ocupações em instituições de Ensino Médio e Superior. Foram os casos de São Luís, onde 250 candidatos foram provisoriamente. Entre as ocupações, estão as do IFMA, em São Luís, onde 250 candidatos foram provisoriamente. Entre as ocupações, estão as do IFMA, em São Luís, onde 250 candidatos foram provisoriamente.

Data: Novembro de 2016

Localização: Edição 34796, página 6, Caderno Vida, Jornal o Imparcial

Título: "MEC adia Enem de mais de 191 mil estudantes"

Assunto: Reportagem sobre o adiamento do Enem para mais de 191 mil estudantes devido às ocupações realizadas em diversas instituições de ensino, incluindo *campi* do IFMA. No Maranhão, o adiamento foi confirmado para locais como o Campus Maracanã do IFMA, em São Luís, onde cerca de 800 candidatos realizariam as provas. A matéria também destaca as reivindicações dos movimentos estudantis contra a PEC 55, além de ressaltar a organização dos protestos em *campi* da Rede Federal. A reportagem enfatiza o impacto das ocupações tanto na logística do exame quanto no debate sobre direitos sociais e educacionais.



Data: Novembro de 2016.

Localização: Edição 34796, página 2, caderno Aconteceu, Jornal o Imparcial.

Título: "Ocupações não atrapalham o Enem".

Assunto: Reportagem publicada no jornal O Imparcial, destacando que, apesar das ocupações realizadas em instituições de ensino, incluindo *campi* do IFMA, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não sofreu maiores prejuízos em sua execução. O texto sublinha que o Ministério da Educação (MEC) conseguiu contornar os impactos das ocupações por meio de ajustes logísticos. A matéria também contextualiza as mobilizações como parte de um movimento contra a PEC 55, ressaltando o engajamento dos estudantes na luta por direitos educacionais e sociais.



Data: Novembro de 2016.

Localização: Edição 34797, página 3, caderno Página Três, Jornal o Imparcial.

Título: "Procurador pede suspensão de provas do Enem".

Assunto: Reportagem sobre o pedido do procurador da República no Ceará para a suspensão das provas do Enem devido às ocupações de instituições de ensino por estudantes. A matéria destaca o impacto das ocupações, que tinham como principal reivindicação o posicionamento contra a PEC 55, na logística do exame. O texto também menciona os *campi* do IFMA como locais ocupados e registra a mobilização estudantil como um movimento de resistência às mudanças propostas no orçamento público. A reportagem reforça o diálogo entre os estudantes e as autoridades envolvidas, além de contextualizar os desafios enfrentados pelo Ministério da Educação (MEC) para garantir a realização das provas.



Data: Novembro de 2016

Localização: Edição 34804, página 1 (Vida)

Título: "Reunião decide o rumo das ocupações de escolas"

Assunto: Reportagem sobre uma reunião realizada no plenário da OAB-MA para discutir o impacto e os desdobramentos das ocupações em instituições de ensino do Maranhão, incluindo o IFMA. A reunião contou com representantes do IFMA, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Secretaria de Estado da Educação e da Defensoria Pública, além de estudantes envolvidos nos movimentos de ocupação. As discussões giraram em torno de reivindicações contra a PEC 55, que propunha cortes no orçamento público, e sobre a regularização do funcionamento das instituições ocupadas. A matéria destaca o diálogo entre os participantes como um esforço para conciliar as demandas dos estudantes e a continuidade das atividades escolares no estado.



Data: Novembro de 2016

Localização: Edição 34806, página 1 (Vida)

Título: "Ocupações em campi do IFMA"

Assunto: Reportagem sobre os movimentos de ocupação realizados em diversos campi do IFMA como forma de protesto contra a PEC 55 (antiga PEC 241 no Senado), que propunha limites ao orçamento público. A matéria ressalta o impacto das manifestações na logística do Enem e destaca o engajamento dos estudantes em movimentos de reivindicação por direitos educacionais e sociais.



Data: NOV/2016/15,

Localização: 34809, Página 4 VIDA

Título: "Data da prova do seletivo IFMA é alterada"

Assunto: Notícia sobre a alteração da data do processo seletivo do IFMA para os cursos técnicos de nível médio em 2017. A matéria destaca o impacto da mudança para os candidatos e os esforços do IFMA em garantir um processo inclusivo e amplo, com mais de 3.500 vagas distribuídas entre 27 cursos técnicos nos campi do Instituto. A reportagem sublinha o compromisso do IFMA em atender à alta demanda por formação técnica, consolidando sua relevância na educação profissional no Maranhão.



Data: Novembro de 2017

Localização: Jornal O Imparcial, página 21

Título: "VII Salão de Artes Visuais"

Assunto: Reportagem sobre o VII Salão de Artes Visuais, realizado na Galeria Trapiche, em São Luís. O evento promoveu debates sobre as artes visuais contemporâneas, com foco na formação artística e nas produções maranhenses.



Educação Quilombola será discutida em seminário

Com o intuito de proporcionar espaço para o debate e o compartilhamento sobre as discussões curriculares nacionais para a educação escolar quilombola e o papel do IFMA para a implementação da educação de jovens e adultos (EJA) no município, o Instituto Federal do Maranhão, por meio da Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e em parceria com a Prefeitura de Rosário, realizou, entre os dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2017, o seminário "Neabi IFMA: Capitalidade da Formação de Consciência Negra: desafios e perspectivas na abordagem da educação escolar quilombola". O Centro de Formação de Rosário e o Instituto de Educação Superior de Rosário, sediando o evento, promoveram, além da abertura, o seminário, a apresentação de trabalhos, a exposição de livros e a realização de debates.

Data: 13 de novembro de 2017

Localização: Jornal O Imparcial, Capa

Título: "Capital da Literatura"

Assunto: Reportagem sobre a 11ª edição da Feira do Livro de São Luís, promovida pela prefeitura local. A matéria ressalta a importância do acesso à leitura e a valorização da literatura como um pilar da educação e cultura local.



Data: Novembro de 2017

Localização: Jornal o Imparcial, Caderno Aconteceu.

Título: "Educação Quilombola será discutida em seminário"

Assunto: Anúncio de seminário organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) do IFMA, em parceria com a Prefeitura de Rosário, com o objetivo de debater e implementar diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola.